



**UNICAMP**

**ADRIANO PEREIRA SANTOS**

**O *MOINHO SATÂNICO* DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO  
BRASIL: DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO DO  
TRABALHO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP**

**CAMPINAS  
2013**





Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**ADRIANO PEREIRA SANTOS**

**O *MOINHO SATÂNICO* DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO  
BRASIL: DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO DO  
TRABALHO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP**

**RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas para obtenção do Título de  
Doutor(a) em Sociologia.**

Este exemplar corresponde à versão final da *Tese*  
defendida pelo aluno Adriano Pereira Santos, e orientada pelo  
Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

---

Assinatura do Orientador(a)

CAMPINAS  
2013  
iii

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH  
UNICAMP

Santos, Adriano Pereira, 1981-  
Sa59m O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil:  
dependência e superexploração do trabalho na região de  
Ribeirão Preto-SP / Adriano Pereira Santos.  
-- Campinas, SP : [s. n.], 2013.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Trabalho – Ribeirão  
Preto (SP). 3. Trabalhadores rurais – Exploração.  
4. Agroindústria canavieira – Brasil. I. Antunes, Ricardo, 1953-  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia  
e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** The satanic mill of the sugarcane agribusiness in  
Brazil: dependence and overexploitation of labor in the region of  
Ribeirão  
Preto-SP

**Palavras-chave em inglês:**

Economic development  
Work – Ribeirão Preto (SP)  
Agricultural workers - Exploration  
Sugarcane industry – Brazil

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Doutor em Sociologia

**Banca examinadora:**

Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]

Maria Orlanda Pinassi

Fernando Antônio Lourenço

Maria Aparecida de Moraes Silva

Vera Lucia Navarro

**Data da defesa:** 29-04-2013

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

*Adriano Pereira Santos*

**O MOINHO SATÂNICO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO  
BRASIL: DEPENDÊNCIA E SUPEREXPLORAÇÃO DO  
TRABALHO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP**

Este exemplar corresponde à redação final da  
Tese de Doutorado em Sociologia defendida e  
aprovada pela Comissão Julgadora em -  
\_/\_/\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

**TITULARES:**

---

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes – Orientador -(IFCH/UNICAMP)

---

Prof. Dra. Maria Orlanda Pinassi – UNESP

---

Prof. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva – UFSCAR

---

Prof. Dra. Vera Lucia Navarro – USP

---

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço – IFCH/UNICAMP

**SUPLENTE:**

---

Prof. Dr. Francisco Alves – UFSCAR

---

Prof. Dr. José Dari Krein – IE/UNICAMP

---

Prof. Dr. Jesus Ranieri – IFCH/UNICAMP

Abril/2013



*À minha mãe, migrante, mulher e  
trabalhadora canavieira, com amor e carinho,  
dedico.*



## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer primeiramente ao Prof. Dr. Ricardo Antunes pela orientação, pela generosidade e atenção dedicadas durante os anos de minha formação no Programa de Pós-graduação do IFCH/UNICAMP. A todos os membros do nosso grupo de pesquisa e estudos sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, coordenado pelo Prof. Ricardo Antunes, agradeço, dos mais antigos aos mais novos integrantes, pela oportunidade do trabalho coletivo, pela troca e pela aprendizagem que tantas vezes me proporcionaram. Aos professores Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Fernando Antônio Lourenço, que estiveram na qualificação e contribuíram, não só com a leitura crítica, mas com as indicações fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Às professoras Vera Lucia Navarro, Maria Orlanda Pinassi e Maria Aparecida de Moraes Silva, meu agradecimento especial, pela amizade, aprendizagem e carinho, e por terem aceitado prontamente ao convite para participarem da banca.

Agradeço aos membros do grupo de pesquisa Filosofia, História e Teoria Social da Unifal-MG, em especial, aos professores Paulo Denisar, Romeu Adriano, Marcos Faria e André Mariano pelo apoio. Aos meus colegas do curso de Ciências Sociais, especialmente aos professores Lucas Cid Gigante e Bruno Durães, que leram e anotaram críticas às partes do trabalho, e aos professores Marcelo Conceição e Gleyton Trindade, que não só me apoiaram, mas assumiram em meu lugar responsabilidades que não eram suas, para que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao doutorado no momento decisivo. Aos colegas do Departamento de Ciências Humanas, ao diretor e vice-diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras que me incentivaram, permitindo, quando necessário, o meu afastamento parcial da Unifal-MG para o desenvolvimento da pesquisa. Quero agradecer também à amiga, Bia Martins, que leu e revisou partes do texto, proporcionando mais uma vez momentos de intensas e produtivas trocas de experiências. Nessa trajetória, não poderia deixar de agradecer de forma geral, aos funcionários da Biblioteca, do IFCH e, especialmente, à secretária do Programa de Pós-graduação em Sociologia, Christina Bisson, que tantas vezes me ajudou e esclareceu dúvidas referentes aos procedimentos da pós-graduação.

Agradeço também a todos os trabalhadores e trabalhadoras e aos diversos sujeitos que participaram dessa pesquisa, que direta ou indiretamente contribuíram não só para a construção de um novo conhecimento acerca da sociedade brasileira atual, mas proporcionaram também momentos incríveis de troca e aprendizado por meio de suas experiências e narrativas.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos meus pais (Adilson e Alvanir) pela compreensão e carinho dedicados e, principalmente, à minha amada e companheira Janaina que além de dedicar-me o seu amor e carinho, suportou pacientemente os diversos momentos de crises, angústias e dificuldades que enfrentei nesse período, compreendendo o meu isolamento e distância, mesmo quando estava próximo. Querida, você foi a força motriz deste trabalho, por isso sou muito grato.

Para este estudo, quero manifestar meus agradecimentos à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela bolsa de doutorado concedida, pois seus incentivos, ainda que por alguns meses apenas, foram fundamentais para a realização deste trabalho.



*“[...] Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é impossível subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato.”*

***Friedrich Engels. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.***



## RESUMO

O objeto de análise do presente trabalho é a expansão do agronegócio canavieiro no Brasil que surgiu como parte de um novo padrão de acumulação do capital, com as novas perspectivas de crescimento decorrentes de um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam: o aparecimento dos carros *flex-fuel*; o alto preço e escassez do petróleo; as exigências dos protocolos e acordos ambientais em reduzir a emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera; e as novas demandas dos países por combustíveis limpos e renováveis. Essa conjuntura favorável não desencadeou apenas a expansão recente do agronegócio canavieiro no Brasil, mas também engendrou a sua reestruturação produtiva, o que o colocou numa posição de destaque no cenário econômico nacional e internacional. Assim, o setor passou a ser defendido como um modelo sustentável de desenvolvimento econômico, tanto porque se modernizou e desenvolveu novas tecnologias geradoras de energia limpa e renovável, como também, porque vem ocupando a liderança nos índices das exportações brasileiras nos últimos anos. Todavia, o seu desenvolvimento é contraditório. Pois, ao mesmo tempo em que ele opera formas moderníssimas de produção, baseadas na automação industrial e na engenharia genética, verifica-se a presença de formas degradantes e condições precárias de trabalho, bem como a destruição ambiental, provocada por formas deletérias de exploração dos recursos naturais. Ademais, é possível perceber que o agronegócio, ao se estruturar no latifúndio, na monocultura e na superexploração do trabalho, reproduz elementos que caracterizam uma economia de tipo colonial, considerada atrasada e subdesenvolvida. O objetivo dessa pesquisa é investigar e apreender as condições e relações de trabalho dos cortadores de cana, as características do agronegócio e seus dilemas e contradições na região Ribeirão Preto-SP. Por meio de uma ampla análise de dados e informações coletadas, e pesquisa empírica qualitativa direta, buscou-se apreender os dilemas e contradições atuais do modelo de desenvolvimento do agronegócio canavieiro. Segundo nossos estudos, a atual expansão do setor no Brasil, instaurou novas formas de exploração e controle sobre a força de trabalho, o que garantiu, por um lado, uma maior acumulação, especialmente do capital estrangeiro, que invadiu o setor, com a mundialização do capital, mas, por outro, ao intensificar a exploração e degradar as condições de trabalho, trouxe com ela a morte e o adoecimento dos trabalhadores. Isso nos permite dizer que, em nome da lógica destrutiva da expansão e acumulação incessante do capital, o agronegócio opera como um “*moinho satânico*” que tritura e corrói não apenas as condições de vida e trabalho, mas o corpo e a *physis* do trabalhador. Portanto, concluímos que a partir da superexploração do trabalho, o Brasil ocupa atualmente, no mercado internacional, uma posição subordinada e dependente como um dos maiores produtores de agrocombustíveis e *commodities* do mundo, reproduzindo assim, por meio da presença do capital estrangeiro, as “estruturas históricas da dependência” de um regime de exploração neocolonial. Por essa razão o agronegócio canavieiro não pode ser defendido como modelo de desenvolvimento econômico.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento econômico; superexploração do trabalho; agronegócio canavieiro.



## ABSTRACT

The object of analysis of this work is the expansion of the sugarcane agribusiness in Brazil that emerged as part of a new pattern of accumulation of capital, with the new perspectives of growth due to a number of factors, among which are: the emergence of the *flex-fuel* cars, the high price and the scarcity of petroleum, the requirements of environmental agreements and protocols to reduce the emission of CO<sub>2</sub> into the atmosphere, and the new demands of countries for clean and renewable fuels. This favorable situation not only triggered the recent expansion of sugarcane agribusiness in Brazil, but also engendered its restructuring process, which put it in a prominent position in the national and international economic scenario. Thus, the sector is now advocated as a sustainable model of economic development, because it is modernized and also developed new technologies that generate clean and renewable energy, but also because it has been occupying the leading indices of Brazilian exports in recent years. However, its development is contradictory. Because, while it operates the most modern ways of production, based on industrial automation and genetic engineering, there is the presence of degrading and poor working conditions and also the environmental destruction caused by harmful forms of exploitation of natural resources. Moreover, one can see that agribusiness, when structures itself on the landowners, on monoculture and overexploitation of labor, reproduces elements that characterize an economy back to the colonial times, considered backward and underdeveloped. The goal of this research is to investigate and apprehend the conditions and the labor relations of cane cutters, the characteristics of agribusiness and its dilemmas and contradictions in Ribeirão Preto region. Through a comprehensive analysis of data and information collected, and a direct qualitative empirical research, we sought to capture the dilemmas and the current contradictions in the model of development of the agribusiness. According to our studies, the current expansion of the sector in Brazil, introduced new forms of exploitation and control over the workforce, which guaranteed, on the one hand, a greater accumulation, especially of foreign capital, which stormed the industry with a globalization of the capital, but on the other hand, in intensifying the exploitation and the degrading working conditions, brought the death and the illness of the workers. This allows us to say that on behalf of the destructive logic of the expansion and the ceaseless accumulation of capital, the agribusiness operates as a "satanic mill" that grinds and erodes not only the conditions of life and work, but the body and the *physis* of the workers. Therefore, we conclude that from the overexploitation of labor, Brazil is currently, on the international market, in a subordinate and dependent position as one of the major producers of biofuels and *commodities* in the world, thus reproducing, through the presence of foreign capital, "the historic structures of dependency" of a system of neo-colonial exploitation. Therefore, the sugarcane agribusiness cannot be defended as a model of economic development.

**Keywords:** Economic development; overexploitation of labor; sugarcane agribusiness.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	1
<b>Cap. 1. Capitalismo dependente e o novo ciclo de expansão do agronegócio canavieiro no Brasil</b>	21
1.1. Desenvolvimento capitalista e dependência na América Latina	21
1.2. Brasil: um “caleidoscópio de épocas” do desenvolvimento desigual e combinado	33
1.3. Dilemas e contradições do novo ciclo de expansão canavieira no Brasil	45
1.4. Ideologia e desenvolvimento do agronegócio canavieiro na região de Ribeirão Preto	61
1.5. A economia colonial do agronegócio canavieiro no Brasil	70
<b>Cap. 2. As condições atuais de trabalho na agroindústria canavieira da região de Ribeirão Preto</b>	89
2.1. Contradições sociais da modernização na agroindústria canavieira	89
2.2. A luta dos trabalhadores canavieiros na região de Ribeirão Preto	98
2.3. Crise e reestruturação produtiva da agroindústria canavieira nos anos 1990	104
2.4. A precariedade das condições atuais de trabalho no eito da cana	114
2.4. Migração e trabalho nos canaviais da região de Ribeirão Preto	142
<b>Cap. 3. O moinho satânico do agronegócio canavieiro: degradação ambiental e superexploração do trabalho.</b>	155
3.1. Degradação ambiental e expansão do agronegócio canavieiro	155
3.2. Trabalho degradante: saúde e adoecimento nos canaviais paulistas	168
3.3. As tramas da superexploração do trabalho: relações de trabalho e o pagamento por produção	185
3.4. Mecanização e intensificação do trabalho: as engrenagens do <i>moinho satânico</i>	204
<b>Cap. 4. Dilemas do desenvolvimento do agronegócio canavieiro no Brasil: internacionalização e superexploração do trabalho</b>	217
4.1. <i>Um mundo de oportunidades no Brasil</i> : expansão e internacionalização do agronegócio canavieiro	217
4.2. Superexploração do trabalho e ideologia do agronegócio canavieiro	227
<b>Considerações Finais.</b>	251
<b>Referências Bibliográficas</b>	263
<b>Anexos</b>	277



## Introdução

### *1) Nota biográfica ao capítulo não escrito*

O trabalho que o leitor tem em mãos e que encontrará a seguir é resultado da minha experiência de vida como filho de trabalhadores rurais migrantes (cortadores de cana) que, em 1980, partiram de General Dutra (Guede), distrito do município de Medina, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, para trabalharem no corte da cana, em busca de novas e melhores oportunidades de vida.

Antes de se casar, em dezembro de 1980, meu pai já era trabalhador migrante e já percorria as rotas da migração entre Minas e São Paulo, principalmente as rotas que levavam à região de Ribeirão Preto durante os anos 1970. Em 1974, ainda jovem, aos 20 anos de idade, deixando a família, parentes e amigos, ele saiu pela primeira vez da terra natal para trabalhar no corte da cana na cidade de Sertãozinho-SP. Durante três anos ininterruptos trabalhou duro como cortador de cana, ajudante de fundição na antiga Zanini S/A Equipamentos Pesados e limpador de caldeira dentro da usina dos irmãos Balbo, hoje denominada de Usina Santo Antônio, localizada nas imediações do distrito de Cruz das Posses, em Sertãozinho. Após sucessivas idas e vindas, como andorinha, “*nem cá nem lá*”, trabalhando por contrato de tempo determinado, por safra ou empreita, meu pai se casou com minha mãe e juntos decidiram migrar e virem “*queimar lata*” nos fundos de uma casa com mais cinco pessoas – todos homens, também migrantes, cortadores de cana – na periferia de Sertãozinho. Em agosto de 1981, nasci nessa casa, de apenas dois cômodos, sob condições precárias, pois quando decidiram partir de Minas para São Paulo minha mãe já estava grávida.

Se a vida de migrante já é difícil para garantir a reprodução do trabalhador individualmente, com a constituição de família e a chegada de um filho, se tornaria ainda mais. Por isso, apenas um ano depois de ter nascido, minha mãe não teve outra escolha senão iniciar sua trajetória como cortadora de cana. Não obstante as possibilidades de vender a força de trabalho ao usineiro em troca de salário, o que permitia compartilhar o provimento da casa, ela iniciava também as duplas e, às vezes, triplas jornadas de trabalho que as mulheres trabalhadoras enfrentam cotidianamente no seio de suas famílias. Desde então só parou de cortar cana por duas vezes. A primeira, em 1991, quando ficou, por dois anos, afastada em

razão da segunda gravidez. A segunda, e definitiva, em 2007, quando ela foi demitida da Usina São Martinho, onde trabalhou sempre como cortadora de cana durante 25 anos. Para a usina, minha mãe havia se tornado uma trabalhadora improdutiva. Seus músculos e nervos estavam esgotados, já não dispunha de tanta energia para o corte da cana e agora poderia ser descartada. Assim como o bagaço que resta da produção da garapa, minha mãe foi triturada pelo “moinho satânico”<sup>1</sup> do agronegócio canavieiro. Ela nunca provou da garapa, mas mesmo desgastada, não se rendeu ao bagaço.

Essa experiência permitiu compreender que o desgaste do trabalhador no corte da cana não é imediato. Ele é um processo corrosivo, lento e gradual promovido pelo agronegócio canavieiro que, aos poucos, vai macerando os músculos, os nervos e a saúde dos trabalhadores que vivem da venda de sua força de trabalho.

Minhas lembranças são de uma realidade em que desde a infância percebia nossa casa sempre cheia de gente, de parentes e amigos. Depois de algum tempo descobri por que. Tratava-se de uma forma de resistência ao sofrimento desencadeado pelo processo de “desenraizamento” a que são submetidos os trabalhadores migrantes, que deixam suas terras e entes queridos. Em outras palavras, significa dizer que esses sujeitos constituem redes sociais compostas por amigos e parentes que lhes dão guarida diante das dificuldades enfrentadas nos lugares de destino, estranhos por natureza aos seus próprios modos de ser, sentir, agir e pensar. Se, por um lado, essa é uma forma de identificação daqueles que chegam e procuram abrigo, por outro, para aqueles que já se encontram instalados, oferecer moradia ou pensão aos conterrâneos ou parentes que chegam, além da solidariedade com o outro, significa manter os vínculos e relações com as raízes, pessoas e o local de origem. Compreendi, aos poucos, porque meus pais ofereciam nossa casa aos parentes que chegavam e porque minha mãe fez questão de trazer toda a família para junto de si. Era como se o seu mundo se completasse na imensa teia

---

<sup>1</sup> A expressão “moinho satânico” que constitui o título do presente trabalho foi usada por Karl Polanyi em sua obra magna “*A grande transformação – as origens da nossa época*”, publicada em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial. A tese fundamental do autor era explicar os processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, tornando-se uma esfera autônoma, autorregulável, que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria. Afirma o autor que a Revolução Industrial do século XVIII produziu progressos miraculosos nos instrumentos de produção, o que se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns. Assim, o “moinho satânico” que gerou essa desarticulação nas vidas das pessoas, triturou os homens, transformando-os em massa. O sentido com que usamos a expressão parte dessa perspectiva de análise, mas sugere que o desenvolvimento do agronegócio canavieiro atual opera como um “moinho satânico” que não só transforma as pessoas em massa, mas no caso particular dos trabalhadores canavieiros, expropria-os de suas condições materiais de existência, de suas terras, triturando seu corpo, mortificando sua physis, desgastando seus músculos e nervos, enfim, despedaçando sua existência social a partir da superexploração do trabalho no eito dos canaviais brasileiros.

das relações sociais que constituem o ser social. Mas a razão da vinda de entes queridos não era apenas para compor a parte que faltava da família. Era uma necessidade, sobretudo, porque se tratava de ajudar os parentes no acesso aos serviços de saúde, mais estruturados no Estado de São Paulo do que na região do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Significava também buscar garantir uma melhor condição de vida aos parentes e entes queridos.

Durante os anos 1980, vivemos as dificuldades da condição do trabalhador canavieiro, especialmente as que meus pais se encontravam. Além de sustentarem os gastos com a moradia e a alimentação da família, em muitos casos, tiveram que ajudar a sustentar os irmãos e parentes que chegavam do Vale do Jequitinhonha para trabalhar no corte da cana. Tais parentes que não tinham emprego garantido, contavam com a solidariedade dos meus pais e outros membros da família. Além das necessidades de sobrevivência, talvez essa fosse uma das razões porque trabalhavam muito, inclusive aos sábados e domingos. Praticamente não os via sair de casa, de madrugada, para pegar o caminhão (e posteriormente ônibus) que os levava ao canavial para cortar cana. Quando retornavam estavam tão cansados e nervosos que mal me dedicavam atenção. Por causa do trabalho, meus pais estiveram ausentes na maior parte do tempo, durante a infância, mas a educação nunca me faltou. Além dos poucos momentos de tranquilidade com eles, a presença da avó foi marcante e hoje entendo porque minha mãe se esforçou tanto para trazê-la para perto de si. Como estratégia de sobrevivência aos lugares e culturas estranhas, buscava-se o apoio e segurança da família.

A década de 1990, porém, significou para meus pais, a chegada de mais um filho e depois de muitos anos de luta e trabalho, a conquista do grande sonho de ter a casa própria pelo programa habitacional do governo estadual. A partir daí, a casa que antes era cheia esvaziou-se, pois os demais parentes seguiram cada qual o seu caminho. Por ser pequena, a casa comportava apenas a nossa família, o que não impedia de abrigar – por tempo determinado – amigos e parentes que chegavam de Minas Gerais, em busca de emprego. Éramos nós quatro, eu, meus pais, e minha irmãzinha. Depois de dois anos afastada (1991-1992) para cuidar da recém-nascida, minha mãe retornou ao corte de cana. Sem a presença em casa de outros membros da família e parentes coube a mim, aos 10 anos de idade, cuidar da casa e da pequena que acabara de chegar. Nessa época, enquanto meus amigos divertiam-se e brincava, eu assumia responsabilidades. Aprendi, desde muito cedo, o quanto é difícil a vida da mulher trabalhadora. Mesmo cansada após mais de 12 horas em sua jornada de trabalho, não foram poucas as vezes que vi minha mãe à noite lavando roupa, porque no sábado trabalharia até tarde. As brigas e

discussões eram constantes, porque enquanto ela me pedia para ajudá-la nos serviços domésticos, meus amigos me chamavam para brincar. Na maioria das vezes deixava de brincar na rua para ajudar em casa. Quando isso não acontecia, era repreendido. Aprendi cedo que a responsabilidade vinha antes da diversão.

Das diversas lembranças dessa época algumas me marcaram profundamente.

Lembro-me, e isso até pouco tempo atrás, quando minha mãe ainda trabalhava na Usina São Martinho, que nos dias de chuva a situação dos cortadores de cana era ainda mais difícil, pois a usina só fornecia um par de botinas. Com as chuvas elas ficavam molhadas e cheias de barro. Era preciso lavar para deixá-las macias e secas, afinal botinas limpas e secas era sinal de higiene e garantia de proteção aos pés. Além das botinas, era preciso lavar também, todos os dias, as caneleiras, meias, lenços protetores do pescoço e aventais, ou seja, as vestimentas utilizadas para a proteção contra as folhas cortantes e animais peçonhentos presentes nos canaviais. Quando era encarregado de lavar as roupas, principalmente os aventais e meias, uma imagem me marcou: a água que escorria no tanque era preta e continha o cheiro de cana queimada. Eram os sinais do que minha mãe tinha enfrentado naquele dia. Aliás, não raro, era os momentos em que ao final do dia, quando chegava da roça e tirava a roupa molhada e enegrecida pela fuligem da cana, vi minha mãe chorar de dor por causa das queimaduras e assaduras provocadas pelo suor e atrito das roupas molhadas com a pele nos dias de muito calor. Apesar da medicação contra assaduras, não consigo imaginar até hoje, como suportava a dor, sabendo que no dia seguinte enfrentaria aquela situação novamente.

Conforme disse anteriormente, o processo de desgaste do corpo não é imediato. Na lógica do “moinho satânico” quanto mais lento e gradual suas engrenagens se movimentam mais forças e energia extraem, mais músculos e nervos trituram. Assim, de 1982 a 2002, isto é, durante 20 anos, minha mãe sofreu com o tempo que lhe fora roubado, pois apenas com o ensino primário, enquanto esteve trabalhando no corte da cana, nunca conseguiu acompanhar a escola. Isso só foi possível graças à demissão da usina, quando então se formou no supletivo do ensino fundamental e médio. Sua vida, enfim, parecia ganhar algum sentido, fora do trabalho. Antes disso, porém, seu corpo começou a apresentar sinais de esgotamento. Com o desgaste dos dois punhos, teve de se submeter a uma cirurgia para corrigir o problema, o que consequentemente representou menos força e a constatação de que a “disposição” para o trabalho já não podia ser mais a mesma. Dois anos depois, já em 2004, foi acometida por uma doença gerada pelo esforço repetitivo no corte da cana, que atingiu tanto os seus dois ombros

como o seu cotovelo direito. Minha mãe desenvolveu LER e DORT, isto é, uma tendinopatia crônica atingiu os tendões de seus dois braços, isto a impedia de executar não só o seu trabalho, mas os movimentos básicos que qualquer indivíduo precisa realizar no cotidiano de seu espaço doméstico, por exemplo: escovar os dentes, pentear os cabelos, cozinhar, lavar, etc.

Diante das lesões que a acometeram, a usina, orientada pelos laudos médicos, a afastou, encaminhando-a para o INSS. Começava aí não apenas o sofrimento físico com as dores que a prejudicava já há algum tempo, pois sua produção no corte da cana não era a mesma de outrora, mas a perda de sua dignidade e o sentimento de invalidez física e social, já que a saga entre a usina e o INSS representava mais um componente do desgaste emocional a que o trabalhador doente, por causa do trabalho, é submetido. Isso decorre do fato de que, se a usina reconhecia que a doença a tornava inapta para o trabalho, o INSS não reconhecia, afirmando o contrário. As perícias médicas não identificavam que a tendinopatia era uma doença crônica decorrente e ocasionada pelo esforço repetitivo que o trabalhador faz no corte da cana. Assim, foram anos de sofrimento em que uma mulher que se dedicou 25 anos de sua vida, trabalhando em uma única função dentro da mesma empresa, teve de conviver por anos com a alegação de que sobre a sua inaptidão para o trabalho a usina e o INSS nada podiam fazer. O que representou meses de afastamento sem remuneração e toda uma vida, dependente do trabalho no corte da cana, anulada, porque em qualquer exame admissional para outro tipo de trabalho ou função, certamente não seria aprovada, o que significa, em outras palavras, uma invalidez profissional.

Portanto, durante aproximadamente cinco anos minha mãe conviveu com dores e com o sofrimento de saber que não poderia jamais retornar ao seu trabalho em condições normais, isto é, se as atividades cotidianas do espaço doméstico, como fazer a comida, varrer o quintal ou mesmo pentear os próprios cabelos já era difícil, então cortar cana novamente seria quase impossível por causa da dor intensa que sente até hoje nas articulações dos membros superiores. Como já era de costume em nossa casa todos ajudar nos serviços domésticos, em diversos momentos, meu pai e eu assumimos quase todas as tarefas. Minha mãe sequer conseguia mexer uma panela com a colher. A atrofia dos tendões e as dores que ela provocava a impedia de realizar atividades básicas do seu cotidiano, o que a deprimiu profundamente. Era a constatação de que o “moinho satânico” do agronegócio afetava também a subjetividade do trabalho, liquidando, aos poucos, outras dimensões da vida social do trabalhador.

Portanto, com as idas e vindas entre a usina e o INSS durante cinco anos, a empresa

resolveu – de uma vez por todas – descartar mais um trabalhador que já não lhe era produtivo. Após 25 anos de trabalho dedicado a uma única empresa, cortando cana, minha mãe foi dispensada com um acerto medíocre que mal dava para custear as consultas médicas e os remédios que tomava para amenizar as dores que sentia. Eram as consequências nefastas das engrenagens do capital agroindustrial. Ele extraiu tudo o que podia e agora já não restava mais nada àquela mulher que, aos 49 anos, se sentia inválida, improdutiva e corroída pelas forças do “moinho satânico” do agronegócio. Agora, além da invalidez física tinha de lidar com a perda de sua identidade, e com o fim da sociabilidade construída no interior da turma com a qual conviveu e fez amigos por muitos anos, mas que agora já não era mais possível.

A força das engrenagens do “moinho satânico” do agronegócio é impressionante. Acredito que nenhum trabalhador passa por ele incólume. Como se sabe, seu processo é lento e gradual porque, para maximizar os lucros, extrai brutalmente as energias (vitais) do trabalhador. No entanto, mesmo após triturar o corpo do trabalhador, as consequências de tal fato parecem não se esgotar. O corpo continua sentindo o martírio do desgaste provocado pelo trabalho no corte da cana. Assim, mesmo após anos sem trabalhar em qualquer outra atividade, minha mãe vem descobrindo, aos poucos, as marcas indelévels que o corte da cana lhes causou. Como se não bastasse a doença que acometeu seus membros superiores, ela desenvolveu também, de tanto ficar em pé e caminhar pelos eitos dos canaviais derrubando cana, o esporão, uma espécie de pequeno espinho ósseo que acomete a parte anterior do osso calcâneo, causando uma dor terrível e impedindo-a de caminhar. Ademais, alguns anos depois de ter sido demitida da usina, descobriu que tinha também desgastes na coluna, como lombalgias e o famoso bico-de-papagaio, bem como desgastes no osso do fêmur que, em alguns momentos, traz dificuldades para andar. Após 25 anos de trabalho no corte da cana, os efeitos deletérios ainda permanecem.

Portanto, caro leitor, a realidade das condições do trabalhador canavieiro que é triturado pelo poder de corrosão do capital é a razão pela qual a pesquisa se realizou. E antes que me acusem de não haver objetividade na investigação que empreendi, devo dizer que o trabalho a seguir parte das condições materiais (reais) de existência do trabalhador, da realidade cotidiana que tem de enfrentar para sobreviver no interior do suposto modelo de desenvolvimento do agronegócio canavieiro. Por isso tem como perspectiva de análise o ponto de vista da classe trabalhadora, isto é, daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho e que não se deixam iludir pela ideologia dominante do agronegócio. O presente trabalho pretende ser, portanto, mais um instrumento de luta (e crítica) dos trabalhadores contra essa

ideologia e contra o domínio do capital.

## ***2) A problemática sociológica e os caminhos da pesquisa***

A problemática sociológica em questão neste trabalho é a recente e preocupante expansão do agronegócio canavieiro que vem ganhando destaque na última década, como modelo de desenvolvimento econômico, sobretudo na região Centro-Sul do Brasil. Alguns fatores conjunturais e estruturais podem ser elencados para explicar a dinâmica recente dessa expansão. Dentre os diversos fatores a serem considerados, destacam-se: o crescente aumento do comércio de açúcar e álcool no mercado interno e externo; a recente crise e elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional, bem como sua escassez e alto nível de poluição (emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera); aumento da demanda interna por álcool hidratado, devido ao aparecimento dos novos modelos de carros *flex-fuel* (gasolina e álcool); as alterações climáticas e o aquecimento global provocado pela intensa emissão de CO<sub>2</sub>; e as exigências do Protocolo de Kyoto acerca da redução da emissão desse gás, o que tem contribuído para gerar uma demanda internacional por álcool anidro de outros países da Europa, Ásia e América.

Para atender o conjunto das demandas geradas por esses fatores que tem colocado o etanol como alternativa energética, por ser um combustível renovável, algumas ações vem sendo desenvolvidas pelas empresas e pelos governos de modo a viabilizarem tanto a estrutura produtiva do setor sucroalcooleiro quanto a garantia de uma maior oferta de etanol no mercado nacional e internacional. Em outras palavras, trata-se de possibilitar a continuidade e a reprodução da “sociedade e economia do agronegócio” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010) que contou tanto em sua origem como em sua expansão atual com a forte e intensa participação financeira, política e econômica do Estado.

Assim, considerando a conjuntura amplamente favorável à expansão canavieira no Brasil, algumas estratégias foram desenhadas pelo setor. A primeira delas consiste na construção e instalação de novas unidades produtivas, isto é, de novas usinas de açúcar e álcool em algumas áreas que estão no centro da expansão. São elas: a região oeste do Estado de São Paulo, principalmente as cidades de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, a região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (principalmente as regiões de Cerrado). Em 2010, a previsão do número de usinas a serem instaladas nessas regiões era aproximadamente de 90 unidades produtivas, o que

seria, de acordo com a ÚNICA (União das Indústrias de Cana-de-açúcar), naquele momento, suficiente para garantir a demanda gerada pelo mercado de açúcar e álcool no Brasil e no mundo.

A segunda estratégia, mas não menos importante, definida pelos usineiros, consiste em mobilizar todos os recursos políticos, econômicos, sociais e científicos que possam sustentar – por meio dos investimentos e políticas governamentais – a atual expansão do agronegócio canavieiro no Brasil como modelo de desenvolvimento econômico. Com isso, o setor conta com o apoio não só do governo e o conjunto de seus ministérios, especialmente do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), mas também de instituições de classe, como a UNICA, ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e tantas outras que formam o complexo empresarial em defesa do agronegócio, além, é claro, das Universidades, Instituições de fomento à pesquisa científica e a grande mídia, aliada incondicional na produção do consenso em torno da ideia de que o agronegócio é a melhor alternativa para o desenvolvimento do país.

Por essas e outras razões, o setor ganhou ainda mais força e ressonância internacional, na medida em que o Estado brasileiro, especialmente durante o governo Lula, se colocou em defesa do agronegócio canavieiro e dos usineiros, pois como disse o ex-presidente, os usineiros “são os grandes heróis nacionais” desse país. Inspirado no agronegócio desenvolvido na região de Ribeirão Preto, maior produtora de açúcar e álcool do país, o setor ganhou destaque diante das possibilidades econômicas que se abriu, uma vez que o Brasil figura no contexto da divisão internacional do trabalho como um dos maiores produtores mundiais de *commodities* e agrocombustíveis. Desta feita, o agronegócio passou a ser defendido como modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, devendo, pois, ser estendido a todas às outras regiões da nação.

Contudo, o que aparece como sinônimo da verdadeira modernidade mundializada, se observado mais de perto com os instrumentos analíticos da sociologia crítica, é possível verificar que o setor, na verdade, reproduz, em escala ampliada, as contradições, mazelas e consequências inerentes à lógica da expansão e acumulação do capital – que não só intensificam a nossa “vocação agrícola” –, mas ampliam as condi es que estruturam as desigualdades sociais.

Assim, por traz da ideia, segundo a qual o etanol pode ser considerado uma alternativa energética, um combustível vegetal, renovável e limpo, que pode ser obtido a partir da energia

solar por meio da fotossíntese das plantas, existem as condições sobre as quais a sua produção se desenvolve, ou seja, trata-se da expressão de um modelo essencialmente destrutivo, exploratório e amplamente marcado pela degradação não só da paisagem ambiental, mas também da situação social de milhares de trabalhadores canavieiros e operários que atuam na cadeia produtiva da agroindústria canavieira. No que concerne aos aspectos mais gerais da lógica destrutiva que permeia a produção desse setor, é possível destacar especialmente: a degradação do meio ambiente pelo cultivo extensivo da cana; a ampliação da monocultura e da concentração das propriedades em detrimento da agricultura familiar, e da produção de alimentos; a precarização das condições de vida e trabalho dos cortadores de cana, operários e migrantes que atuam na produção do açúcar e álcool; a tendência à geração do desemprego provocado pela mecanização e automação industrial dos processos produtivos; dentre tantos outros mais ou menos graves que afetam a todos, envolvidos ou não com o agronegócio canavieiro no Brasil.

Diante dessas problemáticas, perguntamos: 1) Se é verdade que o agronegócio canavieiro se constitui num modelo de desenvolvimento econômico por que a sua expansão recente tem provocado impactos devastadores sobre o meio ambiente e as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana? 2) De que forma a expansão canavieira, a demanda gerada por novas usinas de açúcar e álcool e o aumento da produtividade para atender ao mercado internacional tem provocado a intensificação da exploração do trabalho na colheita (mecânica e manual) da cana na região de Ribeirão Preto? 3) A lógica da atual expansão da agroindústria canavieira não seria a combinação nefasta entre desenvolvimento técnico-científico e degradação socioambiental do trabalho? 4) A defesa e o discurso do agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico e sustentável não estaria em contradição com a própria lógica destrutiva da expansão canavieira, que polui, queima, explora e degrada tanto as condições de trabalho como o meio ambiente?

A propósito dessas questões, levantamos a problemática sociológica, investigando as condições sobre as quais se organiza a produção do agronegócio. A pesquisa se desenvolveu, por conseguinte, com o objetivo principal de apreender as formas, relações e condições de trabalho em parte da cadeia produtiva na agroindústria canavieira, as características do agronegócio, seus dilemas e contradições na região de Ribeirão Preto-SP.

Considerando as inúmeras possibilidades de investigação que a realidade social em questão oferece, elencamos alguns objetivos de caráter mais específicos: a) compreender de

que forma o Brasil se insere no contexto atual da economia capitalista na condição de um dos maiores produtores de agrocombustíveis do mundo; b) discutir criticamente o desenvolvimento brasileiro inserido na ordem da mundialização do capital e suas consequências socioambientais; c) analisar as condições de trabalho dos cortadores de cana; d) investigar as condições de vida e saúde dos cortadores e ex-cortadores de cana, bem como a intensificação da exploração do trabalho a partir das novas médias de produtividade estabelecidas pelas usinas; e) perceber a terceirização e diagnosticar as formas precárias de relações de trabalho praticadas pelas empresas que compõem o Complexo Agroindustrial Canavieiro na região de Ribeirão Preto.

Antes, porém, de apresentar a trajetória de pesquisa e as conclusões a que chegamos, convém relatar as condições nas quais o estudo foi realizado, considerando o projeto inicial e sua ampla perspectiva de análise.

Desde a proposta inicial do projeto enviado e aprovado pela Fapesp em 2009 pensávamos que a pesquisa se desenvolveria em condições de normalidade nas quais o pesquisador se dedicaria exclusivamente à realização dos objetivos propostos. No entanto, como a realidade é movimento, em constante metamorfose, a vida do pesquisador mudou e com ela as condições e possibilidades de realização da pesquisa também mudaram. O que se explica pelo fato de que, diante da oportunidade de assumir um cargo como professor efetivo concursado em uma Universidade Federal, primeiro no Triângulo Mineiro e depois no sul de Minas, em Alfenas-MG, o investigador – além de não poder contar mais com a bolsa da Fapesp para o desenvolvimento exclusivo da pesquisa – teve que se mudar de endereço, deslocando-se para uma distância de aproximadamente 300 km do local onde a pesquisa se desenvolveria. Além do mais teve que se dividir entre a pesquisa e o trabalho na Universidade, o que trouxe ainda mais dificuldades. Com isso, além da distância do objeto de investigação, das dificuldades em obter liberação integral da Universidade para o desenvolvimento da pesquisa e do tempo necessário para o trabalho de campo proposto no projeto original, decidiu-se por focar os objetivos apenas na investigação das condições e relações de trabalho dos cortadores de cana, limitando, assim, uma análise mais contundente das múltiplas dimensões (sociais, políticas, econômicas e ambientais) que envolvem o agronegócio canavieiro no Brasil<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Vale registrar que o nosso ingresso como professor na UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro) e na Unifal-MG (Universidade Federal de Alfenas) se deu em 2010, período no qual estava prevista no projeto original enviado à FAPESP o início do trabalho de campo. No entanto, diante da mudança de cidade e de Estado não apenas a distância prejudicou o cronograma de trabalho, mas a carga de trabalho, com as aulas, e as responsabilidades assumidas no âmbito da Universidade criaram obstáculos ao andamento da pesquisa. Desse modo, durante os anos de 2010 e 2011 a pesquisa e o trabalho de campo progrediram lentamente. Assim, somente

A hipótese que admitimos neste trabalho como explicação possível da recente expansão canavieira no Brasil e sua inserção como um dos maiores produtores de *commodities* e agrocombustíveis do mundo encontra-se no fato de que aqui os custos de produção do etanol e do açúcar, voltados para atender às necessidades do mercado interno e externo são um dos mais baixos do mundo. Por exemplo: enquanto na Europa o custo da produção de etanol gira em torno de US\$ 1 dólar por litro, no Brasil é de um quarto desse valor, ou seja, um litro de etanol tem o custo de US\$ 0,25 centavos de dólar (SCHLESINGER, 2008). Acreditamos que há diversas razões para isso, mas destacamos algumas que configuram as “estruturas históricas da dependência” cujas raízes encontram-se na superexploração do trabalho, na precariedade das condições de trabalho, na abundância dos recursos naturais, especialmente a água que é fundamental para a produção do agronegócio canavieiro, no rebaixamento dos salários dos trabalhadores, na elevação da produtividade do trabalho, na maximização da composição orgânica do capital, na tendência ao desemprego estrutural e a ampliação do EIR (Exército Industrial de Reserva). Enfim, todos esses aspectos combinados entre si no interior do desenvolvimento do agronegócio canavieiro, se por um lado, recuperam as características de uma economia colonial, pois a produção de *commodities* e agrocombustíveis visa atender o mercado externo em primeiro lugar, por outro, reproduzem os mecanismos a partir dos quais se perpetua a dependência, na medida em que tanto as elites agrárias como a burguesia brasileira, subordinam os interesses nacionais aos interesses do capital estrangeiro, o que faz com que o Brasil ocupe na DIT (Divisão Internacional do Trabalho) uma posição subordinada, de país dependente e subdesenvolvido que impõe ao seu povo formas de dominação e exploração neocoloniais.

Para demonstrar de que forma esses fatores se articulam às engrenagens do “moinho satânico” do agronegócio canavieiro, elencamos alguns procedimentos e técnicas de pesquisa que nos conduziu a um conhecimento objetivo da realidade de modo que foi possível reproduzi-la a partir dos diferentes graus de aproximação empírica, chegando aos seus aspectos mais essenciais (FERNANDES, 2004).

Considerando as características do objeto de pesquisa em questão, é possível verificar que se trata de uma realidade social que envolve distintos processos sociais de ordem macro e

---

quando chegamos à Unifal-MG e graças à compreensão dos colegas professores do Instituto de Ciências Humanas e Letras, bem como do curso de Ciências Sociais, é que a pesquisa pode avançar e se concluir ao longo do ano de 2012, o que significa dizer que o nosso trabalho foi realizado em apenas dois anos, considerando que o primeiro se deteve no cumprimento dos créditos com as disciplinas necessárias à integralização do programa de pós-graduação em sociologia do IFCH/UNICAMP.

microsociológica. Assim, o foco de análise buscou compreender tanto o desenvolvimento das estruturas, econômica e social, do capitalismo (dependente) no atual contexto histórico, bem como a forma (contraditória) pela qual os sujeitos e agentes sociais se inserem no interior dessas estruturas e processos sociais, enfatizando-se as particularidades, continuidades e descontinuidades do agronegócio canavieiro.

Desse modo, o interesse que nos moveu no processo de investigação acerca da recente expansão do agronegócio canavieiro e suas contradições teve como premissa que tanto as estruturas quanto os microprocessos de ação social devem ser conhecidos (HAGUETTE, 2005). Para o desenvolvimento dessa perspectiva, elencamos como metodologia alguns procedimentos investigativos que combinam três elementos: 1) as teorias sociológicas; 2) as técnicas de pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo; 3) e a epistemologia ou metodologia geral (THIOLLENT, 1981). São, portanto, aspectos de um mesmo processo de investigação que articulados numa mesma perspectiva constituem instrumentos fundamentais para se conhecer e apreender a realidade em questão. Nesse sentido, buscamos, como forma de captação de dados, as técnicas de pesquisa qualitativa, pois, associadas a outras formas de investigação, não menos importantes, permitiu-nos desvendar os predicados de uma “sociedade e de suas divisões internas” (QUEIROZ, 1999, p.19). Assim, para atingir os objetivos definidos nessa pesquisa, realizamos um trabalho de campo que permitiu compor um amplo quadro analítico a fim de compreender as partes articuladas da totalidade social em questão.

Além de nossa experiência de vida que permitiu compreender de perto a situação social dos trabalhadores (migrantes) cortadores de cana na região de Ribeirão Preto, desenvolvemos também uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica já existente acerca do desenvolvimento histórico do agronegócio bem como a produção recente que analisa a expansão canavieira na atualidade. Desse modo, contamos com o levantamento de dados secundários de outros estudos, com as informações divulgadas por sites de instituições confiáveis como a ONG Repórter Brasil e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), bem como as instituições de pesquisa (Fundação SEADE, DIEESE e IBGE) e sites do governo que nos ofereceram informações relevantes acerca do agronegócio brasileiro e da realidade das condições de trabalho dos cortadores de cana como o MTE (Ministério do Trabalho), dentre outros. Os dados secundários também foram compostos por notícias e informações veiculadas pelos meios de comunicação, tanto daqueles representantes do agronegócio, isto é, a ABAG, ÚNICA, BRASILAGRO, dentre outros; como daqueles que fazem uma análise crítica do

modelo agrário-exportador brasileiro, ou seja, o Jornal BRASIL DE FATO e a CAROS AMIGOS, com suas reportagens especiais.

A propósito de nossas fontes primárias vale destacar três procedimentos que adotamos para captação de dados e informações acerca da realidade social investigada: 1) visitas às casas dos trabalhadores entrevistados em cidades da região de Ribeirão Preto; 2) pesquisa e análise dos relatórios das fiscalizações empreendidas pelo grupo móvel de fiscalização rural do Ministério do Trabalho; 3) entrevistas semiestruturadas com trabalhadores, sindicalistas, agentes pastorais e fiscais do trabalho, além de conversas informais com trabalhadores migrantes contatados durante nossas incursões em campo. Assim, com o objetivo de apreender e analisar as condições e relações de trabalho dos cortadores de cana no contexto da expansão atual do agronegócio canavieiro é que a pesquisa se desenvolveu.

1) No que tange as visitas às casas dos trabalhadores canavieiros é preciso assinalar que elas ocorreram, em sua maioria, durante as entrevistas agendadas. Mas outras ocorreram com o auxílio da Pastoral do Migrante, durante o trabalho de campo realizado na cidade de Guariba-SP. Assim, tanto nas visitas, como durante as entrevistas, tivemos acesso às moradias dos trabalhadores, que nos permitiu analisar, em certa medida, em que condições vivem e como trabalham homens e mulheres da lavoura canavieira. Em uma das incursões que fizemos com a participação de uma agente da pastoral do migrante na periferia de Guariba foi possível perceber alguns aspectos que envolvem a precariedade das condições de vida e moradia dos trabalhadores migrantes que atuam no corte da cana.

Durante o tempo em que percorremos os bairros da periferia de Guariba onde reside a maioria dos migrantes e trabalhadores temporários das usinas, ao final da tarde do dia 24 de abril de 2012 nos deparamos com trabalhadores que haviam acabado de chegar da roça. Duas situações nos chamaram a atenção. A primeira, quando encontramos aos fundos de um aglomerado de pequenas casas que formavam um pequeno cortiço, um trabalhador todo marcado por vergões, arranhões e assaduras. Ele acabara de tomar banho e seu corpo estava todo marcado. Parecia que tinha sido torturado. Aquele trabalhador reclamava das suas condições, pois além da ardência que sofria, dizia-nos que tinha de passar pela situação constrangedora de ter seu corpo coberto por pomada antiassaduras, para aliviar a dor, caso contrário não aguentaria trabalhar no dia seguinte. Relatou-nos que, se não fizesse o uso da medicação, no dia seguinte, por causa do suor e das roupas que atritavam e raspavam a pele, poderia ter seu corpo, principalmente as axilas e virilhas esfoladas ou em “carne viva”. Além da

dor, percebemos o incômodo e as dificuldades para se movimentar, o que o impedia, por exemplo, de dar conta das atividades que precisava fazer, como, lavar as roupas que tinha usado naquele dia e assim evitar a ocorrência de novas assaduras no dia seguinte.

Outra situação que nos chamou a atenção em uma das moradias de trabalhadores maranhenses que tinham acabado de chegar à Guariba, já que a safra estava começando nas usinas da região, foi a condição de moradia, isto é, a infraestrutura precária da casa onde residia um grupo de 7 trabalhadores que dividiam três cômodos de uma casa alugada. Quando chegamos, por volta das 18h, já no início da noite, três dos trabalhadores que ali se encontravam estavam sentados nos garrafões de água jantando parte da comida que havia retornado da roça. Era o resto do almoço que tinha sido preparado um dia antes. Perguntei se a comida ainda estava boa para o consumo e eles alegaram que não estava ruim e que não tinha outra, pois tinham acabado de chegar e não havia comida para preparar a janta. Como era o primeiro contato hesitei em observar por dentro a casa onde moravam, mas pude perceber de fora que as condições eram precárias, pois não havia camas, apenas colchões e redes instaladas, alguns bancos, um fogão e uma geladeira. Durante essa observação, de um dos cômodos da casa saiu uma mulher, de aproximadamente 20 anos de idade, que estava grávida. Percebi que ela estava incomodada com alguma coisa e logo a agente pastoral que nos acompanhava adentrou a casa com a mulher e lá permaneceram por algum tempo. Quando retornaram percebi que a mulher estava chorando. Diante daquela situação ficamos sem ter o que fazer, quando a agente, deixando os contatos, solicitou – caso precisassem – que procurassem a Pastoral do Migrante. Ao sair daquela residência, ela nos relatou que a mulher estava triste e sofrendo, pois não estava se adaptando ao lugar e aquela situação em que se encontrava. Tinha deixado a mãe e os irmãos para acompanhar o marido no corte da cana, porque estava grávida. Mas a solidão, saudade dos entes queridos e a ausência do marido na maior parte do tempo, a fazia sofrer. Relatou à agente que tinha a vontade de retornar ao seu lugar de origem e que o dinheiro que o marido ganhava no corte da cana não compensava aquele sofrimento, gerado pela solidão e distância dos entes queridos.

Com essas observações que ocorreram de forma mais direta em Guariba, mas de forma indireta em outras cidades onde realizamos o trabalho de campo (Barrinha, Pontal, Dobrada, Sertãozinho/Cruz das Posses, e Pitangueiras) foi possível perceber razoavelmente as condições de vida dos trabalhadores, em especial, as suas condições de moradia.

Tais observações se completaram quando realizamos tanto a análise dos relatórios

elaborados pelos fiscais do trabalho durante as fiscalizações do grupo móvel rural do Ministério do Trabalho, como as entrevistas com os trabalhadores contatados em suas casas.

2) Aliás, quanto aos relatórios de fiscalização dos agentes fiscais do trabalho é preciso destacar que tivemos acesso a todos os relatórios elaborados ao longo de 2011 e 2012, portanto, um quadro bastante atual das condições de trabalho no eito da cana. No total, um conjunto de oito cadernos, cada qual com aproximadamente 500 páginas, incluindo os autos de infração lavrados durante a ação dos fiscais do Ministério do Trabalho. Para a leitura e análise desses relatórios tivemos a autorização do coordenador geral e o período de quatro dias para o levantamento e registro dos dados, antes dos mesmos serem encaminhados ao MTE. Assim, foi possível construir uma visão ampliada das condições de trabalho que os fiscais encontraram nas frentes de trabalho das usinas, destilarias e fornecedores de cana, nas principais regiões produtoras do Estado de São Paulo, especialmente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba e Presidente Prudente. Verificamos, nos relatórios, diversas situações de descaso das usinas e empresas com a legislação trabalhista. Constatamos que os salários dos trabalhadores ou não são pagos ou sofrem atrasos frequentemente, direitos como FGTS não são depositados, fraudes em relação à produção dos trabalhadores, diferenças nos acertos dos contratos de fim de safra, descumprimento das normas regulamentadoras de segurança e saúde, dentre tantas outras fraudes que chocaram o grupo de fiscalização durante algumas ações.

3) Já as entrevistas semiestruturadas que realizamos constituem o núcleo fundamental de análise dessa pesquisa. Elas são as fontes primárias e formam o corpo principal dos dados e informações coletadas acerca das condições e relações de trabalho no eito da cana.

Os relatos orais dos sujeitos que participaram do presente estudo foram captados, utilizando as “técnicas de gravador no registro da informação viva” (QUEIROZ, 1991), com o objetivo de registrar a experiência, as visões e percepções sobre as condições e relações de trabalho dos cortadores de cana, praticadas por empresas do agronegócio no contexto de sua expansão atual. Para tanto, elaboramos roteiros de entrevistas (em Anexo) com questões amplas e abertas, de modo a garantir aos sujeitos a liberdade para se manifestarem e relatarem experiências que ultrapassaram os objetivos e horizontes de cada questão ligada à problemática sociológica da pesquisa<sup>3</sup>. Por isso, durante as entrevistas priorizou-se a interação e reciprocidade relacional entre o sujeito pesquisador e o sujeito entrevistado. Nesse sentido,

---

<sup>3</sup> Em algumas das entrevistas realizadas, temas que não estavam previstos nos roteiros apareceram com o depoimento do sujeito, tornando a experiência e o processo de conhecimento ainda mais enriquecedores, na medida em que tais relatos elucidavam temas e questões, por vezes, ocultas aos objetivos do pesquisador.

nossa experiência de vida como filho de trabalhadores rurais, migrantes, cortadores de cana, foi fundamental na relação que se estabeleceu com os sujeitos entrevistados, pois permitiu-nos uma aproximação qualitativa das suas experiências, narrativas e percepções acerca de suas histórias de vida, condições e relações de trabalho no eito da cana.

Considerando as dificuldades destacadas anteriormente como obstáculos que se impuseram a uma pesquisa de maior envergadura teórica e empírica, realizamos 19 entrevistas com uma duração média de uma hora e meia cada, totalizando ao final mais de 30 horas de conversa e relatos orais gravados. Transcritas, as entrevistas resultaram num documento com mais de 300 páginas de depoimentos e narrativas dos diversos sujeitos sociais. Dos sujeitos que participaram da pesquisa destacam-se: 12 trabalhadores; 5 sindicalistas ex-trabalhadores rurais; 1 fiscal do trabalho; e 1 agente da Pastoral dos Migrantes<sup>4</sup>. O contato com os depoentes se deu por meio de trabalhadores que já conhecíamos e da indicação dos próprios sujeitos que contribuíram diretamente para a construção do nosso conhecimento<sup>5</sup>.

A análise do material colhido foi realizada considerando-se que ela é um recorte da totalidade em suas partes. Assim, apreendidas em sua lógica interna, as partes foram reconsideradas numa nova construção lógica de acordo com os nossos interesses e objetivos de pesquisa. Num e noutro momento, isto é, na decomposição e na subsequente recomposição, buscou-se estabelecer as conexões e relações existentes entre as partes (QUEIROZ, 1991) para atingir a totalidade concreta do objeto investigado. Seguindo essa orientação metodológica de trabalho com os relatos orais, construímos *eixos analíticos* a partir dos quais foi possível decompor os dados e informações coletadas em torno dos objetivos perseguidos. Portanto, por meio de abstrações razoáveis, elencamos alguns temas que deram origem aos seguintes eixos de análise: 1) condições de trabalho no corte da cana: mudanças e continuidades; 2) relações de trabalho e terceirização; 3) processo de trabalho e saúde do trabalhador; 4) percepção sobre a mecanização, processos e consequências; 5) posição e percepção sobre o pagamento por produção; 6) a atuação do sindicato dos empregados rurais; 7) o agronegócio canavieiro como modelo de desenvolvimento econômico; 8) migração e trabalho; 9) a greve de Guariba, lutas e mudanças. Tais eixos analíticos permitiram um movimento do pensamento que se procedeu dialeticamente indo do simples ao complexo, do particular ao geral, constituindo juntamente

---

<sup>4</sup> Elaboramos, portanto, quatro roteiros de entrevistas distintos com questões comuns a todos os sujeitos entrevistados, mas também com questões particulares referentes à posição de cada entrevistado na perspectiva de análise da pesquisa.

<sup>5</sup> É preciso destacar que na análise e exposição da pesquisa ao longo dos capítulos os nomes que utilizamos para definir os sujeitos entrevistados são fictícios com o objetivo de preservar as suas identidades.

com outros procedimentos de pesquisa, uma representação não mais caótica do todo que envolve o agronegócio canavieiro no Brasil, mas uma representação concreta, em que a realidade social em questão é apreendida e conhecida como uma “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1982).

Portanto, o processo de conhecimento que empreendemos, embora tenha nas entrevistas semiestruturadas a técnica principal de investigação, combinou outros recursos de análise não menos importantes, como o levantamento bibliográfico, a captação de dados secundários e estudos especializados, concernentes ao tema estudado. Isso nos permitiu compor um quadro analítico bastante amplo acerca dos nossos objetivos. Os resultados podem ser encontrados ao longo dos quatro capítulos da tese que formam, em suas íntimas conexões analíticas, a totalidade deste trabalho.

Procurando responder as questões propostas neste trabalho, o **Capítulo 1** apresenta uma reflexão sociológica que busca recuperar o processo histórico do desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina e no Brasil. A partir daí destacam-se as particularidades e contradições da formação social brasileira, demonstrando em que medida a economia canavieira presente desde os tempos coloniais se constitui num elemento estruturante e permanente da “sociedade e economia do agronegócio” no Brasil contemporâneo. Nosso objetivo aí é verificar que ao longo do seu desenvolvimento histórico, o agronegócio reproduz as características de uma economia colonial, isto é, uma economia voltada exclusivamente para o mercado externo e assentada no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo. Ao analisar a constituição histórica do setor, observamos que essa estrutura (colonial) permanece, sendo ela mais um componente do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza o “caleidoscópio de épocas” do capitalismo brasileiro. Assim, localizamos os dilemas e contradições essenciais do desenvolvimento problemático da economia brasileira em sua versão atualizada, qual seja, a expansão alarmante do agronegócio canavieiro, ora defendido como modelo sustentável de desenvolvimento econômico.

Com a finalidade de questionar o agronegócio como modelo de desenvolvimento, os **Capítulos 2 e 3** se constituíram com o propósito de desvelar o verdadeiro roteiro da tragédia anunciada com a atual expansão canavieira.

No **Capítulo 2** iniciamos a apresentação da pesquisa, recuperando o desenvolvimento recente da agroindústria canavieira, seu processo de modernização e reestruturação produtiva ao longo dos anos 1980 e 1990. Demonstramos que, se por um lado, a reestruturação da

agroindústria canavieira desenvolveu novas formas de produção calcadas na aplicação tecnológica da ciência, por meio do avanço da automação industrial, da mecanização e da engenharia genética, que colocaram o setor sucroalcooleiro brasileiro como um dos mais avançados do mundo, por outro, tal processo não só provocou contradições em seu interior, como o desemprego estrutural e a extinção de postos de trabalho, mas trouxe consigo consequências nefastas aos trabalhadores que atuam ao longo da cadeia produtiva, sobretudo para aqueles que trabalham no corte da cana. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se verifica a inclusão de novos processos produtivos, impulsionados pela mecanização, cujos efeitos imediatos é a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, observa-se também a intensificação da exploração do trabalho, tanto daqueles que permanecem no corte da cana, como daqueles que assumem a função de operadores de máquinas em um novo arranjo produtivo. Constata-se, portanto, que desde meados dos anos 1980 há uma tendência nos canaviais de elevação da produtividade média dos trabalhadores que praticamente dobrou com as novas exigências das usinas no início da década de 2000. Contudo, tal elevação das médias de produção não refletiu, na vida do trabalhador, em forma de maiores salários e melhores condições de vida. Ao contrário, com as novas exigências, o trabalhador tem de trabalhar mais para garantir as mesmas condições de sua reprodução social de outrora. O detalhe é que com a reestruturação produtiva o trabalho se intensificou e mesmo com as lutas dos trabalhadores, apesar de algumas conquistas, a precariedade das condições de trabalho ainda continua.

Seguindo nesta esteira de reflexão, o **Capítulo 3** tem por objetivo demonstrar os efeitos deletérios da atual expansão do agronegócio canavieiro sobre o meio ambiente e a saúde do trabalhador. Com base nos dados levantados a partir dos relatos dos trabalhadores, sindicalistas, agentes pastorais e fiscais do trabalho chegamos à conclusão de que o agronegócio opera em seu desenvolvimento como um “moinho satânico” que tritura não apenas as condições de vida e trabalho do cortador de cana, mas mortifica o seu corpo e a sua *physis*. Nesse sentido, apontamos que a degradação do trabalho e do meio ambiente, provocada pelo agronegócio constituem a forma pela qual o Brasil se insere no mercado mundial como um dos maiores produtores de agrocombustíveis e *commodities* do mundo, reproduzindo uma economia subordinada e dependente do capital estrangeiro.

Por fim, mas sem a intenção de fechar a reflexão, o **Capítulo 4** busca problematizar qual é o sentido da expansão atual do agronegócio canavieiro no Brasil e sua defesa ideologicamente sustentada como modelo de desenvolvimento econômico. Conclui-se que ela

não só repõe as “estruturas históricas da dependência”, na medida em que se desenvolve a partir das características de uma economia de tipo colonial, mas, se insere – no âmbito da mundialização do capital – como mais uma possibilidade de reprodução ampliada do capital estrangeiro. Aliás, a lógica da participação do capital estrangeiro no agronegócio canavieiro obedece ao princípio da “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2010) nos países subdesenvolvidos, pois representa não apenas a exploração intensificada de mais-valia, mas a garantia e o controle global dos recursos naturais indispensáveis à expansão destrutiva e à reprodução mundializada do capital.

Portanto, esperamos ter alcançado os nossos objetivos, desenvolvendo uma reflexão crítica capaz de apontar os dilemas, limites e contradições do agronegócio canavieiro no Brasil. Após a construção dessa reflexão, chegamos à conclusão de que vale a pena destacar a necessidade de outros estudos e pesquisas que vão além da mera constatação da ordem instituída, ou seja, estudos que, ao oferecerem uma resistência provocativa às engrenagens que impulsionam o “*moinho satânico*” do agronegócio canavieiro no Brasil, apontem também na direção de uma transformação radical da sociedade vigente.



# CAPÍTULO 1

## CAPITALISMO DEPENDENTE E O NOVO CICLO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO BRASIL

### 1.1. Desenvolvimento capitalista e dependência na América Latina

O processo de desenvolvimento capitalista das nações latino-americanas desde a sua origem esteve calcado em padrões de dominação externa como resultado da expansão do capital a partir de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Pode-se dizer, com isso, que a América Latina constituiu-se junto com e como parte do padrão de poder e acumulação do capital dominante mundialmente. Assim, segundo Anibal Quijano, se configuraram e se estabeleceram a *colonialidade* e a *globalidade* como fundamentos e modos constitutivos do novo padrão de poder (2005, p.9).

A heterogeneidade histórico-estrutural da América Latina e os fragmentos estruturais de suas formas de existência social, histórica e geoculturalmente diversas foram submetidos e articulados pelo novo padrão de poder vigente na aurora do modo de produção capitalista. Por sua constituição histórica e estruturalmente dependente dentro do atual padrão de expansão e acumulação do capital, a América Latina esteve historicamente limitada a ser o espaço de exercício da “*colonialidade do poder*”<sup>6</sup>, na medida em que se articularam, em seu processo de desenvolvimento, formas de dominação social, política, econômica e cultural que garantiram a constituição de um novo tipo de sociedade que reproduz padrões de poder historicamente específicos e determinados (QUIJANO, 2005).

Paralelamente a isso e em estreita articulação com esse sistema de dominação sociocultural, há a emergência e constituição de um novo sistema de exploração social, ou mais especificamente, de exploração e controle do trabalho. Todos os modos historicamente

---

<sup>6</sup> O exercício da colonial/modernidade enquanto padrão de dominação do capital que se instaura na América Latina se reproduz por meio de novas relações e de seus pressupostos e sentidos no interior de suas instituições de controle e de conflitos. Isso implicava, de acordo com Quijano, numa “autêntica reconstituição do universo da subjetividade da população da espécie, como dimensão fundamental do novo padrão de poder, do novo mundo e do sistema-mundo que assim se configurava e se desenvolvia. Desse modo, emergia todo um *novo sistema de dominação social*. Especificamente, o controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e de seus respectivos recursos e produtos, de agora em diante não estará só associado a, mas sim dependerá antes de tudo, da classificação racial, já que o lugar, os papéis e as condutas nas relações sociais e as imagens, estereótipos e símbolos, com relação a cada indivíduo ou cada grupo, em cada um daqueles âmbitos de existência social, estarão daí em diante incluídos ou vinculados ao lugar de cada um na classificação racial” (2005, p.19).

conhecidos de controle do trabalho ou de exploração – escravidão, servidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e capital – foram associados, articulados, em um único sistema conjunto de produção de mercadorias para o mercado mundial (QUIJANO, 2005).

Nessa nova estrutura de exploração do trabalho e de distribuição de seus produtos, cada um de seus componentes é redefinido e reconfigurado. Conseqüentemente, sociológica e historicamente, cada um deles é novo, não uma mera extensão ou prolongamento geográfico de suas formas prévias em outras terras. Esse sistema único de produção de mercadorias para o mercado mundial, como é claro, é uma experiência histórica sem precedentes, um novo sistema de controle do trabalho, ou de exploração social” (QUIJANO, 2005, p.20).

Trata-se, portanto, de uma experiência histórica que tem no marco da evolução do capitalismo a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, porque é algo que não se restringe apenas ao avanço histórico do capitalismo na Europa e suas formas de dominação, controle e exploração sobre as nações latino-americanas, mas também implica na própria dinâmica com que a tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, articulou-se contraditoriamente e de forma peculiar, mas combinada, ao próprio desenvolvimento do capitalismo mundial. Assim, as diversas formas de controle e exploração do trabalho atualmente articuladas em torno da relação capital-salário e do mercado mundial, são formas que historicamente: 1) têm sido deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial; 2) não existem apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma estão articuladas ao capital e ao seu mercado, e desse modo, articuladas entre si; 3) cada uma dessas formas de controle sobre o trabalho desenvolve novas características e novas configurações histórico-estruturais (QUIJANO, 2005, p. 39).

No processo de constituição histórica do sistema-mundo global, a América Latina se insere por meio de relações econômicas, políticas, sociais e culturas de dependência histórico-estrutural. Tais relações que caracterizam o *modus operandis* do capital mundializado e estruturado como sistema-mundo são definidas, resumidamente, da seguinte maneira por Anibal Quijano:

- 1) É o primeiro no qual em cada um dos âmbitos da existência social todas as formas historicamente conhecidas de controle das relações sociais correspondentes estão articuladas, configurando uma única estrutura com relações sistemáticas entre os componentes de cada área, bem como em seu conjunto;

- 2) É o primeiro em que cada uma dessas estruturas de cada âmbito da existência social está sob a hegemonia de uma instituição produzida no interior do processo de formação e desenvolvimento desse mesmo padrão de poder. Assim, no controle do trabalho de seus recursos e produtos está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, de seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo;
- 3) Cada uma dessas instituições existe em relações de interdependência entre si, fazendo com que o padrão de poder se configure como um sistema;
- 4) Por último, esse padrão de poder mundial é o primeiro a atingir toda a população do planeta (QUIJANO, 2005, p. 53).

Portanto, em se tratando do modo como a América Latina se constituiu como parte integrante na totalidade do desenvolvimento desigual e combinado do capital, é possível dizer que elementos da dinâmica social e econômica, tais como reciprocidade, escravidão, servidão e produção mercantil, não emergiram de uma sequência histórica unilinear, como extensão das formas pré-capitalistas. Ao contrário, conclui Quijano, na América,

[...] a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Da mesma maneira, a servidão foi imposta aos índios, incluindo a redefinição das instituições de reciprocidade, para servir aos mesmos fins, isto é, para produzir mercadorias para o mercado mundial. Por fim, a produção mercantil independente foi estabelecida e ampliada também com os mesmos propósitos (2005, p. 60).

Cabe, pois, perguntar, considerando as particularidades da América Latina e de seu desenvolvimento desigual e combinado<sup>7</sup>, de que forma esses novos padrões de poder,

---

<sup>7</sup> De acordo com George Novack, a lei do desenvolvimento desigual e combinado possui uma dupla natureza que pode ser exemplificada da seguinte forma: 1) *desenvolvimento desigual*: “O fato mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Esta é a essência da lei do desenvolvimento desigual”; 2) *desenvolvimento combinado*: “Essas variações entre os múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno excepcional, no qual as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior. Essas formações combinadas; têm um caráter altamente contraditório e exibem acentuadas peculiaridades. Elas podem desviar-se muito das regras e efetuar tal

dominação e exploração do trabalho, específicos e determinados, instauram a lógica do capitalismo dependente na América Latina?

Numa perspectiva dialética de análise crítica, Ruy Mauro Marini (2000) afirma que o desenvolvimento capitalista da América Latina é uma realidade *sui generis*, ou seja, ao contrário das correntes teóricas que tentaram transpor modelos explicativos do capitalismo clássico europeu, Marini assinala que o desenvolvimento da América Latina possui peculiaridades em relação à estrutura e funcionamento do capitalismo desenvolvido de acordo com o modelo clássico. Só é possível compreender a realidade latino-americana se compreendemos a sua dinâmica particular de desenvolvimento social, político, econômico e cultural, ou seja, deve-se observar as formas particulares, regionais e inter-regionais da América Latina quanto ao processo de desenvolvimento do capitalismo.

Florestan Fernandes (1981) se atentou a essas formas particulares, regionais e inter-regionais da América Latina quando destacou que: “[...] é mais ou menos fácil importar e difundir técnicas, instituições e valores sociais novos”. Porém, “[...] é consideravelmente difícil criar as condições materiais e morais que eles requerem, para produzirem o máximo de eficácia e de rendimento sociais” (p. 43). Segundo Florestan, esse fenômeno ocorreu com a difusão do capitalismo nos países da América Latina, após as lutas armadas pela independência política e a conquista da emancipação nacional.

As técnicas, instituições e valores sociais que permitiram uma profunda e revolucionária reorganização da sociedade, da economia e da cultura sofreram uma difusão rápida. O mesmo não sucedeu – nem podia suceder – com a possibilidade de convertê-los em fatores concretos da dinamização da ordem econômica, social e política. *Nesse sentido, pode-se dizer que os modelos ideais de organização da sociedade foram substituídos de acordo com ritmos históricos muito intensos.* O mesmo não aconteceu com a criação das estruturas sociais, econômicas e políticas correspondentes, que iriam emergir, difundir-se e desenvolver-se através de ritmos históricos muito débeis e incertos, graças a uma evolução lenta, penosa e oscilante (mesmo nos países que lograram a integração nacional da economia de mercado e da ordem social

---

oscilação de modo a produzir um salto qualitativo na evolução social e capacitar povos que eram atrasados a superar, durante certo tempo, os mais avançados. Esta é a essência da lei do desenvolvimento combinado. É óbvio que estas duas leis, estes dois aspectos de uma só lei, não atuam ao mesmo nível. A desigualdade do desenvolvimento precede qualquer combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos. A segunda lei cresce sobre a primeira e depende desta. E, por sua vez, esta atua, sobre aquela, afetando-a no seu posterior funcionamento”. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/cap01.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2012.

competitiva com maior rapidez. Na verdade, as reais fronteiras da história, na América Latina, não estão na aparente absorção dos modelos ideais de organização econômica, social e política, que podem ser importados prontos e acabados. Elas se encontram nos ‘fatos de estrutura’, através dos quais *os homens constroem (ou deixam de fazê-lo) as condições que asseguram (ou não) a viabilidade histórica e a efetividade prática dos referidos modelos ideais* (FERNANDES, 1981, p, 43-44, *grifo nosso*).

Em outras palavras, trata-se de compreender de que forma se irrompe o capitalismo na América Latina, considerando não apenas a constituição da *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005) a que nos referimos anteriormente, mas também a dinâmica das relações econômicas, políticas, sociais e culturais instauradas nos países latino-americanos imediatamente após a crise do antigo sistema colonial. No que concerne a essas novas relações, especialmente as econômicas, podemos identificar no interior desses países a reprodução das formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). No entanto, de acordo com Florestan Fernandes (1981), há um componente adicional específico e típico nesse processo: “*a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes)*” (p.45). Ou seja, com a formação das economias capitalistas dependentes instauram-se processos de acumulação cujos objetivos são, além da espoliação e do saque dos recursos naturais, as diversas formas de exploração, controle e extração de mais-valia que o capital pode empreender para satisfazer seus apetites incessantes de expansão e reprodução. Em termos abstratos,

[...] as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. *Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas* (FERNANDES, 1981, p. 45, *grifo nosso*).

Portanto, o desenvolvimento da América Latina está intrinsecamente ligado à submissão permanente da população aos processos de exploração do trabalho e expropriação da

riqueza<sup>8</sup>. Ele é peculiar porque se deu no contexto da reprodução ampliada do capital. Isto é, forjada no calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional porque, enquanto colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, contribuiu não apenas para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento, mas também – conforme o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa –, sustentou o sistema manufatureiro europeu, o que abriu caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 2000, p. 109).

É o que Marx destaca a propósito do processo de acumulação primitiva que permitiu a “*gênese do capitalista industrial*” na Europa.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco (MARX, 1985, p. 285).

Dessa perspectiva, e analisando a forma brutal e violenta com que – na ordem cronológica – Espanha, Portugal, Holanda, França, Inglaterra e EUA, impuseram-se sobre as sociedades e culturas latino-americanas, africanas e asiáticas, Marx confirma que tal processo se deu com a violência concentrada e organizada da sociedade, “para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição” (1985, p.286). Dessa maneira:

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “*sociedades monopolias*” foram alavancas poderosas da concentração de capital. *Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio*

---

<sup>8</sup> Em outras palavras, esse é o dilema do desenvolvimento dependente. Segundo Plínio de Arruda Sampaio Jr. a problemática que envolve o desenvolvimento dependente consiste no seguinte: “o sistema capitalista mundial é um espaço heterogêneo polarizado em torno de um centro dinâmico – que concentra as economias produtoras de progresso técnico responsáveis pelos impulsos do desenvolvimento – e uma periferia dependente – composta de uma constelação de economias satélites que absorvem, com retardo e de maneira restrita, as transformações difundidas pelos centros hegemônicos. Daí a existência de grandes discrepâncias entre as formas ideais de funcionamento do capitalismo e seu modo real de operação na periferia. Apesar de repetir os mesmos processos vividos pelos centros dominantes, na situação de dependência as estruturas e os dinamismos capitalistas perdem a sua eficácia como mola propulsora do desenvolvimento econômico e do bem-estar social” (SAMPAIO JR., 1999, p. 89).

*do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital (MARX, 1985, p. 287, grifo nosso).*

Portanto, se o sistema colonial sustentou o desenvolvimento capitalista europeu por meio da violência estrutural, pilhando, escravizando e assassinando a cultura, a sociedade, a economia e a política dos povos latino-americanos, não se pode dizer que a pilhagem e a escravidão cessaram com as lutas por independência política desses povos. Ao período em que se consolida o capitalismo na Europa corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa tecida durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra, o novo centro de acumulação do capital. É o início do processo de dependência dos países latino-americanos em relação aos países de capitalismo central.

Segundo Marini (2000), é a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definitiva: “a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região”. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como “[...] *uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência*” (p.109). O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (MARINI, 2000). É a produção do subdesenvolvimento<sup>9</sup>.

Na busca pela compreensão do por que a América Latina não se desenvolveu conforme o modelo clássico vigente do capitalismo europeu após os processos de luta e independência, Florestan Fernandes a fim de não negar a modernidade nem o caráter capitalista do empreendimento colonial destacou que: o que aqui apareceu e se desenvolveu, que se pode considerar típico do capitalismo moderno, “[...] não só eram conexões do capitalismo mercantilista, mas eram o seu reverso, que permitiam organizar e expandir a colonização de

---

<sup>9</sup> Esse processo confirma o que Florestan Fernandes denomina de condições tipicamente de dependência econômica, sociocultural e política nas quais a dominação externa é mediatizada e em que a revolução burguesa, como uma dimensão histórica interna, não se acelera por via autônoma, mas graças a esquemas de articulação da iniciativa privada nacional com o intervencionismo estatal, como o capital estrangeiro ou com ambos (FERNANDES, 2008a, p. 33). Por isso, afirma Florestan Fernandes, que na análise do desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo o olhar sociológico deve operar uma rotação ótica no que se refere ao estudo das classes, quando se considera o desenvolvimento clássico dos países europeus, pois no caso das particularidades latino-americanas “o que varia é o modo pelo qual o regime de classes nasce e se desenvolve, com influências e dinâmicas externas que afetam tanto a história quanto as estruturas das sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas” (2008a, p. 34).

sentido explorador” (FERNANDES, 1981, p.47). Assim, no último quartel do século XIX, a consolidação do capitalismo moderno na América Latina se manifesta numa contraditória imbricação entre o *novo* e o *velho*, isto é, verifica-se que os dinamismos econômicos dominantes precediam de um novo tipo de mercado, que reaglutinava as estruturas econômicas de origem colonial ou neocolonial a novas estruturas econômicas forjadas pelas novas relações com o mercado mundial e pela expansão gradual de um sistema de produção capitalista. O que indica que as estruturas e formas de produção econômicas pré-capitalistas serviram de patamar para a criação e alimentação inicial do setor moderno da economia, que não se deu sem a reconfiguração e alterações sobre as condições dos agentes econômicos localizados no interior da economia, independente do grau de sua vinculação com os polos interno e externo do crescimento econômico do capital. Assim, *o aburguesamento do senhor rural é típico* (FERNANDES, 1981, p. 52).

Contudo, afirma Florestan Fernandes que esse aburguesamento desenrola-se como um dado da estrutura, não como um processo histórico.

Portanto, o produtor rural que aceita positivamente sua condição burguesa, o grande ou pequeno comerciante que se orgulha de sua contribuição para o progresso econômico, o trabalhador assalariado ou semi-assalariado que pratica a poupança tendo em vista o enriquecimento e a passagem para o mundo dos negócios, todos compreendem a necessidade e as vantagens da coexistência do antigo regime dentro do novo. Por isso, *não lutam contra tal coexistência: veem na associação com capitais e firmas estrangeiras um fator de progresso ou em formas pré-capitalistas de produção e de troca uma fonte de intensificação da acumulação de capital* (1981, p. 52, grifo nosso).

Ora, esta não é outra coisa (*a exemplo do que observamos atualmente com a expansão alarmante do agronegócio canavieiro e sua internacionalização*), senão a forma pela qual, notadamente, as classes sociais dominantes na América Latina se articulam aos processos de dominação internos e externos que buscam instaurar e perpetuar a subordinação dos povos e nações latino-americanas aos padrões de organização social e desenvolvimento econômico dos países de capitalismo central. Por conseguinte, o advento do capitalismo maduro nos países em questão, afirma Florestan “*envolve ao mesmo tempo uma ruptura e uma conciliação com o antigo regime*”. A descolonização nunca pode ser completa, “*porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira*” (FERNANDES, 1981, p. 52, grifo nosso).

Assim, conclui Florestan Fernandes que esta não é uma interpretação dualista, pois o

capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. Em ambos os casos, “[...] *ele une o arcaico ao moderno e suscita seja a arcaização do moderno seja a modernização do arcaico*” (1981, p.61). Portanto, trata-se da permanência de diferentes ritmos históricos que caracterizam o capitalismo dependente, pois é aí que há uma rearticulação do todo. Isto é:

O arcaico é de fato atualizado, servindo de suporte ao moderno, e pela qual o moderno parece perder esse caráter, revitalizando o seu oposto ou gerando formas socioeconômicas que misturam a acumulação pré-capitalista com a articulação especificamente capitalista. O que importa, no conjunto, não é a existência do arcaico e do moderno, seu grau de visibilidade e os mundos superpostos que evidenciam. Mas, *o modo pelo qual as transformações sucessivas do mercado e do sistema de produção encadeiam a persistência de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas* (FERNANDES, 1981, p.62, *grifo nosso*).

Ora, se essa é a dinâmica constitutiva da dialética do desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos, ou seja, a articulação entre o velho e o novo que instaura novas relações de dependência, então não podemos desconsiderar que essa dinâmica é parte integrante de um conjunto de relações estruturais de dependência entre os países de capitalismo central e os países de economias periféricas. Porque o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementariedade, ou seja, embora antagônicos, os dois fenômenos se articulam e pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala global (CARCANHOLO, 2009), o que cria realidades distintas de múltiplas determinações, mas uma mesma síntese de contradições insuperáveis na ordem reprodutiva do capital.

No Brasil, essa dinâmica contraditória da relação desenvolvimento-subdesenvolvimento gerou uma economia duplamente polarizada como fator resultante das condições histórico-estruturais da dependência. Desse modo, por um lado temos um setor de exportação de produtos primários, em que a vigência dos princípios capitalistas só é plena, em regra, no nível da comercialização e no qual se concretiza ao máximo a dependência em relação ao exterior; e, por outro, um setor interno de produção, circulação e consumo de bens ainda sujeito a fortes influxos externos, mas impulsionado por tendências irreversíveis de consolidação da economia de mercado capitalista existente (FERNANDES, 2008b, p.35). Essa dinâmica da economia dependente que caracteriza a formação brasileira encontra-se em desenvolvimento no interior do ciclo atual de expansão do agronegócio canavieiro, beneficiário

de uma estrutura econômica de desenvolvimento dependente.

Dentre os fatores que podemos destacar acerca da permanência de condições que favorecem historicamente a existência de setores como o agronegócio que só fazem perpetuar a dependência brasileira, encontra-se, por exemplo, a subordinação estrutural da economia brasileira às determinações mais gerais das economias capitalistas centrais.

A tese segundo a qual o Brasil não conseguiu realizar historicamente todas as condições necessárias ao pleno desenvolvimento capitalista tal como ocorreram nos modelos clássicos europeus, pode ser discutida com Fernandes (2008b), quando afirma que, no plano internacional, “[...] o capitalismo gera uma luta permanente e implacável pelas posições de controle da economia mundial, que permitem dirigir processos de formação e de crescimento das economias dependentes” (p.35), bem como monopolizar os excedentes econômicos que podem, assim, ser captados e drenados dessas economias para as economias hegemônicas.

Por isso, a superação do capitalismo dependente e a implantação do capitalismo autossuficiente, numa sociedade subdesenvolvida, repousam, primariamente, na forma de integração nacional alcançada pela ordem social competitiva, através da absorção dos padrões e princípios de organização capitalista do sistema econômico. Se ou enquanto a sociedade subdesenvolvida não possuir requisitos estruturais e dinâmicos para engendrar processos de automatização econômica, sociocultural e política, no nível do padrão de integração, funcionamento e desenvolvimento da ordem social competitiva, ela ficará condenada ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente (qualquer que seja a fórmula empregada para disfarçar esse destino) (FERNANDES, 2008b, p. 35).

A razão dessa condenação da nação brasileira ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente se deve também ao tipo de dominação burguesa que se instituiu ao longo do desenvolvimento capitalista no Brasil. A peculiaridade dessa dominação, de acordo com Florestan, articula-se em dois polos distintos, mas que são complementares no caso brasileiro:

[...] um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades patrióticas e democráticas ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada comunidade internacional de negócios (FERNANDES, 2008a, p. 35-36).

Dessa forma, não é possível compreender o modo pelo qual se constitui o desenvolvimento dependente no Brasil, se não se compreende as conexões e relações de dominação burguesa organizadas no plano interno da nação, mas que se encontram estruturalmente articuladas ativa e solidariamente aos variados interesses externos, mais ou menos empenhados na redução dos ritmos e dos limites da descolonização (FERNANDES, 2008a). Por isso, se consideramos que a compreensão acerca da problemática do desenvolvimento exige o entendimento do “conjunto de circunstâncias objetivas e subjetivas que condicionam a capacidade da sociedade de controlar o processo de mudança social” (SAMPAIO JR., 1999, p. 63), então vale destacar que no caso brasileiro, as mudanças sociais estiveram, desde o início do desenvolvimento capitalista, subordinadas ao controle dos interesses e objetivos da burguesia.

Assim, podemos dizer que, no Brasil, desde a desagregação do antigo sistema colonial e com a emergência da ordem social competitiva, seus valores, técnicas e instituições sociais, as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais nunca operaram isoladamente. Ao contrário, destaca Florestan Fernandes,

Tanto a partir de dentro quanto a partir de fora, havia outros movimentos de sentido oposto, que trabalhavam pelo equilíbrio estático da economia, da sociedade e da cultura. O modo de produção escravista, a estrutura estamental e de casta das relações sociais, e a dominação patrimonialista concorriam para preservar, aos níveis estrutural e histórico, as estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do período colonial, mantendo-as quase intacta. Doutro lado, a influência externa, autenticamente revolucionária aos níveis estrutural e histórico na fase de desagregação do antigo sistema colonial, pois incorporava a economia interna diretamente no mercado mundial e fixava os núcleos urbanos que iriam servir de fulcro ao crescimento de um mercado capitalista moderno, também pressupunha um *feedback* negativo. O comércio externo constituía o verdadeiro ponto de apoio seja para a manutenção seja para a ampliação de um esquema de exportação e de importação que iria servir de eixo para a preservação, o desdobramento e a revitalização de estruturas econômicas, sociais e políticas de origem colonial (FERNANDES, 2008a, p. 46-47).

Essa análise de Florestan nos permite formular a hipótese segundo a qual o desenvolvimento histórico do agronegócio canavieiro e sua expansão recente estão, desde sua origem, intrinsecamente articulados ao desenvolvimento peculiar do capitalismo dependente no Brasil. Isso porque sua expansão atual parece reproduzir em seu interior as mesmas características estruturais da “*economia colonial*”. A forma como ocorreram as mudanças

sociais no Brasil assim o confirma. É o que nos permite assinalar Florestan quando destaca que os movimentos que promoviam a preservação e o fortalecimento de relações, instituições e estruturas coloniais não eram pura e simplesmente antagônicos à modernização, ao crescimento do ‘setor novo’ e à expansão interna do capitalismo comercial. Bem analisados, “[...] eles constituíam antes uma pré-condição para que tudo isso fosse possível, dadas as vinculações existentes entre o desenvolvimento capitalista no setor novo, urbano-comercial (e, mais tarde, urbano industrial)” (FERNANDES, 2008a, p. 47).

Portanto, convém destacar a propósito do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil que,

[...] os interesses investidos na modernização ou na expansão interna de um mercado capitalista moderno e do setor urbano-comercial, estratégico para tais fins, não lutavam, pelo controle do espaço ecológico, econômico, sociocultural e político incorporado às estruturas econômicas, socioculturais e políticas de origem colonial. Na verdade, eles se superpunham e se agregavam, aos níveis estrutural e histórico, aos interesses investidos neste setor de origem colonial, produzindo-se uma articulação dinâmica entre ambos. *Por isso, não só as relações de produção coloniais podiam subsistir: elas se convertiam, de imediato, em fonte de excedente econômico que iria financiar tanto a incorporação direta ao mercado mundial, com seus desdobramentos econômicos e culturais, quanto a eclosão de um mercado capitalista moderno e a subsequente revolução urbano-comercial* (FERNANDES, 2008a, p. 47).

Por isso, é importante perguntar: a quem interessa as relações contínuas e descontínuas produzidas pelo conjunto das mudanças sociais no Brasil? Às elites, aos usineiros, aos grandes proprietários de terra, isto é, à burguesia brasileira. Porque, desde a independência, a mudança social não se dá para a sociedade brasileira como um todo, mas para uma minoria privilegiada que não só se beneficia dos processos de mudança social, mas o controla, determinando-o de acordo com os seus interesses. Por isso, o padrão de desenvolvimento capitalista dependente é incapaz de superar certas realidades que se reconstituem e revitalizam de modo permanente como: a forte dominação externa; a apropriação dual ou associada do excedente econômico; a extrema desigualdade na distribuição da riqueza, do prestígio social e do poder; a coexistência do crescimento capitalista interno com o subdesenvolvimento absoluto ou relativo, forçando constantes rearticulações de setores arcaicos, modernos e ultramodernos; intensa exclusão institucional das classes destituídas etc (FERNANDES, 2008a).

Em síntese, podemos assinalar, diante do exposto, que o padrão de desenvolvimento

capitalista dependente resulta de combinações de dinamismos econômicos, socioculturais e políticos internos e externos que sempre se revelam, em níveis estrutural-funcional e histórico, insuficientes para transformar a modernização dependente em modernização autônoma. Em outras palavras,

[...] eles não são suficientemente fortes para promover a revolução dentro da ordem em termos capitalistas, criando quer a independência em relação à dominação externa e ao imperialismo, quer real fluidez no funcionamento da ordem social competitiva, com o desencadeamento de uma torrente democrático-burguesa e nacionalista nas relações de acomodação e de conflitos entre as classes (FERNANDES, 2008a, p. 57).

Assim, na medida em que se reproduzem as estruturas históricas da dependência econômica, países como o Brasil, destituídos de sua autossuficiência, inserem-se no âmbito da divisão internacional do trabalho, encarnando uma situação muito específica, qual seja, a de uma entidade especializada e de autonomia limitada. Isso porque se trata de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade subsidiária e dependente, em nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como “entidade tributária, em nível do ciclo de apropriação capitalista internacional”, no qual ela aparece como uma “fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 2008b, p. 36-37).

## **1.2. Brasil: um “caleidoscópio de épocas” do desenvolvimento desigual e combinado**

Para compreender a totalidade social que envolve a recente dinâmica expansionista do agronegócio canavieiro, defendido como modelo de desenvolvimento a ser adotado e estendido por todo o Brasil, é preciso situar essa realidade social no contexto mais geral de sua articulação estruturante com os processos sociais de formação histórica e econômica da nação, suas particularidades e seus desdobramentos sociais, culturais e políticos. Por isso, a história das ideias e do pensamento social brasileiro se faz importante porque nela podemos perceber um esforço persistente e reiterado de compreensão das condições de formação e modernização do Brasil. Segundo Ianni (2004a), são dois os pontos de vista a partir dos quais se destacam tais condições: 1) aquele que busca fazer com que a sociedade e o Estado, compreendendo as

instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, aproximem-se de padrões estabelecidos pelos países capitalistas mais desenvolvidos; 2) e o que busca conhecer e valorizar as peculiaridades da formação social brasileira e sua diversidade social, cultural, política e econômica.

Partindo desse segundo ponto de vista, mas considerando que a formação social brasileira não deixa de ser atravessada por contradições que se manifestam e operam na dinâmica social constituinte das relações entre Estado e Sociedade, é que buscaremos traçar a dialética constitutiva do desenvolvimento econômico dependente brasileiro presente na proposta de modelo sustentado pelo agronegócio canavieiro. Assim, convém ressaltar que os aspectos contraditórios do processo de formação social do Brasil podem ser sintetizados, conforme Ianni (2004a), em três momentos constituintes e constitutivos da nossa nação, a saber, o sentido da *colonização*, a *escravidão* e o *processo de desenvolvimento desigual e combinado*. Apesar da modernização da economia brasileira perpetrada principalmente durante o século XX, cabe enfatizar que esses três momentos constitutivos da nossa formação influenciam-se reciprocamente em diversas modalidades, conforme a época, o lugar e a ocasião (IANNI, 2004a). Não se esgotam na história. Ao contrário, alimentam-se nela e por meio dela. Por isso, antes de conduzir nosso olhar girando o “*caleidoscópio de épocas*” fundidas que caracterizam o nosso processo de formação, cumpre primeiro realizar uma síntese histórica básica para situar o contexto a partir do qual o Brasil se constituiu.

Desde a expansão comercial europeia no século XVI, o território brasileiro foi, segundo Furtado (1964), a primeira região do hemisfério ocidental a desenvolver-se com base na agricultura. Assim, numa época em que apenas a busca por metais preciosos (ouro e prata) justificava a colonização de terras no continente americano, os portugueses iniciaram no nordeste brasileiro (faixa úmida litorânea) uma agricultura de exportação, o que, entre os séculos XVI e XVII, deu ao Brasil o monopólio das exportações de açúcar no mercado internacional da época. Embora a agricultura de exportação de açúcar tenha marcado o início da exploração colonial, ela nunca desapareceu da vida econômica do Brasil, mesmo com a emergência de outros e novos ciclos econômicos como foi o ciclo da mineração.

Aliás, vale destacar que durante o ciclo do ouro, nos fins do século XVII, quando ocorrem as primeiras descobertas, e ao longo de todo o século XVIII, o Brasil se transformou na principal fonte de ouro para a economia europeia que passava por importantes transformações com a emergência da Revolução Industrial. Nesse período, ocorrem na Colônia

o deslocamento do centro econômico do Nordeste para as regiões sudeste e centro-oeste, especialmente Minas Gerais e Rio de Janeiro, devido à posição geográfica das principais minas de extração e controle do ouro pela coroa portuguesa. Com o esgotamento das jazidas e por consequência o declínio do ciclo do ouro em fins do século XVIII e com as contradições sociais, crises e Revoluções na Europa nesse período, um novo cenário volta a se abrir para a agricultura de exportação brasileira.

O café surge, nesse período, como o principal produto do desenvolvimento agrícola, mas que, na verdade, irá consolidar-se somente em meados do século XIX, marcando, por assim dizer, a estrutura agrária e social brasileira até a primeira metade do século XX, quando se tem, não apenas a consolidação da ordem capitalista com suas instituições e estruturas, mas um processo ampliado e tardio de industrialização da economia brasileira. Em suma, de acordo com Celso Furtado (1964), se observarmos em conjunto os quatro séculos entre 1530 – quando teve início a ocupação econômica do território – e 1930, veremos que durante todo esse período, a economia brasileira derivou o seu impulso dinâmico da demanda externa. Três ciclos de longa duração caracterizaram o desenvolvimento do país: “o primeiro, sob o impulso das exportações de açúcar (1530-1650); o segundo marcado pela extração do ouro (1700-1780); e o terceiro, sob o signo da expansão do café (1840-1930)” (p.98).

Portanto, segundo Celso Furtado,

O desenvolvimento econômico, durante esse longo período, constituiu essencialmente em ocupação de novas terras ou exploração de recursos naturais esgotáveis, por um lado, e por outro, em importação de mão-de-obra da África e Europa. O desenvolvimento de uma área se fazia enquanto outras, cujos recursos naturais se haviam esgotado ou cujos produtos de exportação haviam perdido os seus mercados permaneceram estagnados ou em declínio. Como o desenvolvimento de uma área pouca ou nenhuma interferência tinha sobre as demais, as regiões que entraram em declínio, em épocas distintas, sobreviveram secularmente apoiando-se em formas de economia de subsistência, sem qualquer impulso próprio de crescimento (1964, p.98).

Explica-se, assim, conforme podemos verificar a descontinuidade no desenvolvimento brasileiro e as grandes disparidades de níveis de vida entre as regiões. Entretanto, as disparidades existentes entre as diversas regiões brasileiras não decorrem apenas de descontinuidades puramente econômicas, mas envolvem um amplo processo social e histórico em que os homens lutam para conduzir o destino das mudanças e transformações sociais em curso. No Brasil, tal processo encontra-se sob o controle da classe dominante, ora exercido

pelos latifundiários e grandes proprietários, ora exercido pela burguesia brasileira, articulada aos interesses econômicos e políticos estrangeiros. Em outras palavras, para compreender essa descontinuidade do desenvolvimento no processo de formação do Brasil, que envolve a ação política e social das classes, talvez seja preciso se perguntar por que um país colonial se converte numa nação dependente?

Para responder a essa pergunta, Florestan Fernandes identifica dois ciclos revolucionários que marcam a evolução da sociedade brasileira como nação dependente. O primeiro ciclo ocorreu no contexto histórico da emancipação política e do desenvolvimento de um Estado nacional independente; o segundo deu-se no contexto da desagregação da ordem social escravista e senhorial (*o nosso antigo regime*) e da expansão da ordem social competitiva, isto é, do desenvolvimento do capitalismo brasileiro (2008a, p. 151)<sup>10</sup>.

No primeiro ciclo, a constituição do Estado nacional não significou uma real independência no que se refere à condução dos processos decisórios relativos aos interesses nacionais. O que se verifica, em verdade, é que o controle da Coroa portuguesa deu lugar a outra modalidade de controle externo. Segundo Florestan, “um controle baseado em mecanismos puramente econômicos”, que “[...] reestabelecia os nexos de dependência como parte das relações comerciais, através dos negócios de exportação e de importação” (FERNANDES, 2008a, p. 152). Vale dizer que a economia agrário-exportadora de café cumpre nesse período um papel estruturante nas novas relações de dependência.

Por isso, mesmo com o processo de incorporação e desenvolvimento de instituições capitalistas que não existiam antes no país, não houve uma transformação das bases e estruturas que poderiam ter levado o Brasil a se constituir numa nação livre e independente. Ao contrário, destaca Florestan, as mudanças que se processaram nesse período,

Significavam que, à medida que o capitalismo se consolidasse dentro do país, mais ramificados, sólidos e persistentes se tornariam os laços de dependência puramente econômica, nascidos do novo tipo de incorporação dessa economia ao mercado mundial. Portanto, a evolução do capitalismo, como realidade histórica interna, não possuía a mesma significação que teve em outros países da Europa (como a Inglaterra, a França ou a Alemanha) e nos Estados Unidos. Na fase incipiente desse desenvolvimento, o capitalismo exprimia a reorganização econômica e política do mundo colonial, sob hegemonia inglesa (FERNANDES, 2008a, p. 152).

---

<sup>10</sup> Vale assinalar ainda, que o autor afirma que tais ciclos revolucionários foram mais produto da transformação estrutural profunda da organização da economia e da sociedade que de movimentos sociais conscientes e estruturados das elites tradicionais ou emergentes (FERNANDES, 2008a).

Dessa forma, a dependência econômica se impunha como produto da existência de uma ordem econômica mundial, na qual as nações dependentes se especializavam, de um modo ou de outro, em funções econômicas vinculadas à dinâmica das economias nacionais dominantes. Nascia, assim, o padrão de desenvolvimento das economias dependentes, isto é, uma forma de dominação externa com que às nações se subordinam aos interesses, à política e às potencialidades econômicas das nações dominantes.

O segundo ciclo revolucionário da evolução da sociedade brasileira decorre, de acordo com Florestan, da própria expansão interna do capitalismo comercial e financeiro, pois, com a produção agrária exportadora e os negócios de exportação e de importação, fortalecida pela política e ação de um Estado nacional que articulou um conjunto de interesses na expansão econômica do mercado interno, desencadeou-se um processo histórico que marcou a organização da sociedade brasileira. Entretanto, tal processo “não passou de uma ilusão de autonomia econômica e política, já que não encontrava razão de ser” (FERNANDES, 2008a, p. 153). Isso porque, para Florestan, a expansão e maturidade do capitalismo industrial, sobretudo a partir dos anos 1930, exprimindo uma economia de mercado especificamente moderna se revelam, na verdade, como um “*ciclo vicioso*” de uma economia nacional dependente. Porque, “[...] na era do capitalismo industrial, a nação atinge seu maior nível de riqueza e de desenvolvimento, mas configura, igualmente, a plenitude do capitalismo dependente” (FERNANDES, 2008a, p. 154). Mas por que isso ocorre, mesmo com o desenvolvimento das estruturas e instituições características da ordem social competitiva?

Num primeiro momento, afirma Fernandes (2008a), o condicionamento econômico externo praticamente serviu de baliza ao desenvolvimento da economia brasileira, isto é, foi esse condicionamento que, em certa medida, propiciou, de fora para dentro, a ruptura com o antigo sistema colonial. Desse modo,

Nossas elites senhoriais souberam aproveitar-se da oportunidade histórica com que depararam, construindo um Estado nacional independente e assumindo o controle político da Nação. Romperam, dessa forma, os liames de dependência inerentes ao pacto colonial. Contudo, não dispunham de meios (principalmente econômicos) nem de imaginação (principalmente política) para impedir que a antiga colônia desse origem a uma nação igualmente controlada de fora, em termos neocoloniais, ao nível econômico (FERNANDES, 2008a, p. 154)

Assim, o padrão de desenvolvimento que articulava a economia nacional ao trágico

destino dependente consolidou-se sob as modernas tendências do imperialismo e do padrão de acumulação global do capital.

Em um segundo momento, portanto, as velhas estruturas econômicas e sociais, que serviam de ponto de apoio para a ação política e a afirmação nacional dessas elites, puderam ser condenadas e superadas por uma evolução de novo tipo, mas ainda condicionada economicamente pelo mercado externo, o que caracterizou os rumos do nosso capitalismo brasileiro (FERNANDES, 2008a). Portanto, a revolução burguesa que se desenvolveu na transição do século XIX para o XX não levou a uma crescente “autonomização econômica”, ao contrário, “engendrou um tipo complexo e sutil de dependência econômica e dominação externa que atravessa a história recente do Brasil” (FERNANDES, 2008a, p. 154).

Considerando esse contexto, ainda presente na história recente do Brasil, podemos identificar na expansão do agronegócio canavieiro atual os mesmos dilemas que caracterizam o desenvolvimento dependente. Por isso, vale assinalar, que o desenvolvimento recente do agronegócio canavieiro parece combinar, ao mesmo tempo, elementos arcaicos dos primeiros anos da nossa colonização a partir da *monocultura canavieira*, *trabalho escravo*, degradante ou análogo, expansão do *latifúndio*, *concentração de renda* e de terras, com automação industrial, autossuficiência energética, melhoramento genético e produção intensiva, capaz de aproveitar a totalidade dos resíduos derivados da produção de açúcar e álcool.

Assim, mesmo diante do processo de modernização e de tendência à reestruturação produtiva da agroindústria canavieira nas últimas décadas, verificamos a presença de formas pretéritas, precárias e degradantes das condições de trabalho na colheita manual da cana, naquele que parece ser o setor mais dinâmico da economia brasileira atual. Entretanto, se observarmos na história de nosso desenvolvimento econômico, não será difícil identificar as diversas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais das diversas etapas do ciclo da cana-de-açúcar. É o que podemos constatar na primeira experiência do ciclo do açúcar durante os séculos XVI e XVII no período colonial. Dentre as inúmeras implicações sobre o processo de formação social e desenvolvimento do Brasil destacam-se:

- 1) a desconexão entre a evolução estável da estrutura fundiária concentrada e a transformação profunda nas cidades em absorver, sem mudanças radicais, o fluxo de expulsão dos pobres do campo;

- 2) a consolidação de uma forte divisão entre produção agrícola empresarial (voltada mais para o comércio) e a produção agrícola familiar (voltada mais para a subsistência),

refletida, em parte, no meio urbano, entre as poucas, grandes e médias empresas e a imensidão dos micro e pequenos negócios informais;

3) a estabilidade na desigualdade entre as condições de vida e trabalho no campo e nas cidades, o que, por tais condições serem em geral, muito superiores nas cidades, levou à formação, no campo, de enorme exército de reserva de desempregados e subocupados, marginalizados das políticas de proteção social e do trabalho (POCHMANN, 2009, p.65).

Diante dessas implicações, para se compreender a forma pela qual se processa o desenvolvimento econômico do Brasil e a dinâmica das particularidades que caracterizam as diversas etapas e ciclos econômicos de sua história, especialmente o caso da cana, é preciso considerar, no interior do processo global de acumulação capitalista, qual o significado e o que se entende por desenvolvimento econômico.

Apesar de haver consenso em relação ao tratamento conceitual que se dá ao termo desenvolvimento econômico, ele não escapa às múltiplas determinações sociais e contradições da própria dinâmica da realidade capitalista. Assim, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento econômico significa “uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política da organização determinante da produção, da distribuição e do consumo”, segundo Paul Baran (1986), ele também sempre “foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social”, mas sempre encontrou a “oposição e a obstrução dos interessados na preservação do *status quo*”, dos que usufruem benefícios e hábitos de pensamento do complexo social existente, das instituições e costumes predominantes (BARAN, 1986, p. 37).

Portanto, considerando o desenvolvimento econômico como um processo inerente à lógica da expansão capitalista, ele não deixa de ser marcado por choques e conflitos, avanços e retrocessos, rupturas e continuidades. Nunca foi um processo suave e harmonioso, desdobrando-se ao longo do tempo e do espaço. Vale dizer que – como consequência da grande ascensão histórica do capital – o desenvolvimento econômico produz efeitos positivos e negativos. Assim, a suposta *missão civilizatória do capital*, empreendida pela ideologia burguesa do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que aumenta a capacidade e a produção de riquezas para uns, gera a violência, destruição, barbárie e degradação socioambiental para outros.

É dessa perspectiva, portanto, que no alvorecer do século XXI, a realidade social regida pela ordem do capital encontra-se indelevelmente marcada pelo paradoxo e pela

contradição. O que parece intensificar-se a cada dia, na medida em que o avanço das forças produtivas geradas pela aplicação tecnológica da ciência e pela ideologia do progresso produz, inevitavelmente, um conjunto de contradições sociais que se evidenciam por meio da ampliação da desigualdade social, da pobreza, concentração fundiária, concentração de renda, subdesenvolvimento e degradação ambiental.

Tais contradições reveladas por essa problemática manifestam-se no fato de que tanto o progresso quanto o desenvolvimento econômico se constituem em mitos construídos no interior da sociedade capitalista, pois já não traduzem mais o bem-estar social outrora possível – apenas para uma parte da população dos países centrais – durante a “*Era de Ouro*” do Capitalismo (HOBSBAWM, 1995).

Vale, pois, destacar, conforme enfatizava Celso Furtado, nos anos 1960, a característica mítica do desenvolvimento econômico. Naquele período, o autor desmistificava a falácia e os equívocos de muitos economistas (teóricos do crescimento econômico) ao não perceberem as suas consequências, quanto ao crescimento desordenado das grandes metrópoles com seu ar irrespirável, a crescente desigualdade social e intensa degradação ambiental (FURTADO, 1981).

Assim, o autor assinalava que o desenvolvimento econômico como processo civilizatório do capitalismo era intrinsecamente predatório, e que a sociedade burguesa, orientada para a criação de valor econômico (valor de troca), provocava necessariamente a degradação da natureza e do meio físico. Dessa forma, pode-se verificar que Celso Furtado revelou a lógica destrutiva e excludente em que se funda a sociedade regida pelo capital ao afirmar que é impossível a generalização dos mesmos padrões de consumo para o conjunto do sistema capitalista, tal como os que são praticados nos países ditos desenvolvidos. Se isso fosse possível,

[...] o custo, em termos de depredação e degradação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda a civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável (FURTADO, 1981, p.75).

Diante disso, vale perguntar: qual o significado do subdesenvolvimento nesse contexto de exploração e degradação da natureza?

A propósito do subdesenvolvimento, podemos afirmar que se trata de um estado produzido pela DIT (Divisão Internacional do Trabalho) em que se estrutura uma relação de dependência dos países periféricos em relação ao processo de acumulação global do capital. Ou seja, ele é resultado de um processo de exploração e espoliação que rompe os mecanismos ecológicos e culturais de uma nação (LEFF, 2000). Em outras palavras, significa que a deterioração ambiental, a devastação dos recursos naturais e seus efeitos nos problemas ambientais globais são, em grande parte, consequências dos padrões de industrialização, centralização econômica, concentração urbana e capitalização da natureza impostos pela racionalidade econômica do capital. Isto é, ao maximizar excedentes e benefícios econômicos em curto prazo, ela impõe sobre a questão social e a sustentabilidade ecológica um amplo processo de desestruturação dos ecossistemas produtivos e das culturas dos povos dos países periféricos (LEFF, 2000).

Assim,

O harmonioso movimento de capitais das nações desenvolvidas para as menos desenvolvidas – que se supunha seria orientado pelo motivo de lucro – assumiu, na realidade, a forma de acirradas lutas por áreas de investimentos, por mercado e fontes de matérias-primas. A penetração das áreas atrasadas e coloniais pelas potências ocidentais – penetração que, esperava-se, deveria levar bênçãos da civilização ocidental aos quatro cantos do globo – significou, na realidade, impiedosa opressão e exploração das nações subjogadas (BARAN, 1986, p. 38-39).

Esses aspectos que acentuam a problemática do subdesenvolvimento apontada por Paul Baran (1986) e Leff (2000), definem-se por meio da dependência econômica, mas se desdobram também por meio da dependência comercial diante dos países imperialistas e do capital estrangeiro monopolista.

O caso do desenvolvimento capitalista no Brasil e sua posição no interior do sistema, subordinada historicamente aos países centrais, apresentam algumas particularidades e especificidades. Segundo Francisco de Oliveira (2006), o subdesenvolvimento do Brasil não se funda apenas na oposição entre o “*atrasado*” e o “*moderno*”. Ao contrário, “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘*moderno*’ cresce e se alimenta da existência do ‘*atrasado*’” (2006, p.32). Isto é, o subdesenvolvimento é precisamente uma produção da expansão capitalista, conforme sua necessidade de reprodução ampliada.

Na mesma esteira de Oliveira (2006), Giovanni Arrighi (1997), a partir de uma reconceitualização sobre a estratificação da economia mundial, auxilia-nos a definir qual seria o lugar do Brasil no contexto da divisão internacional do trabalho.

Considerado como um país emergente na nova definição desse autor, o Brasil faria parte do que ele denomina de *semiperiferia*, ou seja, posição que envolve a combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e atividades periféricas. Isto é, “[...] Estados com essas características teriam o poder de resistir à periferização, mas não teriam poder suficiente para superá-la completamente e passar a fazer parte do núcleo orgânico do capital” (ARRIGHI, 1997, p.140). Afinal, as relações entre os países centrais, ditos desenvolvidos, e os países periféricos, ditos subdesenvolvidos, são relações determinadas não por combinações específicas de atividades, mas pela posição que ocupam no interior da divisão mundial do trabalho. Daí o desenvolvimento ser uma *ilusão*, pois, conforme Arrighi, a riqueza dos Estados do núcleo orgânico “[...] não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial” (1997, p.217).

Por essa razão, o traço essencial da economia capitalista mundial é a desigualdade, ou seja, a inserção de países periféricos é sempre subordinada às tendências excludoras e exploradoras, através das quais os países centrais se reproduzem como núcleo orgânico do sistema.

Entretanto, o subdesenvolvimento, de acordo com essa ótica, não se inscreve numa cadeia evolutiva que vai do mais simples ao mais complexo, isto é, não se sucede por meio de estágios e etapas ao pleno desenvolvimento. Conforme Francisco de Oliveira, como singularidade, o “subdesenvolvimento não era, exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos” (OLIVEIRA, 2006, p.127). Por isso, o subdesenvolvimento é a forma da exceção permanente do sistema.

Cabe assinalar ainda, que a desigualdade decorrente dessa “produção da dependência” como condição inerente da expansão capitalista também se reproduz no interior dos países que buscam o desenvolvimento econômico. No caso brasileiro, Oliveira (2006) destacou que a industrialização do país, desde o início visou a atender às necessidades da acumulação, jamais às do consumo, o que certamente já implicava na produção da desigualdade. Nesse caso, assistiu-se a singularidade histórica do tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir do

qual se erigiu um “*pacto estrutural*” que preservou modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mantendo as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo as classes proprietárias rurais da estrutura de poder nem dos ganhos da expansão do sistema, e desenvolvendo, ainda que tardiamente, o processo dependente de industrialização (OLIVEIRA, 2006, p.65).

Diante disso, pode-se afirmar que a expansão capitalista no Brasil se dá de acordo com a expansão do modo de acumulação global do capital. Todavia, ela é caracterizada por alguns traços que lhes são intrínsecos, pois conforme as condições concretas de realização da acumulação, a expansão capitalista no Brasil caminha inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder (OLIVEIRA, 2006). A originalidade desse processo, que criou o que Francisco de Oliveira denominou de “*Ornitórrinco*”, consiste, segundo o autor, numa expansão que se desenvolve,

(...) introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação urbano-industrial e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (2006, p.60).

Ora, não seria essa a lógica da atual expansão da agroindústria canavieira ao combinar amplo desenvolvimento tecnológico e científico com degradação social do trabalho e destruição ambiental? A colheita mecânica da cana-de-açúcar associada à superexploração do corte manual realizado por trabalhadores migrantes submetidos às condições degradantes de trabalho análogas ao escravo, não seriam exemplos dessa contradição do desenvolvimento econômico?

Nossa interpretação é de que tais contradições revelam o segredo do desenvolvimento desigual e combinado que marca a formação sócio-histórica dos países latino-americanos, principalmente do Brasil, embora este na segunda metade do século XX tenha conseguido desenvolver, ainda que de forma dependente, seu parque industrial. Todavia, não se pode desconsiderar a formação contraditória desse processo que congrega, ao mesmo tempo, aspectos novos e velhos dos diversos ciclos econômicos que caracterizaram a nossa formação. O desenvolvimento desigual e combinado caracteriza a formação social brasileira, ao longo da Colônia, do Império e da República.

A sucessão dos ciclos econômicos, em combinação com os surtos de povoamento,

expansões das frentes pioneiras, organização do extrativismo, pecuária e agricultura, urbanização e industrialização, tudo isso “resultará numa sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e do trabalho” (IANNI, 2004a, p. 59).

Portanto, a peculiaridade da formação social capitalista brasileira que, por sua vez, está ligada à dependência produzida pela dinâmica do capitalismo mundial, revela-se nas contradições sociais entre capitalismo, industrialização e urbanização que se combinam às relações sociais pretéritas que marcam o nosso “*jeitinho brasileiro*”. Formas de vida e trabalho díspares que se aglutinam em um todo insólito. “[...] A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam-se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital em escala internacional” (IANNI, 2004a, p.61).

Portanto, as múltiplas determinações sociais, históricas, políticas, culturais e econômicas que caracterizam essa formação social dão origem a um modo de ser, de viver, de pensar e existir denominado Brasil. O que permite Ianni (2004a) afirmar que parecemos um “*caleidoscópio de muitas épocas*”, de modo que podemos perceber uma mistura de heranças permanentes do escravismo, das comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas, que se combinam, subsistem e impregnam, ao longo do tempo e do espaço, com o modo de ser urbano, burguês e moderno da cultura brasileira dominante (IANNI, 2004a). Em outras palavras, o Brasil é uma mistura de várias histórias, que se desenvolve e se diversifica constantemente e contraditoriamente. Pois é um país que mesmo ocupando atualmente uma posição de destaque entre as maiores economias do mundo, não consegue transformar a vida e as condições sociais do povo brasileiro<sup>11</sup>.

A razão dessa contradição verifica-se não apenas na relação que o Brasil mantém com outras nações do mundo, principalmente com as de economia mais avançada, mas nas relações estabelecidas internamente a partir de sua posição dependente no contexto econômico internacional, desde sua origem, como resultado da expansão do mercado mundial do capital. Acreditamos que a expansão recente do agronegócio canavieiro representa o microcosmo dessa realidade sócio-histórica permanente que envolve tanto a penetração cada vez mais frequente do capital estrangeiro nesse setor quanto à posição subordinada da economia brasileira atual no

---

<sup>11</sup> Em pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas para Economia e Negócios, publicada por jornais britânicos, apontou-se que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil ultrapassou o do Reino Unido em 2011 e se tornou a sexta maior economia do planeta. Ao comentar o resultado da pesquisa, o ministro da fazenda, Guido Mantega, disse que a tendência é de que o Brasil consolide essa posição nos próximos anos e se mantenha entre as principais economias do mundo. Ele afirmou, porém, que deve levar ainda entre 10 e 20 anos para que a população brasileira tenha qualidade de vida semelhante à europeia. Eis aí os reflexos da formação histórica do nosso capitalismo tardio.

contexto da mundialização do capital. Vejamos como o novo quadro de expansão do agronegócio canavieiro encerra novos e velhos dilemas que marcam a trajetória do desenvolvimento capitalista brasileiro.

### **1.3. Dilemas e contradições do novo ciclo de expansão canavieira no Brasil**

Durante muito tempo se defendeu no Brasil a ideia de que a economia nacional, baseada no latifúndio e no monocultivo da produção agrícola, era sinônimo de um atraso característico de países do chamado Terceiro Mundo, subdesenvolvidos. No entanto, recentemente, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que os usineiros – cuja riqueza nasce justamente da grande propriedade e da exploração do trabalho na monocultura canavieira – “podem ser considerados os *heróis nacionais*”, pois seriam os verdadeiros representantes do que há de mais moderno no agronegócio mundial<sup>12</sup>.

Tal afirmativa está embasada no fato de que, na última década (2000), o Brasil se tornou um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo, dando início a um novo ciclo de expansão da cana pelo território nacional. Dentre as razões que desencadearam esse novo ciclo expansivo do capital agroindustrial canavieiro, destacam-se, por exemplo: a alteração das características do mercado interno a partir do crescimento da oferta e da demanda; ações corporativas compactuadas entre os governos e o setor privado para alavancar a produção e atender as exigências dos mercados; a liberação dos preços do açúcar e do álcool, sujeitando-os à competitividade do mercado, além de outros estímulos e incentivos governamentais relacionados ao setor sucroalcooleiro. Mas não é só isso. Vale dizer também, e parece haver consenso entre os representantes e apologéticos do setor, que um conjunto de fatores articulados vem estruturando e redefinindo a recente dinâmica da expansão canavieira no Brasil. Nesse sentido, destacam-se:

- 1) o crescente aumento do comércio de açúcar e álcool no mercado interno e externo, principalmente em função do esforço integrado entre o setor privado e as políticas de incentivos estaduais e federais;
- 2) o fim de parte das barreiras europeias ao açúcar brasileiro;
- 3) reduções nas subvenções às exportações de açúcar na Europa promovendo forte

---

<sup>12</sup> Ver reportagem de Chico Góis em *O Globo*, 20/03/2007. Disponível em [www.globo.com/economia/lula-diz-que-usineiros-estao-virando-herois-nacionais-4207689](http://www.globo.com/economia/lula-diz-que-usineiros-estao-virando-herois-nacionais-4207689). Acesso em 25/10/2009.

queda no volume exportado pelo bloco;

4) os EUA, maior produtor de álcool do milho, não têm condições de atender à sua demanda interna futura por álcool nem tampouco à demanda externa;

5) baixos custos de produção de suas commodities, açúcar e álcool. Os custos de produção do açúcar e do álcool no Brasil são os mais baixos do mundo, significativamente menor do que os custos presentes em países que fabricam tais produtos a partir do açúcar de beterraba ou de milho (WWF, 2008);

6) crise e elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional, bem como sua escassez e alto nível de poluição (emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera). Nesse sentido, vale lembrar, de acordo com (SZMRECSANYI; RAMOS; RAMOS FILHO; VEIGA FILHO, 2008) que, em 2000, os preços do petróleo estiveram na média anual próximos a US\$ 30 o barril e evoluiu até 2005 para o valor médio anual de US\$ 54, 79 em 2006 e fechando 2007 em US\$ 93, o que estimulou a produção de etanol;

7) aumento da demanda interna por álcool hidratado devido ao aparecimento dos novos modelos de carros flex-fuel (gasolina e álcool), que alavancou o mercado de automóveis, representando já 80% das vendas de veículos novos;

8) devido às alterações climáticas e o aquecimento global provocado pela intensa emissão de CO<sub>2</sub>, o protocolo de Kyoto exigiu a redução da emissão desse gás poluente, o que tem contribuído para gerar uma demanda internacional por álcool anidro de outros países da Europa, Ásia e América.

Portanto, com o objetivo de atender a essas expectativas geradas pela conjuntura favorável ao setor sucroalcooleiro e, em especial, ao agronegócio canavieiro, algumas estratégias têm sido traçadas e desenvolvidas pelos usineiros brasileiros, apoiados pelo governo, para aumentar a oferta de álcool, uma vez que este vem despertando o interesse de outros países, como EUA, Alemanha e Japão. Para atendê-los, um conjunto de medidas vem sendo elaborado pelo setor sucroalcooleiro como resposta a esse que talvez seja um dos mais intensos ciclos de expansão do capital agroindustrial.

A resposta do Complexo Agroindustrial Canavieiro<sup>13</sup>, é preciso dizer, foi e continua

---

<sup>13</sup> Sobre o termo *Complexo Agroindustrial Canavieiro* (CAI) é preciso esclarecer que, segundo Belik (2007), se trata de um conceito que vai além das relações de compra e venda determinadas pela matriz insumo-produto. Embora seja possível identificar relações de interdependência entre as diversas indústrias do CAI (Complexo Agroindustrial Canavieira) o termo é mais amplo não só porque se sobrepõe à interação técnico-produtiva, mas também porque incorpora aspectos ligados às relações financeiras e de poder econômico e político existentes entre os diferentes elos. Em outras palavras, trata-se de entender a *agroindústria moderna* não como uma extensão da

sendo imediata às demandas do mercado e aos estímulos oferecidos pelo governo brasileiro. De acordo com os dados fornecidos pela ÚNICA (União das Indústrias de Cana-de-açúcar), a produção de açúcar no Brasil, envolvendo todas as regiões produtoras, saiu de 19,2 milhões de toneladas na safra 2001-2002, para 31 milhões na safra 2008-2009. Quanto à produção total de etanol, o Brasil saiu de 11,5 bilhões de litros em 2001-2002, para 27,5 em 2008-2009. Além disso, conforme constataram as pesquisas de (SZMRECSANYI; RAMOS; RAMOS FILHO; VEIGA FILHO, 2008), há uma previsão da construção de 77 novas unidades produtivas na região Centro-Sul, o eixo da dinâmica expansionista atual, representando investimentos no valor de US\$ 14,6 bilhões e uma produção adicional estimada em 154 milhões de tonelada de cana esmagada na safra 2012-2013. Verifica-se ainda, no interior desse processo, tanto como tendência quanto como prática cada vez mais frequente do setor, a inovação das variedades de cana geneticamente modificadas<sup>14</sup>, expansão da área agrícola e inovações na linha de produtos das usinas.

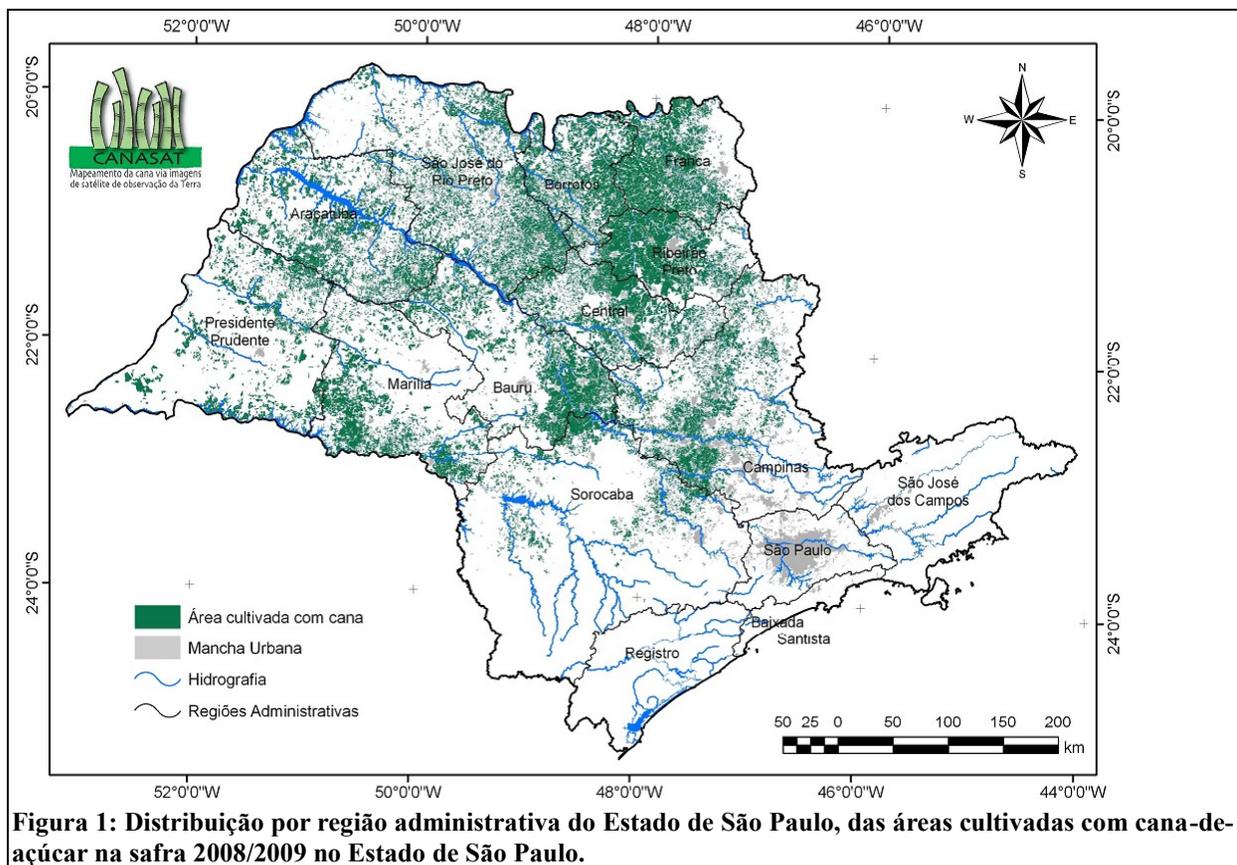
No que se refere à expansão da área agrícola, convém destacar as informações fornecidas pelo projeto de sensoriamento remoto CANASAT que destaca um aumento da área cultivada com cana-de-açúcar na safra 2008-2009. Na região centro-sul, principal produtora, a área de cana disponível para colheita na safra atual (2008/09) foi estimada em 6,53 milhões hectares (ha), representando um aumento de 15,7% (917,9 mil ha) em relação à safra anterior (2006-2007). São Paulo é o maior produtor de cana com uma área de 4,45 milhões ha disponíveis para colheita, representando 66% de toda a área de cana da região centro-sul. Apresentou um crescimento 12,2% (483,3 mil ha) de área em relação à safra passada, o que revela uma tendência de expansão não só da produção de açúcar e álcool, mas também de cana

---

fazenda. Pelo contrário, trata-se de uma agroindústria constituída a partir de capitais provenientes também de outras órbitas que passam a se articular com a agricultura através de uma relação direta. Segundo Belik, a agroindústria moderna não é fruto da integração para frente dos capitais agrários, mas sim através da integração para trás principalmente de capitais financeiros, comercial ou industrial (2007, p.143).

<sup>14</sup> Essas medidas se enquadram num conjunto de atividades agroindustriais que estão suscetíveis às inovações biotecnológicas. Nesse sentido, destaca Tamás Szmrecsányi, que “a priorização do segmento agrícola em qualquer estratégia de modernização tecnológica da agroindústria canavieira vincula-se, de um lado, à elevada participação da matéria-prima na formação dos custos de produção tanto do açúcar como do álcool, e, de outro, ao fato de que esses produtos são, na realidade, fabricados no campo, com o segmento industrial limitando-se a extrair-lo da cana. O objetivo econômico do primeiro segmento deve ser o de *produzir o máximo de matéria-prima de boa qualidade (isto é, com alto teor de caldo) por unidade de área e aos menores custos por pessoa ocupada. Para atingi-lo, as biotecnologias podem contribuir de duas maneiras: 1) acelerando e aperfeiçoando os processos de criação e difusão de novas variedades que sejam mais produtivas, mais resistentes a doenças e pragas, e melhor ajustadas às necessidades da produção, tanto agrícola como industrial; e 2) aumentando a eficiência dos tratamentos culturais antes e depois das colheitas*” (2002, p. 106).

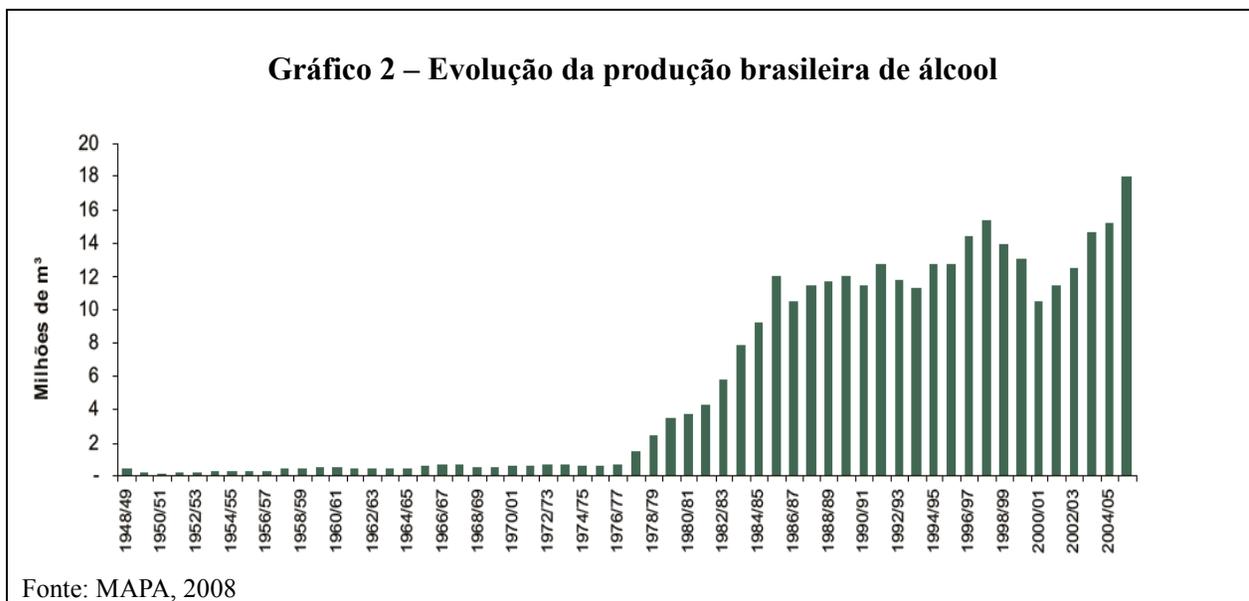
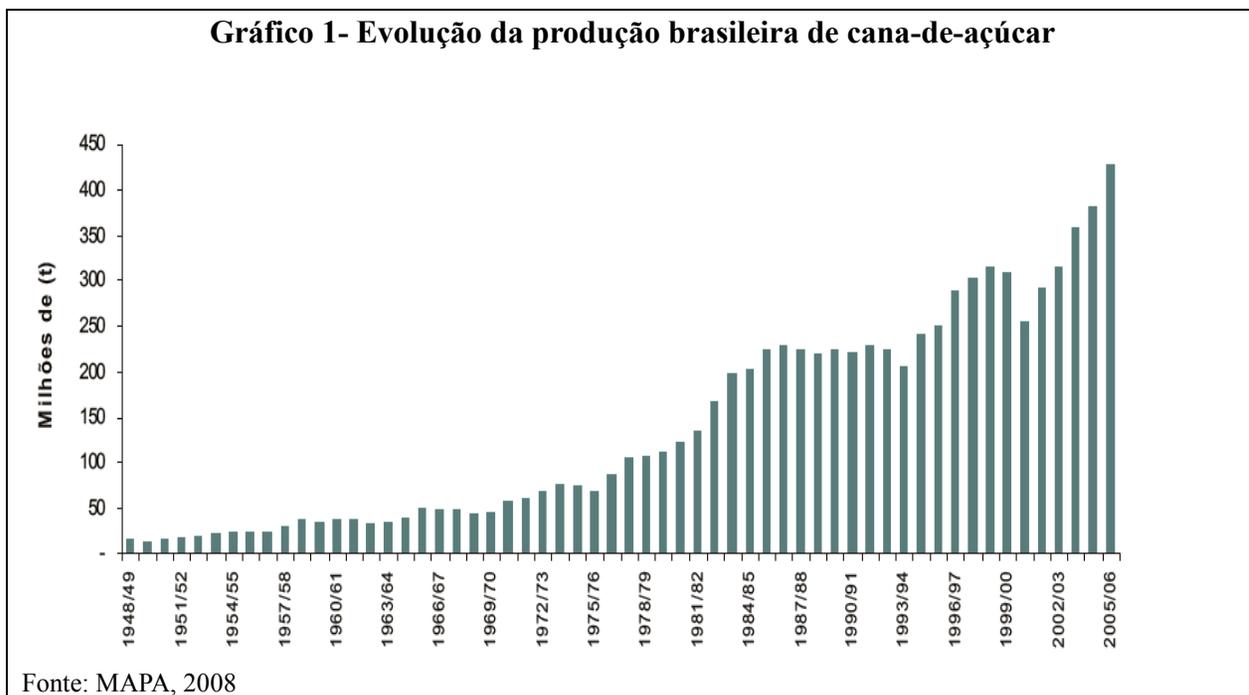
ocupando, substituindo e se estendendo sobre outras culturas agrícolas<sup>15</sup>. Uma visão geográfica (Figura 1.) acerca da ocupação territorial da cana no Estado de São Paulo nos ajuda a perceber a dimensão econômica e seus impactos sociais, ambientais e territoriais dessa monocultura no Estado.



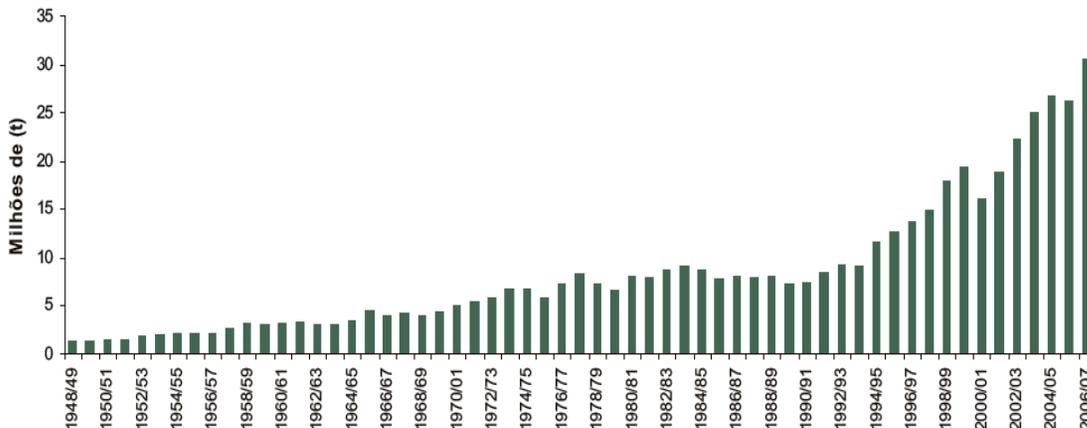
Essa expansão, que se pode identificar a partir do aumento da produção de cana-de-açúcar na área plantada, também vem acompanhada por um aumento na produtividade que conta, no caso da cana, além de seu melhoramento genético, com a mecanização tanto do plantio quanto da colheita. No caso do álcool e seu processo produtivo, isso é evidente na medida em que novas tecnologias são aplicadas, ampliando assim a capacidade das usinas em produzir açúcar e álcool. Uma observação mais atenta acerca do aumento na capacidade produtiva das usinas pode ser realizada a partir de alguns dados (Gráficos 1, 2 e 3) que ilustram

<sup>15</sup> De acordo com os pesquisadores do INPE (AGUIAR; SILVA; RUDORFF; SUGAWARA; CARVALHO, 2009) que analisaram a expansão das áreas cultivadas com cana nas regiões administrativas do Estado de São Paulo nas safras de 2004-2004 a 2008-2009, as RAs (Regiões Administrativas) de Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto apresentaram os maiores coeficientes e as maiores taxas de crescimento de área disponível para colheita. Na ordem citada dessas RAs, o crescimento entre as safras 2003/04 e 2008/09 foi de 213,06%, 138,49% e 151,07%. Todos estes dados demonstram a coerência do mapeamento durante as safras analisadas e confirma que a expansão do cultivo da cana-de-açúcar está acelerada na região oeste do Estado, sobre áreas de pastagem.

não apenas a intensidade do crescimento nas últimas décadas, principalmente durante o Proálcool e suas fases de desenvolvimento, mas também a tendência de expansão do setor nos últimos anos.



**Gráfico 3- Evolução da produção brasileira de açúcar**



Fonte: MAPA, 2008

Embora a tecnologia seja determinante na nova dinâmica do setor sucroalcooleiro, vale destacar o potencial favorável ao aumento da produtividade de cana-de-açúcar na região Centro-Sul devido às suas características naturais, ou seja, suas condições climáticas, topográficas e agrícolas (FRONZÁGLIA, 2007). É nesse sentido que o Estado de São Paulo e, em especial a região de Ribeirão Preto-SP, ocupa lugar de destaque no Centro-Sul tanto no que se refere às condições naturais como também e, sobretudo, às suas condições histórico-econômicas. Porque, além de concentrar boa parte das condições favoráveis à produção de cana-de-açúcar, concentra capital, ciência e tecnologia que estruturam o setor sucroalcooleiro e o agronegócio a partir da atuação do Estado, instituições sociais e econômicas, grande mídia, bem como Universidades que dão todo o apoio técnico ao setor há décadas.

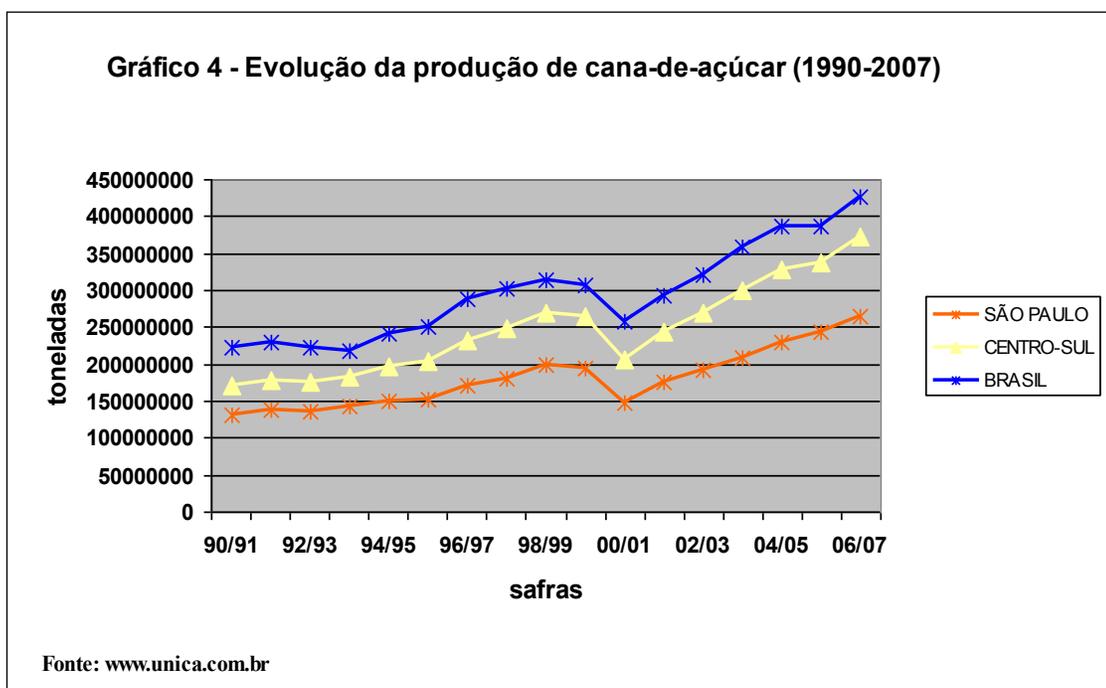
Desse modo, considerando tanto o panorama econômico internacional quanto as condições de produção da região Centro-Sul do país, pode-se afirmar que o cenário<sup>16</sup> é amplamente favorável à expansão do agronegócio canavieiro no Brasil. Por isso, ela vem se destacando como panaceia do modelo de desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo.

O crescimento e expansão da cana pela região Centro-Sul do Brasil e especificamente pelo Estado de São Paulo, historicamente se deve a quatro fatores: em primeiro lugar, ao mercado interno da região Centro-Sul, que é o maior do país; em segundo lugar, às terras mais

<sup>16</sup> A perspectiva de crescimento do setor é saudada com entusiasmo pelos representantes do setor que acreditam numa arrancada da expansão da cultura e na melhora da produtividade para os próximos anos. Segundo Oliveira e Vasconcelos (2006), o Brasil pode aumentar, no período de 20 anos, a produção de cana em 35 milhões de hectares e produzir 100 bilhões de litros de álcool por ano, gerando 5,3 milhões de empregos e uma renda de R\$ 153 bilhões.

férteis em São Paulo que permitiram a produtividade média das terras quase duas vezes superior às obtidas no Nordeste; em terceiro, a presença em São Paulo de um setor de bens de produção (máquinas e equipamentos industriais) especificamente para o setor sucroalcooleiro; e, por fim, o fato das terras disponíveis para expansão no Nordeste serem limitadas e exigirem irrigação (WWF, 2008).

Entretanto, apesar da região oeste do Estado de São Paulo ser o eixo por onde a cana tem se expandido, notadamente as regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba, Sorocaba e Presidente Prudente, conforme já destacamos anteriormente, são os Estados de Minas Gerais, Goiás, e Mato Grosso do Sul os focos de ocupação e crescimento das áreas cultivadas com cana. A região Centro-Sul, que se compõe desses Estados, é o grande eixo da expansão canavieira, conforme podemos verificar no Gráfico 4. a seguir.

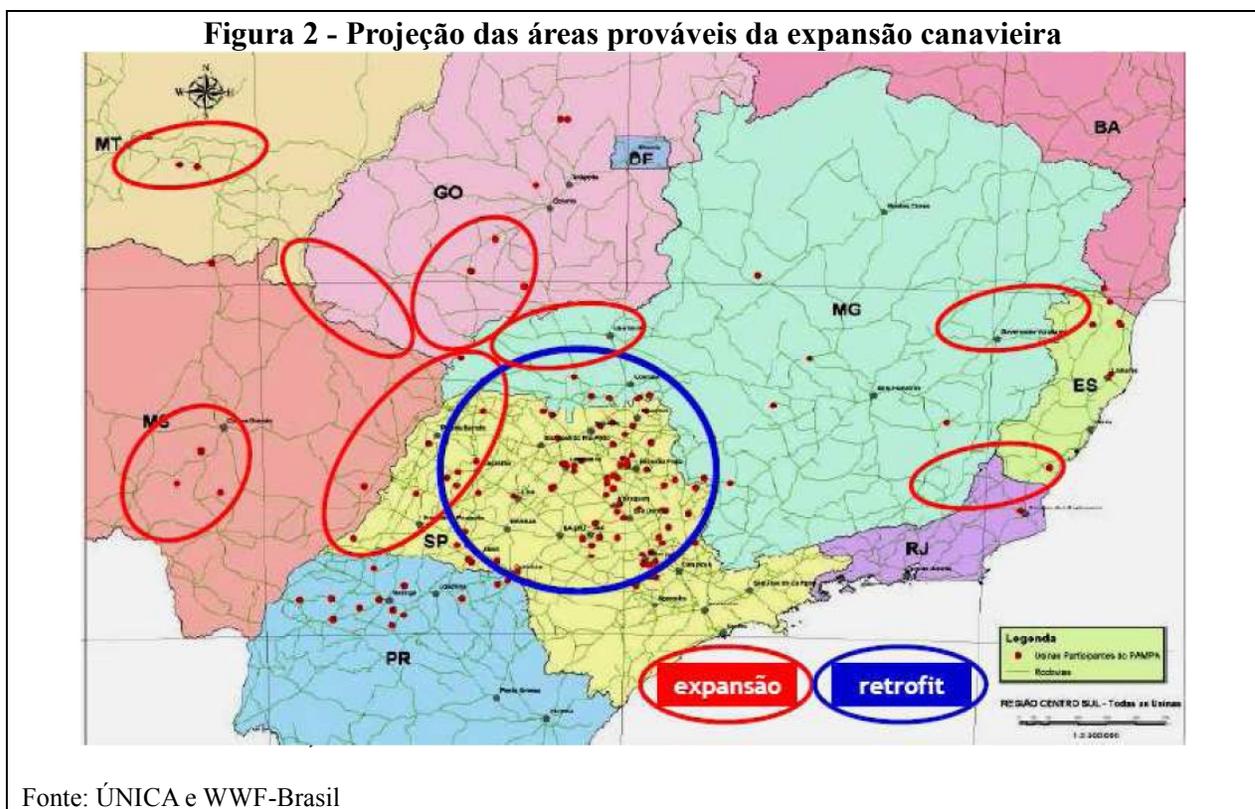


Segundo os dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), em sua Avaliação da Safra Agrícola da cana-de-açúcar de 2010, a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil. Os maiores índices de aumento de área são encontrados em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Nesses Estados além do aumento da área cultivada, novas usinas entraram em funcionamento nesta safra, ficando assim distribuídas: três em Minas Gerais, duas em São Paulo, duas em Goiás, e nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul

e Rio de Janeiro, uma cada (CONAB, 2010).

Nesse mesmo informativo que avalia o desempenho das safras de cana-de-açúcar é possível perceber uma tendência de crescimento e expansão em ritmo bastante acelerado nos últimos anos. Tanto que a área de cana colhida destinada à atividade sucroalcooleira, na safra de 2010-2011, estimava-se em 8.091,5 mil hectares, distribuída em todos estados produtores. O Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor com 54,35% (4.397,5 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8% (647,7 mil hectares), Paraná com 7,5% (607,9 mil hectares), Goiás com 7,4% (601,2 mil hectares), Alagoas com 5,74% (464,6 mil hectare), Mato Grosso do Sul com 4,2% (339,7 mil hectares) e Pernambuco com 4,1% (334,2 mil hectares). Nos demais Estados Produtores, as áreas são menores, mas, com bons índices de produtividade (CONAB, 2010).

Dessa forma, percebe-se que na região Centro-Sul, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul se destacam como os maiores produtores de cana. Por isso, são áreas em expansão, conforme podemos observar na Figura 2. a seguir.



As perspectivas da expansão canavieira pela região Centro-Sul, maior produtora e consumidora de açúcar e álcool no Brasil, são positivas para os empresários ligados ao setor

sucroalcooleiro, pois, além das demandas geradas pela produção desses produtos com investimentos que podem ultrapassar os 14 bilhões de dólares na construção e modernização de novas unidades produtivas nos próximos anos, isso representa também possibilidades de negócios para os empresários industriais do setor de bens de capital especializados na produção de máquinas e equipamentos para atender às demandas e expansão do agronegócio canavieiro.

É o que vem ocorrendo no município de Sertãozinho, vizinho de Ribeirão Preto, desde o final da década de 1990 com o fenômeno que denominamos de *a usinagem do capital e o desmonte do trabalho* (SANTOS, 2010). Trata-se de um amplo processo de reestruturação produtiva ocorrido na cidade com uma das maiores empresas do setor metalúrgico, a Zanini S/A Equipamentos Pesados, especializada na construção, reforma e manutenção de usinas de açúcar e álcool. Essa indústria, após o período de desregulamentação do Proálcool, entrou em uma crise profunda, o que gerou diversos processos de recuperação, mas que fracassaram diante da conjuntura desfavorável ao setor naquela época. Por essa razão, a Zanini foi levada a fundir-se com a Dedini, indústria de Piracicaba do mesmo setor e que passava pelas mesmas dificuldades para resistir à crise que afetou o Complexo Agroindustrial Canavieiro na década de 1990 ao qual elas estavam estruturalmente ligadas. Após a fusão, um processo de desestruturação levou a Zanini a ser incorporada pela Dedini, provocando no parque industrial sertanezinho uma reorganização industrial que, por um lado buscava atender às novas exigências do mercado com a reestruturação produtiva que também se processou no setor sucroalcooleiro, mas por outro impunha à classe trabalhadora metalúrgica de Sertãozinho novas formas de controle e exploração do trabalho, visando, também, à desmobilização política e social, isto é, o desmonte da classe trabalhadora organizada e do Sindicato dos metalúrgicos<sup>17</sup>.

Após o processo de reestruturação produtiva ocorrido com a Zanini que reorganizou o parque industrial sertanezinho para atender às novas determinações do capital em sua fase de mundialização e reestruturação global, a cidade constituiu um conjunto de pequenas e médias empresas que atuam na produção metalúrgica de bens de capital. Quase 90% dessa estrutura instalada se dedica à produção de máquinas e equipamentos para o setor sucroalcooleiro, atendendo não apenas às usinas instaladas no âmbito regional e no Brasil de forma geral, mas também exportando e construindo novas unidades produtoras de açúcar e álcool em outros

---

<sup>17</sup> Para uma análise mais detalhada sobre os impactos desse processo sobre a classe trabalhadora metalúrgica de Sertãozinho ver especialmente os capítulos 3 e 4 de *A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A Equipamentos Pesados de Sertãozinho-SP*. SP: Expressão Popular, 2010.

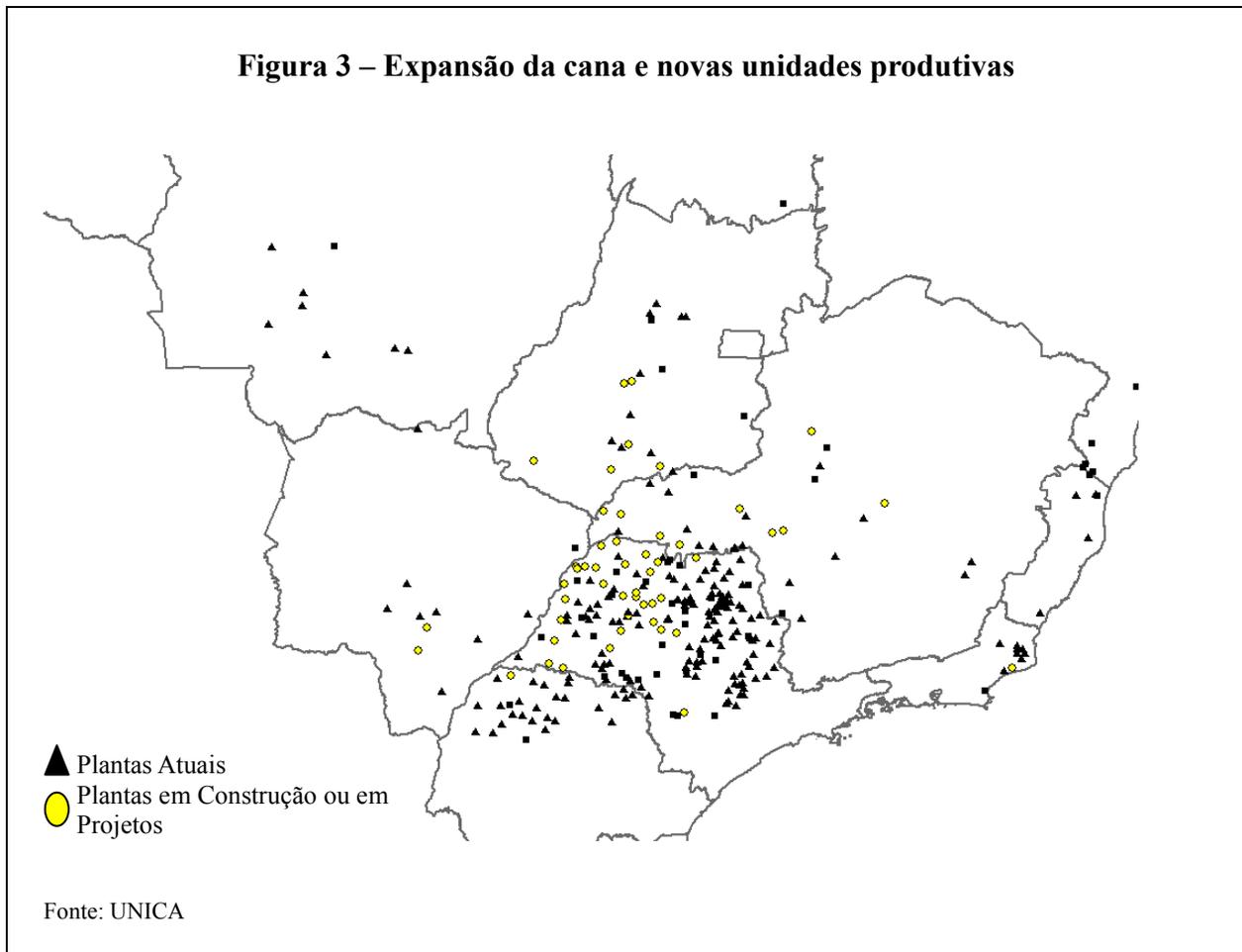
países da América Latina, Ásia e África. São mais de 500 empresas (micro, pequenas e médias), como a Smar, Sermatec, Caldema, Dedini, TGM, HPB, JW, entre outras – que se destacam no cenário nacional e internacional por atuarem no desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas aos processos produtivos de açúcar e álcool em diversas usinas e destilarias espalhadas pelo país. Pode-se dizer, portanto, que as indústrias de Sertãozinho são, em certa medida, responsáveis pela construção das novas unidades produtivas de açúcar e álcool que entrarão em funcionamento nos próximos anos para atender às demandas do novo ciclo de expansão canavieiro. A empolgação dos empresários da cidade com a expansão atual do ciclo da cana é tão grande que em matéria divulgada na revista *AGRONegócio (2006)*, veículo responsável por propagandear a visão de mundo da burguesia local, encontramos a informação de que Sertãozinho, em 2006, cresceu (9%), mais do que a média da China. Segundo a revista,

A cana-de-açúcar é a grande responsável por este resultado. Dos pequenos engenhos de aguardente, rapadura e melaço do século 19, que eram coadjuvantes das plantações de café, às expressivas 13 usinas e destilarias hoje instaladas na cidade, uma história de superação, mas principalmente de inovação. A cidade com 106 mil habitantes tem renda per capita de R\$ 14 mil. *Não há desemprego*. Só em 2006 foram criados cerca de 6.000 novos postos de trabalho. *A cadeia produtiva da cana-de-açúcar é a maior empregadora e geradora de renda (AGRONEGÓCIO, 2006, grifo nosso)*.

O entusiasmo burguês é tão grande que o CEISE (Centro das Indústrias de Sertãozinho), na verdade, centro de comando do capital agroindustrial na cidade, afirmou que este é o auge do município e que o desafio é manter as altas taxas de crescimento e exportação de máquinas e equipamentos para a indústria da cana.

Para uma observação espacial dessas perspectivas de crescimento, modernização e construção de novas unidades produtivas espalhadas pelo país, a Figura 3. nos permite visualizar, em alguma medida, a dimensão geográfica, econômica, industrial e tecnológica do crescimento da produção sucroalcooleira no Brasil, especialmente a região Centro-Sul, onde se concentram as maiores e modernas usinas de açúcar e álcool do mundo, muitas delas construídas e montadas pelos metalúrgicos da cidade de Sertãozinho.

**Figura 3 – Expansão da cana e novas unidades produtivas**



Observando a localização das usinas de açúcar e álcool já instaladas e das novas unidades a serem instaladas, percebemos que o eixo da expansão atual do Complexo Agroindustrial Canavieiro envolve alguns dos principais Estados da região Centro-Oeste, especialmente Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. No Sul, a expansão se dá no Estado do Paraná, e no sudeste, além de São Paulo, o maior produtor do país, a expansão se concentra no Estado de Minas Gerais, notadamente na região do Triângulo Mineiro.

Considerando tanto o panorama econômico internacional quanto as condições de produção da região Centro-Sul do país, pode-se afirmar que o cenário é amplamente favorável à expansão do agronegócio canavieiro no Brasil. Por isso, ele vem se destacando como panaceia do modelo de desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo e se expandindo para outras regiões, especialmente o Triângulo Mineiro, em Minas Gerais.

A região do Triângulo Mineiro que é tradicionalmente conhecida por ser um importante centro da agropecuária brasileira, principalmente com a criação de gado leiteiro e de corte, e a produção de grãos, milho e soja, está no centro da atual expansão canavieira. Nos

últimos anos, a microrregião de Uberaba<sup>18</sup> tem se constituído numa das principais fronteiras da expansão canavieira para o Estado de Minas Gerais. Isso se deve a alguns fatores econômicos, políticos e geográficos que, além dos altos investimentos do setor sucroalcooleiro na região a partir da instalação de novas unidades produtivas, destacam-se ainda: 1) o fato da região possuir clima e regime de chuvas apropriado à cultura da cana; 2) o Estado de Minas em geral e o Triângulo em particular, têm custos muito inferiores aos da produção no Estado de São Paulo — sobretudo no que se refere ao arrendamento de terras na região; 3) e a proximidade com o Estado paulista, o que facilita – em termos de expansão – a administração, a logística e o treinamento de funcionários das unidades de grupos agroindustriais instalados em ambos os estados.

O conjunto de vantagens que vem impulsionando a recente dinâmica expansionista da agroindústria canavieira para Minas Gerais tem provocado mudanças profundas no perfil do agronegócio da região do Triângulo Mineiro. Segundo reportagem de Fabiane Stefano, somente em 2007, “quase 70.000 hectares de pastagens ou de terras ocupadas por soja e milho foram convertidos em canaviais no estado, área equivalente à da cidade de Belém” (EXAME, 2008). Em outras palavras, trata-se de dizer que o Estado de Minas Gerais é o principal eixo da expansão canavieira do Brasil. Tanto é verdade que os dados a seguir (TABELA 1.) mostram que em poucos anos Minas ultrapassou o Estado do Paraná na quantidade de hectares de cana plantada, posicionando-se atualmente como o segundo maior produtor de cana da região Centro Sul. Em cinco anos, o Estado passou de 357,10 mil hectares para 588,8 mil hectares ocupados por cana.

---

<sup>18</sup> *A microrregião de Uberaba é uma das microrregiões do estado brasileiro de Minas Gerais pertencente à mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Sua população foi estimada em 2007 pelo IBGE em 333.696 habitantes e está dividida em sete municípios (Uberaba, Água Comprida, Delta, Conceição das Alagoas, Conquista, Campo Florido e Veríssimo). A região possui uma área total de 9 360,856 km<sup>2</sup>.*

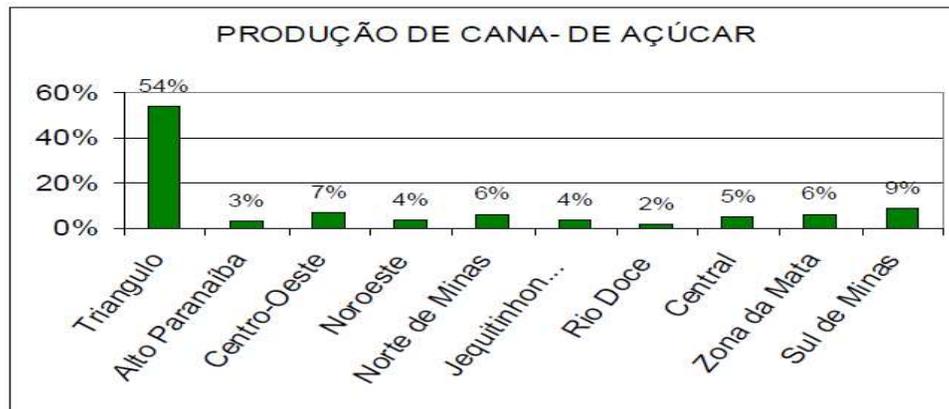
**Tabela 1. Área de expansão de cana por Estado nas safras 2005/2006 e 2009/2010**

	Safra 2005/2006	Safra 2009/2010
	Área (em mil ha)	Área (em mil ha)
<b>São Paulo</b>	3.244,00	4.129,90
<b>Paraná</b>	418,90	536,0
<b>Minas Gerais</b>	357,10	588,8
<b>Mato Grosso do Sul</b>	161,70	265,4
<b>Goiás</b>	218,40	471,9
<b>Mato Grosso</b>	213,10	203,0
<b><i>Total Brasil</i></b>	<b>6.094,40</b>	<b>7.409,6</b>

Fonte: CONAB (2010)

A propósito das principais razões que fazem com que o Estado de Minas ocupe, nos últimos anos, o segundo lugar na produção de cana na região Centro Sul do Brasil, vale destacar principalmente as condições naturais, pois, segundo os dados do zoneamento agroclimático do Estado, o solo da região do Triângulo e do Alto Paranaíba se caracteriza como sendo de aptidão regular nos níveis de manejo B e C, o que representa a posição de segundo e terceiro melhores para o cultivo da cana. Assim, da perspectiva dos interesses do capital agroindustrial canavieiro, pode-se concluir que a região é propícia ao desenvolvimento ampliado do cultivo da cana, porque, além disso, ela apresenta clima tropical com inverno frio e seco e verão quente e chuvoso, o que viabiliza o monocultivo de cana na região. Daí a posição de destaque da região do Triângulo Mineiro no atual cenário de expansão canavieira para o Estado de Minas Gerais, conforme os dados do Gráfico 5.

**Gráfico 5. Produção de cana em 2007 por região de Minas Gerais**



**Fonte: IBGE - LPSA, 2007**

Se considerarmos a produção de cana no Estado de Minas em 2007 na ordem de 496.933 de hectares plantados, a produção do Triângulo corresponde a 290.237 hectares, divididos especialmente pelas microrregiões de Ituiutaba, Frutal, Uberaba e Uberlândia. Portanto, vale destacar que o avanço da cana pelo Triângulo Mineiro tem provocado disputas locais por investimentos, visto que a previsão de novas unidades produtivas de usinas na região é vista como oportunidade para alavancar as economias, gerar empregos e renda e maior arrecadação dos municípios onde as novas usinas pretendem se instalar.

É o caso de Carneirinho, município de 8.000 habitantes do Triângulo. Ele acabou de inaugurar sua primeira usina, empreendimento do grupo alagoano Tércio Wanderley. É a quarta unidade da empresa em Minas, obra construída em tempo recorde: 432 dias. O investimento de 120 milhões de reais gerou 230 empregos diretos e 1.150 indiretos na cidade. “É a primeira indústria de Carneirinho”, diz o prefeito Cássio Rosa de Assunção (EXAME, 2008).

Isso significa que, na mesma medida em que as usinas se instalam nessas cidades da região do Triângulo Mineiro, uma nova demanda é gerada, por exemplo: a busca por trabalhadores qualificados para operar e administrar as usinas. Em consequência disso, as cidades são levadas, pela demanda de profissionais para atuarem na agroindústria canavieira, a organizarem-se para atender às novas exigências da expansão do capital agroindustrial na região, o que alimenta tanto nos discursos dos empresários do setor e da área da educação quanto dos governantes e políticos da região a ideologia do agronegócio como desenvolvimento econômico. Assim,

[...] em Ituiutaba, a procura por cursos técnicos no **SENAI** disparou. Cerca de 140 jovens estudam eletrotécnica no curso que foi criado em 2008. Também está em construção um colégio técnico federal que oferecerá cursos voltados para o agronegócio. Tudo para atender à demanda das usinas e das empresas que virão junto com elas. “É natural que seja formado um polo de fornecedores no entorno das usinas, assim como ocorreu em Sertãozinho, no interior de São Paulo”, diz Anselmo Rodrigues, presidente da Santa Elisa Vale (EXAME, 2008).

É interessante perceber o louvor dos gestores públicos das pequenas cidades, onde se instalam as novas usinas nas regiões de expansão canavieira, dando glórias às possibilidades de desenvolvimento e geração de empregos pela presença do capital agroindustrial canavieiro. E isso não é exclusivo de áreas com pouca tradição no agronegócio, mas se pode perceber também no próprio Estado de São Paulo, tradicionalmente o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. É o caso da região noroeste do Estado que envolve as cidades de São José do Rio Preto, Araçatuba, Catanduva, Votuporanga e Jales, região de tradição pecuária, mas que está perdendo espaço, nos últimos anos, para a expansão canavieira. A região se tornou, por essa razão, um dos polos mais importantes do Complexo Agroindustrial Canavieiro. São 137 municípios em um território de 48 mil km<sup>2</sup> e uma população total estimada em 2 milhões de habitantes.

Em reportagem especial sobre a expansão canavieira para o oeste de São Paulo, o *Jornal da Cana* trouxe o depoimento de representantes do setor e de gestores públicos que defendem a ampliação crescente dos canaviais para o noroeste paulista. A reportagem conclui, com base em pesquisas do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, que:

[...] a expansão da cultura de cana-de-açúcar tem determinado novas configurações regionais das explorações agropecuárias, trazendo desenvolvimento e fortalecimento das economias de pequenos municípios, sustentados pela nova dinâmica do mercado de trabalho no setor sucroalcooleiro (JORNAL DA CANA, 2010, p. 48).

Portanto, assim como verificamos anteriormente com o caso da região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais, a mesma lógica desenvolvida para a expansão canavieira pode ser percebida na região noroeste paulista, tanto pelo otimismo concernente à chegada da cana e à construção de novas usinas de açúcar e álcool, quanto pelas condições favoráveis à expansão canavieira para a região. Segundo o veículo de divulgação do agronegócio canavieiro, as razões da expansão se encontram na alta qualidade do solo, nas condições climáticas e nas médias ideais de chuva, na existência de canais de escoamento da produção, e associado a tudo isso, no

interesse de investidores estrangeiros no setor, que tem crescido notadamente naquela região. Isso porque se trata de uma área com espaço para expandir e com melhores condições para a mecanização, concluiu a reportagem.

Segundo o gerente regional da CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), Luciano Gabas Stuchi, entrevistado pelo Jornal da Cana,

Definitivamente a região está a todo vapor. Grandes grupos estão investindo por aqui. Além de novas unidades que devem entrar em operação, as aquisições/incorporações devem continuar nesses grandes grupos. Isso tende a fortalecer ainda mais a região e aumentar sua participação na produção de cana no país (JORNAL DA CANA, 2010, p.48).

O mesmo jornal trata da chegada de grandes grupos estrangeiros com grande otimismo, demonstrando que o desenvolvimento da região depende da participação e investimento dos grandes grupos no setor sucroalcooleiro da região noroeste paulista, uma vez que geram empregos e fomentam a economia regional dos pequenos municípios.

Dentre os casos de participação do capital estrangeiro na marcha da expansão canavieira para o noroeste paulista, destaca-se a participação da Bunge, empresa de capital estadunidense que entre 2006 e 2010 consolidou a sua posição na região, adquirindo a Moema Par, grupo formado por cinco usinas de cana-de-açúcar, localizadas em São Paulo e Minas Gerais; e a aquisição de usinas na região pelo grupo Noble, uma trading de commodities. Com isso, a expectativa, conforme destaca a reportagem do Jornal da Cana (2010), é que a “vinda do grupo possa gerar mais de 3 mil empregos diretos e indiretos nas cidades de Sebastianópolis e Meridiano, localizadas no noroeste paulista”.

Os casos de expansão canavieira verificados atualmente tanto na região do Triângulo Mineiro, como no noroeste paulista, são inspirados na região de Ribeirão Preto, que é considerada há algumas décadas um modelo de desenvolvimento econômico. Em razão do avanço histórico do agronegócio canavieiro ao longo dos anos 1970 e 1980, a região foi batizada, ideologicamente, pela grande mídia e seus defensores como a Califórnia Brasileira, uma vez que, tanto a produção como a renda gerada pelas atividades econômicas ligadas ao agronegócio era comparável às da Califórnia nos EUA. Daí a denominação de que Ribeirão Preto, além de ser a Califórnia Brasileira, onde os índices sociais são compatíveis aos dos países ditos desenvolvidos, se constituiu também, na última década, como a capital mundial do agronegócio canavieiro.

#### 1.4. Ideologia e desenvolvimento do agronegócio canavieiro na região de Ribeirão Preto

Não é de hoje que a região de Ribeirão Preto é conhecida em todo o país como uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do Estado de São Paulo. Mas o que será que a caracteriza como uma das regiões mais ricas, sendo denominada de a “*Califórnia Brasileira*”<sup>19</sup> ou até mesmo de a “*capital do agronegócio*”? Quais as contradições históricas dessa denominação presentes na ideologia do agronegócio da região?

A realidade que permitiu aos empresários do setor sucroalcooleiro, apoiados pela mídia e pelo Estado a denominarem, ideologicamente, a região como “*Califórnia Brasileira*” congrega um conjunto de aspectos físico-naturais, geográficos, históricos, sociais e econômicos que se articulam contraditoriamente ao processo histórico de desenvolvimento econômico da região de Ribeirão Preto. Analisar a articulação desses aspectos aos processos sociais a eles relacionados constitui um dos objetivos do presente estudo.

Considerando a localização geográfica e sua infraestrutura de transporte, é possível constatar, com base nas informações da secretaria do planejamento do Estado de São Paulo e da Fundação SEADE, alguns traços da posição de destaque que a região de Ribeirão Preto ocupa atualmente no cenário econômico estadual e nacional.

Segundo informações do SEADE,

A região administrativa de Ribeirão Preto é servida por uma extensa rede viária, composta de rodovias, estradas vicinais, ferrovia e aeroporto. A rede viária regional é articulada pela via Anhangüera - que faz a ligação com Campinas e São Paulo e prossegue para São Joaquim da Barra, Triângulo Mineiro e Brasília, possibilitando o acesso fácil a diferentes regiões do Estado e do país. A região administrativa de Ribeirão Preto possui forte ligação com o Estado de Minas Gerais, através das Rodovias Cândido Portinari e Faria Lima (SEADE, 2007).

Essa proximidade da região administrativa de Ribeirão Preto com o Estado de Minas

---

<sup>19</sup> Segundo Pires (2004), “dentre as razões que levaram a intitulação de Ribeirão Preto como “*Califórnia Brasileira*”, destaca-se o fato de que é uma das cidades mais ricas e de melhor qualidade de vida do Brasil. Segundo os dados do Censo de 2000, a renda média do ribeirãno-pretano, R\$ 539,84, colocava o município entre os 0,4% mais ricos do país e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) era o vigésimo-primeiro mais elevado entre 5.507 cidades brasileiras. O município de Ribeirão Preto desfruta de excelentes indicadores sociais, de uma oferta ampla e qualificada de bens e serviços no setor terciário, assim como de acesso a uma infraestrutura de transportes, comunicação e saneamento básico de ótima qualidade. Todavia, infelizmente, nem todos usufruem dos benefícios em igual proporção, havendo, ao lado da riqueza, a persistência – e mesmo a ampliação nos anos 1990 – de diversos problemas sociais ainda graves, como, por exemplo: 8,6% da população vivendo com uma renda média inferior a meio salário mínimo (15,1% das crianças) e elevada concentração de renda”.

Gerais constitui um dos fatores que explicam a expansão canavieira para a região do Triângulo Mineiro nos últimos anos. Afinal, além de sua localização geográfica ser favorecida pela curta distância em relação aos principais eixos de expansão canavieira, a região dispõe também de uma infraestrutura de estradas e rodovias que permitem o acesso rápido, deslocamento e escoamento da produção tanto para as áreas centrais do país quanto para o litoral com objetivo de exportação.

No que se refere às condições territoriais e naturais da região, ela apresenta solos de terra roxa, em relevo plano ou suavemente ondulado, possuindo amplos vales fluviais. Esse relevo, juntamente com o solo e o clima, torna a região bastante propícia ao cultivo agrícola. Há grande potencial hídrico na região, pois cerca de 80% da água utilizada para uso público ou em atividades produtivas são captadas do Aquífero Guarani, que abrange os quatro países do Mercosul – Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil – e constitui-se um dos maiores reservatórios de água doce subterrânea do mundo (SEADE, 2007).

A região administrativa de Ribeirão Preto é composta, segundo os dados da Fundação SEADE, por 25 municípios: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral. Com uma população total, conforme o levantamento de 2006 feito pela Fundação SEADE, de 1.162.794 habitantes, a cidade de Ribeirão Preto se destaca com o maior número de habitantes, seguida por outros três municípios, Sertãozinho, Jaboticabal e Monte Alto.

A denominação da região como “*Califórnia Brasileira*” baseou-se fundamentalmente na atividade econômica, produção de riqueza e um alto PIB per capita para os padrões brasileiros. Segundo os dados da Fundação SEADE, o produto interno bruto dos municípios agregados na região administrativa em 2004 foi de 12,1 bilhões de reais, o que corresponde a 2,2 % do total do Estado de São Paulo. Por isso, é um dos principais polos regionais do Brasil, com atividades econômicas que se destacam pela localização estratégica no Estado, terras de ótima qualidade, presença de grandes centros de pesquisa e universidades, mão-de-obra qualificada, infraestrutura de transportes e comunicação, e um mercado consumidor dinâmico.

Dentre as principais características da região que favoreceram a denominação ideológica de “*Califórnia Brasileira*”, as informações da Fundação SEADE destacam que, a agricultura desenvolve-se em bases gerenciais e técnicas avançadas, tendo como principais

produtos a cana-de-açúcar, o café beneficiado, a carne bovina e o amendoim. A base agrícola é diversificada, com destaque para a laranja, ovo, manga, cebola, leite e soja. A mecanização da colheita da cana-de-açúcar – além de reduzir a queima e a poluição – associada à modernização das usinas tem propiciado importantes ganhos de competitividade para as empresas da região. Além da produção de açúcar e álcool, ocorre um processo de diversificação produtiva nesse segmento com a cana-de-açúcar, sendo crescentemente utilizada para a geração de energia elétrica e obtenção de outros derivados. Destacam-se, também, as pesquisas para a obtenção de diversos insumos a partir da cana como, por exemplo, plásticos e enzimas.

Mas as características da chamada “*Califórnia Brasileira*” não se resumem apenas às condições naturais e geográficas favoráveis às mais diversas atividades econômicas e produtivas com destaque para a agropecuária. Há que se considerar aí o amplo desenvolvimento das atividades comerciais oriundas da própria dinâmica com que se estabeleceram as atividades econômicas na região, o que reforçou, em certa medida, uma desigualdade combinada no desenvolvimento das próprias cidades que integram a região administrativa de Ribeirão Preto.

Assim, de acordo com Pires,

A forte polarização observada em Ribeirão Preto na área comercial e de serviços deve-se às menores dimensões e renda média dos municípios circunvizinhos, incapazes de suportarem, por problemas de escala, certo conjunto de atividades produtivas. Tal fato acabou por carrear para Ribeirão Preto parcela significativa da demanda das pessoas de maior renda da região, propiciando maior densidade e complexidade ao setor terciário da cidade. A existência de uma boa estrutura viária colaborou nesse processo. Essa polarização decresceu em importância ao longo dos anos 1990 em função do crescimento populacional e de renda nas cidades vizinhas, viabilizando a instalação de shopping centers, lojas de departamento, oferta de serviços etc (PIRES, 2004, p.3).

Nota-se, portanto, que o município de Ribeirão Preto concentra a maior parte das atividades ligadas ao comércio e setor de serviços<sup>20</sup>; no entanto, o parque industrial regional é sólido e variado. As principais atividades industriais beneficiam-se da proximidade da matéria-

---

<sup>20</sup> Assim, potencializada por um sistema viário eficiente e ramificado, a cidade de Ribeirão Preto é centro de uma vasta região, que, inclusive, extrapola os limites do território paulista. Com uma estrutura produtiva dinâmica e diversificada, altos níveis de renda, uma população crescente e cada vez mais urbanizada, Ribeirão Preto desenvolveu um moderno setor terciário, para atender a seu mercado consumidor diferenciado, constituindo-se um pólo de atração regional de comércio e de serviços, especialmente no que se refere às suas funções de saúde e educação. Por concentrar essas atividades, exerce grande atração sobre os municípios de seu entorno, dividindo, com alguns deles, funções urbanas (SEADE, 2007).

prima, como as usinas de açúcar e álcool; da proximidade do mercado consumidor, como a produção de bebidas, alimentos, papel, celulose, e as indústrias gráfica e metal-mecânica; ou da existência de mão-de-obra especializada e de institutos de pesquisa, como as indústrias farmacêutica, de biotecnologia e de equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares. Vários segmentos industriais destacam-se, como os de equipamentos de alta precisão, invólucros para equipamentos eletrônicos, equipamentos eletroeletrônicos, plásticos biodegradáveis, tubos de PVC, etc (SEADE, 2007).

Diante disso, podemos concluir que Ribeirão Preto firma-se como o mais importante centro comercial e de serviços da região, voltado para atender às cidades circunvizinhas, usufruindo, desse modo, do dinamismo econômico das atividades agropecuárias de uma área muito mais ampla, que abrangia um rol de produtos bem mais significativo (PIRES, 2004). No entanto, vale perguntar: em que contexto histórico e econômico a região que envolve a cidade de Ribeirão Preto se desenvolveu? Qual a dinâmica histórica do desenvolvimento capitalista do agronegócio canavieiro na região e seus efeitos sobre a classe trabalhadora?

A região de Ribeirão Preto tem sua história socioeconômica, política e cultural baseada em três aspectos interligados que correspondem, em certa medida, à formação social da região. Cabe destacar nesse processo: 1) o ciclo do café, que marca a formação histórica e econômica da região; 2) com a crise do café nos anos 1930, a diversificação da agricultura com a produção de milho, amendoim, algodão, soja, café, feijão e cana-de-açúcar; 3) a consolidação da cana-de-açúcar como novo ciclo econômico que caracteriza o desenvolvimento recente da região. Portanto, num primeiro momento destaca-se o desenvolvimento da cultura do café, no final do século XIX, que, com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1873, trouxe para a região o primeiro ciclo de expansão econômica até meados dos anos 1930. Assim, o café colocou a região como um dos centros de destaque agrícola no cenário estadual e nacional, o que fez surgirem vários segmentos urbanos, uma importante agricultura mercantil de alimentos e matérias primas, a indústria, o comércio de importação e exportação, a intermediação financeira, o comércio atacadista e os serviços de apoio à produção (SEADE, 2007). Isso permitiu a dinamização das forças produtivas e das relações de produção, intensificando o capitalismo no campo.

Com a crise do café, a partir da década de 1930, profundas mudanças ocorreram na estrutura produtiva da agricultura da região, levando-a a um movimento de substituição de culturas e até mesmo de diversificação, o que colocou a região de Ribeirão Preto como uma das

principais produtoras de matérias-primas para o parque industrial em expansão naquele momento de desenvolvimento histórico do Capitalismo Tardio brasileiro.

Vale acrescentar, de acordo com Ianni (2004b), que a diversificação da produção agrícola não era apenas resultado das dificuldades da cafeicultura, mas tratava-se também da reorientação dos negócios e atividades nas fazendas de café. O que ocorreu entre 1880 e 1930, apesar do predomínio do café, na cidade de Sertãozinho, por exemplo.

Vale, ainda, lembrar que já no final do século XIX, naquela cidade, a cana-de-açúcar já era cultivada como forma de reorientação dos negócios da burguesia local, pois vários produtos da cana eram consumidos pela população do lugar. Aliás, no documentário histórico escrito pelo historiador da cidade, Antônio Furlan Júnior, destaca-se que, antes de 1900, no município de Sertãozinho, pequenas e esparsas plantações de cana eram aproveitadas pelas engenhocas que se limitavam a fabricar aguardente, rapadura e melado. Tanto é verdade que, segundo Ianni (2004b),

*Uma lei municipal de 27 de novembro de 1900 estabelece isenção de impostos à pessoa ou companhia que montasse um engenho central, para fabricar açúcar, álcool e aguardente. Na exposição de motivos, justifica-se a lei com os seguintes argumentos: as terras do município de Sertãozinho prestam-se “admiravelmente à cultura da cana”; “os lavradores amedrontados pela baixa do café, empregavam suas atividades no cultivo da cana”; “a cana preserva-se da geada mais facilmente do que o café”. Em 1902, a maior plantação de cana foi realizada pelo coronel Francisco Schmidt. Dedicou-lhe 60 alqueires das suas terras. “Havia preparado a terra para plantar café, mas como houve naquele ano geada, preferiu iniciar a lavoura intensiva de cana” (p. 34; grifo nosso).*

Os primeiros engenhos centrais, com equipamentos importados da Inglaterra, que são instalados em Sertãozinho são do final do século XIX. Ainda hoje existe na zona rural das imediações do município o primeiro Engenho Central<sup>21</sup> cujas estruturas mecânicas, como as engrenagens, caldeiras e moendas foram importadas com a participação do capital estrangeiro. Ver a seguir Figura 3:

---

<sup>21</sup> Com a retomada e expansão do novo ciclo da cana e da ideologia do agronegócio na região está em andamento em Sertãozinho a revitalização das linhas férreas que ligam a antiga estação ferroviária da Mogiana em Sertãozinho ao Engenho Central, na fazenda Vassoural, em Pontal, onde se instalará o Museu Nacional da Cana. A proposta da prefeitura de Sertãozinho é instalar o “*trem da cana*” e colocar a cidade no circuito de turismo paulista por meio do projeto “*Caminhos da Cana*” que contará, segundo o Secretário da Indústria e Comércio de Sertãozinho, Marcelo Pelegrini, além de viagem passando por Sertãozinho, Pontal e Pitangueiras, com área de alimentação e lazer ao longo do percurso. É o agronegócio canavieiro, por meio de seus representantes e políticos garantindo não apenas a exploração do trabalho e degradação do meio ambiente, mas também a administração e controle da vida e lazer das pessoas que habitam a região, ideologicamente denominada de *Califórnia Brasileira*.

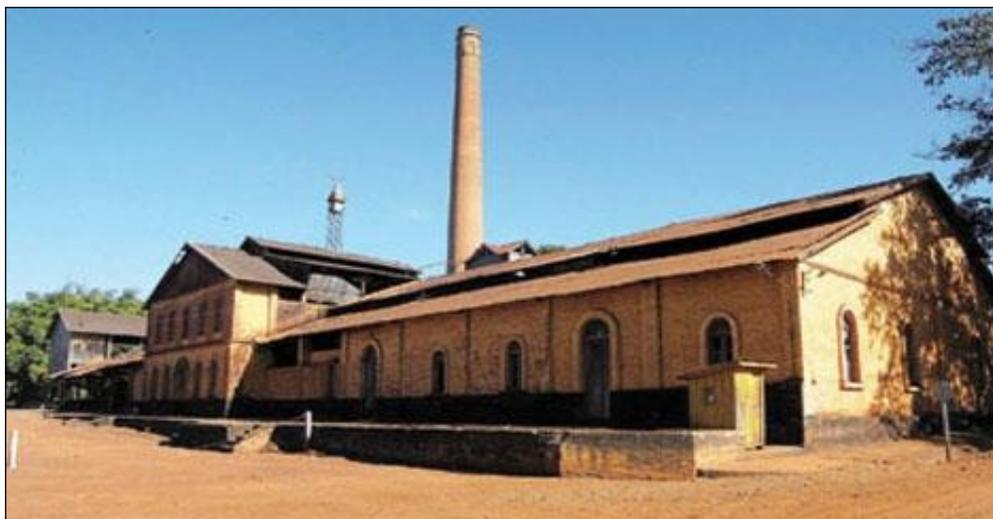


Figura 4: Fotografia do Engenho Central em Sertãozinho-SP

Portanto, com a crise da cafeicultura, provocada pela superprodução dessa monocultura, inicia-se na região o processo de diversificação da produção agrária, pois com o processo de urbanização, a incipiente industrialização, a expansão das burocracias governamentais e o conseqüente crescimento do mercado interno, abriam-se novas possibilidades à instauração de um novo modelo de desenvolvimento econômico do capitalismo no Brasil.

Dessa forma, ao romper a hegemonia da monocultura cafeeira em Sertãozinho, desenvolveram-se na cidade as culturas algodoeira e açucareira, além de outras. Ou seja, um processo de reorganização produtiva alavancado pela alteração das forças produtivas em curso na região. Com isso,

[...] rompia-se e rearranjava-se a estrutura fundiária, cuja concentração a cafeicultura havia intensificado. Ao mesmo tempo, surgiram e desenvolveram-se outras atividades produtoras, no campo e na cidade. As crises da cafeicultura provocaram, assim, o rearranjo e o desenvolvimento das forças produtivas (IANNI, 2004b, p.36).

Ou seja,

[...] a instalação das agroindústrias imprimiu um caráter empresarial às propriedades agrícolas e impulsionou o plantio em larga escala de produtos tais como a cana, soja, laranja, café, milho, algodão e amendoim. Essas culturas, ao longo do tempo, foram sendo substituídas conforme as oscilações do mercado:

melhores preços, menores riscos para a produção, maiores possibilidades de mecanização e, logicamente, menor necessidade de força de trabalho (SCOPINHO; VALARELLI, 1995, p. 22).

Todavia, apesar da diversificação da produção agrícola embasada no cultivo do milho, do algodão, do feijão e outros, foi a cana-de-açúcar que, a partir de 1944, tornou-se o principal produto cultivado nas terras da região, ultrapassando o café em área plantada. É nesse período, portanto, que a cidade de Sertãozinho destaca-se na região de Ribeirão Preto, pois, nos anos 40, as atividades relacionadas direta ou indiretamente à cana-de-açúcar tornaram-se cada vez mais importantes no conjunto da economia e da sociedade sertanezina.

Com efeito, alteram-se a estrutura fundiária e produtiva da cidade na medida em que se estabelece uma nova monocultura. Em decorrência disso, para atender ao novo conjunto da economia local, instaura-se na região o complexo agroindustrial canavieiro, fundado sobre novas formas de organização social e técnica das forças produtivas e das relações de trabalho. Em outras palavras, é possível dizer que “a desestruturação das formas tradicionais de produção agrícola”, causada pela crise da cafeicultura e pela emergência da policultura de matérias-primas industriais, “deflagrou a crise do sistema de colonato, gerando desemprego” (STOLCKE, 1986; SCOPINHO; VALARELLI, 1995). Isto é:

Uma parte do antigo colonato permaneceu no campo desempenhando outras atividades, a maioria na condição de camarada, ou seja, com residência fixa na propriedade, mas sem direito à agricultura de subsistência, pois as novas formas de utilização da terra já não a permitiam. A outra parte migrou para as cidades, buscando melhores ocupações na indústria ou trabalhando como volantes (SCOPINHO; VALARELLI, 1995, p.22-23).

Com isso, desenvolveu-se a composição orgânica do capital e a divisão do trabalho. Assim, diante da expansão da agroindústria canavieira, cresceu continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos e reduziu-se relativamente o montante de capital aplicado na compra da força de trabalho. Desde que a agroindústria açucareira tornou-se preeminente no mundo agrário de Sertãozinho e região de Ribeirão Preto, “[...] modificaram-se substantivamente as relações de interdependência e antagonismo entre campo e cidade, a agricultura e a indústria, os operários e os burgueses” (IANNI, 2004b, p.40). Dentre os fatores conjunturais que podem ser destacados a propósito das modificações nas relações de produção, assinalamos, conforme Scopinho e Valarelli (1995):

- A expansão da demanda de açúcar, tanto no mercado interno quanto no internacional;

- A regulamentação do preço da cana estabelecido pelo Estatuto da Lavoura Canavieira;
- As políticas de incremento à produção de açúcar estabelecidas pelo Instituto do Açúcar e Alcool;
- As políticas estatais de racionalização do campo através do Sistema Nacional de Crédito Rural, e a legislação trabalhista.

Portanto, isso mostra que, após a segunda guerra mundial, o setor sucroalcooleiro foi se consolidando na região de Ribeirão Preto a partir de um conjunto de fatores estruturais e conjunturais concernentes à história econômica da região. As mudanças mais gerais do setor vieram acompanhadas também de um conjunto de transformações na base da agricultura paulista, o que possibilitou que a cana se tornasse uma cultura produtiva rentável, de acordo com a lógica capitalista de produção (SCOPINHO; VALARELLI, 1995).

Podemos dizer, pois, que, com a crise do café e o surgimento do complexo agroindustrial canavieiro, a cidade de Sertãozinho foi pioneira na reestruturação e inovação de culturas produtivas. Assim, ela se ajustou às transformações que vinham sendo processadas na economia do país, especialmente a partir da implantação do novo padrão de acumulação capitalista, assentado no desenvolvimento da indústria pesada (de bens de capital). Nesse sentido, uma nova composição da força de trabalho se define a partir da implantação de indústrias metalúrgicas e mecânicas, produtoras de máquinas e equipamentos (bens de capital), visando ao atendimento do setor sucroalcooleiro. Ao crescer a importância das máquinas e equipamentos em atividades produtivas relacionadas à agroindústria, desenvolveu-se na cidade a divisão social do trabalho baseada no Complexo Agroindustrial Canavieiro.

Nesse período, Sertãozinho experimentou profundas mudanças sociais e econômicas advindas da nova etapa da expansão capitalista no Brasil, pois já se despontava no cenário nacional como a “capital do açúcar e álcool”. Assim:

- 1) A estrutura judiciária do município se modificou, tendo ocorrido certa concentração de propriedade;
- 2) A pequena e a média burguesia agrária foram associadas, absorvidas ou subjugadas aos interesses do capital agroindustrial, comandado pelos usineiros;
- 3) A usina se impôs como uma categoria político-econômica nova e poderosa, no campo e na cidade;

- 4) Criou-se em Sertãozinho um setor industrial bastante ligado à agroindústria açucareira para produzir e reparar máquinas e equipamentos (...) sua criação está evidentemente ligada às exigências tecnológicas da agroindústria;
- 5) As mudanças ocorridas na combinação e dinâmica das forças produtivas, bem como as modificações nas relações de produção, provocaram o desenvolvimento do “proletariado rural” e inclusive a modificação de sua composição interna. Cresceu progressivamente o contingente de assalariados temporários e residentes nas periferias da cidade de Sertãozinho;
- 6) Devido às peculiaridades econômico-sociais e políticas da agroindústria açucareira, vista em perspectiva nacional e regional, a ação estatal tornou-se imprescindível em todos os principais momentos das relações de produção. (IANNI, 2004b, p.40-41).

Nesse quadro delineado por Octávio Ianni acerca das transformações que se processaram na cidade de Sertãozinho durante os anos 40, 50 e 60, impulsionado pela expansão da agroindústria canavieira e pela implantação do parque industrial nacional, é possível perceber que houve um novo impulso no que se refere ao desenvolvimento econômico capitalista do município de Sertãozinho e região de Ribeirão Preto a partir do agronegócio canavieiro, porque:

Além das demandas econômico-financeiras que o campo normalmente pode fazer à cidade, os setores secundário e terciário desenvolveram-se também um pouco sob os estímulos e as flutuações dos movimentos sazonais da economia açucareira. O tempo da agroindústria canavieira, comandado pelo movimento das épocas de safra e entressafra, confere um pouco do seu andamento à vida da cidade de Sertãozinho. *A época da safra é a época do pleno emprego. As estradas e os caminhos tornam-se mais movimentados. Chegam operários de fora, de outros municípios e Estados, para trabalhar no corte da cana ou na usina* (IANNI, 2004b, p.44; grifo nosso)

Em outras palavras, significa que o desenvolvimento da agroindústria canavieira na região reestruturou o modo de vida e organização do trabalho na medida em que deslocou parcelas significativas da população agrária para a cidade. Assim, além da expulsão do campo pela expansão de processos mecanizados de trabalho, característica inerente ao desenvolvimento do agronegócio canavieiro até hoje, verificamos também o aumento paulatino da população urbana sertanezina, decorrente da transferência para fora das terras das usinas e

dos canaviais de uma parte significativa da força de trabalho permanente e temporária antes ocupada no interior das usinas, isto é, nas Colônias. O que levou Ianni (2004b) a concluir que,

[...] à medida que se expande o mundo urbano de Sertãozinho, também urbaniza-se o mundo rural. Foi a agroindústria açucareira que tornou bastante urbanizados as relações sociais, os valores e os padrões de pensamento e comportamento nos canaviais e nas usinas (p.45).

A partir daí, constituiu-se, por diversos mecanismos ideológicos, a mentalidade de que há uma vocação e um “espírito empreendedor” dos sertanezinhos para atividades ligadas à agroindústria canavieira, tendo em vista que, atualmente, a cidade dispõe não apenas de diversas usinas e destilarias instaladas em suas redondezas, mas também porque é a cidade da região de Ribeirão Preto, relativamente, mais industrializada, com cerca de 90% do seu parque industrial especializado na construção e manutenção de usinas e destilarias de açúcar e álcool.

Para compreender a processualidade histórica e as contradições que deram origem à economia sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto e o novo ciclo da expansão canavieira que marca o desenvolvimento econômico recente da região, colocando o Brasil em destaque no mercado internacional como um dos maiores produtores de agrocombustíveis, cumpre recuperar – numa síntese histórica – o avanço e expansão da cana-de-açúcar desde o início da exploração colonial com os portugueses. Para tanto, um rápido resgate histórico das características que marcam a “economia colonial” como algo que permanece inerente ao desenvolvimento da expansão canavieira atual no Brasil se faz necessário.

### **1.5. A economia colonial do agronegócio canavieiro no Brasil**

Não podemos compreender a dinâmica histórica e econômica do ciclo canavieiro no Brasil, seus retrocessos e momentos de expansão, se não entendemos, historicamente, suas características, contradições e processos ora assumidos como elementos do atraso, marcados pela permanência do latifúndio, trabalho escravo e monocultura, ora assumidos como oportunidade de desenvolvimento econômico, modernização e sustentabilidade. Aliás, embora a cultura da cana perpassa a história da economia brasileira, apenas recentemente, com o novo arranjo do agronegócio canavieiro, ela tem sido defendida como modelo de desenvolvimento econômico, pois, conforme já assinalamos, com a posição do ex-presidente Lula, o agronegócio representa o que há de mais moderno na agricultura e indústria mundial em termos de

tecnologia para produzir açúcar e etanol como combustível limpo e renovável.

Diante disso, convém indagar: o ciclo atual da expansão canavieira pode ser caracterizado como um elemento estruturador no qual o agronegócio representa um modelo de desenvolvimento econômico ou ele seria mais uma forma desenvolvida da “economia colonial” vigente ainda no Brasil desde os tempos da colonização? Que contradições seus avanços e retrocessos cíclicos suscitam ao longo da história do desenvolvimento econômico brasileiro?

Desde o seu início a essência da formação econômica brasileira está marcada pela feição do que assumiu a colonização portuguesa no Brasil a partir do objetivo econômico de explorar os trópicos como uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Nesse sentido, a formação histórica de nossa economia, principalmente a economia agrária brasileira, não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa. Ao contrário, ela se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. Caio Prado Jr. afirma que é este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes. Em outras palavras, a nossa formação passa pela constituição de uma grande empresa comercial<sup>22</sup> cuja estrutura se caracteriza pela satisfação das necessidades do mercado externo, pela exploração do trabalho escravo, e pelo fornecimento de açúcar, tabaco, ouro, diamante e café para o mercado europeu (PRADO JR, 1973, p.23).

No que se refere à economia açucareira que deu origem a um dos primeiros ciclos econômicos da exploração colonial, percebe-se que a sua participação no processo de formação da sociedade brasileira nunca deixou de existir. Ao contrário, passando por momentos de crescimento e crise desde sua implantação, é possível observar suas continuidades e descontinuidades na vida econômica do país mesmo após o período colonial. Dessa forma, não podemos incorrer no equívoco de muitas interpretações, segundo as quais o latifúndio no Brasil seria sinônimo de uma sobrevivência arcaica remanescente do período colonial. Ao contrário, quando observamos o desenvolvimento histórico da economia açucareira e mais recentemente do agronegócio – que se assenta sobre o latifúndio –, percebemos que a concentração fundiária viabilizada pelo avanço e expansão da cana apresenta-se como um elemento constituinte da

---

<sup>22</sup>Celso Furtado (1995) chama a atenção para o fato de que o êxito da empresa agrícola colonial praticada pelos portugueses no Brasil não teria sido possível se não fosse, por um lado, a experiência técnica dos portugueses em produzir açúcar nas ilhas do atlântico, mas também, por outro, a presença e poder do capital financeiro holandês; o comércio de escravos africanos já praticado pelos portugueses; e a utilização dessa força de trabalho nas lavouras de cana no início da empresa agrícola. Só assim, mediante o tráfico negreiro, e a utilização da força de trabalho escrava africana é que a empresa agrícola comercial se tornou rentável aos portugueses.

modernidade e do capitalismo tardio brasileiro, como uma exigência não só das grandes unidades produtoras de açúcar e álcool, mas também da própria lógica inerente a sua expansão territorial, industrial e financeira.

Mas que características histórico-estruturais desenvolvidas pela economia do agronegócio canavieiro atual nos permitem identificar traços e elementos fundamentais que marcam a estrutura da “economia colonial”, conforme a definiu Caio Prado Jr?

Nos anos de 1940, em *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr., indagando-se sobre os elementos formadores (geográfico, econômico, social e político) da vida brasileira concluiu que:

O passado, aquele passado colonial [...] aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um *organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não ‘tomou forma’*. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial (PRADO JR, 2000, p. 3, *grifo nosso*).

Será que esse passado colonial, apesar dos avanços de alguns elementos da vida e realidade brasileiras, ainda persiste quando observamos as características atuais do setor sucroalcooleiro e suas formas de reprodução?

Antes de identificarmos os traços que caracterizam o atual desenvolvimento do agronegócio canavieiro é preciso destacar que o sentido da “economia colonial” que marcou e ainda marca a formação brasileira é de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância (PRADO, JR., 2000). Com isso, historicamente, a nossa economia se subordinou inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros de primeira necessidade. Assim, a agricultura brasileira se conformará para atender os objetivos e o *sentido da colonização*, isto é, os interesses da metrópole e do mercado externo<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Uma das chaves explicativas da dependência econômica dos países ditos subdesenvolvidos encontra-se aí nesse processo de subordinação das economias latino-americanas ao mercado externo. Ruy Mauro Marini afirma que a condição do desenvolvimento industrial europeu durante o século XVIII e XIX residiu na disponibilidade de bens agrícolas e matérias-primas fornecidas pelas economias dependentes, o que permitiu a especialização, por parte da sociedade, na atividade especificamente industrial. Nesse sentido, a função que a América Latina e, em especial o Brasil, cumpriu no âmbito da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento do capitalismo foi a de criar

Para tanto, alguns fatores estruturais corroboraram para essa formação. A grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo se constituíram e se conjugaram num sistema típico que deu origem à grande exploração rural, o que marcou fundamentalmente não apenas a economia agrária brasileira, mas também, segundo Caio Prado Jr (2000), a base principal em que assenta a estrutura econômica e social do país. Portanto, foi em torno dessa forma de se organizar a produção e o trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta, que se originou a “economia colonial” com sua orientação voltada exclusivamente para o exterior e como simples fornecedora do comércio internacional. Nestas bases, da grande exploração agrária, isto é, do engenho, da fazenda, e mais recentemente, da usina, é que se estruturou, por conseguinte, a “sociedade e economia do agronegócio no Brasil” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Assim, e considerando a grande exploração agrária, alguns elementos que concorreram para o aproveitamento e exploração do território brasileiro e a recente dinâmica expansionista da agroindústria canavieira do Brasil contemporâneo, podemos verificar que as mesmas bases que lançou o Brasil como colônia de Portugal no âmbito do mercado mundial ainda permanecem hoje, apesar de algumas mudanças pontuais (e controladas pela burguesia) ao longo do tempo. Por isso, cabe enfatizar que as contradições da formação e do desenvolvimento brasileiro se evidenciam quando está em destaque um novo ciclo da cana-de-açúcar que vem se consolidando nos últimos anos em função de uma nova conjuntura econômica e energética favorável ao setor sucroalcooleiro.

A propósito dessas contradições que marcam o desenvolvimento truncado da economia brasileira, vale lembrar a “evolução cíclica” como uma das características da “economia colonial” brasileira, historicamente determinada por fatores e interesses externos ao desenvolvimento nacional. Caio Prado Jr. assinala que esta “evolução cíclica” ocorre por avanços, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país. Dito de outro modo: “é em bases precaríssimas que ela se assenta”, ou seja,

[...] não constitui infraestrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la; o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um mecanismo, de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu

---

uma oferta mundial de alimentos “que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista”. A isso se acrescentará logo a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do próprio desenvolvimento industrial (MARINI, 2000, p. 111).

funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordina-se, portanto, inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existência autônoma (PRADO JR, 2000, p. 126).

Em outras palavras, instaura-se a lógica da subordinação estrutural da “economia colonial” ao modo de produção global do capital, cujas consequências são devastadoras. Assim,

Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção decline e pereça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo de produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava<sup>24</sup> (PRADO JR, 2000, p. 126).

Os ciclos econômicos da produção canavieira parecem corroborar com essas características, na medida em que sua expansão e desenvolvimento estiveram e estão historicamente condicionados a conjunturas internacionais favoráveis. Em outras palavras, significa dizer que a permanência da subordinação econômica do Brasil aos interesses do comércio internacional se traduz, mesmo após a independência política da metrópole, na continuidade da dependência econômica de seu desenvolvimento em relação às nações estrangeiras<sup>25</sup>. Ao que Caio Prado Jr. concluiu que

[...] chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza; e doutro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isto, máquina de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema. Pela própria natureza de uma tal estrutura, não podíamos ser outra coisa mais do que fôramos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio (2000, p.125).

---

<sup>24</sup> No que concerne aos fatores conjunturais do mercado nacional e internacional do comércio de agrocombustíveis já assinalamos, neste capítulo, quais são os principais fatores que vêm contribuindo para que o agronegócio canavieiro se apresente e se situe num novo contexto de expansão econômica, financeira e industrial, cujo principal objetivo, para além das necessidades do mercado interno, é abastecer o mercado externo, com suas *commodities*, principalmente o álcool e o açúcar.

<sup>25</sup> Esse é um dos polos da dominação burguesa no Brasil. De acordo com Florestan Fernandes, “a dominação burguesa sob o capitalismo dependente apresenta dois polos: um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades patrióticas e democráticas ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada comunidade internacional de negócios” (FERNANDES, 2008a, p. 35-36).

Isso significa dizer que os traços fundamentais da economia brasileira, desde os tempos coloniais, ainda permanecem<sup>26</sup> como estruturantes da organização produtiva nacional<sup>27</sup>, especialmente quando se considera o agronegócio como um dos setores mais dinâmicos da economia agrário-exportadora do nosso país. Dessa maneira, os traços mais fundamentais da nossa economia podem ser resumidos da seguinte forma:

[...] de um lado, na sua estrutura, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no funcionamento, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua evolução, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço dos recursos naturais do país (PRADO JR, 2000, p.127).

Essa síntese do pensamento “caiopradiano” acerca da realidade brasileira nos permite identificar o agronegócio canavieiro como desenvolvimento ampliado das características da “economia colonial”, uma vez que a base sobre a qual se assenta a economia rural brasileira é a exploração dos trabalhadores, o baixo padrão de vida e o reduzido custo da força de trabalho que emprega. Para Caio Prado Jr., é no processo histórico de apuração das relações capitalistas de produção e trabalho – isto é, a transformação do trabalhador empregado em assalariado puro – que os padrões materiais do trabalhador tendem a se reduzir. A origem desse processo histórico, na região nordeste, onde se pode notar a realidade das condições de vida e trabalho dos trabalhadores que atuam na agroindústria canavieira é assim descrita por Caio Prado Jr.:

---

<sup>26</sup> Um dos elementos permanentes do sistema colonial que ainda se encontra em diversas regiões brasileiras, inclusive naquelas mais desenvolvidas, como a região sudeste, é o trabalho escravo. Este ainda sobrevive, ao que parece, longe de ser um obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário, lhe têm sido altamente favorável, pois contribui para a compressão da remuneração do trabalho ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo, por conseguinte, a acumulação capitalista. O que sobre do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece, e em que frequentemente se apoia, uma vez que o baixo custo da mão-de-obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários (PRADO JR., 2004). É o que veremos nos capítulos seguintes quando analisaremos as condições de trabalho dos cortadores de cana no agronegócio canavieiro.

<sup>27</sup> Assim, destaca Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira* (2004, p. 92) que o “antigo sistema colonial em que se constituiu e evoluiu a economia brasileira, apesar de todo o progresso e as transformações realizadas, fundamentalmente se manteve, embora modificado e adotando formas diferentes. E o processo de integração econômica nacional, embora se apresente maduro para sua completa e definitiva eclosão se mostra incapaz de chegar a termo e se debate em contradições que não consegue superar. Das contradições que no passado solaparam a economia brasileira, passamos a outras de natureza diferente, mas nem por isso menos graves. Essas contradições se manifestam sobretudo, e agudamente, na permanência, e até no agravamento da tendência ao desequilíbrio de nossas contas externas embora apresentando-se agora sob novas formas, e implicando diretamente a ação imperialista”.

O desenvolvimento e o progresso tecnológico foram aí, nos últimos decênios, apreciáveis. Em outras palavras, o sistema capitalista de produção se ampliou e aprofundou ao mesmo tempo em que se apuravam os padrões de vida dos trabalhadores. Isso porque aquele progresso foi acompanhado, como tinha naturalmente de ser, por longa expansão das lavouras de cana necessárias para o adequado abastecimento em matéria-prima das modernas usinas. O que em contrapartida foi reduzindo o espaço disponível para culturas de subsistência mantidas pelos trabalhadores e das quais eles tiravam o essencial de sua manutenção. Também a necessária intensificação do trabalho, para fazer frente às novas exigências da produção acrescida, foi roubando ao trabalhador o tempo livre de que dispunha para se dedicar às suas culturas particulares de subsistência. Ele se transformou assim progressivamente em puro assalariado, sem outra fonte de recursos que o salário percebido [...] Seu padrão e condições de vida, portanto, se agravaram (2004, p. 98).

Essas relações capitalistas de produção que marcam a estrutura da economia brasileira, verificadas no interior do desenvolvimento histórico da agroindústria canavieira, sintonizam-se ao sistema do capitalismo global de tal forma que relegam essa economia a uma posição periférica e marginal. Esse entrosamento com a dinâmica do modo de produção global do capital coloca a economia brasileira numa posição de subordinação e dependência em relação aos interesses estrangeiros. Apesar da modificação do primitivo e originário sistema colonial que tivemos no passado, segundo Caio Prado Jr. ele continua e se perpetua sob novas e mais complexas formas. Indo ao fundo do sistema presente e além das aparências enganadoras, ainda encontraremos “o essencial da velha situação de colônia que subordina o funcionamento da economia brasileira e as suas atividades a objetivos e interesses estranhos ao país” (PRADO JR., 2004, p. 100).

Portanto, partindo do conceito de “economia colonial” de Caio Prado Jr., podemos dizer que a economia do agronegócio canavieiro, defendida como um modelo de desenvolvimento econômico, na verdade repõe e intensifica a subordinação econômica do país aos interesses de uma elite nacional que articula sua reprodução aos interesses e objetivos de expansão do capital internacional. Em síntese, de acordo com Caio Prado Jr.:

No que respeita à estrutura econômica interna, o sistema colonial ainda se conserva, particularmente no concernente à economia agrária, por acentuados remanescentes que marcam as relações de trabalho e se revelam sobretudo nos baixos níveis e padrões da população trabalhadora rural<sup>28</sup>. Essa situação que se enquadra perfeitamente no sistema colonial e na sua função econômica

---

<sup>28</sup> Veremos nos capítulos seguintes como isso se dá com os trabalhadores rurais, cortadores de cana, na moderna agroindústria canavieira paulista.

– pois torna possível a produção a baixo custo dos produtos primários de pequeno valor unitário nos mercados externos a que eles se destinam – é incompatível com o desenvolvimento econômico em bases nacionais, e constitui por isso grande obstáculo a esse desenvolvimento, pois entre outras consequências restringe o mercado interno e assim entrava a industrialização que representa o fundamento de uma economia nacional (2004, p. 100).

Diante disso, cumpre agora verificar em que medida a agroindústria e o agronegócio canavieiro se desenvolveram, perpetuando as características da “economia colonial” por um lado, mas valendo-se dela, por outro, como forma de viabilizar a sua modernização. Ou seja, vale dizer que as características da “economia colonial” ainda persistem porque ela é estruturante do próprio modo pelo qual se organizou e se desenvolveu o capitalismo (agrário) no Brasil.

Implantada na costa nordestina – Pernambuco e Bahia – a cana-de-açúcar representou, desde o início, uma atividade que requeria o emprego de grandes capitais. Para desenvolver essa cultura, “os portugueses tiveram de se apropriar das terras indígenas, destruir as matas, construir engenhos de açúcar, escravizar indígenas e africanos e montar uma estrutura para a exportação do produto”<sup>29</sup> (ANDRADE, 1994, p.17). Assim, organizada a partir da exploração em larga escala das grandes unidades produtoras, conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores escravizados, a grande lavoura e cultura canavieira constituiu-se em usinas, com organização coletiva do trabalho, especializações, com máquinas e aparelhamentos, formando uma verdadeira organização fabril (PRADO JR, 2000).

Tal organização, ao mesmo tempo em que exigiu um conjunto de fatores para sua implantação rentável e lucrativa para os portugueses daquela época, desencadeou processos de ocupação territorial, degradação natural e social que marcam até hoje a sua forma de reprodução (metabólica) econômica como algo essencialmente destrutivo. Segundo Manuel Correia de Andrade, o processo de apropriação desenvolvido pela cana

[...] provocou grandes transformações no território hoje brasileiro, quer pelo desmatamento e destruição rápida da Mata Atlântica, nas áreas de mais fácil acesso, quer pela construção de engenhos e edificações para a indústria, de casas para os proprietários, empregados mais graduados e escravos, pela

---

<sup>29</sup> Sobre o processo de acumulação de capital realizado pela grande empresa comercial agrícola durante a colonização portuguesa é preciso destacar, de acordo com Celso Furtado (1995), que a montagem de uma estrutura econômica voltada exclusivamente para o mercado externo, notadamente, o caso do empresário açucareiro, teve de operar desde o início em escala relativamente grande. Assim, como as condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos, para viabilizar o grande empreendimento agrícola, capitais foram importados, juntamente com a mão-de-obra especializada, matérias de construção e força de trabalho escrava. Tais elementos foram fundamentais para a instauração do ciclo do açúcar no Brasil.

construção de estradas, pela implantação de cidades portuárias e introdução de animais domésticos [...] Formou-se aí uma sociedade patriarcal cuja divisão de classes correspondia a distinções econômicas e também étnicas, com o negro e o mulato, uma vez que descendiam dos escravos, formando a classe pobre, situada na base da pirâmide social (ANDRADE, 1994, p.18).

Nesse sentido, a formação de uma sociedade patriarcal no Brasil está articulada à organização da grande lavoura canavieira, pois é dela que derivou parte da estrutura do país: “a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que a compõem”, enfim, o conjunto das relações sociais no que tem de mais profundo e essencial (PRADO JR, 2000, p. 142). Tal conjunto de relações, sem dúvidas, desenvolveu-se no interior de uma estrutura agrário-exportadora que encontrou tanto na monocultura da cana-de-açúcar quanto no café lastros sociais e econômicos que – apesar das mudanças e alguns avanços na história do país – continuam a se reproduzir ainda hoje no seio da sociedade brasileira.

Portanto, no que se refere ao setor sucroalcooleiro é inegável, em sua perspectiva histórica, que houve avanços consideráveis em sua forma de organização e produção, pois ele evoluiu, saindo de um sistema escravista de exploração da terra e do trabalho para um patriarcalismo semi-capitalista e, finalmente, passando para um sistema de relações capitalistas em sua plenitude de acordo com o que observamos atualmente (ANDRADE, 1994). Entretanto, cabe assinalar que, mesmo o setor desenvolvendo-se a partir de novos modelos de organização produtiva e de inovações tecnológicas provocando impactos sociais, econômicos e ambientais sobre a natureza e o trabalho, um conjunto de contradições emergiu ao longo desse processo de desenvolvimento.

Na síntese de Manuel Correia de Andrade em *Modernização e pobreza (1994)*, vale destacar – numa perspectiva de mudanças – que o setor se desenvolve valendo-se de inovações tecnológicas para ampliar sua capacidade produtiva, mas, ao mesmo tempo, repõe relações sociais arcaicas que se reproduzem no interior do processo produtivo moderno de acumulação, alimentando e fomentando a expansão do capital agroindustrial.

Assim,

[...] após a extinção da escravidão legal, foram desaparecendo os agentes que detinham algum controle sobre os meios de produção, como os lavradores de cana, os senhores de engenho e, agora, os fornecedores de cana; como os moradores e colonos foram proletarizados e como as usinas, antes propriedade de pessoas físicas, foram se transformando em sociedades

anônimas familiares ou de grupos econômicos; como as áreas produtoras, por razões as mais diversas, foram se ampliando ou se transferindo, de acordo com as novas tecnologias agrícolas e com o jogo caprichoso do mercado. Em tudo isso, o Estado desempenhou sempre um papel tutelar, protetor, financiando os empreendimentos empresariais, subdividindo-o, implantando obras de infraestrutura e reprimindo os movimentos chamados camponeses que em alguns momentos puseram em perigo o controle da terra e do homem ligado à lavoura e à indústria (ANDRADE, 1994, p.10).

Dessa perspectiva de transformações do setor ao longo do tempo, permaneceram algumas contradições na medida em que as inovações tecnológicas foram se implementando e o território brasileiro tomado pelos canaviais. Nesse sentido, é inegável que a cana-de-açúcar com todo seu complexo produtivo teve e continua tendo importância fundamental na estruturação da economia brasileira, principalmente no que se refere à balança comercial e à necessidade de se atingir as metas do superávit primário exigido como forma de pagamento da dívida externa brasileira. Contudo, sem recuperar a totalidade histórica dessa atividade econômica, destacando alguns momentos importantes de sua constituição, não seria possível assinalar algumas etapas de seu desenvolvimento sob a égide do capitalismo no Brasil.

Segundo Manuel Correia, o processo usineiro tal como o conhecemos atualmente, bem como suas etapas de implantação ao longo do tempo estão, desde o início, circunscritas à história e formação do capitalismo brasileiro. São quatro momentos da instauração do processo usineiro:

1) o primeiro período teria iniciado graças aos incentivos e garantias de juros dados pelo governo imperial a partir de 1870, com a criação dos engenhos centrais, quando estes foram substituídos por numerosas usinas;

2) o segundo período teria se iniciado com a racionalização da intervenção do Estado na economia açucareira e com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e terminado com o fim da Segunda Guerra Mundial;

3) o terceiro período se estenderia desde o início dos anos 50 até os anos 70, quando a política do IAA, de contingenciamento da produção, desmoronou em razão da pressão dos produtores paulistas no mercado nacional;

4) o quarto período teria se iniciado nos anos 70, com a intervenção governamental procurando dinamizar, modernizar e acelerar a concentração da produção de açúcar e expandir a produção de álcool, visando reformular a política energética do país (ANDRADE, 1994, p.36).

Entre todos esses momentos importantes de consolidação do setor desde o final do

século XIX até a segunda metade do século XX merece um destaque especial o quarto período referente à intervenção do governo procurando dinamizar e modernizar o setor. Trata-se evidentemente do PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool) inaugurado pelo governo militar em novembro de 1975. Antes, porém, de passar à análise detalhada dos objetivos e diretrizes deste programa energético, convém contextualizar o processo de expansão canavieira durante a segunda metade do século XX, que levou, inclusive, a necessidade de sua criação.

Durante a Segunda Guerra Mundial o comércio de açúcar foi amplamente prejudicado em função da guerra submarina. Os efeitos desse processo recaíram sobre a região nordeste que, na época, era a principal produtora de açúcar do país. Além da região nordeste que passou a sofrer com a superprodução, a região Centro-Sul, principal região consumidora, e maior importadora do açúcar nordestino também sofria com a escassez do açúcar, as consequências comerciais deflagradas pela Segunda Guerra Mundial. Desse modo, a demanda insatisfeita dos principais centros consumidores de açúcar do país, criou as condições necessárias para a expansão da produção açucareira em outras regiões, que dependiam exclusivamente da importação do açúcar nordestino. Assim, de acordo com Szmrecsányi; Moreira (1991), foi essa expansão dos anos da Segunda Guerra Mundial que deu origem à definitiva transferência do eixo da produção canavieira e açucareira para os Estados do sudeste do Brasil (1991, p. 59).

Portanto, a expansão da cana para a região Centro-Sul decorre das dificuldades no transporte de cabotagem do nordeste para o sul do país, dos incentivos a produção de açúcar no Centro-Sul concedidos pelo IAA, particularmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa forma, a década de 1950 transcorreu sob o signo de uma forte expansão da indústria açucareira do Brasil. Segundo Szmrecsányi; Moreira (1991, p.62) essa expansão foi particularmente induzida pela crescente demanda do mercado interno, cujas dimensões estavam sendo gradativamente ampliadas por um rápido e intenso processo de urbanização e de industrialização.

Associada a esta expansão decorrente da situação conjuntural nacional dos anos 1950 e 1960 estão os interesses da grande lavoura canavieira que, desde o início da colonização, estiveram voltados para o mercado externo. Dessa perspectiva, com a Revolução Cubana de 1959, os interesses em ganhar o mercado estadunidense se intensificam. Nesse momento, havia perspectivas de uma demanda crescente de açúcar tanto pelo mercado livre mundial como pelo mercado preferencial dos EUA, o que levou o IAA a conferir prioridade ao abastecimento do mercado externo (SZMRECÁNYI; MOREIRA, 1991).

Nesse sentido, não restam dúvidas, portanto, de que historicamente a produção canavieira do Brasil sempre buscou e esteve ligada à expansão e acumulação capitalista realizada no mercado mundial, pois pelas mesmas razões – expandir e acumular – os controles governamentais até então prevaletentes sobre a produção

[...] foram não apenas relaxados, mas plenamente transformados em incentivos à produção. Créditos subsidiados de longo prazo começaram a ser concedidos à agroindústria canavieira, com o objetivo de ampliar a produção de açúcar e de cana. O propósito deste e de outros incentivos adotados na época era o de fazer voltar ao Brasil à liderança mundial da produção e das exportações de açúcar. Estas últimas deixaram de ser encaradas com simples expedientes para garantir a manutenção de altos níveis de produção, de preços e de lucros na agroindústria canavieira do país (SZMRECÁNYI; MOREIRA, 1991, p. 65).

Portanto, em decorrência de uma conjuntura favorável às exportações de açúcar, ao melhoramento genético da cana, à ampliação da capacidade produtiva e instalações industriais, o Brasil aumentou consideravelmente sua produção de açúcar e presença no mercado mundial. Mas, em 1975, como é da característica do ciclo do açúcar, as demandas internacionais entraram em crise, o que seria agravado também com a superprodução do produto naquele momento. É certo que a crise eclodiria, afetando todo o setor.

Entretanto, dois anos antes do arrefecimento das demandas de açúcar pelo mercado mundial, ocorreu, em setembro de 1973, a crise do petróleo no mercado internacional em consequência da guerra do Yom Kippur, conflito que envolveu diretamente Egito, Israel e Síria, provocando a quadruplicação dos preços do barril de petróleo no mundo todo.

Dentre as principais razões que levaram o governo brasileiro a criar o Programa Nacional do Alcool referido anteriormente, destaca-se que a alta dos preços do barril de petróleo no mercado internacional interferiu diretamente nas contas externas brasileiras, pois o Brasil, naquele momento, dependia em 80% da importação de petróleo. Para se ter uma ideia do impacto desse aumento, no período anterior à crise, o dispêndio com a importação era algo em torno de US\$ 1,4 bilhão. “Depois de 1973, quando se instala a crise do petróleo no mercado mundial, o Brasil era obrigado a despender algo em torno de US\$ 8,6 bilhões com a importação” (SHIKIDA, 2004, p. 228). Assim, o desequilíbrio nas contas externas em parte causadas pela crise do petróleo, levou o governo brasileiro e empresários a se manifestarem, buscando alternativas para a substituição de alguns derivados do petróleo. Com o objetivo de substituir a gasolina como combustível é que o Proálcool foi criado.

A interpretação de Shikida (1998; 2004) acerca desse processo é de que “a crise do petróleo e a crise da agroindústria canavieira contribuíram para o surgimento do Proálcool”<sup>30</sup>. Porque, com o “gargalo” gerado no processo produtivo em decorrência da crise do petróleo, a crise do açúcar no mercado internacional e a orquestração de interesses levaram o país a optar pelo Proálcool<sup>31</sup>.

Para atender às necessidades do Programa, um conjunto de ações – no plano institucional – foi criado para viabilizar a demanda de álcool. Linhas de créditos especiais foram criadas e concedidas para a instalação e ampliação de destilarias vinculadas às usinas de açúcar, bem como a construção de novas unidades produtivas independentes e especializadas na produção de álcool (SZMRECÁNYI; MOREIRA, 1991). As condições para a concessão desses financiamentos eram extremamente favoráveis ao setor. Tanto que atendia aos interesses de vários setores, conforme a análise de Shikida.

A orquestração de interesses para viabilizar o Proálcool englobou os empresários das usinas e destilarias, o Estado, o setor de máquinas e equipamentos e a indústria automobilística. Para os usineiros tratava-se de diversificar a produção, de criar um novo mercado diante das frequentes crises da economia açucareira. A questão crucial que se colocava para a agroindústria canavieira era o que fazer com um parque produtivo que precisava avançar tecnologicamente e que estava com tendência à sobrecapacidade. Para o Estado, os interesses nesse Programa resumiam-se nos objetivos nele contidos, quais sejam: economia de divisas; diminuição das desigualdades regionais de renda; crescimento da renda interna; geração de empregos; expansão da produção de bens de capital. Nesse ínterim, esse programa também era, e ainda é, importante para a continuação das vendas de máquinas e equipamentos para a agroindústria canavieira (2004, p. 230)

É importante ressaltar que esse processo conjugado de interesses colocou a região Centro-Sul como a maior produtora do país. O Estado de São Paulo, em particular, destacou-se, pois “às vésperas do Proálcool ele já era responsável por metade da produção brasileira de açúcar e, após o início do programa, passou a concentrar também dois terços da produção de álcool” (SZMRECÁNYI; MOREIRA, 1991, p.72). Nesse período, outros Estados da região

---

<sup>30</sup> Em outras palavras, pode-se concluir que, o Proálcool fora formulado e estabelecido menos como uma solução para a crise energética do Brasil, do que como uma alternativa para a previsível capacidade ociosa da sua agroindústria canavieira (SZMRECÁNYI; MOREIRA, 1991, p. 71). Isso porque pode-se produzir álcool a partir de várias outras matérias-primas (como a mandioca, a madeira, o babaçu e a batata doce), mas a cana-de-açúcar conseguia manter uma posição e condição privilegiada diante daquela nova conjuntura.

<sup>31</sup> Para Shikida (1998) a crise do petróleo gerou um ‘gargalo’ no processo produtivo. O ‘gargalo’ propicia um ambiente favorável ao surgimento de várias opções; neste caso, foram o uso do álcool, do carvão, do óleo vegetal. Contudo, a crise da agroindústria canavieira acabou favorecendo a ‘orquestração’ de interesses que levou o País a optar pelo Proálcool (p.36).

Centro-Sul até então sem expressão na produção – como Paraná, Goiás e Mato Grosso – também começaram a expandir suas culturas de cana, contribuindo ainda mais para reduzir a participação no mercado interno dos produtores do nordeste.

Analisando o processo de implantação do Proálcool e seus impactos na região de Ribeirão Preto-SP, principalmente no que se refere aos objetivos sociais do Programa, Scopinho e Valarelli (1995) assinalam que estes foram colocados em segundo plano.

[...] na região de Ribeirão Preto, se por um lado o Proálcool fomentou o crescimento econômico, por outro, contribuiu para acentuar as desigualdades sociais, já que esse crescimento seguiu unicamente a lógica da obtenção e acumulação de lucros. Contrariando os objetivos sociais que constavam no referido decreto, o Proálcool abriu definitivamente as portas para a consolidação das relações de produção capitalistas na agricultura de Ribeirão Preto (SCOPINHO; VALARELLI, 1995, p. 32).

O que ocorreu de fato, pois, entre 1980 e 1985 tem início o que alguns autores (SZMRECÁNYI; MOREIRA, 1991; SHIKIDA, 1998; 2004) denominam de segunda fase do Proálcool. Trata-se de uma expansão acelerada da produção de álcool a partir de um novo choque sobre o preço do barril de petróleo no mercado internacional devido aos conflitos militares entre Irã e Iraque no Oriente Médio. Nesse novo cenário que se abria no início da década de 1980, o setor sucroalcooleiro objetivou alcançar a produção de 10,7 bilhões de litros de álcool em 1985 (SHIKIDA, 2004). Para atingir essa meta, a ênfase na substituição da gasolina como combustível foi dada a partir da produção de álcool hidratado, o que exigiu um novo mercado de combustíveis. Isto foi feito, em primeiro lugar, mediante um acordo com as indústrias automobilísticas em troca de incentivos fiscais para a produção de carros com motores movidos a álcool e, em segundo lugar, a partir da fixação dos preços do álcool hidratado em 65% do valor da gasolina (SZMRECÁNYI; MOREIRA, 1991).

Para Shikida, três movimentos alavancaram a produção na segunda fase do Proálcool: 1) intensificou-se a produção de álcool hidratado a partir da expansão das destilarias autônomas; 2) a Petrobrás continuou responsável pela comercialização do álcool, dando ao produtor garantias de compra e dividindo os custos de estocagem; 3) as indústrias de máquinas e equipamentos, especialmente a indústria automobilística, em função das novas demandas da agroindústria canavieira, tiveram seus negócios estimulados durante o período. (2004, p. 234-235).

No que se refere ao terceiro movimento de alavancagem do Proálcool com sua

expansão acelerada, é preciso destacar o impulso desse processo sobre as indústrias metalúrgicas da cidade de Sertãozinho, notadamente a Zanini S/A Equipamentos Pesados. Nesse período, início dos anos 1980, quando a política estatal de incentivo à ampliação da produção de álcool hidratado por meio da instalação de novas destilarias, a Zanini, maior indústria de bens de capital de Sertãozinho, constituiu-se como o maior grupo financeiro industrial do Estado de São Paulo, pois foi a responsável pela fabricação da maioria das novas unidades produtivas de açúcar e álcool no período. Foi nesse momento que o setor metalúrgico sertanezinho se expandiu, consolidando o agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico do município.

Assim, a Zanini consolidou um dos maiores grupos financeiro-industriais do Estado de São Paulo, que ficou conhecido, inclusive internacionalmente, como Grupo Zanini. Seu conglomerado empresarial era administrado pela família Biagi – majoritária das ações do grupo – e detinha aglutinado um número de 24 empresas situadas na região de Ribeirão Preto e na grande São Paulo, atuantes nos mais diferentes ramos da produção industrial brasileira, mas especializada fundamentalmente na fabricação de usinas e destilarias (SANTOS, 2010). Cabe enfatizar que a expansão desse grupo esteve assentada, desde o início da década de 1960, nos incentivos fiscais e financeiros garantidos pelo Estado durante o regime militar no Brasil, quando ela deixou de ser uma oficina mecânica e se tornou uma grande empresa de capital monopolista. Sua expansão fez parte daquilo que Shikida (1998) denominou de a “orquestração de interesses” para a viabilização do Proálcool.

Por isso, é preciso dizer que, embora o Proálcool estivesse totalmente a cargo do setor privado, tanto o seu crescimento quanto a expansão das indústrias de bens de capital, responsáveis pela instalação da infraestrutura produtiva, dependeram de amplas subvenções governamentais. Portanto, nesse período de ampliação acelerada do Programa Nacional do Álcool, o Estado possibilitou, além da ampliação das plantas industriais, a própria manutenção da estrutura tradicional da agroindústria canavieira, assentada na produção integrada, na propriedade fundiária e no próprio paternalismo estatal (SHIKIDA, 1998).

Todavia, apesar da expansão canavieira proporcionada por essa fase do programa trazer altas margens de lucro para usineiros, indústrias de máquinas e equipamentos e indústrias automobilísticas, não se pode dizer o mesmo no caso dos trabalhadores<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Ver, no caso das indústrias de bens de capital, máquinas e equipamentos que atendiam o setor sucroalcooleiro naquele período, o estudo de Santos (2010), *A usinagem do capital e o desmonte do trabalho nos anos 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP*.

Segundo Szmrecányi; Moreira,

[...] todas essas condições extremamente favoráveis e vantajosas capacitaram a agroindústria canavieira do Brasil a rapidamente alcançar e ultrapassar as metas de produção governamentais. Nos primeiros dez anos de existência do Proálcool, a produção brasileira de álcool aumentou a uma taxa média de 35% ao ano, sem que o setor deixasse de produzir volumosas quantidades de açúcar, tanto para a exportação como para o mercado interno. *Uma tão rápida expansão só era possível à custa de grandes e graves distorções. No plano agrícola, ela provocou o excessivo crescimento, de uma monocultura cheia de riscos, bem como uma exagerada concentração fundiária, extremamente deletéria do ponto de vista social* (1991, p.72, grifo nosso).

Verificamos, portanto, que os custos de uma tão acelerada expansão, no interior da lógica destrutiva de acumulação do capital podem trazer resultados nefastos para as condições de vida e trabalho dos milhares de trabalhadores assalariados, ocupados no complexo produtivo agroindustrial. Além dos impactos sociais, é notória a degradação ambiental que a cana provoca sobre o território brasileiro desde a época da colonização.

Numa análise circunstanciada acerca dos impactos sociais e ambientais da agroindústria canavieira no Brasil, Andrade (1994) destaca a respeito do Proálcool que

[...] não foram levados em conta, na implantação do Proálcool, os grandes capitais que seriam mobilizados, a oscilação do preço do petróleo, e conseqüentemente do álcool, no mercado internacional, os problemas que seriam causados pelo lançamento dos resíduos industriais nos rios – o vinhoto é produzido em um volume equivalente a 13 vezes o volume do álcool – e nas áreas cultivadas, o problema da expansão dos canaviais por áreas de florestas e cerrados, destruindo as associações vegetais naturais, e por áreas de pecuária e de lavouras de subsistência, provocando um desequilíbrio no abastecimento alimentar, além do impacto sobre a força de trabalho que estava estabilizada em uma série de atividades e passava a ser atraída para uma atividade nova e formalmente mais bem remunerada durante um certo período do ano (1994, p.26).

Assim, é possível notar que as conseqüências nefastas para a sociedade e natureza são muitas, mas os benefícios e lucros só para poucos. Em verdade ao se estimular com o Proálcool o crescimento histórico da cultura da cana, transformando geograficamente espaços já ocupados e se apossando de espaços novos em fase de ocupação

[...] a cana foi o agente motor tanto da produção como da reprodução dos espaços ocupados. *Esse processo agroeconômico teve repercussões muito fortes sobre a concentração de renda, sobre a concentração fundiária e sobre*

*as relações de trabalho. Os industriais aumentaram as suas fortunas e expandiram as suas terras para garantir a matéria-prima necessária à indústria em crescimento; os pequenos produtores e posseiros foram desapropriados e desalojados; as vilas e cidades tiveram que reorganizar o seu abastecimento, indo procurar os produtos alimentares em áreas mais distantes; a poluição das águas e a destruição em grande escala da vegetação natural provocam um maior desequilíbrio ecológico e o ressurgimento de surtos epidêmicos; os desajustes sociais se acentuaram.* Os canaviais, verdadeiros oceanos por sua imensidão e continuidade, ocuparam grandes áreas no Nordeste, em São Paulo, no Paraná, em Minas Gerais e no Centro-Oeste. O governo, preocupado com o crescimento do PIB, esqueceu que nos espaços em transformação havia populações que estavam sendo expropriadas dos seus direitos mais elementares (ANDRADE, 1994, p.31, *grifo nosso*).

Na região de Ribeirão Preto isso é evidente, pois com a expansão do Programa Nacional do Alcool, além do crescimento das agroindústrias canavieiras, houve também uma formatação da economia regional com base no agronegócio canavieiro, isto é, ao seu redor organizou-se a vida econômica, social e política dos municípios, consolidando, assim, um modelo de desenvolvimento perverso que trouxe consequências econômicas, ambientais e sociais que se perpetuam até hoje (SCOPINHO; VARALELLI, 1995). Assim, de acordo com esses autores, vale destacar que:

No âmbito econômico, a instituição do Proálcool reduziu o plantio de gêneros alimentícios básicos, concentrou a propriedade fundiária e a renda, elevou o grau de capitalização da agricultura e a utilização do trabalho sazonal. Com relação ao meio ambiente, contribuiu para o empobrecimento do solo e para o desmatamento de áreas críticas, como por exemplo as matas ciliares que guarnecem os rios; aumentou os níveis de poluição dos rios e mananciais, despejando neles resíduos industriais (vinhoto) e agrotóxicos, e do ar, através da queima dos canaviais. No que se refere às consequências sociais, destaca-se o crescimento do contingente de assalariados volantes (1995, p.32-33).

Ora, esses impactos sociais e ambientais não são exclusivos da fase de expansão do agronegócio canavieiro durante a vigência do Proálcool, mas estão presentes de forma contínua desde o início da colonização dos portugueses até os dias atuais.

Ao longo deste primeiro capítulo, buscamos situar historicamente o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, suas contradições sociais e a íntima relação que o agronegócio guarda com as estruturas sociais que caracterizam uma economia de tipo colonial. Nesse sentido, apontamos que a expansão canavieira atual, embora defendida como modelo de desenvolvimento econômico, especialmente na região de Ribeirão Preto, reproduz, no contexto mundializado do capital, as mesmas características de uma economia colonial, em que predomina os interesses da classe dominante, associada ao capital externo, bem como a

perpetuação das mazelas sociais oriundas das estruturas históricas da dependência, isto é, a reprodução ampliada da lógica destrutiva e excludente do latifúndio, da monocultura, do trabalho escravo e das determinações econômicas do mercado externo e dos interesses dos países de capitalismo central.

A seguir, discutiremos, além das contradições econômicas e sociais que caracterizam a modernização da agroindústria canavieira durante a vigência do Proálcool, sua crise e reestruturação produtiva na região de Ribeirão Preto, as condições atuais de trabalho no eito da cana, isto é, buscaremos revelar por meio da investigação sociológica empreendida – naquela região que é defendida como modelo de desenvolvimento econômico – as contradições fundamentais que emergem do contexto atual da expansão alarmante do agronegócio canavieiro no Brasil. Em outras palavras, trata-se de verificar, apesar dos avanços obtidos com as lutas sociais dos trabalhadores organizados, em que condições de vida e trabalho laboram os milhares de homens e mulheres que atuam no corte da cana nas usinas de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto. Para tanto, traremos à cena, por meio de seus depoimentos e histórias de vida, os trabalhadores e trabalhadoras, agentes pastorais, sindicalistas e fiscais do trabalho, sujeitos que, ao atuarem diretamente, seja no trabalho do corte da cana, na defesa dos interesses dos trabalhadores, ou na fiscalização das condições de trabalho, nos ajudam a descortinar a realidade contraditória do desenvolvimento do agronegócio e suas múltiplas determinações sociais.



## CAPITULO 2

### AS CONDIÇÕES ATUAIS DE TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO.

#### 2.1. Contradições sociais da modernização na agroindústria canavieira

Para demonstrar em que circunstâncias ocorre a atual expansão da agroindústria canavieira no Brasil é preciso levar em consideração a situação das condições de trabalho nas quais se desenvolvem tanto o processo de trabalho e de produção quanto o processo de valorização do capital. Nesse sentido, faz-se necessário observar e analisar tais condições na região onde o agronegócio canavieiro alcançou o seu maior desenvolvimento tecnológico, econômico e agroindustrial, a região de Ribeirão Preto. Antes, porém, convém assinalar as contradições sociais e os processos de lutas dos trabalhadores que marcaram a constituição histórica e econômica da chamada “Califórnia Brasileira”.

Já demonstramos no capítulo anterior que a região de Ribeirão Preto (Estado de São Paulo), desde a década de 1950, com a crise do café, mas notadamente a partir dos anos 1970 com o Proálcool, tornou-se a maior produtora de açúcar e álcool do país, destacando-se no processo de modernização da agricultura. Assim, nos anos de 1970 e nas fases sucessivas (1975, 1980, 1985) os amplos investimentos do Estado no Proálcool permitiram – além da expansão do agronegócio – o crescente desenvolvimento tecnológico das unidades produtivas, passando pelas diversas etapas do processo produtivo que vai do plantio de cana e colheita até a fabricação final do açúcar e do álcool.

Entretanto, esse processo de expansão e modernização da agroindústria canavieira não foi isento de contradições sociais<sup>33</sup>. A expansão do agronegócio, alavancado por isenções fiscais e pesados investimentos durante a Ditadura Militar foi incentivada por um programa

---

<sup>33</sup> De acordo com Vera Botta Ferrante, “[...] a região de Ribeirão Preto apresenta uma agricultura altamente capitalizada, com elevados índices de produtividade e proletarização rural. Representada como um novo polo de atração migratória, a região reproduz fatores de expulsão e atração, implicando um contraditório movimento populacional. A expansão da cana-de-açúcar acarreta uma maior demanda de mão-de-obra, o que explica a vinda de migrantes temporários, os chamados queima-latas, para a região. Entretanto, a substituição forçada de alimentos das pequenas propriedades implicou em expropriação, emigração ou movimento de proletarização, processo esse que redundou em perdas, quer as mesmas tenham ou não potencializado mobilizações de resistência. A expansão do processo de capitalização do campo, hegemônica em sua dinâmica pelo capital ligado à agroindústria canavieira, não pode ser reificada, a ponto de obscurecer ou intencionalmente ocultar a presença/exclusão/reação possível dos agentes sociais que vivenciaram esse processo” (FERRANTE, 1990, p. 89).

específico, que visava a diminuir a dependência do Brasil em relação à importação de petróleo e ampliar as divisas nacionais para enfrentar a crise energética internacional, o que desencadeou pelo menos três processos sociais que caracterizam a região de Ribeirão Preto desde 1980: maior concentração da terra; mecanização e uso intensivo de energia para o cultivo de produtos de exportação e de cana-de-açúcar; e ampliação da sazonalidade da demanda de força de trabalho e deterioração das condições de trabalho e salários dos trabalhadores (STOLCKE, 1986).

É preciso dizer – antes de uma análise pontual acerca de um setor específico da atividade econômica – que esse é um processo inerente à formação social do Brasil, porque tanto a constituição de uma economia agroexportadora voltada ao mercado externo como o processo de expulsão e expropriação dos camponeses de suas terras de origem são expressões sociais, demográficas e ecológicas de processos econômicos perversos e constitutivos do desenvolvimento capitalista brasileiro e que está presente na lógica atual da expansão do capital agroindustrial. Por isso, ao analisar os aspectos da revolução agrária no Brasil, Ianni (2004b) afirma que os colonos, parceiros e arrendatários que viviam no interior da fazenda como componentes de uma estrutura patrimonial, transformam-se em trabalhadores volantes, temporários. Isto é, o que a fazenda rechaça do seu interior, porque as modificações do mercado revelam cada vez mais onerosas, ela somente contrata para tarefas, prazos e preços rigorosamente predeterminados. Dessa forma, “liquidam-se os componentes não capitalistas das relações entre o fazendeiro e o trabalhador, agora transformando-se em empresários e proletários” (IANNI, 2004b, p.102).

O processo histórico de desenvolvimento dessas relações de produção capitalistas no Brasil tem como consequência a proletarização dos homens e mulheres do campo, resultado do avanço das forças produtivas e das novas relações de produção que passam a vigorar no seio da agricultura brasileira. Nesse sentido, Octávio Ianni desenha um quadro histórico e sociológico bastante amplo, no qual analisa as novas configurações econômicas que o sistema do capital – ao longo de seu desenvolvimento – impôs à força de trabalho. Sintetizando:

Há um sistema que produz o escravo, que é mantido no interior da fazenda, consumindo apenas alimento, vestuário e senzala. Outro sistema vai gerar o colono, cuja remuneração será em espécie ou dinheiro, mas que continuará no interior da fazenda, onde terá habitação e lote de terra para culturas de subsistência. Esta será uma forma intermediária do desenvolvimento da unidade no sentido de uma empresa organizada em bases “racionais”. Mas essa evolução somente se completa com a expulsão do trabalhador do interior

da fazenda, fenômeno que está ocorrendo em algumas regiões do país. Neste caso o empresário não terá uma unidade estruturada de forma híbrida, onde coexistam elementos dos sistemas patrimonial e capitalista. *Agora a fazenda é definida como uma empresa organizada racionalmente. E do trabalhador, que deve habitar fora da unidade, compra-se a força de trabalho avaliado em dinheiro. No bairro, patrimônio, vila ou cidade onde habitar, ele comprará os seus sapatos, a sua roupa, os medicamentos, o arroz e o feijão. Da fazenda, de onde o trabalhador extraía anteriormente os seus meios de subsistência, levará somente o salário (diário, semanal ou mensal, como o operário da indústria* (IANNI, 2004b, p.112-113, grifo nosso).

Em suma, essas mudanças, operadas historicamente na agricultura brasileira com sua modernização, afetaram a empresa agrícola em seus componentes fundamentais, transformando pouco a pouco o fazendeiro em capitalista, o capataz em gerente, o lavrador em proletário<sup>34</sup>.

Associados a esses traços mais gerais que envolvem a agricultura brasileira existem as particularidades do setor sucroalcooleiro, o que nos permite destacar outros aspectos marcantes da modernização agrícola que se processou no interior da agroindústria canavieira.

Desse modo, podemos assinalar que a virada dos anos 1970 para os 1980 do século XX representou no sistema capitalista um conjunto de mudanças que teve como principal objetivo aperfeiçoar o sistema de produção e organização do trabalho, tendo em vista a busca pela elevação da produtividade e ampliação da exploração sobre os trabalhadores. Uma das alterações que podemos identificar tanto no processo de trabalho quanto nas relações de produção da agroindústria canavieira é que os antigos “gatos”<sup>35</sup> que tinham amplos poderes sobre as turmas de canavieiros passa a ser substituído pelas empreiteiras de força de trabalho que fazem o trabalho de arregimentação e contratação diretamente pela usina. Da mesma forma, o controle sobre os trabalhadores no processo de trabalho também passa às mãos da usina, que o exerce diretamente a partir de fiscais contratados por ela. Assim, os vínculos de favor que se estabeleciam com frequência entre os trabalhadores e o antigo “gato” tendem a ser substituídos por vínculos de direito<sup>36</sup>. Neste caso, a turma deixa de ser a referência principal

---

<sup>34</sup> A propósito dessas transformações históricas na agricultura brasileira há um debate histórico e intenso na esquerda brasileira e latino-americana que envolve interpretações diversas, tanto no marxismo como fora dele, sobre a existência anterior, coexistência e penetração de relações feudais no desenvolvimento capitalista que caracterizou a formação social dos países da América Latina, em especial o Brasil. Sobre esse debate, conferir a coletânea de textos organizada por João Pedro Stedile, *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)*, editado pela Expressão Popular, em 2012.

<sup>35</sup> “Gato” é uma expressão utilizada pelos trabalhadores para definir as figuras dos agenciadores de mão-de-obra, os empreiteiros, em referência ao indivíduo esperto, ladrão, que atua no momento da compra-venda da força de trabalho e no momento do processo produtivo, beneficiando-se da produção dos trabalhadores, isto é, intermediando a relação (informal) de trabalho entre o trabalhador e a usina.

<sup>36</sup> Contudo, convém ressaltar que essas alterações não ocorrem de forma absoluta a ponto de eliminar a presença do “gato”. Na verdade, muda apenas a caracterização dos personagens em ação, pois o cenário é o mesmo e a atuação

nas operações de trabalho e passa a ser substituída pelas frentes de trabalho (D'INCAO; BOTELHO, 1987). Portanto, com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho,

[...] *o sistema de trabalho mais individualizado, onde um trabalhador, uma família ou um pequeno grupo de trabalhadores recebia uma pequena área de cana para cortar, é substituído pelo sistema de trabalho mais socializado, no qual os trabalhadores são distribuídos em toda extensão do canavial e cortam, simultaneamente, um certo número de fileiras ou ruas de cana. De tal maneira que reduzem custos com transporte ou combustível e fiscalização do trabalho, além de se estabelecer um ritmo coletivo para o trabalho, que passa a ser perseguido por todos os trabalhadores, criando entre eles uma certa competitividade – consciente ou inconsciente – e elevando-lhes a produtividade individual (D'INCAO; BOTELHO, 1987, p. 63, grifo nosso).*

A lógica dessas mudanças representava, na verdade, a intensificação da exploração dos trabalhadores como forma de reação dos usineiros e empresários do setor à Lei nº 4214, de 2 de março de 1963, dispondo sobre o ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) que definiu os direitos dos trabalhadores rurais quanto à remuneração, férias, descanso, estabilidade no emprego, sindicalização, etc. Ora, se o ETR acrescentou elementos importantes aos direitos trabalhistas previstos na CLT de 1943, tais direitos permaneceram letra morta para os “boias-frias”, principalmente durante a Ditadura Militar, quando por meio da lei nº 5889 se revoga o ETR, não levando-se em consideração a diferenciação de contratos trabalhistas existentes no meio rural. Em outras palavras, como o empregador era obrigado pelo ETR a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais, significa que tais trabalhadores eram mais onerosos, levando-os a serem demitidos e contratados como *trabalhadores volantes* mais baratos já que o empresário não teria que pagar os encargos sociais. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão desses trabalhadores das fazendas. Esse estatuto não garantiu a melhoria das condições de vida, ao contrário, ele “regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho” (SILVA, 1999, p.64).

Em outras palavras, significa dizer que essas mudanças a partir do ETR, década de 60/70 do século XX, representaram, em verdade, a regulamentação da expulsão dos

---

dos personagens, isto é, os agentes mediadores da exploração, continuam sendo os mesmos. De acordo com Maria Ap. de Moraes Silva, “[...] a negatividade do gato é substituída pela sua importância, por sua necessidade. Então, a extinção deveu-se à figura (do gato), mas o personagem vai se revestir de novas roupagens. Ou seja, o cenário é o mesmo. Os atores também. O que muda são as roupagens, são as figuras. É o momento da metamorfose do gato em agenciador. A conservação do mesmo indivíduo deveu-se aos papéis desempenhados, anteriormente” (1999, p.119).

trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Por isso, surge o 'boia-fria', trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O 'boia-fria' é, segundo Silva (1999), duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos.

Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomeação de 'boia-fria', sentida como vergonha, humilhação [...] Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. Produz-se, assim, uma força simbólica, mediante a qual as condições subjetivas do ser são negadas. A condição de trabalhador rural, posseiro, colono, arrendatário, parceiro, sitiante é substituída pela do volante, eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não para em lugar nenhum, que não tem responsabilidades. Frisa-se que essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do excluído da lei pela lei. *Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu o sucesso da modernização agrícola garantidos pelo Estatuto da Terra (1964) e pelo Proálcool (1975).* (SILVA, 1999, p.67, grifo nosso).

Portanto, é nesse contexto em que trabalhadores rurais e camponeses são transformados em proletários rurais<sup>37</sup> (IANNI, 2012). Após serem expropriados de suas condições mínimas de sobrevivência a partir da terra, resta-lhes apenas a força de trabalho como meio de garantir a sua reprodução, o que, em última instância, encontra-se ameaçada. Daí a modificação das operações de avaliação da produção de cada trabalhador. Portanto, de acordo com D'Incao e Botelho, ao sistema antigo, onde um caminhão carregava toda a cana cortada por um trabalhador ou pequeno grupo de trabalhadores, indicando automaticamente o montante do que havia produzido,

[...] contrapõe-se o novo, no qual a produção individual é medida em metros e carregada, juntamente com a dos demais companheiros de frente de trabalho, por diferentes caminhões, dificultando-lhes a avaliação da quantidade de trabalho realizado em quilos ou toneladas. O conhecimento de que o preço da cana é determinado por tonelada e não por metros, transforma esse novo

---

<sup>37</sup> Entendemos a origem dos proletários rurais, conforme Ianni (2004b; 2012), enquanto um processo social contraditório em que, do ponto de vista econômico, depende da efetiva separação entre o produtor (camponês) e a propriedade dos meios de produção. Mas, ao mesmo tempo, reconhecemos e consideramos que tal processo é permeado por mediações complexas e particulares nas quais muitos camponeses, ou pequenos proprietários de terra, se transformam em trabalhadores assalariados para garantir a sua reprodução como camponeses. Assim, se por um lado há aqueles que são expropriados dos meios de produção, transformando-se em proletários, portanto, vendendo a única coisa que lhe restou, qual seja, a sua força de trabalho; por outro há aqueles que, não sendo totalmente expropriados de seus meios de produção, dependem também – ao migrar – da venda de sua força de trabalho, isto é, do trabalho assalariado, para garantir a sua condição e reprodução como camponês. Sobre essa discussão, ver Garcia (1989) e Woortmann (2009).

sistema num sério problema para os trabalhadores, que passam a ter sempre a sensação de estarem sendo enganados na pesagem (1987, p. 63).

Esse processo, que escamoteia o trabalhador e intensifica sua exploração pelo capital, gerou contradições inerentes ao próprio fenômeno da modernização. Por um lado, as alterações no processo de trabalho e nas relações de produção provocaram um aumento na exploração do trabalho; por outro, tais alterações homogeneizaram (precarizando ainda mais) as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana que vivem da venda de sua força de trabalho para a agroindústria canavieira.

Não obstante a imposição de novas formas de controle do capital sobre o trabalho por meio da mecanização de determinados processos produtivos e de uma maior fiscalização a fim de ampliar a produtividade dos trabalhadores, essa situação que levou à degradação das condições de trabalho não impediu, ao contrário, provocou a reação dos trabalhadores face ao grau elevadíssimo de exploração que a modernização agroindustrial do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 desencadeou. Assim, em maio de 1984, eclodiu na cidade de Guariba, interior de São Paulo, a greve que unificou num mesmo movimento trabalhadores assalariados rurais da cana e moradores que dependiam direta ou indiretamente da produção da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (ALVES, 1991). Dentre as principais razões elencadas para explicar a emergência da greve de Guariba em 1984 destacam-se a mudança no sistema de corte de cana de cinco para sete ruas e o aumento no preço da água cobrado pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Segundo Stolcke (1986, p. 395),

O descontentamento dos trabalhadores da cana explodiu quando o novo sistema de corte, introduzido no ano anterior e que reduzira o rendimento diário de um cortador sem um aumento correspondente no preço da empreitada, se manteve para a colheita daquele ano. Quando os cortadores de cana de Guariba, havendo entre eles mulheres e crianças, entraram em greve, estourou na cidade um quebra-quebra desencadeado por um aumento substancial no preço da água. A disputa, de fato, envolveu toda a cidade. Enquanto piquetes nas saídas da cidade interceptavam os caminhões de turma, quando estes chegavam para levar os trabalhadores para os canaviais, uma multidão crescente no centro da cidade se punha a incendiar e demolir os dois prédios da Companhia de Água, e mais caminhão e uma caminhonete que pertenciam a ela. Quando a Polícia Militar chegou e abriu fogo contra a multidão, matando um espectador e ferindo outros 14 trabalhadores, o tumulto atingiu seu máximo. A multidão então se encaminhou para o supermercado próximo, saqueando-o e destruindo-o. Durante o resto do dia, a atmosfera na cidade continuou tensa, mas não houve mais depredação. Contudo, à tarde, alguns trabalhadores incendiaram um canavial como advertência aos usineiros, caso não atendessem às reivindicações dos trabalhadores.

A explosão do movimento e a ira de sua insatisfação voltou-se contra os três elementos que precarizavam e deterioravam o padrão de vida dos trabalhadores e moradores, “[...] a Companhia de Água, que aumentara excessivamente os preços, os usineiros, que haviam reduzido seus ganhos, e o supermercado, onde os preços dos alimentos subiam diariamente” (STOLCKE, 1986, p. 395). Em outras palavras, e guardadas as proporções e particularidades da Greve de Guariba em 1984, ocorre o que Engels destacou em sua obra clássica “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”: “[...] quando a pobreza do proletário cresce a ponto de privá-lo dos meios necessários à sobrevivência, quando desemboca na miséria e na fome, cresce ainda mais a tendência ao desprezo por toda a ordem social.” (ENGELS, 2008, p. 154).

Dessa forma, é possível notar que as reivindicações do movimento grevista de 1984 contemplavam tanto questões relativas ao mundo do trabalho, isto é, da esfera da produção, quanto das condições de vida, da esfera da reprodução social (ALVES, 1991). No que se refere às condições de trabalho, tais reivindicações se estendiam da luta pelo emprego na entressafra, exprimindo um questionamento à insegurança e sazonalidade do emprego volante, às exigências de definições quanto ao montante da produção, ao preço da cana cortada por metro e não por tonelada, ao fornecimento de instrumento de trabalho e de transporte seguro, bem como a um maior controle da cana cortada e mudanças na forma de pagamento<sup>38</sup> (FERRANTE, 1990; 1994).

O conjunto de reivindicações do movimento grevista representava não apenas a emergência radical de um novo agente político no interior dos canaviais paulistas, mas também formas de manifestação e resistência à exploração do trabalho empreendida pelos usineiros. A propósito das condições de trabalho que levaram à deflagração do movimento vale destacar a experiência de quem viveu aquele momento. De acordo com o Sr. Rodrigues, sindicalista de Guariba, que vivenciou a greve como trabalhador,

Naquela década... *tinha um abandono total dos trabalhadores rurais, não tinha nem mesmo a presença de um sindicato e nem tinha a presença dos poderes públicos.* Então acabava o trabalhador ficando jogado no campo trabalhando totalmente numa situação desumana. Então tudo isso desencadeou o levante de oitenta e quatro. Mas não foi só isso o ponto principal do levante da greve de oitenta e quatro. *O ponto principal foi a medida por sete ruas. Porque naquele período, o setor, os usineiros correndo atrás de lucro, eles*

---

<sup>38</sup> No próximo capítulo analisaremos mais de perto o pagamento por produção e as fraudes cometidas pelas usinas segundo a perspectiva dos trabalhadores.

*tiraram o eito de cinco ruas – que é cinco linhas – e passaram para sete linhas, que é o aumento de uma em cada lado, e a bandeira fica no meio. Então criou um metro e meio de distância a mais para jogar a cana no meio, ficou mais longe para o trabalhador. E nisso eles economizavam no petróleo, na máquina. Por exemplo: se tem um talhão de cana que ia dar dez leiras, por exemplo, por certo ia cair para sete ou seis leiras. Então você tinha aí mais cana amontoada no mesmo local, e isso evitaria de vir mais caminhão e mais máquina. E tudo isso era busca de economia no transporte das empresas. E dificultava mais ainda o trabalho dos trabalhadores por ter ficado o eito muito largo e muito longe para juntar a cana. E acabou afetando o rendimento dos trabalhadores em torno de trinta a quarenta por cento, o rendimento na produção dos trabalhadores. Então esses foram os pontos principais da paralisação, nós cortando por sete ruas em oitenta e três o ano inteiro e em oitenta e quatro começou a safra e houve o levante, esse levante se iniciou na usina São Martinho e no outro dia ficou na cidade, paralisou a cidade inteira e aí expandiu para a região (grifo nosso)*<sup>39</sup>.

A greve de Guariba se estendeu, portanto, por toda a região de Ribeirão Preto e ganhou amplitude estadual, unificando inclusive trabalhadores de outras culturas produtivas, como foi o caso dos apanhadores de laranja em Bebedouro-SP. Em outra cidade da região, em Pitangueiras-SP, conforme relato do Sr. Lander, ex-trabalhador rural e sindicalista, a greve de 1984 “[...] aconteceu nas mesmas condições daquela de Guariba”:

[...] porque o trabalhador, principalmente nessa época, *a gente trabalhava muito e ganhava pouco*. E os trabalhadores queriam ganhar mais e que mudasse a situação. Por exemplo: na época era caminhão, não tinha água... então os trabalhadores resolveram ir pra luta, conquistar seus direitos. O bicho pegava na época, o pessoal parava mesmo. Na época também tinha muitos empreiteiros e com o tempo a gente conseguiu tirar muitos empreiteiros do meio. Hoje, praticamente não têm empreiteiros mais. *Naquela época muitos empreiteiros roubavam dos trabalhadores e aí, quer dizer, dava problema*. Por que acontecia muita greve? *Muitos ficaram ricos nas custas dos trabalhadores, porque roubavam mesmo*. Então, por isso que o trabalhador reivindicava os seus direitos e ia pra greve e pra luta porque era um direito dele (grifo nosso).<sup>40</sup>

No trabalho de campo que realizamos nos principais municípios canavieiros da região de Ribeirão Preto, dentre os quais Barrinha, Guariba, Pitangueiras, Sertãozinho, Dobrada e Pontal, encontramos nas entrevistas com trabalhadores e sindicalistas referências à força que os empreiteiros tinham na época da Greve como forma de controle e exploração dos

---

<sup>39</sup> Entrevista realizada em Guariba-SP, em 18 de julho de 2011.

<sup>40</sup> Entrevista realizada em Pitangueiras-SP, em 8 de março de 2011.

trabalhadores<sup>41</sup>. Entretanto, essa força teve que ceder diante da ascensão política e social dos trabalhadores rurais naquele momento. Segundo Vera Botta Ferrante (1994), os próprios “gatos” tiveram que se adaptar à nova realidade para não terem seu trabalho dispensado. Buscaram efetivar o acordo de Guariba, regulamentando, dentre outras coisas, a distribuição de equipamentos de trabalho, numa atitude defensiva e conciliatória. Mesmo os empresários do setor, diante da notabilidade e publicização do conflito, procuraram se isentar de qualquer responsabilidade, imputando o movimento dos “boias-frias” às falhas da legislação, à falta de regulamentação de seus vínculos empregatícios e à presença dos “gatos” e aliciadores clandestinos (FERRANTE, 1994).

Assim, a força do movimento quebrou formas tradicionais e modelos teorizados de organização política. Ela obrigou os usineiros a se organizarem em entidades de classes patronais como ocorreu em Sertãozinho com a criação do CEISE (Centro das Indústrias de Sertãozinho) em 1983 e mais recentemente, em 1997, a criação da ÚNICA (União das Indústrias da Cana). A greve gerou não apenas novas lideranças sindicais que se destacaram no conflito, apesar de não terem sido responsáveis diretamente pelo movimento grevista, mas também provocou um abalo na débil estrutura sindical da FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo) e a necessidade da construção de oposições sindicais, o que se concretizou em 1989 com o surgimento de uma nova Federação, a FERAESP<sup>42</sup> (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), que enfrentou um árduo processo de reapropriação política e legal da luta e articulação dos diferentes segmentos dos assalariados rurais no Estado de São Paulo.

Portanto, é no contexto da trágica e contraditória modernização da agroindústria canavieira na região de Ribeirão Preto que podemos destacar a luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida e trabalho. A emergência de um novo sindicalismo rural

---

<sup>41</sup> Cabe enfatizar que principalmente nos depoimentos da maioria dos Sindicalistas entrevistados a referência à força dos empregados encontra-se no passado, pois alegam que na área onde seus sindicatos atuam não existe mais terceirização, ou seja, o trabalho por empreita. Alegam que os trabalhadores que atuam na colheita manual da cana são registrados e contratados diretamente pelas usinas e que este foi o resultado do trabalho e atuação dos sindicatos nos últimos anos. Veremos no decorrer deste texto algumas contradições a esse respeito, sobretudo no que concerne à terceirização que não só continua, mas é intensificada em outros ramos da atividade, por exemplo, na colheita mecânica, no plantio e nos tratamentos culturais.

<sup>42</sup> Conforme a análise de Luis Antônio da Silva, a criação da FERAESP significou um importante salto de qualidade na organização dos assalariados rurais, pois: 1) explicitou a diferenciação dos interesses no seio da categoria, facilitando assim a construção e identificação dos principais códigos de luta desses assalariados rurais; 2) desencadeou uma série de lutas que extrapolaram os rituais já tradicionais das campanhas salariais; 3) propôs e desenvolveu várias experiências de articulação com as diferentes categorias de trabalhadores presentes nos complexos agroindustriais e também com outros segmentos da sociedade civil para o enfrentamento dos impactos socioambientais causados pelo modelo de desenvolvimento regional (L. A. SILVA, 1995, p. 94).

representado pela FERAESP é a expressão dessa luta, na medida em que podemos elencar alguns desdobramentos concernentes às lutas por direitos sociais e políticos ao longo da década de 1980: a força potencial dos “boias-frias”; perspectivas de difusão das greves e regionalização das lutas; remodelagem de algumas leis e estratégias patronais – por pressão e termos da extensão do movimento; crítica à política do Estado em face dos serviços de reprodução; vazio das direções sindicais dos municípios mais atingidos, nas mãos de presidentes há mais de 15 anos; e ocupação de alguns sindicatos por lideranças mais combativas (FERRANTE, 1994, p.98).

## **2.2. A luta dos trabalhadores canavieiros na região de Ribeirão Preto**

Em nosso estudo sobre a situação das condições de trabalho dos cortadores de cana na região de Ribeirão Preto buscamos analisar o momento atual – da expansão internacional do agronegócio canavieiro – tendo como perspectiva analítica a história da luta dos trabalhadores por melhorias em suas condições de vida e trabalho. Por isso, foi necessário recuperar anteriormente as causas e as razões sociais e políticas da ascensão do movimento de Guariba naquele contexto de modernização e expansão do setor sucroalcooleiro sob a vigência do Proálcool. O objetivo, ao entrevistar trabalhadores, sindicalistas, fiscais do trabalho e agentes sociais (agentes pastorais), na região de Ribeirão Preto, não se definiu apenas por recuperar a trajetória de luta desses sujeitos, mas também aprofundar e alargar a nossa compreensão sobre o passado e o presente da situação social dos trabalhadores da cana a partir de mediações, percepções e visões históricas a respeito dos processos sociais que envolvem a exploração e resistência no mundo do trabalho da cana. Dessa forma, construímos um caminho investigativo, de perspectiva sócio-histórica, em que foi possível observar e analisar as condições de trabalho dos cortadores de cana, suas continuidades e discontinuidades no atual estágio de desenvolvimento e expansão internacional do agronegócio canavieiro.

As entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa a respeito da greve de Guariba e as mudanças que ela gerou sobre a condição de trabalho dos cortadores de cana buscaram compreender a processualidade histórica das lutas travadas pelos trabalhadores, sublinhando especialmente as conquistas e os desdobramentos que elas trouxeram para a correlação de forças entre capital e trabalho na região de Ribeirão Preto.

Nesse sentido, vale destacar que a greve de Guariba representou não apenas um

movimento de resistência dos trabalhadores à exploração empreendida pelo capital, mas uma ascensão organizada desses trabalhadores na defesa de seus direitos, de modo a exigir tanto dos empresários quanto do Estado a garantia das mínimas condições de realização do seu trabalho. Ou seja, o movimento demonstrou no decorrer de sua história que os trabalhadores canavieiros “boias-frias,” como eram denominados nos anos 1980, não estavam mais a fim de se disporem aos usineiros e empreiteiros como meros proletários rurais destituídos de direitos. Agora exigiam direitos trabalhistas, condições de trabalho, segurança, saúde e melhores salários. Por isso, com a greve de Guariba, afirma o Sr. Rodrigues,

[...] houve uma mudança importante. Nós éramos órfãos mesmo de qualquer tipo de fiscalização, tanto das entidades sindicais como também do Poder Público. E a partir daquele momento despertou a partir daquele levante. O país enxergou a necessidade de fiscalizar e guiar e fazer com que os órgãos realmente enxergassem a necessidade de estar fiscalizando os trabalhadores rurais em busca de mais benefícios e passar a dar mais importância à discussão do trabalhador rural. Então é o período em que nasceu essa abertura das negociações anualmente e a cada ano os trabalhadores foram conquistando mais direitos, vamos dizer assim, através dos acordos. E foi de lá que nasceu o fornecimento de material gratuito, o fornecimento de um monte de coisas que só foram passar a ser cumpridos praticamente quase no ano dois mil, em alguns lugares.

Apesar das pressões sobre empreiteiros e usineiros por melhores condições de trabalho não parece ser um processo simples para os trabalhadores terem seus direitos atendidos pelos empresários. A conquista de direitos no Brasil é resultado das lutas sociais e políticas que a classe trabalhadora empreende contra o Estado e o capital. É o que podemos identificar no depoimento do Sr. Rodrigues que relata a necessidade, em outras palavras, da luta constante dos trabalhadores por melhoria nas condições de trabalho.

Assim, em Guariba, de acordo com o Sindicalista,

[...] nós conseguimos colocar praticamente em ordem a questão do fornecimento de material de segurança e material para o trabalho ali em torno de noventa e oito, noventa e nove. *Você vê, mesmo tendo conseguido o direito em noventa e três, nós ficamos aí seis, sete anos até colocar em ordem porque a resistência era muito grande, sempre foi muito grande a resistência por parte do empregador de cumprir lei, de fornecer aquilo que é direito do trabalhador.* Por quê? *Porque hoje uma multa para uma empresa sai muito mais barato, uma multa por não cumprimento de lei, do que comprar todo o material para o trabalhador.* Então, quer dizer, sempre houve essa resistência; ainda existe essa resistência em muitas empresas, a gente conhece muitos casos vizinhos nossos, de empresas que ainda se recusam a manter em dia

tudo aquilo que estabelece a legislação (*grifo nosso*).

Em outros depoimentos com ex-trabalhadores rurais, sindicalistas e agentes sociais, o que eles apontaram, além das condições de trabalho e a dificuldade de se fazer cumprir as Leis referentes aos direitos dos trabalhadores, foi a força de organização e mobilização que tanto os trabalhadores quanto os Sindicatos conquistaram com o movimento de Guariba em 1984. Ademais, destacam também as contradições e repressões que se seguem a todo e qualquer movimento contra a ordem estabelecida pelo capital.

Para o Sr. Valdir, ex-trabalhador rural e sindicalista de Dobrada, a greve de Guariba

[...] mudou muita coisa, viu, tanto aqui como em Guariba porque veja só o seguinte: *eu cortei cana, cheguei aqui em 73 e em 74 comecei a cortar cana, a mesma condução que levava o trabalhador na roça, essa mesma condução ia puxar a cana [...] era o pau-de-arara, aqueles de primeiro, sabe. E quando chovia, você ficava molhado, o caminhão vinha embora, e falava que o caminhão tava puxando cana, às vezes nós chegava oito horas da noite em casa porque quebrava o caminhão na roça, você entende?* Naquela época [...] o sindicato teve mais voz, sabe, e começou a exigir a condução, sabe, e depois daquilo apareceu aqueles ônibus, que ficava o dia inteiro no trabalho [...] Além disso, começou a aparecer os direitos, que é a pesagem da cana, sabe, você tem que estabelecer o limite e estabelecer que o peso da cana tem um preço, você entende. É lógico que do outro lado [...] começou a aparecer o maquinário depois da década de 90, sabe, como uma forma de pressionar e ainda hoje continua. E eu vejo que hoje tem dificuldade [...] mas você tendo o registro na carteira você tem o direito à previdência social, você tem uma esperança grande de ter uma aposentadoria, você tem o direito de falar grosso e do próprio chefe lhe respeitar, *naquele tempo o trabalhador era chamado casca de banana... a gente ouvia o patrão falar, era comum [...] a gente não tinha horário de trabalho... só tinha horário de entrar no serviço, sair você não tinha horário (grifo nosso)*<sup>43</sup>.

Para este nosso depoente, as mudanças ocorreram nas condições de trabalho, principalmente no que se refere ao transporte dos trabalhadores, aos direitos, como a carteira assinada e à regulamentação da jornada de trabalho dos cortadores de cana. Isso demonstra a importância da organização da classe e da atuação combativa das instituições políticas representantes dos trabalhadores. Aliás, essa é a tônica da fala do coordenador da Pastoral dos Migrantes, em Guariba, que acompanha a situação dos trabalhadores rurais há décadas na região de Ribeirão Preto. De acordo com o Pe. Garcia,

---

<sup>43</sup> Entrevista realizada em Dobrada-SP, em 7 de julho de 2011.

[...] a principal mudança do levante de Guariba foi a conclusão a que chegaram as classes populares trabalhadoras rurais. A conclusão foi essa: *é possível a gente se reunir e reivindicar direitos, isso não é privilégio. A greve de Guariba possibilitou às pessoas acreditarem na força da organização.* A greve de Guariba também trouxe para muita gente a reivindicação de melhoria de condições de trabalho, salário, moradia e alimentação, e que é possível a gente melhorar quando a gente se reúne, cobra, exige<sup>44</sup> (*grifo nosso*).

Assim, o que podemos observar a partir desses relatos é que a Greve de 1984 iniciou um processo de luta contra as usinas que se irradiou pelo Estado de São Paulo ao longo dos anos 1980 e 1990 por direitos e melhorias nas condições de vida e trabalho. Um elemento fundamental nesse processo foi a reorganização dos empregados rurais assalariados numa outra Federação de Sindicatos que não só incorporou as pautas mais urgentes de reivindicações dos trabalhadores naquele momento, como também se constituiu no maior opositor da FETAESP, entidade que fazia o jogo dos patrões contra os interesses dos trabalhadores.

A propósito das reivindicações do movimento de Guariba, vários pontos foram conquistados. Por exemplo, na convenção coletiva de 1993/94 ficou estabelecida a obrigatoriedade de o empregador fornecer diariamente o comprovante de produção (pirulito); os hollerits passaram a discriminar a importância paga e os descontos efetuados pelo empregador; o estabelecimento de uma diária mínima estabelecida no piso salarial da categoria nos dias em que não houver trabalho por causa de chuvas, falta de cana queimada ou outros fatores que independem da vontade do trabalhador; o fornecimento dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual); assistência médica para os trabalhadores que se acidentem ou fiquem doentes nos locais de trabalho, etc (L. A. SILVA, 1995).

Entretanto, parece que a reorganização das forças dos assalariados rurais, principalmente dos trabalhadores canavieiros, em torno de outra Federação, apesar de sua combatividade, não foi suficiente para conter a reação dos usineiros à luta dos trabalhadores, pois não só continuaram a descumprir os acordos coletivos e direitos previstos pela Lei, como também iniciaram uma nova ofensiva de domínio e controle sobre o processo de trabalho com a reestruturação produtiva e a ampliação da mecanização da colheita.

A mecanização progressiva da colheita, de acordo com Luis Antônio da Silva (1995), vem tornando ainda mais precárias as condições de vida e trabalho dos assalariados rurais. Os trabalhadores têm sofrido drástica redução do seu poder aquisitivo, perda de milhares de postos de trabalho e radicalização do despotismo no interior das unidades de produção. Em

---

<sup>44</sup> Entrevista em Guariba-SP, em 22 de junho de 2011.

consequência disso, há uma negação brutal dos direitos adquiridos ao longo das várias jornadas de luta. Trataremos no capítulo seguinte de alguns impactos provocados pela mecanização sobre a vida e saúde dos trabalhadores.

Em observação sobre as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana na região de Ribeirão Preto no início dos anos 1990, Luis A. Silva (1995) identificou a continuidade da situação de extrema miséria vivida por muitos trabalhadores nas chamadas cidades dormitórios, mesmo com as conquistas dos trabalhadores após o movimento de Guariba. O autor percebeu que em algumas das cidades da região a convenção coletiva não estava sendo respeitada e concluiu que

As normas que diziam respeito à segurança e higiene do trabalho, assistência médica e fornecimento de instrumentos de trabalho e equipamentos de proteção, por exemplo, eram sistematicamente descumpridas; os trabalhadores vivenciaram um crescente processo de superexploração e estavam submetidos às brutais formas de repressão nos locais de trabalho, por meio de advertências, suspensão do trabalho, listas negras e até demissões sem justa causa (L. A. SILVA, 1995, p. 105).

A condição de miséria imposta pela superexploração do trabalho e degradação das condições de vida dos cortadores de cana, num contexto de intensificação das políticas neoliberais, deflagrou obviamente outros processos de luta dos trabalhadores que marcaram intensamente o início dos anos 1990. Mas como aquele período era de crise e reorganização produtiva do setor, as manifestações foram duramente reprimidas pela polícia que impediu a ação dos piquetes e aprisionou trabalhadores e dirigentes sindicais, principalmente em cidades como Barrinha e Pitangueiras, origem das greves daquele momento.

Portanto, em decorrência da resistência oferecida pelos trabalhadores organizados em defesa de seus direitos nos anos 1980 contra a ânsia do capital em explorar a força de trabalho, e diante da crise do Proálcool, na década de 1990, o setor sucroalcooleiro iniciou o seu processo de reestruturação produtiva. Dessa forma, seguindo a janela que se abriu com a mundialização do capital para a produção de *commodities* e agrocombustíveis, as usinas de açúcar e álcool, principalmente aquelas localizadas na região Centro-Sul do Brasil, notadamente as da região de Ribeirão Preto, intensificaram o processo de racionalização econômica em todos os ciclos produtivos da agroindústria canavieira. Nesse sentido, o setor desenvolveu novas formas de organização da produção, criou e adaptou novos modelos de gestão do processo de trabalho, impondo sobre os trabalhadores novas formas de controle que

intensificaram a exploração da mais-valia. Portanto, a década de 1990 foi marcada por um amplo processo de reorganização produtiva a partir do qual o capital agroindustrial buscou desenvolver respostas tanto à sua própria crise de acumulação quanto às resistências apresentadas pelos trabalhadores e sindicatos naquele período.

Diante desse processo e da nova ofensiva do capital sobre o trabalho em escala planetária, os cortadores de cana passaram a enfrentar um novo patamar de dominação e exploração no ciclo atual de expansão do agronegócio canavieiro. Assim, para atender as exigências do mercado internacional, o setor apoiado fortemente pelo Estado brasileiro – via BNDES –, desenvolveu formas perversas de exploração do trabalho, que articulam ao mesmo tempo – no processo produtivo – a utilização de novas tecnologias de produção (mecanização da colheita) com velhas relações de trabalho (subcontratação, terceirização, trabalho escravo) etc. No que concerne às formas modernas de gestão e de produção, é preciso dizer que elas foram implementadas pelo setor para atender às demandas geradas pela nova conjuntura da crise energética mundial que se abriu no início dos anos 2000, o que provocou uma forte expansão na produção de *commodities* e de agrocombustíveis, especialmente o etanol, que se tornou aparentemente uma alternativa energética ao consumidor brasileiro com o desenvolvimento dos carros *flex-fuel* (*bicombustível*). Entretanto, cabe perguntar: será que a partir do conjunto de mudanças implantadas com a reorganização produtiva do capital agroindustrial para atender às demandas do mercado externo houve avanços nas condições de trabalho dos cortadores na década de 2000, quando comparadas aos períodos anteriores? No contexto da atual expansão canavieira, quais são as condições de trabalho no eito da cana?

Antes, porém, de trazer à luz as condições atuais de trabalho que investigamos acerca dos cortadores de cana, é preciso recuperar o processo social da reestruturação produtiva ocorrida no interior da agroindústria canavieira em função da sua crise conjuntural que teve origem com a desregulamentação do setor sucroalcooleiro no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, durante a implementação das ideias e políticas neoliberais no Brasil. Tal processo de reestruturação, se por um lado consistiu na reorganização produtiva do setor, por outro, gerou impactos e consequências que afetaram e prejudicaram ainda mais as condições de trabalho dos cortadores de cana, uma vez que se intensificou a exploração do trabalho no eito da cana.

### **2.3. Crise e reestruturação produtiva da agroindústria canavieira nos anos 1990**

O final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 representaram para o setor sucroalcooleiro e metalúrgico que caracterizam a economia regional de Ribeirão Preto e Sertãozinho um período de crise e reestruturação produtiva que marcaram naquela época a realidade das empresas e usinas de açúcar e álcool da região. Podemos elencar uma série de fatores macro e microsociais, econômicos e políticos para explicar essa nova realidade em que mergulharam as indústrias de bens de capital e as usinas de açúcar e álcool naquele período. Mas para não nos alongarmos muito e seguindo o caminho que nos interessa mais de perto, destacaremos apenas alguns desses fatores que nos auxiliam na compreensão e realização dos objetivos perseguidos nessa investigação. Assim, faz-se necessário um rápido resgate histórico do processo de reestruturação produtiva vivido pela agroindústria canavieira durante os anos 1990 para compreendermos a sua nova dinâmica expansionista na atualidade.

Parece ser lugar comum no âmbito das ciências sociais afirmar que, a partir de meados da década de 1980, o regime de acumulação que caracterizou o chamado “milagre econômico” brasileiro durante os anos 1960 e 1970 apresentou sinais de crise e esgotamento diante da manifestação do que István Mészáros (2002) denominou de a “crise estrutural do capital”. Por isso, no Brasil, não são poucos os intelectuais e economistas que, ao analisarem os índices de crescimento econômico brasileiro no período, afirmam que a década de 1980 foi uma década perdida<sup>45</sup>. Para a agroindústria canavieira, no entanto, os anos de 1980 foram de crescimento e expansão acelerada do setor, mas ao mesmo tempo representou o período de seu esgotamento e crise diante das alterações geradas no plano econômico internacional com o processo de reestruturação capitalista e instauração de um novo regime de “acumulação flexível” (HARVEY, 1994); da chamada crise fiscal do Estado brasileiro que veio acompanhada do fim da ditadura militar, governo que favoreceu no período anterior a “orquestração de interesses” que impulsionou o setor, atendendo às necessidades do regime de acumulação de capital vigente no Brasil e aos interesses de enriquecimento das elites nacionais, notadamente de usineiros e empresários do setor de bens de capital.

---

<sup>45</sup> Entretanto, vale destacar que, se para os analistas econômicos os anos de 1980 foram anos de crise para os interesses capitalistas no Brasil, para os trabalhadores e movimentos sociais em geral foram anos de mobilização e conquistas na luta contra o regime militar, por direitos, renda e melhores condições de trabalho no âmbito dos conflitos de classes que se tornaram explosivos em diversas regiões do Brasil, notadamente no ABC em São Paulo, a partir do final dos anos 1970, com as grandes greves e a rebeldia do trabalho que deflagraram um novo período das lutas sociais no Brasil nos anos seguintes.

Nesse contexto, portanto, desde 1979 até 1989, é possível observar que os preços internacionais do petróleo diminuíram substancialmente, ao passo que o Brasil foi se tornando cada vez mais autossuficiente nesse produto a partir das descobertas de novas jazidas de petróleo na Bacia de Campos, o que permitiu ao país a redução de suas importações em pelo menos 40% dos seus níveis de consumo corrente (SZMRECSANYI; MOREIRA, 1991). Com isso, o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) foi se tornando cada vez mais caro e menos necessário ao país visto que a conjuntura interna e externa também não lhes era favorável naquele momento.

Apenas para citar um fator desfavorável ao Proálcool na conjuntura do fim da década de 1980, podemos assinalar a crise no abastecimento de álcool que ocorreu nas safras de 1986/87, levando o Brasil a importar o produto de outros países, principalmente devido ao descompasso gerado, conforme Shikida (1998), entre consumo e produção. Ora, se um dos objetivos da criação do Proálcool fora a economia de divisas (via redução da dependência externa do petróleo), a importação de álcool seria uma contradição na medida em que se reduzia a importação do petróleo e se criava a necessidade de importação do álcool combustível (SHIKIDA, 1998). O Proálcool se tornava, portanto, um programa inviável naquele contexto de crise.

O cenário de crise na agroindústria canavieira se agrava no início dos anos 1990 com a chegada ao poder de Fernando Collor de Melo, que tinha como plataforma de governo o receituário político neoliberal. Dentre suas principais ações encontrava-se a racionalização da máquina do Estado e por consequência a diminuição dos incentivos e subsídios governamentais ao setor, aumento das privatizações, extinção e/ou fusão de várias instituições públicas e privadas.

Segundo Scopinho e Valarelli (1995),

A partir de 1990, no Governo Collor, quando o País assumiu mais enfaticamente as orientações da política econômica neoliberal, a atuação do Estado com relação ao setor tem sido extremamente contraditória. De lá para cá, o Governo vem, aparentemente, restringindo sua interferência; entretanto, na essência, reforçou o modo cartorial – a concessão de privilégios – característico de sua conduta. A extinção do IAA significou a reformulação da política nacional de regulação da economia sucroalcooleira, oficializando o afastamento do Estado. A partir de então, o setor passou a orientar-se pela bússola dos grandes blocos comerciais transnacionais que estão sendo constituídos mundialmente, o que tem exigido a aceleração do processo de reestruturação da produção (p.52-53).

Não obstante a desregulamentação do setor, há indicadores de contradições no interior desse processo. Assim, se por um lado o governo decretou o fim dos subsídios oficiais que sempre sustentaram a economia sucroalcooleira, por outro, criou novas modalidades de oferta de recursos. De acordo com Scopinho e Valarelli, “na época do confisco financeiro instaurado pelo Plano de Estabilização Econômica Collor I, os usineiros receberam subsídios atrasados para refazer seus caixas”.

Além de tudo, é o Governo quem estipula os preços dos produtos, reduzindo periodicamente as possíveis defasagens, através da política de recuperação das tarifas públicas. O Poder Público também protege as usinas contra novos concorrentes, negando autorização para a instalação de outras unidades. Em contrapartida, decreta a liberdade de mercado, autorizando as destilarias a criarem sistemas de distribuição e revenda de álcool (somente álcool) diretamente para os consumidores. O Estado é ainda o parceiro privilegiado do setor na formulação e implantação de projetos para a alteração da matriz energética do País, onde o álcool e os subprodutos da cana assumem posições cada vez mais significativas, em detrimento de outras fontes de geração de energia (1995, p. 54).

Apesar da manutenção dos privilégios à agroindústria canavieira decorrente da força da chamada bancada ruralista no Congresso Nacional, a contenção dos gastos públicos e incentivos fiscais do Estado afetou profundamente o setor. Analisando as razões da desregulamentação do Proálcool no início dos anos 1990, Shikida (1998) assinala que no início das práticas neoliberais do governo Collor, em relatório apresentado à Câmara dos Deputados através da subcomissão especial para exame da situação do setor sucroalcooleiro brasileiro, atestou-se que o principal motivo para a desregulamentação da agroindústria canavieira “(...) é a constatação de que o governo vem sendo absolutamente ineficiente em seu papel de planejador e regulador desta atividade” (Comissão de Economia, Indústria e Comércio, 1991, p.19). Com isso, revelou-se um conjunto de distorções referentes ao processo de intervenção do Estado no setor, o que colocou em posições divergentes vários grupos representantes dos usineiros tanto do Nordeste quanto do Centro Sul. Portanto, de acordo com Shikida (1998, p.74), a crise do Proálcool confirmou, por um lado, a existência de produtores que adotaram um outro paradigma (tecnológico) como modelo de sobrevivência. Por outro lado, realçou com maior veemência a evolução diferenciada existente na agroindústria canavieira do Brasil.

Assim, podemos assinalar que

[...] a retomada da visão neoliberal, associada à crise fiscal do Estado

brasileiro, colocou em xeque o padrão de desenvolvimento agroindustrial. Ao se desvencilhar do papel de financiador e de patrocinador da modernização, o Estado enfraqueceu as bases que sustentavam as articulações entre os agentes, deixando em aberto o campo de opções estratégicas para sua atuação, gerando, assim, o ambiente para a reestruturação das articulações (MAZZALI, 2000, p.18).

No que se refere ao processo de reestruturação produtiva e organizacional do setor agroindustrial canavieiro, é preciso dizer que a região Centro Sul, especialmente o Estado de São Paulo, destaca-se em relação às demais regiões e estados. Vale dizer que o desenvolvimento desigual e combinado também se verifica, nesse setor, entre as regiões produtoras de açúcar e álcool.

Para Mazzali (2000), a modernização da agricultura se deu de forma desigual e concentrada na região dos Estados do Centro-Sul, obedecendo a um movimento de centralização e concentração de capital em um número muito pequeno de estabelecimentos agrícolas. Portanto, contrariamente à ideologia do progresso e do desenvolvimento econômico capitalista, o que se vê é outra realidade, em vez de uma ampliação da modernização agrícola atingir outras regiões, o que se verifica é uma acentuação da heterogeneidade estrutural, agravando ainda mais as disparidades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras.

O lado moderno manifestou-se, de modo geral, por meio da crescente demanda por parte de um conjunto de atividades agrárias, de insumos industriais e de bens de capital e, de modo particular, na configuração de sistemas agroindustriais caracterizados pela forte articulação em torno de uma cadeia produtiva assentada em produtos agrícolas específicos, criados ou fortalecidos nos anos 70. Por seu turno, deixa-se em grande parte para trás a agricultura do Nordeste e a coleta e extração vegetal da Amazônia, que comparecem a esse processo de modernização cumprindo papéis distintos, ora como reservatório contínuo de mão-de-obra migrante para o setor urbano (no caso do Nordeste), ora como provedor de novas zonas de apropriação capitalista às terras e da exploração da floresta nativa (MAZZALI, 2000, p.21).

Assim, se, até o início dos anos de 1990, as características básicas da agroindústria canavieira herdadas do período de vigência e aceleração rápida do Proálcool podiam ser resumidas pela produção agrícola e fabril sob controle das usinas, baixo aproveitamento dos subprodutos, competitividade fundamentada, em grande medida, na expansão da produção (BELIK; VIAN, 2002), com o processo de desregulamentação podemos notar, sobretudo nas usinas paulistas, um conjunto de novas estratégias nascidas como interesses de alguns grupos

paulistas em se tornarem mais dinâmicos face às novas exigências do mercado e dos novos padrões de acumulação flexível do capital.

O processo de desregulamentação da agroindústria canavieira levou, segundo Belik; Vian (2002), muitas empresas a adotarem novas estratégias competitivas diante das novas exigências do mercado, e isso levou a fragmentação do antigo complexo canavieiro para o que os autores denominam de “*campos organizacionais*,” ou seja, “um conjunto de interesses com fortes laços de coesão em torno de demandas específicas para a produção e distribuição” (p.75). Foi com esse objetivo que a ÚNICA (União das Indústrias de Cana de Açúcar) foi criada em 1997 com um discurso diferenciado das outras associações representantes do setor, destacando a necessidade da liberdade de mercado e uma maior independência em relação ao governo.

Portanto, os anos de 1990, além de representar um período de rearticulação dos interesses, inclusive institucionais e organizacionais do agronegócio canavieiro, é também um período de grande reestruturação produtiva operada nas unidades produtoras de açúcar e álcool. Dessa maneira e visando a ampliar as margens de lucros reduzindo custos, as usinas buscaram maximizar seus ganhos de produtividade agrícola e agroindustrial a partir do uso dos seguintes fatores: inovações biológicas, com novas variedades de cana oriundas de vários institutos de pesquisa; inovações físico-químicas, como a utilização da fertirrigação com o vinhoto e as novas técnicas de fermentação alcoólica; inovações mecânicas, uso de tratores e implementos agrícolas mais desenvolvidos; e inovações associadas às formas de gerenciamento global da produção agrícola industrial, o reaproveitamento mais intensivo do bagaço da cana para a geração de energia, o corte da cana de sete ruas, dentre outros (SHIKIDA, 1998, p. 78).

No Estado de São Paulo como um todo, mas na região de Ribeirão Preto e Sertãozinho em particular, podemos observar que o processo de reestruturação produtiva das usinas de açúcar e álcool ocorreu desde o seu início num movimento que esteve sempre articulado às determinações do novo padrão de acumulação de capital, qual seja, ampliar as margens de lucro, expandindo-se e impondo sobre o trabalho novas formas de controle e subordinação. Isso se explica no caso paulista porque o rearranjo industrial e produtivo se deu com elevada concentração de terras nas mãos das unidades industriais e/ou de grandes produtores, bem como o maior direcionamento para a colheita mecânica e outras práticas visando à redução de custos, como a fertirrigação, aplicação da torta de filtro e racionalização gerencial e administrativa (SHIKIDA, 1998).

Para este autor, no contexto de reestruturação produtiva,

A redução nos custos de produção, através da adoção de inovações, apresentou-se como a trajetória tecnológica ideal para as empresas que se diferenciaram dentro da agroindústria canavieira. Para tanto, recorre-se às atividades de pesquisa agrônômica e individual voltadas para o desenvolvimento setorial, enquanto as inovações tecnológicas criadas foram sendo implementadas mormente por um peculiar processo de learning-by-doing (LBD). Os resultados derivados da pesquisa e desse aprendizado através do processo produtivo foram revertidos em termos de maiores rendimentos na produção e/ou diminuição de custos, sendo os maiores usufrutuários dessas conquistas os empresários que implementaram essas inovações, situados em sua maioria nos estados mais tradicionais da agroindústria canavieira (SHIKIDA, 1998, p.80).

Assim, o contexto econômico neoliberal do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 aumentou a pressão sobre as empresas, levando-as a modificarem sensivelmente seus patamares de competitividade a partir das inovações tecnológicas que ampliavam sua eficiência e capacidade produtiva. É nesse sentido que a reestruturação produtiva é adotada não só para a competitividade sistêmica, mas também visando a: diminuição dos custos de gestão; desverticalização e terceirização de várias atividades; seleção de linhas de produtos em que as vantagens absolutas de custos possam resistir a maior abertura; redução e início de treinamento multifuncional da força de trabalho; redução de estoques e adoção de processos *just-in-time*; e, finalmente, associação com bancos privados e públicos para seguro de risco cambial e operações de financiamentos às exportações (TAVARES; FIORI, 1996).

Se é nesse contexto, portanto, que se insere o processo de reestruturação produtiva das usinas de açúcar e álcool durante o período de desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 1990, então vale dizer que seus objetivos estão voltados para a adequação de sua infraestrutura produtiva para atender às exigências de um mercado interno e externo mais competitivo. Dessa maneira, um conjunto de mudanças fundamentais tanto no processo produtivo, quanto na organização administrativa das usinas pode ser observado. Por exemplo: a adoção de inovações nos sistemas logísticos para transferência da cana-de-açúcar no campo, a mecanização de seu plantio e corte, a automação no controle de processos de produção industrial, a busca de uniformidade do produto e o aumento da produtividade da capacidade instalada, principalmente na produção do açúcar com qualidade, etc. (ALVES, 2002). Ademais, percebemos alterações nas formas de gestão dos processos produtivos e estruturas funcionais que buscam articular num todo organizacional das usinas, a integração das áreas agrícola, industrial e comercial. A consequência imediata desse processo, de acordo com Francisco

Alves, é que:

Essa mudança na lógica de acumulação leva à redução do número de trabalhadores e da área ocupada, com exclusão de grande quantidade de fornecedores. Essas duas consequências, decorrentes da mudança institucional e dos problemas conjunturais vividos pelo setor, são potencializadas pela rápida mecanização do plantio e do corte de cana crua, que tem reduzido a quantidade de trabalhadores empregados ao mesmo tempo em que exclui áreas de produção de maior declividade e irregularidade (2002, p. 111).

Para além desses impactos imediatos que atingem diretamente os trabalhadores do setor há que se destacar outro arranjo que, além do desemprego gerado, vulnerabiliza e precariza estruturalmente as relações de trabalho e de produção no interior da cadeia produtiva. Isso decorre, evidentemente, do processo de fusão e concentração de capital gerado pelas mudanças institucionais e econômicas do setor, pois com a centralização de capitais, os plantadores e fornecedores de cana perderam seu poder de negociação dos preços e condições de entrega da cana no caso do corte e carregamento para a usina. Assim, com a transferência dos custos de produção das usinas para os fornecedores de cana, tornou-se inviável a permanência de pequenos fornecedores na atividade, o que gerou, devido à lógica de expansão e acumulação do capital, uma tendência ao desemprego e precariedade nas relações de produção. Por essa razão, é possível notar a ocorrência de processos de subcontratação de força de trabalho e terceirização de algumas atividades ligadas, sobretudo, ao transporte e carregamento da cana das áreas de plantio para as usinas.

A inserção do Brasil no mercado internacional como um dos maiores produtores de açúcar e de agrocombustíveis do mundo não se dá apenas por meio do desenvolvimento tecnológico gerado pelo processo de reestruturação produtiva com vistas à ampliação de sua capacidade produtiva para competir no mercado externo, mas também, e sobretudo, por meio da superexploração do trabalho. O setor sucroalcooleiro apresenta produtos bastante competitivos no mercado internacional devido a seus baixos custos de produção e aos baixos salários pagos à força de trabalho empregada. Assim, a competitividade do Brasil em relação a outros países como Austrália, África do Sul e EUA, deve-se aos atributos ligados aos produtos, preço e distribuição, que contam com o fenômeno da terceirização, com a subcontratação e superexploração do trabalho para garantir os baixos preços e maior concorrência do açúcar e álcool brasileiros no mercado internacional. Em consequência dessa capacidade de concorrência que se assenta na exploração e degradação do trabalho, porque no Brasil se

produz açúcar e álcool com custos baixíssimos, muitas empresas nacionais e estrangeiras iniciaram o processo de concentração de capital, desencadeando – em função da crise do setor nos anos 1990 – uma tendência à centralização de capital por meio de fusões e incorporações das usinas com dificuldades financeiras.

Portanto, para atender às novas exigências do capital estrangeiro que, desde meados dos anos 1990, passam a integrar o capital das usinas de açúcar e álcool brasileiras notadamente durante o período de desregulamentação, um conjunto de mudanças articuladas no interior do setor é estrategicamente desencadeado. São três as dimensões que caracterizam essa fase da reestruturação produtiva: 1) uma dimensão tecnológica; 2) uma organizacional; 3) e outra que trata da relação com as unidades interiores e exteriores do complexo sucroalcooleiro.

No que concerne à dimensão tecnológica, vale destacar as alterações nas áreas agrícolas e industriais do setor. Nas áreas agrícolas, cabe enfatizar a implantação da colheita mecânica da cana crua, sem a necessidade da queima da palha, o que produz algumas consequências nefastas no aspecto fundiário e social do agronegócio canavieiro. É que, segundo Francisco Alves, essa inovação do corte mecanizado exige, para sua escala operacional de glebas, no mínimo 500 hectares dispostos em longos talhões para aumento da produtividade operacional, cada máquina substitui um grupo que varia de 80 a 200 trabalhadores. Assim, de imediato, três consequências podem ser destacadas: “1) o aumento da concentração de propriedades ligadas a essa cadeia; 2) a inviabilização de grande parte dos fornecedores do produto cuja área média varia entre 52 e 125 hectares; 3) e a perda de milhares de postos de trabalho (ALVES, 2002, p.124).

Portanto, no que concerne à reestruturação produtiva operada no setor sucroalcooleiro desde os anos de 1990, seus objetivos são: redução dos custos de produção; ampliação da capacidade produtiva e de concorrência das empresas por meio das inovações tecnológicas; e novas formas de organização da produção e do trabalho; além da diversificação da produção com alto valor agregado. A esse respeito, aliás, vale destacar que durante o final da década de 1990 é possível observar nas usinas a busca por uma produção de menor quantidade de produtos, mas com maior variedade e com alto valor agregado. Segundo Alves (2002), essa estratégia permite entender o grande incentivo das usinas na produção de novos produtos, como açúcar líquido, glútex, açúcar natural (orgânico), energia elétrica, bagaço hidrolizado e cana certificada sócio-ambientalmente. Tal estratégia vem acompanhada também de uma alteração característica da fase de reestruturação do setor com o mercado industrial em geral, a saber,

percebe-se que nas últimas décadas, no período pós-desregulamentação, o agronegócio canavieiro vem estabelecendo alianças com outras empresas transnacionais do setor alimentício e de bebidas como parte do processo de reorganização do setor.

Assim, de acordo com um novo padrão de acumulação global do capital notamos que,

O processo de inovação tecnológica no interior das empresas do setor sucroalcooleiro nas últimas décadas, no contexto da globalização, está associado às parcerias realizadas com as multinacionais. As associações entre empresas locais e transnacionais visam à competência das usinas na eficiência operacional da produção agrícola e do primeiro processamento. A grande vantagem para as transnacionais é não ter de se responsabilizar pela complexidade gerencial e pela incerteza da produção agrícola, devido as suas especificidades (edofoclimáticas, tecnológicas e logísticas). As transnacionais, produtoras de especialidades para a indústria de alimentos, atendem aos requisitos mercadológicos por sua capacidade financeira e pela competência tecnológica. Essa articulação favorece a concentração na produção de alimentos processados, em um número reduzido de empresas, porém espalhada globalmente. As transnacionais formam redes com forte capilaridade global com as associações com setores agrícolas de diferentes países [...] com parcerias para fornecimento de ingredientes à indústria de alimentação (ALVES, 2002, p.136).

Dessa perspectiva, a divisão internacional do trabalho operada pelo processo de acumulação global do capital desencadeia, em escala mundial, novas condições para a realização da mais-valia. As empresas do agronegócio canavieiro se articulam com o capital estrangeiro não só para garantir suas bases de acumulação e reprodução, mas também impondo novas formas de controle sobre o trabalho, garantem a maximização do seu capital associado aos investimentos do capital financeiro internacional<sup>46</sup>. Com efeito, a consequência imediata desse processo é a intensificação da exploração do trabalho, o que acentua ainda mais a dependência do país em relação ao capital estrangeiro.

Portanto, diante desse novo contexto, as usinas pertencentes ao complexo agroindustrial iniciaram a reestruturação produtiva para atender às necessidades de acumulação do capital no âmbito do mercado internacional, tendo como pressuposto de seus objetivos as seguintes mudanças no setor: modernização gerencial para ajustarem-se às condições de mercado; disponibilidade de recursos para investimentos, visando à diversificação de suas atividades, à redução de custos e ao aumento da produtividade; e o estreitamento de alianças

---

<sup>46</sup> No que tange à internacionalização do agronegócio canavieiro e a participação cada vez mais intensa do capital financeiro, veremos ao final deste trabalho como ela se dá e como se articula aos interesses de subordinação econômica das elites agrárias brasileiras às empresas transnacionais.

com empresas transnacionais, visando a obtenção de recursos e acesso a novos mercados e produtos (ALVES, 2002, p. 136).

Em verdade, tais objetivos buscam flexibilizar ao máximo a produção de modo a preservar e reforçar a posição hegemônica do setor sucroalcooleiro no interior do complexo agroindustrial e do agronegócio mundial como plataforma de reprodução ampliada do capital no âmbito da subordinação econômica brasileira ao mercado internacional. Para tanto, o agronegócio canavieiro tem procurado se inserir estrategicamente em setores, tais como os de química e energia, como forma de ampliar sua rentabilidade e margens de lucro. Por isso, em decorrência da escassez de petróleo e de um forte discurso apologético em torno do etanol como combustível verde, limpo, renovável e sustentável que ainda gera energia elétrica a partir da biomassa da cana, o setor tem se denominado – numa redefinição estratégica – como cadeia sucroenergética.

Assim, além da utilização da queima da palha da cana nas caldeiras que geram energia elétrica para o funcionamento das usinas, o setor, atendendo às novas determinações do capital, buscou ampliar suas possibilidades de mercado, aproveitando os subprodutos que derivam da produção de açúcar e álcool, como é o caso do bagaço da cana (resíduo do processo de moagem) que tem sido largamente aproveitado na produção de rações, na indústria de aglomerados e para exportação. Pode também ser aproveitado na fabricação de plástico biodegradável e na indústria de papel e celulose (SCOPINHO; VARALELLI, 1995).

Por isso, muitos intelectuais, estudiosos do setor energético, representantes e ideólogos do setor defendem que “[...] o êxito do programa brasileiro de etanol está enraizado nas já comprovadas vantagens econômicas e ambientais do etanol da cana-de-açúcar, o qual oferece uma balança de energia fóssil inigualável” (JANK; NAPPO, 2009, p. 27). Dessa maneira, ideologicamente, o setor tem sido defendido como um modelo de desenvolvimento econômico e sustentável que deve ser adotado não só pelo Brasil, em suas diversas regiões onde a cana se impõe e se reproduz satisfatoriamente, mas também por outros países da América Latina.

Contudo, o que não aparece no cenário montado para emplacar o agronegócio canavieiro como modelo de desenvolvimento economicamente sustentável são as condições de vida e trabalho, especialmente as condições nas quais laboram os trabalhadores canavieiros que atuam na colheita manual da cana, matéria-prima agrícola fundamental para a produção industrial e exportação do açúcar e álcool ao mercado externo. Se é verdade que o agronegócio é um modelo de desenvolvimento econômico, então vale indagar: por que ele repõe – num

novo contexto de internacionalização, inovações biotecnológicas e automação industrial – formas e condições precárias de trabalho que intensificam a exploração e degradam a saúde dos trabalhadores canavieiros que atuam na colheita manual da cana?

#### **2.4. A precariedade das condições atuais de trabalho no eito da cana**

É sabido por todos que o agronegócio canavieiro vem se expandindo nos últimos anos em decorrência de uma nova conjuntura econômica favorável aos agrocombustíveis e às *commodities* no mercado mundial cujos fatores já assinalamos anteriormente. Não podemos dizer, com isso, que as condições de trabalho daqueles que atuam no ciclo produtivo da cana acompanharam esse processo de expansão atual do setor. Ao contrário, podemos afirmar sim que a expansão do agronegócio canavieiro no Brasil se desenvolveu e continua se desenvolvendo a partir da degradação das condições de trabalho e da superexploração da força de trabalho no eito da cana.

Isso se evidencia com a expansão e modernização do setor calcada no aumento da produtividade e na lógica agroexportadora. A consequência intrínseca desse processo trágico de expansão e modernização é a intensificação e a reprodução contínua de formas degradantes de exploração do trabalho, o que vem colocando em risco a vida de centenas de milhares de trabalhadores no interior dos canaviais brasileiros. De acordo com a Pastoral do Migrante<sup>47</sup>, que desde 2004 tem acompanhado os casos de mortes de trabalhadores migrantes empregados nas modernas usinas do interior paulista, até 2008 foram registradas 21 mortes. Em 2004 foram 3 casos, em 2005 foram 7 mortos, em 2006 foram 6, em 2007 foram 4 e até julho de 2008 1 caso. Dentre as principais causas das mortes desses trabalhadores estão as paradas cardiorrespiratórias (FACIOLI, 2008). Mas antes de morrer, os trabalhadores apresentaram câimbras, tonturas, dores de cabeça e, em alguns casos, sangramento nasal. Existe a hipótese de que a causa dessas mortes se deve ao sistema de pagamento por produção que provoca a

---

<sup>47</sup> A Pastoral do Migrante atua no interior paulista desde 1985, estabelecendo intercâmbio pastoral com as dioceses de origem dos migrantes, em sintonia com organismos da sociedade civil e eclesial, visando acolher e inserir socialmente os migrantes mediante iniciativas evangelizadoras e promovendo sua cidadania. A Pastoral do Migrante, principalmente em Guariba, na região de Ribeirão Preto-SP, desenvolve suas atividades junto aos migrantes temporários rurais, oriundos de outras regiões do país, sobretudo do nordeste. Tais atividades acontecem em duas realidades distintas, ou seja, na origem e no destino. As comunidades de origem dos migrantes, com apoio da Igreja e de Organizações locais, desenvolvem há tempo, iniciativas voltadas para diminuir os impactos negativos da emigração. O despertar para a organização deu origem a diversas associações, das quais emergiram projetos de geração de renda através do incentivo à produção de artesanatos, pinturas, confecção de tecidos, criação de pequenos animais, irrigação, construção de cisternas, barragens subterrâneas, açudes e barragens. Para maiores informações sobre sua história e atuação conferir o site: <http://www.pastoraldomigrante.org.br>.

intensificação e o excesso de trabalho (ALVES, 2006; ALVES et al, 2008).

Como ainda não é o nosso objetivo discutir a problemática do pagamento por produção neste momento, trataremos dessa questão no capítulo seguinte. Por enquanto, buscamos apenas desvelar as condições de trabalho as quais não só colocam em risco a vida e saúde dos trabalhadores, mas que, associadas à lógica perversa do pagamento por produção, dificultam a execução do processo de trabalho da colheita manual da cana, levando o trabalhador a um superesforço e, portanto, à morte provocada pela intensidade degradante do seu trabalho.

O trabalho de denúncia feito pela Pastoral do Migrante ao Ministério Público do Trabalho deflagrou um amplo processo de investigação sobre as razões dessas mortes e as condições de trabalho dos cortadores de cana. Isso levou à realização de audiências públicas, provocando a intervenção constante do Ministério Público do Trabalho e a intensificação das fiscalizações do Grupo Móvel Rural do Ministério do Trabalho.

Em 2006, talvez o ápice do crescimento do setor canavieiro no Brasil, a *Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais*<sup>48</sup> elaborou um Relatório Nacional para o Direito Humano ao Trabalho no qual constava uma análise da situação das condições de trabalho dos trabalhadores da cana. O relatório é resultado de uma missão de monitoramento que percorreu as principais regiões canavieiras do Brasil, constatando:

[...] um quadro de flagrante exploração dos canavieiros, o qual constava de jornada de trabalho excessiva, pagamento feito por produção, ausência de um piso salarial estabelecido para a categoria, subnotificação de acidentes de trabalho, inexistência de instrumentos de primeiros socorros, ambulâncias e banheiros, não fornecimento de água potável, falta de abrigo para proteção das intempéries aos trabalhadores, EPIs desgastados, transporte de trabalhadores irregular, alojamentos precários, além de fornecimentos de alimentação com baixo teor nutricional, de pouca qualidade e sem condições adequadas de armazenamento, o que levava a comida a estragar por diversas vezes, deixando o trabalhador sem alimentação no decorrer do dia (COSTA; NEVES, 2007, p.165).

---

<sup>48</sup> A Plataforma Dhesca Brasil é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (doravante abreviados em Dhesca), visando ao fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia. Seu objetivo geral é contribuir para a construção e fortalecimento de uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias de exigibilidade e justiciabilidade dos Dhesca, bem como incidindo na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais. A Dhesca Brasil atua em três frentes de trabalho: o Monitoramento em Direitos Humanos no Brasil; a Integração Regional e as Relatorias de Direitos Humanos.

Além dessas condições de trabalho no interior dos canaviais brasileiros onde o moderno combina com arcaico, a relatoria da Plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais) encontrou ainda, na região de Ribeirão Preto, relações de produção que se caracterizam por forte perseguição e controle dos trabalhadores e sindicalistas que buscam os seus direitos. Assim,

As práticas anti-sindicais também são um fator cotidiano na região de Ribeirão Preto-SP. É comum as usinas ameaçarem os trabalhadores com o boicote à contratação caso eles cheguem a procurarem o Sindicato ou o Ministério do Trabalho. Foi encontrado um número significativo de ex-dirigentes sindicais cuja contratação foi recusada pelas empresas ou foram alocadas em funções de remuneração inferior à percebida antes de assumirem a função sindical (COSTA; NEVES, 2007, p. 167).

Entretanto, a partir das entrevistas realizadas, e comparando com períodos anteriores, foi possível verificar alguns avanços concernentes à área de segurança e saúde do trabalho, principalmente no que se refere ao fornecimento de equipamentos de proteção individual, de transporte, instalações sanitárias etc. Contudo, isso se deu graças às reivindicações e luta dos trabalhadores por meio dos Sindicatos e às denúncias e investigações promovidas pelo Ministério Público do Trabalho, o que levou a uma maior fiscalização e atuação das usinas e fornecedores de cana pelo Ministério do Trabalho. Com isso, parece que as condições de trabalho são melhores onde o Sindicato é mais combativo e atuante, ou seja, onde o Sindicato não faz o jogo do patrão e fiscaliza as condições nas quais os trabalhadores laboram.

Paralelamente às denúncias acerca das condições de trabalho e das mortes dos trabalhadores canavieiros no interior paulista e à atuação efetiva do poder público houve a normatização das condições nas quais devem se dar o trabalho dos cortadores de cana. Assim, em 3 de março de 2005, o Ministério do Trabalho publicou a *Portaria nº 86* que estabeleceu a *NR 31*, isto é, a *Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura*, que tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho (BRASIL, NR 31, 2005). Tais preceitos se atentam aos diversos aspectos que envolvem as atividades dos trabalhadores da cana, e vão desde a manipulação de agrotóxicos, ergonomia, ferramentas manuais, máquinas e equipamentos, áreas

de vivência, instalações sanitárias, locais para refeição até as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Em nossos procedimentos e estratégias de pesquisa, além das entrevistas realizadas com trabalhadores, sindicalistas e fiscais do trabalho, elencamos também a busca de informações e levantamento de dados no Ministério do Trabalho junto à Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo. Dessa maneira, com o objetivo de analisar as condições de trabalho dos cortadores de cana, tivemos acesso – apenas para leitura<sup>49</sup> – aos autos de infração e relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho realizada pelo Grupo Móvel Rural na região de Ribeirão Preto. O que configurou um momento importante para a pesquisa, possibilitando a construção de um quadro analítico bastante amplo sobre as condições de trabalho a partir da articulação das informações e dados coletados por meio das entrevistas com trabalhadores e sindicalistas, bem como a bibliografia e documentos levantados referentes à realidade social investigada.

No relatório da ação do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho realizada na região de Ribeirão Preto entre os dias 23 e 27 de janeiro de 2012, os fiscais do trabalho alegaram que, pelo grande número de usinas e de fornecedores de cana a região de Ribeirão Preto, precisa-se de uma fiscalização constante, pois existem irregularidades em todas as etapas do ciclo produtivo da cana, e por isso o grupo rural decidiu fiscalizar exclusivamente o processo de plantio de cana. Isso porque, segundo a conclusão do relatório dessa ação, a situação nas áreas de segurança e saúde e trabalhista na região abrangida pela Gerência Regional do Trabalho de Ribeirão Preto vem melhorando ano a ano, se comparado aos períodos anteriores – o que observamos a partir das entrevistas que fizemos com os trabalhadores. No entanto, na etapa do plantio de cana e nos tratos culturais, segundo os fiscais do trabalho “[...] percebemos que a precariedade ainda é muito presente e precisa ser combatida duramente”,

---

<sup>49</sup>A propósito desses relatórios, foi-nos permitida apenas a leitura com a possibilidade de registro do que interessasse. Não foi autorizada a cópia dos autos de infração e muito menos dos relatórios escritos pelos fiscais do trabalho no Estado de São Paulo. Na ocasião da pesquisa, o tempo disponibilizado para a leitura dos autos foi de apenas 4 dias o que foi insuficiente dado o grande volume dos relatórios, uma vez que cada caderno (8 no total) ultrapassava o número de 500 páginas que contavam tanto com o relatório dos fiscais, bem como com os documentos colhidos pela fiscalização e os autos de infração. No entanto, conseguimos um registro das ações empreendidas pelo grupo móvel de fiscalização rural, ocorridas ao longo de 2011 e início de 2012, o que nos permitiu uma observação e análise bastante ampla e atual das condições de trabalho encontradas na região de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba, que envolveu tanto os trabalhadores dos tratos culturais, plantio de cana até os trabalhadores da colheita manual e mecanizada. As referências aos Relatórios do Grupo Móvel Rural (2011 e 2012) são na verdade anotações e registros realizados em campo durante a leitura e pesquisa tanto dos relatórios elaborados pelos fiscais como também dos autos de infração lavrados durante as ações de fiscalização do Ministério do Trabalho.

pois ainda foram encontrados problemas básicos que estão demorando a ser resolvidos como, por exemplo, “[...] sanitários irregulares, abrigos insuficientes, transportes irregulares, aplicação de agrotóxicos sem EPIs”, etc (RELATÓRIO GRUPO MÓVEL RURAL, 2012). O que comprova a visão de um de nossos entrevistados quando afirma que é mais barato ao usineiro ou empregador pagar a multa aplicada pelos fiscais do que fornecer melhores condições de trabalho.

Um dos problemas levantados pelos fiscais do trabalho no relatório da primeira ação na etapa do plantio de cana na região de Ribeirão Preto é que infelizmente não puderam contar mais uma vez com a importante presença dos Sindicatos dos trabalhadores rurais da região. Porque, conforme verificamos, há discordâncias entre alguns sindicalistas e o Ministério Público do Trabalho quanto ao processo de trabalho no plantio da cana. Muitos Sindicatos alegam que não existem problemas em suas áreas de abrangências e outros são contrários à proibição de plantio em cima de caminhões e procuram, segundo os fiscais do trabalho, colocar a fiscalização em situações constrangedoras com os trabalhadores. A alegação dos sindicatos é que o plantio de cana de outra forma senão este (em cima de caminhões) prejudica o ganho e a produtividade do trabalhador. O Grupo Móvel de Fiscalização não admite que esse tipo de trabalho ocorra em cima de caminhões uma vez que ele expõe o trabalhador a um grande risco de acidentes e que pode ser evitado.

Esse problema foi identificado na fala de alguns sindicalistas da região de Ribeirão Preto que são contrários à proibição do plantio de cana em cima de caminhões. A principal alegação é que a proibição e a volta ao antigo sistema em que o trabalhador tem que carregar a cana até o sulco para realizar o plantio diminui a produção do trabalhador e por consequência o seu rendimento. De acordo com o Sr. Lander, sindicalista de Pitangueiras,

[...] O que que aconteceu? Os trabalhadores trabalhavam num sistema e veio lá de cima que o trabalhador teria que plantar de outra maneira e aí caiu o salário dos trabalhadores. Então, às vezes, tem uns procuradores do ministério do trabalho que não conversam com a gente e que tudo tem de ser do jeito deles. Eles não conversam com os trabalhadores. Não discutem com o Sindicato, e acham que tem de ser daquele jeito e tem que fazer. E aí prejudica os trabalhadores e os sindicatos, e a gente fica de mãos atadas.

Outro sindicalista, também discordando da proibição de se plantar a cana em cima de caminhões, destaca que no processo de trabalho de plantio no chão o trabalhador, além de diminuir a sua produtividade, corre o risco de desenvolver algum tipo de doença ocupacional

decorrente do seu esforço, isto é, carregar os montes de cana até os sulcos. Assim, de acordo com o Sr. Ignácio, ex-trabalhador rural e sindicalista no município de Barrinha-SP,

[...] nós tivemos uma greve aqui na São Martinho por conta do plantio da cana; então o Ministério do Trabalho implantou uma situação onde o trabalhador tem que ... *a usina põe a cana a 10, 15 metros no sulco de cana e o trabalhador tem que tirar aquele monte do feixe e ir plantando nas costas. Olha, isso é uma situação muito difícil porque ali corre o risco, o trabalhador de colocar a cana nas costas, machucar as pernas; dar um problema na coluna, na perna, cair e machucar* [...] eu acho que é uma situação, assim, subumana pro trabalhador, porque ninguém vai ficar em casa se se machucou ou porque tá doente porque quer ficar, tá certo?! Ou ficar afastado porque quer; e acaba que a pessoa tem que trabalhar doente... por conta da situação financeira que é uma porcaria! [...] *tá muito difícil a situação do trabalhador e ele tem que plantar cana nas costas. Então nessa época, a essa altura o Ministério do Trabalho foi contra a posição nossa do sindicato dos empregados e contra a decisão da Feraesp e nós de maneira nenhuma nós aceitamos e concordamos com isso [...] porque nós estamos brigando pro trabalhador ter melhores condições de trabalho, pro trabalhador não ser escravizado. Agora, vem a estrutura do Governo de cima pra baixo e impõe uma lei dessas contra o trabalhador que vai ser escravizado, de uma maneira ou de outra, ele tá sendo escravizado! Porque o trabalho do trabalhador ali é subumano, é um esforço físico muito grande pra ele (grifo nosso).*<sup>50</sup>

Parece haver aí um “imbróglio” entre alguns sindicatos, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Por um lado, o sindicato defende o trabalhador e a garantia de sua produção e rendimento, mas para isso há um risco de acidente com o trabalhador que fica em cima do caminhão<sup>51</sup>; por outro, os fiscais executam o seu trabalho, aplicam a lei que, por sua vez, visa à proteção da saúde e segurança dos trabalhadores, exigindo, portanto, que o plantio seja feito no chão, o que segundo alguns Sindicatos leva a um maior esforço do trabalhador e uma menor produção. A NR 31, em seu artigo 31.12.10 define que “é vedado, em

---

<sup>50</sup> Entrevista realizada em Barrinha-SP, no dia 26 de fevereiro de 2011.

<sup>51</sup> No relatório de fiscalização do Grupo Móvel Rural há a referência aos riscos desse processo de plantio. “A fiscalização flagrou trabalhadores no plantio manual de cana-de-açúcar na carroceria de caminhões, realizado com o posicionamento de trabalhadores sobre a carroceria dos caminhões de transporte de cana-de-açúcar carregados com cana destinada para o plantio. Com o veículo em movimento, os trabalhadores, de cima da carroceria, lançavam a cana-de-açúcar ao solo, próximos aos sulcos previamente preparados no terreno, para que os demais trabalhadores em solo arrumassem a cana no interior da terra sulcada. Todavia, os caminhões de transporte de cana-de-açúcar não foram concebidos para transporte de pessoas sobre a carroceria, local destinado apenas a sua carga. Contudo, tal conduta do empregador, responsável pela escolha do método do plantio utilizado, expõe os trabalhadores ao risco de lesões graves oriundas da queda de altura dos postos de trabalho e também do tombamento do veículo, pois, além dos declives da própria topografia do campo do plantio, estes trafegavam em terreno acidentado pelos sulcos, com profundidade que chegavam a ser superior a 80 cm e que podem engolir a roda dos caminhões, causando inclinações na carroceria e até mesmo o tombamento do veículo” (RELATÓRIO DO GRUPO MÓVEL RURAL, 2012).

*qualquer circunstância, o transporte de pessoas em máquinas e equipamentos motorizados e nos seus implementos acoplados*". Nesse caso, a norma regulamentadora, fruto das reivindicações dos próprios Sindicatos, agora é contestada em defesa da produção. A realidade parece não deixar de ser irônica! Segundo o fiscal do trabalho do Grupo Móvel de Fiscalização Rural que entrevistamos,

O pessoal tem insistido em plantar cana com o pessoal em cima do caminhão, aquilo lá é um perigo, e os caras tão teimando, tão insistindo, e foram duas vezes seguidas e o pessoal tomou umas pancadas fortes. Deu uma repercussão do caramba. E os caras caíram em cima, tem sindicalista que é contra.

Relatando a discordância com um dos sindicalistas da região, também entrevistado por nós, o fiscal do trabalho destacou que:

[...] ele até se afastou da gente por causa disso. Uma vez ele colocou o grupo todo numa condição muito perigosa no meio dos trabalhadores, falando que nós é que tínhamos feito aquilo, e os caras todos com facão e a gente não sabia que tipo de reação poderiam ter. Mas nós estamos seguindo lei, a norma proíbe que qualquer veículo acoplado tenha trabalhador em cima a não ser o motorista. Então, se você imaginar que o caminhão na área rural é um equipamento agrícola, então aí acabou e nós estamos seguindo a lei. Nós somos pagos para fazer seguir, não para discutir<sup>52</sup>.

Consideramos que a natureza desse conflito está exatamente na lógica perversa do pagamento por produção e nos baixos salários pagos pelos usineiros da região. A discussão em torno do fim do pagamento por produção ganha mais um argumento em seu favor, na medida em que essa situação de discordância entre a aplicação da Lei, por meio dos auditores fiscais do trabalho, e a posição dos Sindicatos poderia ser evitada.

A contradição latente das condições de trabalho na região de Ribeirão Preto se manifesta tão logo algumas instituições decidem assumir o seu papel e enfrentar o poder do capital agroindustrial. É o caso do Ministério do Trabalho que, em ação de fiscalização com o Grupo Móvel em algumas das principais usinas da região, tem encontrado condições degradantes de trabalho, as quais colocam em risco constantemente a vida e a saúde do trabalhador. Na frente de trabalho de capina da cana e pulverização mecanizada da Usina Bonfim, do grupo Cosan (Raízen)<sup>53</sup> em Dobrada-SP e Guariba-SP os fiscais do trabalho

---

<sup>52</sup> Entrevista realizada em Batatais-SP, em 25 de maio de 2012.

<sup>53</sup> A Raízen é a empresa resultante do processo de integração dos negócios da Shell e Cosan. A empresa está entre

encontraram as seguintes condições:

Nas respectivas frentes de trabalho não foram disponibilizadas instalações sanitárias para os trabalhadores encontrados laborando. Tal irregularidade obrigou os trabalhadores a utilizarem locais inadequados para realização de suas necessidades fisiológicas, expondo-os a riscos com animais peçonhentos ou mesmo a contaminações pela falta de higiene a que se expunham.

Sobre as condições para refeição,

[...] o local de refeição disponibilizado para os trabalhadores que realizavam a aplicação de agrotóxicos, não dispunha de condições de higiene e conforto. Sendo constituído por uma tenda de lona com aproximadamente 1.50m de altura no seu ponto mais alto e com aberturas de aproximadamente 1,20m de altura para adentrar seu interior, estando esta montada sobre chão de terra. Por não estar corretamente fixada ao chão, a tenda foi derrubada pela ação do vento. Deste modo, o local não abrigava os obreiros contra intempéries e exigia dos mesmos inadequadas posições ergonômicas para se utilizarem da referida tenda. A situação acima descrita impele os rurícolas a improvisarem locais para se alimentarem, tais como os interiores dos veículos utilizados na aplicação de agrotóxico ou assentarem no chão, condições essas prejudiciais à saúde dos mesmos.

Sobre os EPIs o grupo constatou que:

Dispositivos de proteção e vestimentas contaminadas eram levados para fora do ambiente de trabalho. Os trabalhadores que laboravam na pulverização de agrotóxicos utilizavam suas próprias roupas por debaixo das vestimentas de proteção. Ao findarem a jornada de trabalho os obreiros seguiram para suas moradias vestidos com as roupas utilizadas debaixo da vestimenta de proteção e com seus calçados de segurança também utilizados durante o labor. O agrotóxico utilizado era o (Glifosato)<sup>54</sup>, que pode causar irritação nos olhos e

---

as cinco maiores companhias do Brasil em faturamento. Com 24 usinas, a Raízen tem capacidade de produção de 2,2 bilhões de litros de etanol por ano, 4,4 milhões de toneladas de açúcar e tem 900 MW de energia elétrica a partir do bagaço da cana. A Raízen possui 53 terminais de distribuição e comercializa aproximadamente 22 bilhões de litros para os segmentos de transporte e indústria e para a sua rede formada por 4.700 postos de combustível com as marcas Shell e Esso e 750 lojas de conveniência. Destaca-se como uma das mais competitivas empresas na área de energia sustentável do mundo. O nome Raízen é a união de duas forças, raiz e energia. A primeira remete à parte das plantas que extrai nutrientes e água necessários para a vida e a outra, ao fator crítico para qualquer dinâmica: para que haja vida ou movimento é preciso energia. A opção pelo nome em português reforça tratar-se de uma organização brasileira e a cor roxa da marca remete à aparência da cana-de-açúcar madura. Disponível em: <http://www.raizen.com/pt/raizen/quem-somos.aspx>.

<sup>54</sup> Os impactos da utilização do herbicida *Glifosato* sobre o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores que manipulam o referido agrotóxico são profundamente danosos. Em entrevista sobre os efeitos nefastos desse herbicida, o engenheiro agrônomo e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina, Rubens Onofre Odari, declarou que “o *Glifosato* é uma molécula que causa diferentes tipos de problemas para a saúde humana e também para o meio ambiente. Em relação à saúde humana, ele mimetiza certos hormônios. Por exemplo, ele pode entrar no cordão umbilical durante a gestação e afetar o desenvolvimento do bebê. Além disso, ele é considerado

pele e tóxico se ingerido. Aos trabalhadores que laboravam na aplicação de agrotóxicos, não foi disponibilizado local adequado para a guarda das roupas de uso pessoal. Agravando ainda mais a situação, os trabalhadores foram encontrados pela fiscalização usando roupas de uso pessoal por baixo das vestimentas de proteção fornecidas aos mesmos (RELATÓRIO DO GRUPO MÓVEL, 2012).

Além dessas situações de irregularidades relacionadas à saúde e segurança dos trabalhadores que atuavam nos tratos culturais da cana, o grupo identificou em outras empresas terceirizadas pela usina para a realização desses serviços uma prorrogação indevida da jornada de trabalho, além do limite legal de duas horas diárias acima da jornada normal, ou seja, extorsão de mais-valia absoluta com atraso de salários e o não pagamento do Descanso Semanal Remunerado. Isso comprova que, mesmo com a diminuição dos “gatos” e empreiteiras na atividade do corte da cana, a terceirização<sup>55</sup> não só continua presente, como também se intensificou e se expandiu por outras etapas do ciclo produtivo, precarizando ainda mais as condições de trabalho no contexto atual da expansão do capital agroindustrial. Em outras palavras, a precariedade parece ser indissociável da terceirização em virtude dos objetivos do capital, isto é, ampliar as margens de lucro. Portanto, o objetivo de terceirizar atividades produtivas e serviços representa, para a maioria das empresas que a praticam, redução de custos operacionais; foco nas atividades que adicionam maior valor ao capital; ganho de flexibilidade e facilidade de adaptação ao mercado, etc.

Nesse sentido, podemos dizer que apesar do surgimento de uma “[...] *nova morfologia do trabalho*” (ANTUNES, 2005), desencadeada pelos processos econômicos e políticos da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, as diferentes conjunturas históricas e as transições de uma era a outra evidenciam processos de transformação em que velhas e novas formas de trabalho e emprego coexistem, são combinadas e, ao mesmo tempo, redefinem-se, indicando um típico movimento de metamorfose, que, no

---

um desruptor endócrino, ou seja, ele vai acionar genes errados, no momento errado, no órgão errado. Então, ele altera a situação de controle dos genes. O *Glifosato* também causa, por exemplo, diminuição da produção de espermas, conforme vimos em experimentos feitos em ratos, ou produz espermas anormais. No caso do sistema endócrino, ele pode, por exemplo, inibir algumas enzimas. Ele vai alterar os hormônios que entram na regulação da expressão gênica”. Disponível em: [http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/maio\\_10/glifosato.html](http://www.nossofuturoroubado.com.br/arquivos/maio_10/glifosato.html). Acesso em 18 de agosto de 2012.

<sup>55</sup> O verbete *Terceirização* no Dicionário de Trabalho e Tecnologia é definido por Rudit-Garcia (2006, p.311) como o recurso gerencial pelo qual uma empresa transfere parte de sua atividade-fim – industrial, de serviço ou agrícola – para outra unidade empresarial, tendo em vista flexibilizar a organização e as relações de trabalho e focar esforços em atividades com mais especialização e maior valor agregado. A empresa terceira pode operar tanto interna quanto externamente aos limites espaciais da contratante (prédios e terrenos), mas mantendo independência administrativa e de capital relativamente à empresa contratante. CATTANI, A.D.; HOLZMANN, L. (Orgs). *Dicionário do trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

momento atual, se dá sob a égide de uma dinâmica que passa a predominar sobre outras: *é a dinâmica da precarização social* (DRUCK, 2011, p. 42).

Não há dúvidas, portanto, que se trata de uma nova forma de dominação social do capital que se impõe por meio da força e do consentimento aos trabalhadores. Trata-se de uma nova estratégia de acumulação sem limites materiais e morais cujo objetivo principal é a produção de mais-valia por meio de condições de trabalho e empregos precários frente à permanente ameaça do desemprego estrutural criada pela ordem atual do capital. Assim, para caracterizar esse quadro geral de precarização social do trabalho em suas múltiplas dimensões micro e macrossociais, Graça Druck (2011) desenvolveu uma tipologia dessa situação para explicar a realidade brasileira, o que nos ajuda a entender o contexto no qual se situa a precarização do trabalho no corte da cana na região de Ribeirão Preto. De acordo com a autora, há seis tipos de precarização do trabalho predominando no Brasil atual: 1) vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; 2) intensificação do trabalho e terceirização; 3) insegurança e saúde do trabalho; 4) perda das identidades individual e coletiva; 5) fragilidade da organização dos trabalhadores; 6) condenação e o descarte do Direito do trabalho. Embora cada um desses tipos possa predominar numa dada forma de trabalho, acreditamos que elas configuram conjuntamente e historicamente a situação dos trabalhadores canavieiros no contexto atual de expansão do agronegócio brasileiro, em que pese aí a sua processualidade contraditória e as diversas formas de resistência e enfrentamentos construídas pelos próprios trabalhadores diante do processo de precarização estrutural do trabalho provocado pelo capital.

Partindo dessa lógica, portanto, o grupo móvel do Ministério do Trabalho encontrou – na região de São José do Rio Preto – trabalhadores terceirizados da cana em situação precária de condições de trabalho na mesma atividade e usina onde outros trabalhadores contratados diretamente pela usina também desempenhavam suas atividades em condições regulamentadas/legais.

Foram encontrados na frente de trabalho, em atividade de operação de máquinas (tratores, carregadeiras) para o preparo de terras seguida do plantio de cana de açúcar, duas empresas terceirizadas que mantinham no total sete trabalhadores. Estes terceiros trabalhavam lado a lado com empregados da Usina S. Rita que operavam máquinas e similares e recebiam ordens diretas dos mesmos encarregados da Usina; entretanto, diferente dos empregados das Usinas, não haviam recebido EPIs e laboravam desprotegidos; não receberam uniformes/vestimentas de trabalho; não receberam recipientes térmicos para guarda de água potável e refeição (RELATÓRIO DO GRUPO MÓVEL, 2012).

Nessa mesma fiscalização, além dessas condições, o grupo autuou outras irregularidades como o não pagamento e/ou parcelamento de férias, o atraso de salários e também, vale assinalar, que os empregadores de uma usina daquela região efetuavam o pagamento das turmas em atividade rural com cheque em horários e condições que não permitem o desconto imediato, de modo que os trabalhadores reclamavam que, por não disporem de tempo hábil para retirar o dinheiro nos bancos, ficam sujeitos a exigências de estabelecimentos comerciais que exigem percentuais de gastos no local para a troca de cheque, e até mesmo de cobrança de taxas para seu desconto.

Dentre os efeitos nefastos da terceirização que precariza as condições de trabalho, podemos dizer que ela tende a criar novas segmentações e hierarquias entre trabalhadores nas empresas, ocorrendo também – conforme investigamos – a discriminação entre os grupos e frentes de trabalho que executam a mesma atividade, mas que são contratados de forma diferente. De acordo com o Relatório do Grupo Móvel (2012),

*Embora os trabalhadores nas atividades rurais tenham como empregador a mesma Usina que emprega aqueles na atividade industrial observamos que estes últimos recebem alguns benefícios a mais que os rurais, como: os aplicadores de agrotóxicos referiram que não recebem crachá de identificação da empresa, embora seja fornecido aos da indústria; os ônibus que transportam os empregados na indústria são muito melhores que aqueles que transportam os rurais; os rurais recebem em cheque (sem tempo para descontá-lo em horário bancário) e não em depósito bancário (conta salário); a situação que mais chocou a fiscalização foi a de verificar que na frente de plantio de cana, enquanto os operadores de máquina recebiam alimentação quente (almoço) trazida por uma Van do restaurante da Usina; os plantadores de cana, na mesma frente, se alimentavam em marmitas já frias, de alimentos trazidos de casa, elaboradas na noite anterior ou por volta de 4 ou 5 horas daquela manhã, e que não tinham a mesma qualidade nutricional (grifo nosso).*

Essa situação, como já destacamos, constitui a realidade do trabalho tipicamente precário da cana, isto é, na medida em que se percebe – além da discriminação, segregação e hierarquização entre os próprios trabalhadores – a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade. Com efeito, a terceirização também se configura numa situação de subcontratação pela qual as empresas buscam especialização de funções. Porém, ainda que exista uma diversidade muito grande de situações, como destacado anteriormente, observamos uma progressiva desproteção do trabalhador ocupado nessas

atividades. Assim, quando contratado diretamente pela empresa, sua nova condição de autônomo não incorpora os direitos e benefícios garantidos por lei ao trabalhador assalariado. Como diz Galeazzi acerca do verbete “precarização do trabalho”<sup>56</sup>:

No caso da subcontratada – entendida como aquela organização que, contratando diretamente mão-de-obra, cumpre tarefas complementares ou acessórias em uma ou várias empresas principais –, a proteção do trabalhador aí incorporado pode ser similar à do assalariado que integra o quadro de funcionários da empresa contratante, mas certamente a ele não se estendem as conquistas de convenções coletivas de trabalho da categoria. Todavia, é comum a inexistência de contratos de trabalho formalizados nesse tipo de empresa, acarretando a perda das proteções legal e previdenciária (2006, p. 204).

Apesar de ter ocorrido avanços nas condições de trabalho dos cortadores de cana em função do histórico de lutas, como a greve de Guariba, pelas atuações da Pastoral do Migrante junto ao Ministério Público do Trabalho e pelo aumento da fiscalização do Ministério do Trabalho, por meio do Grupo Móvel Rural, não podemos dizer o mesmo em outras etapas produtivas, principalmente na colheita mecanizada da cana, que vem se ampliando a cada ano como uma tendência irreversível do avanço do agronegócio canavieiro no Brasil. A terceirização e a precariedade das condições de trabalho na colheita mecânica têm sido constantemente fiscalizada e autuada pelos fiscais do trabalho, porque as usinas, destilarias e fornecedores de cana não têm cumprido com os direitos trabalhistas dos operadores de máquinas, sejam aqueles contratados diretamente pelas empresas, sejam aqueles terceirizados. Nos casos em que os trabalhadores são terceirizados, a realidade encontrada pelos fiscais do trabalho é alarmante, mesmo sendo a mecanização da colheita da cana considerada como a solução dos problemas sociais e ambientais da agroindústria canavieira. No entanto, não é o que parece. Os trabalhadores que atuam na colheita mecanizada da cana têm sofrido não apenas com as péssimas condições de trabalho: ausência de equipamentos de segurança, instalações sanitárias inadequadas, descumprimento de acordos coletivos etc; mas também com a intensificação da exploração por meio do prolongamento da jornada de trabalho e do sistema de 5 por 1 (cinco dias de trabalho por um de descanso), a partir do qual o trabalhador não goza do tempo suficiente de descanso entre uma jornada e outra.

Por exemplo, na região de São José do Rio Preto, onde a cana se expandiu fortemente

---

<sup>56</sup> Precarização do Trabalho. CATTANI, A.D.; HOLZMANN, L. (Orgs). *Dicionário do trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

na última década, os fiscais do trabalho identificaram, em ação realizada no dia 17 de agosto de 2011, duas frentes de trabalho, sendo uma composta por trabalhadores contratados diretamente pela Santa Luzia Agropecuária e outra composta por trabalhadores contratados por empresas de prestação de serviços. Na frente de trabalho terceirizada constataram que não havia sanitário, local para refeição, abrigo contra intempéries, água potável e fresca, materiais de primeiros socorros, dentre outras irregularidades:

Verificamos que os trabalhadores terceirizados laboravam na colheita mecanizada de cana de açúcar, atividade explorada economicamente pela atuada, intermediados, no entanto, pelas empresas supracitadas. Com base no exposto, verificamos que os trabalhadores contratados diretamente e trabalhadores intermediados por empresas prestadoras de serviço laboravam lado a lado em prol dos objetivos econômicos da tomadora, inseridos em sua estrutura organizacional finalística [...] Frisamos ainda que a empresa terceirizada não demonstrou deter um saber-fazer específico, distinto daquele que a contratante detém. Assim, a atividade desenvolvida pelos trabalhadores terceirizados (colheita mecanizada de cana de açúcar de forma pessoal, subordinada, onerosa e habitual) é atividade permanente da tomadora, que determina o modo, tempo e forma que o trabalho deve ser realizado (RELATÓRIO GRUPO MÓVEL, 2011).

Essa forma de terceirização apresenta as características do chamado trabalho não-subordinado em que este é adquirido por meio de um contrato civil de locação de serviços, no qual o prestador se obriga a executar uma atividade lícita ao tomador, mediante remuneração de um determinado serviço, que pode envolver máquinas e equipamentos. Esse contrato é estabelecido sob o âmbito do direito civil e a negociação sobre as cláusulas é feita com maior liberdade, isto é, “elas podem ser prescritas de acordo com o desejo de ambas as partes, dando aos envolvidos maior autonomia para instituir as condições em que o serviço será realizado” (RODRIGUES, 2006, p. 58).

Em pesquisa realizada junto às empresas brasileiras do setor sucroalcooleiro para levantar as razões que as levam ao processo de terceirização, o DIEESE (2007) apurou as seguintes causas:

- maior eficiência, com a adequação da relação volume produzido X retorno obtido em cada fase do processo produtivo, de forma a atingir o volume de produção ideal em cada etapa, e terceirizando as etapas que não atingem a escala mínima;

- atingir outros clientes potenciais do mercado e não se restringir a atender os processos internos à empresa, através de “unidades focalizadas”, que se dedicam ao desempenho de uma atividade exclusiva;
- facilitar a gestão empresarial, reduzindo quantidade e diversidade das atividades para organização da produção;
- fôlego para sobreviver às crises, dadas a facilidade e a rapidez para o cancelamento dos serviços terceirizados, em contraposição à dificuldade e morosidade em se desfazer de ativos;
- diminuir gastos por meio de parcerias de desenvolvimento tecnológico entre empresas contratantes e fornecedoras;
- redução de custos e melhor controle de desempenho e qualidade, dada a redução da quantidade de processos envolvidos na produção;
- *enfraquecer a organização dos trabalhadores, através da pulverização das atividades em diversas empresas de menor tamanho, o que dificulta a capacidade de mobilização e facilita o controle dos movimentos;*
- burlar conquistas sindicais através da terceirização de atividades, de forma a fragmentar a organização e representação dos trabalhadores e diversificar a negociação e abrangência de direitos.

Nota-se, portanto, que além de objetivos econômicos, a terceirização tem objetivos políticos no que se refere à fragmentação e desmobilização dos trabalhadores, pois na medida em que a sua própria natureza é tornar precárias as condições de trabalho, ao mesmo tempo em que isso acontece, convertendo o prejuízo dos trabalhadores em lucro para os empresários, ela também dificulta a organização da classe. Daí a terceirização ser uma estratégia constante do capital impor aos trabalhadores novas formas de controle e subordinação por meio da criação de fraturas em suas resistências e formas de organização política e de representação.

Desse modo, com uma maior autonomia para instituir as condições de realização do serviço das empresas terceiras, as empresas contratantes são responsáveis direta e indiretamente pela precarização das condições de trabalho, principalmente quando isso ocorre em suas atividades-fim. É o que podemos encontrar na ação citada anteriormente.

No relatório da referida ação na região de São José do Rio Preto, os fiscais afirmam, a respeito da jornada de trabalho, que a empregadora prorrogava a jornada normal de trabalho além do limite legal de duas horas diárias e que os operadores de máquinas, engatadores e motoristas laboravam em sistema 5 por 1, sendo dias de 8h, seguidos de 2 dias de 12h. Com

feito, os fiscais apuraram também que a empregadora não adotava sistema de gestão capaz de garantir o intervalo intra-jornada destinado a repouso e alimentação, não existindo também um horário destinado ao intervalo, isto é, cada trabalhador, conforme a demanda de trabalho, decide quanto tempo e em que momento parar.

Em outra empresa localizada na mesma região de São José do Rio Preto, ao investigar as condições de trabalho na colheita mecânica e manual da cana, os fiscais do trabalho encontraram 1504 trabalhadores, dos quais 180 mulheres, trabalhando em condições precárias, ou seja, ausência de instalações sanitárias nas frentes de trabalho, jornada prolongada, além do limite legal permitido, ausência de abrigo contra intempéries, não concessão de intervalo de 1 hora de intervalo para repouso e alimentação. Em suma, a empresa não atendia às condições mínimas exigidas pela CLT e pela NR 31. Nessa ação, os fiscais ressaltaram a existência de um prêmio pago aos trabalhadores, “PRÊMIO NÃO FALTAR”, no valor de R\$ 216,00, quando no decorrer do mês não tiver ocorrido qualquer falta, inclusive as justificadas ou os afastamentos legais, com incidência de FGTS sobre essa verba. A concessão do prêmio observa a seguinte escala, de acordo com os fiscais: “Uma falta corresponde ao pagamento de R\$ 162,00, duas faltas, R\$ 108,00 e a partir de três faltas não há pagamento de prêmio”. O mesmo ocorre com o benefício de auxílio de alimentação. O valor integral, se não houver quaisquer faltas, “[...] é de R\$ 118,13. Se houver uma falta, o valor pago será de R\$ 69,96; 2 faltas, R\$ 41,62. A partir de 3 faltas, não há pagamento do benefício” (RELATÓRIO GRUPO MÓVEL, 2011).

Desse modo, podemos perceber que o desrespeito aos direitos trabalhistas, como o não pagamento do descanso semanal remunerado, é uma prática constante. Percebemos ainda, que os benefícios conquistados por meio de acordos coletivos, ou mesmo os direitos garantidos desde 1943, com a CLT, convertem-se em moedas de troca por melhores rendimentos e maior produção do trabalhador face aos interesses do capital e suas personificações, isto é, os usineiros, empresários e fornecedores de cana ligados ao setor.

Eis aí a mostra de que, na tendência atual de expansão do capital agroindustrial, a precarização das condições de trabalho não reconhecem limites. Ela se reproduz a partir de novas configurações assumidas pelo trabalho num contexto de reestruturação produtiva e de novas formas de organização da produção agroindustrial.

O fato é que junto com essa expansão, formas velhas e novas de exploração do trabalho se misturam num jeito muito particular de subordinação do trabalho às determinações do capitalismo tardio brasileiro. Por isso, ao mesmo tempo em que se desenvolve, na década de

2000, um novo ciclo da cana no Brasil, aprofundando o seu modo de ser *Ornitorrinco*<sup>57</sup>, tem-se a reprodução contínua e contraditória das velhas e novas formas de degradação do trabalho dos canavieiros. O fato novo, não obstante, parece ser um olhar mais atento e crítico dos movimentos sociais e sindical para as condições nas quais laboram homens e mulheres que atuam no corte da cana.

Nesse sentido, o início dos anos 2000 também é marcado por fortes denúncias contra as usinas, fornecedores de cana e empresários agroindustriais que mantinham trabalhadores em condições degradantes de trabalho ou análogas ao trabalho escravo<sup>58</sup>. Desde então, realizaram-se audiências públicas para apurar a situação dos trabalhadores que perderam suas vidas no corte da cana, intensificaram-se as autuações e fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho, e novas regulamentações sobre as condições de trabalho foram criadas para proteger homens e mulheres dos riscos que o trabalho na cana lhes impõe.

Entretanto, observando este pano de fundo das condições de trabalho no interior dos canaviais e das lutas empreendidas pelos sindicatos, vale perguntar: qual a percepção dos trabalhadores, sindicalistas, fiscais do trabalho e agentes pastorais a respeito das condições atuais de trabalho no corte da cana? Quais suas perspectivas de mudanças quando se compara as condições atuais com a de períodos anteriores?

---

<sup>57</sup> Numa tentativa brilhante de definir o enigma chamado Brasil e suas contradições estruturais e estruturantes, Francisco de Oliveira usou a expressão *ornitorrinco* (*ornithorhynchus anatinus*. Mamífero monotremado, da subclasse dos prototérios, adaptado à vida aquática. Alcança 40 cm de comprimento, tem bico córneo, semelhante ao bico de pato, pés espalmados e rabo chato. É ovíparo. Ocorre na Austrália e na Tasmânia). O Brasil enquanto *ornitorrinco* é “altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *duque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Um estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB [...] Mas esta é a descrição de um animal cuja evolução seguiu todos os passos da família! Como primata ele já é quase *Homo sapiens!*” (OLIVEIRA, 2006, p. 132-33).

<sup>58</sup> A propósito do trabalho escravo, segundo dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) que realiza monitoramento acerca da presença dessa forma de trabalho ainda no Brasil, somente no período entre 2003 e 2010 na apuração realizada a partir da fiscalização e denúncias da presença de trabalho escravo por atividade econômica, a CPT encontrou na cultura da cana-de-açúcar 56 casos, com mais de 10 mil trabalhadores envolvidos e pouco mais de 9 mil libertados pelo grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho, o que totalizava 25% das ocorrências ligadas a exploração de trabalho escravo no Brasil naquele período. Segundo reportagem do Jornal *O Estado de São Paulo* de 26 de outubro de 2009, na região sudeste, onde a presença do agronegócio é marcante, sobretudo com os canaviais paulistas, houve um aumento significativo no número de trabalhadores libertados. De 2008 a 2009 361 pessoas exploradas em plantações de cana-de-açúcar no Rio de Janeiro e de 284 em Minas Gerais foram libertadas. Em São Paulo, onde as ocorrências crescem nas plantações de laranja, foi realizada apenas uma operação com o resgate de 17 vítimas. A mesma reportagem destaca que no período de 2000 a 2009, em que se observa forte expansão do agronegócio canavieiro como modelo de desenvolvimento econômico, verifica-se também um número maior de ocorrências ligadas à exploração do trabalho escravo que salta de 1305 para 5999 trabalhadores libertados das condições do trabalho escravo no Brasil.

Na investigação que realizamos com as entrevistas, os sujeitos destacaram, quando compararam as condições de trabalho atuais com as do passado, principalmente as do período anterior ao movimento grevista de 1984 em Guariba, que houve algumas mudanças significativas para os trabalhadores, especialmente quando se considera, por exemplo, condições de moradia, transporte, saúde e segurança no trabalho. Para os sindicalistas que acompanharam de perto, tais mudanças só ocorreram por causa das mobilizações e lutas que os trabalhadores empreenderam para conquistarem seus direitos. No entanto, quando se considera o salário e o seu rendimento, a maioria dos trabalhadores e sindicalistas destacou a defasagem em relação ao rápido crescimento do setor nos últimos anos. Isso pode ser explicado, levando-se em conta a peculiaridade do desenvolvimento capitalista no Brasil que articula técnicas moderníssimas de produção agrícola com agravamento do quadro social, carente de políticas públicas adequadas à nova configuração do trabalho.

A esse respeito, Pochmann (2008) chama a atenção para a desconexão entre o rendimento da produção das culturas agroindustriais e a remuneração dos trabalhadores. Isso é percebido pelos sujeitos que entrevistamos, na medida em que afirmam que hoje, com o salário que ganham, já não conseguem fazer as mesmas coisas que faziam no passado. Destacam que era possível pagar o aluguel, fazer a feira, comprar roupas e até guardar algum dinheiro. Hoje, o salário que ganham mal dá para se sustentar. Afirma o Sr. Francisco, “[...] *na época eu trabalhava, fazia feira, pagava aluguel, prestação e ainda sobrava um pouco para guardar. Hoje, se não saber resumir o que ganha, não dá para comer.*”<sup>59</sup>

Esse trabalhador que é migrante do Vale do Jequitinhonha, mas que já reside na cidade de Pontal-SP desde 1991, levanta a hipótese de que nos últimos anos o peso da cana foi alterado, isto é, as novas espécies de cana – produtos do avanço da engenharia genética – teriam maior teor de sacarose, que é o que interessa para a usina, mas seriam mais leves, ou seja, pesando menos (e como o trabalhador ganha por tonelada de cana cortada) ele tem que cortar mais cana para manter o mesmo rendimento de antes, o que, segundo o Sr. Francisco, tem provocado um maior esforço para os trabalhadores.

Numa pesquisa bastante interessante sobre o setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo e que nos ajuda a entender essa hipótese do trabalhador que entrevistamos, Pochmann (2008, p.80) argumenta que de 1985 a 2004 a remuneração média do trabalhador rural perde 28,3% do seu valor real, enquanto o rendimento médio da produção de cana aumenta 60%.

---

<sup>59</sup> Entrevista realizada em Pontal, em 1º de maio de 2012.

Assim, identifica-se o sentido da modernização e da especialização em curso no meio rural paulista. Isso explica, portanto, porque o Brasil – na condição de um dos maiores produtores de açúcar e agrocombustíveis do mundo – também se traduz como um dos mais competitivos no mercado internacional.

Segundo Marcio Pochmann, a ampliação da rentabilidade do setor sucroalcooleiro (nas últimas décadas) só foi possível

[...] graças à intensa ação sobre o padrão de uso da remuneração da força de trabalho, voltada para a redução dos custos de contratação e demissão. Não foi por outro motivo que rapidamente se tornou possível combinar a posição de maior produtor mundial de cana-de-açúcar com os menores custos de produção (2008, p. 83).

Em outras palavras, significa dizer, conforme já assinalamos anteriormente, que, com a implementação de novas formas de gestão e organização do trabalho no setor sucroalcooleiro, as relações de trabalho foram alteradas para atender aos interesses dos empresários em detrimento dos trabalhadores, ou seja, tratava-se de consolidar o sentido geral da modernização, isto é: maximizar os lucros das empresas em detrimento das condições de vida e trabalho dos trabalhadores. Dessa maneira podemos perceber que, para alcançar uma maior rentabilidade do agronegócio canavieiro, os usineiros impuseram aos trabalhadores uma situação de insegurança estrutural, já que são constantemente ameaçados pelo desemprego provocado pela mecanização. Portanto, esses trabalhadores estariam submetidos à insegurança ocupacional, à insegurança na trajetória laboral com os contratos por tempo determinado e, por consequência, à insegurança salarial (POCHMANN, 2008, p. 85).

Brincando com a própria condição, ao falar sobre o salário atual dos trabalhadores canavieiros em comparação com a época que chegou a São Paulo para trabalhar no corte da cana, o Sr. Francisco relata:

Na época em que eu entrei, em 1991, vamos supor, quanto tava custando o álcool... Olha, eu acredito que ele tava de 20 a 25 centavos não era? Hoje o álcool tá R\$ 1,80 centavos. E a gente tá cortando cana de 10, 15 centavos. Tem condições uma coisa dessas? [...] *Quer dizer que tudo valorizou, só não valorizou o trabalho, o ganho do trabalhador ficou morto.* Ele chegou numa altura, ele afogou. E ficou ali, Dalí pra frente as coisas que pertencem as usinas desenvolveu, só não desenvolveu o ganho da cana, o ganho do trabalhador. Esse não desenvolveu nada. Ele chegou numa altura e parece que ele cansou... rs rs. (*grifo nosso*).

Outro trabalhador ao comparar seu salário atual, percebe a defasagem com relação às condições de vida atuais. Assim, o Sr. Roberto afirma que o salário caiu muito do que era:

Eu vou falar a verdade pra você, nos anos noventa e sete, quando saiu o real, eu ganhava trinta reais por dia, até duas horas, que era cortar a cana e vim embora. O boião de gás era sete real, certo? Eu ganhava trinta, se fosse trabalhar mais ganhava até quarenta, cinquenta reais. Hoje eu ganho quarenta, cinquenta, o boião de gás tá quarenta real, quarenta e cinco. Então hoje nosso salário tá defasado<sup>60</sup>.

Além de perceberem as dificuldades enfrentadas a partir dos baixos salários que ganham, pois a remuneração no corte da cana é insuficiente para garantir as mínimas condições de reprodução da força de trabalho, alguns trabalhadores e sindicalistas, apontaram outros fatores que aparecem como tendência não só da intensificação do trabalho, mas também de condições degradantes impostas, por exemplo, pela mecanização do corte da cana. Assim, diante dessa tendência, o trabalhador tem que manter uma produtividade alta para não perder o emprego; porém, com o avanço da mecanização nas áreas tecnicamente viáveis, restam-lhes as áreas onde as máquinas não cortam, isto é, as sobras, pontas de eito e brejos. Essas áreas apresentam maiores dificuldades para a produção do trabalhador e, como seu pagamento é por produção, logo seu rendimento será prejudicado. O que significa maior esforço, maiores riscos e menores salários. Cabe enfatizar ainda, que as condições de trabalho no canavial variam negativamente para o trabalhador, pois além de ter que concorrer com a máquina, ao ser substituído por ela, sendo deslocados para outras áreas, os trabalhadores são obrigados a enfrentar as dificuldades da própria colheita manual da cana, como é o caso da chamada *cana enrolada*, que é a cana que fica retorcida no chão por causa da queimada. Elas ficam enroladas, deitadas e dificultam o trabalho dos cortadores, visto que terão que desprender um maior esforço físico e movimentos para desencadear o seu trabalho e assim lograr vencer o eito que lhe fora determinado pelo fiscal ou turmeiro. Segundo os trabalhadores, esse tipo de cana é muito difícil, o trabalho é muito e o rendimento é pouco.

Outro fator apontado por um dos trabalhadores a respeito do rendimento na cana, se comparado a períodos anteriores em que pouco havia evoluído as novas modalidades de cana, geneticamente modificadas, com maior teor de sacarose, é que cortar cana hoje é mais fácil, pois as canas são mais leves. É o que nos diz o Sr. Francisco,

---

<sup>60</sup> Entrevista realizada em Cruz das Posses, distrito de Sertãozinho, em 30 de setembro de 2011.

Hoje, cortar cana é fácil de puxar, fácil de arrastar. Falam que é difícil, mas não é. Sempre tem aquela acomodação. *As canas de hoje são tudo boa de trabalhar, tudo boa. Diferente assim, é mais fácil de arrastar, juntar elas, porque são mais leves, mas não ganha, não tem rendimento.* O cara batia o dia inteiro, de sol a sol, para cortar 180 metros. O cara que cortava 180 metros de cana era o cara. Hoje, se soltar a cana aí, o cara corta seus 500, 700 metros e não ganha aquele dinheiro que o cara que cortava 180 ganhava lá atrás (*grifo nosso*).

O nosso depoente acima parece ter argumentos para fundamentar a sua hipótese, segundo a qual, para se manter o mesmo rendimento de outrora, deve-se trabalhar e cortar muito mais cana, visto que elas pesam menos, mas produzem muito mais sacarose para as usinas. O mesmo trabalhador nos chama a atenção para o fato de que nas usinas, onde a mecanização é uma realidade, a “cana boa de se trabalhar”, isto é, as áreas de cana onde o corte manual renderia melhor “são ocupadas por máquinas”. Quando os trabalhadores atuam nessas áreas, logo terminam a produção e o restante do dia é remunerado pela diária, o que reduz o seu ganho. Mas quando a cana é enrolada, pode ser vantajoso receber pela diária, tendo em vista que a produção é menor, pois o trabalho é mais duro e o desgaste maior.

Em nossa investigação a respeito das atuais condições de trabalho dos cortadores de cana, buscamos – por meio das entrevistas e análise documental – compreender o cotidiano e a rotina dos trabalhadores. Assim, além de pesquisar a maneira pela qual o trabalhador percebe o seu trabalho, procuramos saber também como encara o seu cotidiano desde a hora em que levanta até o momento em que chega do trabalho para descansar.

Muitos dos trabalhadores entrevistados, dentre eles duas mulheres, relataram que a rotina de trabalho começa no dia anterior, quando preparam a janta e já reservam parte para o almoço do dia seguinte, que será feito no eito do canavial. Levantam por volta das 4h da manhã para preparar o café, esquentar e preparar a boia (comida). Segundo o Sr. Francisco, antes das fiscalizações e das exigências do Ministério do Trabalho, só sabia a hora de sair para o trabalho, pegava o ônibus no ponto por volta das 5h30, dependendo do itinerário que o turmeiro fazia. Chegava ao trabalho por volta das 7h, dependendo da distância da cana e só retornava quando a cana acabasse. Por isso não sabia que horas voltava.

A propósito da jornada de trabalho e por determinação do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e da Norma Regulamentadora 31, os trabalhadores têm o direito a dois intervalos de descanso para o café e uma hora de almoço. Quando indagados

sobre as mudanças nas condições de trabalho, todos os trabalhadores responderam que esses intervalos e a hora de almoço foram necessários e muito positivos, porque garantiram não só o direito de descansar e almoçar com tranquilidade, mas também de evitar complicações e se protegerem dos efeitos degradantes provocados pelo trabalho intenso e desgastante na cana.

O Sr. Francisco argumenta, por exemplo, que “[...] *isso mudou de uns três anos pra cá*”, o que reflete o resultado das lutas sociais empreendidas pelos sindicatos e das denúncias realizadas pelo Ministério Público do Trabalho e das fiscalizações efetuadas pelo grupo móvel rural do Ministério do Trabalho.

Antes não tinha nada disso não. Não existia nem horário de almoço. Eu trabalhei, e eu sei como que é. A gente pra almoçar era assim: arrastando a bolsa ali, cortando cana. A hora que dava aquele intervalo comia. Acabava de comer e já pegava pra não perder tempo. E se fizesse muita hora o empreiteiro já tava gritando ... oh oh oh... vamos, vamos acabar logo essa cana.

Destacando sobre os intervalos, relata:

Esses horários que implantaram, com essas paradas, elas foram muito boas. Outra coisa, deu uma água gelada que é a coisa que mais necessitava. Aqueles banheiros não tem prioridade. Aquelas mesas não é tanto, mas a água foi cem por cento. A água, o horário de almoço. *Antes, a gente não tinha condições de almoçar, a gente não podia parar. E isso mudou nos últimos três anos pra cá* [...] Foi muito bom esses horários. A gente para às 8h45. Tem uma hora de almoço, para às 11 e pega às 12, depois para às 13h45. Deu esse horário tem de parar (*grifo nosso*).

Indagado sobre a melhoria nas condições de trabalho e relatando sua percepção sobre essas condições e seu cotidiano no corte da cana, o Sr. Silva, migrante da Bahia, mas que reside na cidade Pontal-SP desde 1997, destaca a concorrência<sup>61</sup> existente entre os trabalhadores no corte da cana como um dos fatores que geram o desgaste no trabalho refletindo na saúde, no ânimo e na disposição do trabalhador para “[...] cair na cana”.

P – Há tempo pra descanso; pra almoço; pra café?

R – Agora de uns 4 anos pra cá tem né?

P – E antes desses quatro anos? Como que era?

R – Tinha não. *Quatro anos atrás aí era pegada, não tinha hora de almoço não.*

---

<sup>61</sup> Sobre a concorrência entre os trabalhadores da cana, discutiremos no capítulo seguinte a maneira pela qual ela se articula ao pagamento por produção como forma de fracionamento e hierarquização dos trabalhadores no eito do canavial.

P – Como assim pegada?

R – *É, abria uma a marmita no eito mesmo você comia umas duas garfadas ali e o cabra já ia lá na frente e você quer buscar ele e aí vai embora... e hora de almoço não tinha. Aí até 5 e meia da tarde a gente tava trabalhando, 6 horas. Era assim, aí agora que colocou esse horário aí ficou bom, tem descanso, né?! Mesmo assim não dá pra descansar parado, o corpo cê cansa a mesma coisa.*

P – E por que tem que buscar o outro?

R – *Isso aí é negócio de querer ganhar mais, né. Quer ganhar mais do que o outro, aí...*

P – Tem essa competição?

R – Humrum. Tem.

P – E na turma do senhor? Quem é o melhor cortador lá? O senhor está entre os melhores?

R – Não tô não. Eu tô normal, né?!

P – O senhor tá dentro da média?

R – *Eu tô dentro da média, porque eu não gosto de trabalhar muito não pra chegar em casa mais descansado.*

P – E o pessoal que corta bastante? Como é que é?

R – *Muita gente chega cansado, né, já chega e já encosta pra deitar e não sai mais, porque não aguenta sair. E se você chega cansado não tem jeito de sair, ir pra um barzinho tomar uma, né, ficar sossegadinho ali. Aí dá 10 horas vai dormir.*

P – E essa concorrência que existe entre os trabalhadores não traz problemas pra saúde como as câimbras? O fato de querer buscar o outro?

R – *Esse negócio de problema de saúde, e câimbra na cana, a pessoa fica muito velha. Fica velha logo, logo. 15 anos de safra e já tá tudo velho. A cana acaba com a pessoa. Aí o que você tem que fazer é trabalhar pra você, não trabalhar nela pra machucar a coluna. Porque se você meter a cara nela em 15 anos você já tá entrevado, não aguenta isso não.*

P – 15 anos?

R – *Se estragar a coluna já era, já pode aposentar porque o negócio de cana dói é coluna.*

P – Ah é?

R – *É, e se travou, já era! (grifo nosso).<sup>62</sup>*

O trecho da entrevista que realizamos com o Sr. Silva nos permite compreender alguns elementos das condições de trabalho dos cortadores de cana, suas percepções sobre as mudanças e o que essas mudanças representaram para o cotidiano do trabalho, como, por exemplo, o intervalo de descanso e horário de almoço, bem como o tempo de retorno do trabalho. Podemos verificar também as dificuldades que o trabalho desgastante no corte da cana gera para a vida social do trabalhador, porque devido ao cansaço não pode sair para “*ir a um barzinho tomar uma*” ou para fazer alguma outra coisa, obrigando-o a se preservar para mais uma longa e fatigante jornada de trabalho no dia seguinte. Sua sociabilidade é travada pelo capital. Ademais, tais dificuldades se agravam ainda mais, na medida em que a concorrência e a

<sup>62</sup> Entrevista realizada em Pontal-SP, em 12 de maio de 2012.

lógica perversa do pagamento por produção impõe ao trabalhador um esforço muito grande de sua capacidade física, trazendo problemas para a sua saúde, sobretudo as doenças e desgastes que atingem a coluna, pois “*se estragar, já era*”.

A Sra. Maria, migrante de Turmalina, Minas Gerais, trabalha no corte da cana na região de Ribeirão Preto desde 1999 e assinala melhorias em algumas condições de trabalho quando compara com o período que aqui chegou.

É... hoje em dia a fiscalização tá em cima. Por mais que tenha uma coisa errada ou outra, eu não posso afirmar, porque pra nós agora, no momento, tem água gelada, tem horário pra você almoçar, você tem que cumprir o horário. Então, hoje eu não tenho como reclamar. Da época em que eu cheguei aqui, a gente bebia água quente! Quer dizer, dava alí depois do almoço que acabava a água gelada que você levava de casa, ia no ônibus pegar, você podia tomar banho, você podia fazer um café, era só botar açúcar {risos}! A água era quente. Agora, hoje não, graças a Deus você trabalha o dia inteiro, a água é gelada o dia todo e na hora do almoço você é obrigado a parar, não pode ninguém trabalhar. Por um lado, pra ganhar dinheiro não ficou bom, mas, porém, pro trabalhador, no caso de passar mal, sentir fadiga melhorou bastante<sup>63</sup>.

Podemos observar no depoimento desses trabalhadores uma percepção positiva acerca das mudanças exigidas pelo Ministério do Trabalho sobre as condições de trabalho, embora a lógica da produtividade permaneça, trazendo problemas às vezes irreversíveis para a sua saúde. Entretanto, no que concerne ao fornecimento de EPIs, a maioria dos trabalhadores e sindicalistas entrevistados relataram que mesmo as usinas atendendo às normas de fornecimento desses equipamentos, elas não o fazem em número suficiente de modo a atender as necessidades dos trabalhadores, visto que esses materiais sofrem um rápido desgaste. Como não são trocados por novos, são utilizados até o fim, gerando dificuldades para os trabalhadores na execução de seu processo de trabalho. Ademais, relatam também que os equipamentos de proteção individual, como óculos e luvas são de péssima qualidade. As luvas rasgam facilmente e os óculos devido à transpiração constante do trabalhador embaçam, dificultando a visão e deixando o trabalhador irritado. Muitos destacaram que, como são obrigados a usar os óculos, estes, em vez de ajudar, atrapalham, e assim, trabalham o dia todo tensos, podendo, inclusive, sofrer algum acidente. Um exemplo de que os equipamentos de proteção individual fornecidos pelas usinas são insuficientes são as luvas, roupas, como calças e camisas e, especialmente, as botinas. Trabalhadores e sindicalistas relataram diversos conflitos com as usinas para

---

<sup>63</sup> Entrevista realizada em Cruz das Posses, distrito de Sertãozinho, em 30 de setembro de 2011.

conseguirem que as mesmas fornecessem pelo menos dois pares de botinas, pois nos dias chuvosos, os trabalhadores que não tinham um par de botinas extras eram obrigados a trabalhar no dia seguinte com a botina molhada e cheia de barro. O que poderia ocasionar, conforme relatos, algum tipo de enfermidade cutânea nos pés ou até mesmo resfriados.

Os depoimentos dos trabalhadores que entrevistamos nos remetem sempre a uma percepção sobre as condições de trabalho que vai do tempo em que chegaram à região de Ribeirão Preto, no início dos anos 1990, ao tempo presente e à realidade enfrentada por cada um dentro das usinas em que trabalham. Já os relatos dos sindicalistas nos trazem uma percepção processual dessas condições porque todos os que entrevistamos são ex-trabalhadores, migrantes, e vivenciaram a situação dessas condições como cortadores de cana antes da Greve de Guariba em 1984. Por essa razão, ajudam-nos a entender a processualidade contraditória da luta dos trabalhadores e sindicatos contra a exploração brutal realizada pelo capital no interior dos canaviais paulistas.

Todos os sindicalistas entrevistados destacaram as dificuldades referentes às condições e relações do trabalho. Argumentaram que até a greve de Guariba os trabalhadores eram abandonados e, em sua maioria, sequer possuíam registro em carteira, porque trabalhavam para “gatos” e empreiteiros que não forneciam nenhum tipo de equipamento. Na verdade, argumentam que as ferramentas, como facão (podão), marmitas, garrafão d’ água e roupas para o trabalho eram de responsabilidade do trabalhador. Ou seja, além de serem mal remunerados e enfrentarem condições e relações de trabalho degradantes, tinham também que comprar, com seus próprios recursos, os instrumentos de trabalho. Além disso, a situação de morada desses trabalhadores, em alojamentos até hoje, podemos dizer, são muito difíceis e precárias. Contudo, a esse respeito, os sindicalistas entrevistados defendem que, nas áreas de abrangência e atuação de seu sindicato, esses problemas já não existem mais. Ou seja, afirmam que houve nos últimos anos uma diminuição muito grande dos “gatos” e que, por isso, não existem mais alojamentos. Os poucos existentes estão sob a responsabilidade direta das usinas e são constantemente fiscalizados, atendendo a todas as exigências da vigilância sanitária e do Ministério do Trabalho.

Portanto, na percepção dos sindicalistas ocorreram também mudanças significativas nas condições de trabalho. É claro que afirmam haver muito ainda por fazer pelo trabalhador, mas, se comparado a períodos anteriores, destacam um avanço importante e que isso se explicaria por uma atuação efetiva dos Sindicatos, associada às parcerias que vêm sendo feitas

com o Ministério Público do Trabalho.

Esses sindicalistas, assim como os trabalhadores, apontaram tanto as mudanças como também a permanência de algumas situações. Dentre os aspectos que envolvem as relações e condições de trabalho, afirmam que a única coisa que não mudou nessa análise processual que fazem foi o salário pago pelos usineiros aos trabalhadores. Ao relatar sobre as mudanças na área de segurança, saúde e direitos trabalhistas, o Sr. Rodrigues assinala que houve um avanço razoável nesse sentido, entretanto destaca:

[...] nós temos críticas a fazer com relação a esse avanço porque não adianta nós termos melhoria e condições de vida melhor no campo e não ter salário. Porque para mim quem não tem salário não tem condições de vida, não tem melhoras, vamos dizer assim. Como que a pessoa tem uma condição de vida melhor se não tem salário? Então é uma das coisas que a gente tem batido bastante no setor que infelizmente deixa a desejar.

Aliás, mesmo afirmando que muitas das conquistas e melhorias obtidas nas condições de trabalho se devem à luta dos trabalhadores por meio dos Sindicatos, os próprios sindicalistas apontam algumas dificuldades para lidar com este aspecto que, segundo eles, não avançou em nada nos últimos anos: o salário.

Em 2007, após jornadas e mesas de discussão e negociações com o setor sucroalcooleiro por melhores condições de trabalho, a Federação dos Empregados Rurais de São Paulo lançou uma campanha salarial que tinha como principal reivindicação a definição do piso salarial dos cortadores de cana correspondente ao salário mínimo previsto na Constituição Federal. É o que podemos notar no cartaz da campanha divulgado pela FERAESP em 2007.

**FERAESP**  
Federação dos Empregados Rurais  
Assalariados do Estado de São Paulo

SINDICATOS DE  
EMPREGADOS RURAIS

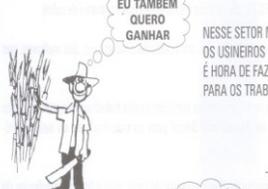
**CUT**

## ESSA SAFRA VAI SER MUITO BOA



**CALMA QUE TEM MAIS!**

CANA, AÇÚCAR, ALCÓOL/ETANOL É HORA DE DISTRIBUIR ESSA RIQUEZA COM QUEM TRABALHA



**EU TAMBÉM QUERO GANHAR**

NESSE SETOR MILIONÁRIO SOMENTE OS USINEIROS GANHAM E AS USINAS SE MULTIPLICAM É HORA DE FAZER JUSTIÇA PARA OS TRABALHADORES DO SETOR



**NÓS TAMBÉM QUEREMOS GANHAR**

- SALÁRIO DIGNO
- SAÚDE NO CAMPO
- TRANSPORTE SEGURO PARA TODOS OS TRABALHADORES
- MAIS EMPREGO COM JORNADA DE TRABALHO DE 6 HORAS DIÁRIAS E 30 HORAS SEMANAIS
- FIM DA TERCEIRIZAÇÃO E DO CONTRATO DE SAFRA COM DIREITO AD SEGURO DESEMPREGO
- FIM DAS DISCRIMINAÇÕES POR IDADE, POR DOENÇA DE CHAGAS E DAS MULHERES NAS CONTRATAÇÕES DE EMPREGADOS
- ALIMENTAÇÃO: CUMPRIMENTO DA LEI Nº 4.870 DE 1º/12/65 - PAS - PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA OS TRABALHADORES DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO

**Somos trabalhadores da cana, do açúcar, do álcool/etanol. Merecemos uma vida melhor. Chega de sofrimento.**

### REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

1. Salário mínimo profissional ou piso salarial correspondente ao salário mínimo previsto na Constituição Federal, artigo 7º, IV, calculado pelo DIEESE R\$ 1.620,89 (março/2007).
2. Imediato cumprimento das normas de proteção à saúde dos trabalhadores e segurança no trabalho, fim das mortes, das doenças profissionais e dos acidentes de trabalho.
3. Transporte Seguro para ida e volta do trabalho, equiparando-se com o transporte coletivo intermunicipal e interestadual, conforme o caso.
4. Jornada de Trabalho de 6 horas diárias e 30 horas semanais, com descanso aos domingos. Mais: Saúde, Lazer e Emprego.
5. Fim de todo tipo de terceirização na contratação de empregados. Tudo a cargo das Usinas, pois elas controlam o setor.
6. Fim dos Contratos de Safra, passando todos os contratos de trabalho para prazo indeterminado. (Seguro Desemprego, Aviso Prévio, multa de 40% no FGTS, são direitos inexistentes nos contratos de safra).
7. Fim das discriminações por idade, por doença de chagas, por metas de produção, e, das mulheres, nas contratações de empregados.
8. Alimentação gratuita e suficiente a garantir as necessidades nutricionais dos trabalhadores, cumprimento da Lei nº 4.870 de 1º/12/65 - PAS - Plano de Assistência Social para os trabalhadores do setor sucro-alcooleiro.
9. Controle, por parte dos trabalhadores, da produção diária no corte da cana, com o fim das exigências de metas de produção.

**TRABALHADORES DA CANA, DO AÇÚCAR E DO ALCÓOL/ETANOL**



**CAMPANHA SALARIAL**

**Estamos em campanha por aumento de salário e melhores condições de trabalho.**

E-mail: feraesp@feraesp.org.br - Fone/Fax: (16) 3322-4861 - 3322-9677

Figura 5: Campanha Salarial 2007. Fonte: FERAESP, 2012.

Podemos perceber aí um conjunto de reivindicações que se articulam não apenas a uma melhor remuneração salarial para os trabalhadores, mas também a uma série de fatores que visam à melhoria das condições de vida e trabalho dos cortadores de cana. Contudo, a batalha por melhores salários é uma luta contínua dos Sindicatos que pouco avançou desde 2007, pois o piso salarial na região de Ribeirão Preto, segundo os sindicalistas entrevistados, mesmo depois do dissídio coletivo, em 2012, encontra-se entre R\$ 580,00 e R\$ 700,00. Se observarmos o salário mínimo nominal em julho de 2012 que é de R\$ 622,00 reais e se observarmos o salário mínimo necessário previsto na Constituição, calculado pelo DIEESE no valor de R\$ 2.519,17 para o mesmo período, veremos que o rendimento dos trabalhadores da cana está muito aquém das condições mínimas e necessárias para a reprodução de sua força de trabalho, de modo a suportar a exploração imposta pelo capital. Eis aí um dos elementos que caracterizam a superexploração do trabalho na produção do agronegócio canavieiro no Brasil.

As dificuldades por reajustes e melhores salários para o trabalhador canavieiro apresentam características estruturais do modo pelo qual se deu historicamente o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. Todavia, estas não são as únicas dificuldades. Somam-se a elas outras características decorrentes também dos conflitos de classes existentes entre capital e trabalho, a partir dos quais os usineiros organizados em entidades patronais sustentam seus interesses em detrimento dos trabalhadores e sindicalistas.

Por exemplo, ao tratar das dificuldades de se negociar reajustes de salário para os trabalhadores em acordos coletivos, um dos Sindicalistas, o Sr. Antônio, afirma que buscam repor a inflação e que já tentaram discutir o repasse do aumento dos preços do açúcar e do álcool para os trabalhadores, mas as empresas nunca vão discutir isso. Porque, em sua opinião, as empresas estão unidas, mas os sindicatos não.

*Assim, eu vou te citar um exemplo: sapateiro! Uma fábrica de sapato tem quantos sindicatos? Um. Se você é a única categoria dentro de uma usina pra negociar a coisa, não seria diferente? Seria. Mas se você tem três entidades, de motoristas, rurais e alimentação, ele se dividiu. A tendência é quem vai ganhar o pário? A empresa, ela é única e negocia com três, se dois assinou, o terceiro pode fazer greve, pode fazer o que quiser, ele não consegue melhorar o que foi feito por esses dois (grifo nosso).<sup>64</sup>*

Outros sindicalistas, ao tratarem da questão salarial, apontaram diversas dificuldades enfrentadas pelos Sindicatos na região de Ribeirão Preto. Uma parece ser estrutural e uma tendência do capital que consiste na monopolização do setor por meio de alguns grupos e conglomerados empresariais na região, como é o caso do grupo Cosan (Raizen) que, na verdade, dá as cartas em toda mesa de negociação sobre os acordos coletivos. O sindicalista da cidade de Dobrada-SP destacou que, como esse grupo detém diversas unidades produtivas na região, em diversas cidades, eles conseguem impor o reajuste que quiserem, pois há dificuldades de organização entre os sindicatos para elaborarem uma proposta de reajuste e piso salarial único em decorrência do poder de influência que as usinas, ligadas a um grupo agroindustrial, têm em suas localidades. Podemos perceber aí que a tendência à concentração de capital no setor sucroalcooleiro, ao mesmo tempo em que cria dificuldades de combate pelos Sindicatos, amplia o poder e o domínio não só econômico desses grandes grupos, mas também permite um maior controle político sobre o trabalho.

Portanto, no interior desses conflitos entre capital e trabalho, no qual os Sindicatos

---

<sup>64</sup> Entrevista realizada em Pontal-SP, em 27 de abril de 2012.

buscam amenizar o sofrimento e a exploração do trabalho, podemos perceber avanços para os trabalhadores, mas a realidade não deixa de ser contraditória. Ao mesmo tempo em que identificamos melhorias em alguns aspectos das condições de trabalho na fala dos trabalhadores e sindicalistas, observamos também – a partir do trabalho de campo e leitura dos autos de infração – que novas formas de precarização do trabalho surgem ao mesmo tempo em que outras permanecem.

Assim, ao entrevistar um auditor fiscal do grupo móvel rural de fiscalização do Ministério do Trabalho, encontramos uma visão bastante apurada acerca das condições de trabalho atuais dos trabalhadores da cana, tanto daqueles que atuam no corte manual quanto daqueles que atuam na colheita mecânica. Se por um lado, para os trabalhadores da colheita manual houve mudanças significativas – como já destacamos anteriormente – por outro, existem frentes de trabalho mecanizadas que se encontram abandonadas. De acordo com o fiscal entrevistado, as frentes de trabalho na colheita mecanizada são menores, mas em geral, são terceirizadas, não recebem os Equipamentos de Proteção Individual adequados, atuam no campo sem infraestrutura que possa garantir sua segurança e saúde, além de realizarem turnos absurdos de 12 horas de trabalho, sem descanso remunerado. O auditor afirma que as empresas alegam não ter operadores de colheitadeira formados e que, portanto, trata-se de uma profissão especializada, o que justificaria para as empresas a terceirização desse serviço.

Outro aspecto que levantamos durante nossa pesquisa qualitativa é que na região de Ribeirão Preto de fato houve uma melhora nas condições de trabalho dos cortadores de cana devido à intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho e atuação dos Sindicatos da região. Apuramos isso quando analisamos os autos de infração da região. Entretanto, observamos condições e relações de trabalho precárias nas frentes de trabalho da colheita mecânica, especialmente naquelas praticadas por fazendeiros e fornecedores de cana.

É importante dizer, contudo, que em outras regiões por onde a expansão canavieira se deu nos últimos anos, a saber, as regiões de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, as condições de vida e relações de trabalho são precárias tanto na colheita manual como na mecânica. Na leitura e análise dos autos de infração e em entrevista com um dos auditores do grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho, apuramos a existência de subcontratação de migrantes por “gatos” e empreiteiros, ampliação da jornada de trabalho sem descanso remunerado, condições de moradia e alojamento precárias, com as quais os empreiteiros lucravam em detrimento dos trabalhadores, descumprimento das normas

regulamentadoras de saúde e segurança, bem como o desrespeito aos direitos trabalhistas: trabalhadores laborando sem registro em carteira, atraso no depósito do FGTS, atraso de salários e férias sem remuneração. Em todas essas situações, a atuação do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho por meio dos fiscais foi muito forte. Em muitos casos a resposta para os trabalhadores foi imediata, tanto no pagamento de benefícios como auxílio à alimentação, regularização do FGTS e férias, bem como nas melhorias das condições de moradia e trabalho, como o fornecimento de EPIs e adequação das casas que abrigavam os trabalhadores canavieiros em, sua maioria, migrantes da região nordeste, Maranhão, Bahia e Paraíba.

Portanto, diante do exposto acima, convém perguntar: quem são os trabalhadores que laboram nessas condições de trabalho? Quais as suas origens? Que razões e motivos os levam a sair de suas terras, deixando seus familiares, para trabalharem na colheita manual da cana?

## **2.5. Migração e trabalho nos canaviais da região de Ribeirão Preto-SP**

A compreensão da migração como fenômeno histórico e como processo social exige a interpretação de uma dupla dimensão que permite responder às questões levantadas anteriormente.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a migração como um fenômeno histórico constitutivo do processo de formação do Brasil, mas que se intensifica tão logo se desenvolvem as contradições inerentes ao capitalismo tardio brasileiro. Assim, ela é resultado da integração dialética entre agricultura e indústria, na medida em que a agricultura cumpre – na lógica do capital – um papel vital na expansão do sistema, seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos para garantir a reprodução dos trabalhadores da indústria nas áreas urbanas (OLIVEIRA, 2006). Nesse sentido, a dinâmica da reprodução ampliada do capital introduz novas relações de produção no campo, tornando viável, por assim dizer, o agronegócio por meio de uma agricultura comercial de larga escala ao mesmo tempo em que cria as condições de formação de um proletariado rural, submetido às determinações nefastas do capital. Por isso, podemos afirmar que a migração como fenômeno histórico e processo social se articula à dinâmica do desenvolvimento industrial e às determinações históricas do regime de acumulação e de mundialização do capital.

Contudo, e em segundo lugar, é preciso considerar que mesmo com a industrialização inaugurando um novo polo dinâmico na vida social e econômica do Brasil durante o período de desenvolvimento do capitalismo tardio, a migração não pode ser vista apenas como a simples consequência direta dessa nova dinâmica assumida pela economia brasileira durante o seu desenvolvimento industrial. Vale destacar aqui a observação de Afrânio Garcia Jr. (1989) de que a relação entre a migração, suas causas e a industrialização não é falsa, mas insuficiente para explicar as motivações e razões pelas quais os indivíduos migram. Em outras palavras, vale dizer que a reprodução ampliada do trabalho assalariado não significa a negação do campesinato. Para Afrânio, o surgimento deste é simultâneo e não antagônico ao crescimento do proletariado urbano-industrial.

Neste contexto, e seguindo na esteira de Garcia Jr. (1989), Klass Woortmann (2009) afirma que “[...] camponeses são, além de produtores de alimentos, também produtores de migrantes”. Ou seja, “[...] a migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução” (WOORTMANN, 2009, p. 217). Assim, migrar pode ser condição para a permanência camponesa. Em outras palavras, trata-se de considerá-la em suas múltiplas determinações, isto é, suas causas e efeitos, que ora determinam a constituição de proletários rurais ora garantem as condições de reprodução da vida camponesa e a relação com a terra e sua produção.

Dessa forma, os autores supracitados nos mostram que as migrações não se resumem à transferência de força de trabalho entre regiões menos desenvolvidas – que são expulsoras – e mais desenvolvidas, onde atuam fatores de atração, ou entre setores arcaicos e modernos, de forma que os agentes sociais aparecem como seres passivos de um processo determinado externamente pela estrutura social, ou pelo processo de acumulação capitalista (SILVA; MENEZES, 2006). Os agentes sociais da migração são sujeitos, isto é: eles não são agentes passivos dos fatores de expulsão ou atração, mas participam ativamente de um processo, que “não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução das suas condições de vida” (SILVA; MENEZES, 2006). Portanto é preciso considerar os trabalhadores migrantes no conjunto de relações sociais nas quais eles são produzidos a partir de processos de violência e expropriação de suas condições materiais de existência. Daí a necessidade de se compreender as condições macro-históricas nas quais essas relações sociais se desenvolveram, sem desconsiderar, portanto, os laços sociais (famílias, amizades, valores, ideologias etc) que

caracterizam a existência e a reprodução desses sujeitos no interior de um determinado espaço social e cultural. Explicando de outra forma, significa desvelar a denominação abstrata de migrante, revelando o conjunto de situações concretas e particulares que definem sua identidade individual e social (SILVA; MENEZES, 2006).

Apesar da migração não ser nosso objetivo principal no presente estudo, durante o trabalho de campo nossa investigação buscou compreender também a trajetória social dos sujeitos entrevistados, levantando as razões que os levaram a deixar suas terras de origem e migrar para a região de Ribeirão Preto em busca de trabalho.

De todos os sujeitos entrevistados, a minoria afirmou que nasceu e foi criado nas cidades da região de Ribeirão Preto desde os tempos do café. Os demais se consideram migrantes, oriundos de diversas regiões do país, isto é, são migrantes do norte do Paraná, do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, da Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba que migraram para São Paulo em busca de trabalho. Todos com residência fixa nas cidades de Sertãozinho, Barrinha, Dobrada, Guariba, Pitangueiras, e Pontal. Alguns, vivendo já há mais de 40 anos, outros há pelo menos 5 anos nessas cidades.

Uma análise do quadro mais geral acerca das razões que levaram esses sujeitos a migrarem para a região de Ribeirão Preto desde o final dos anos 1960, permitiu-nos identificar as crises econômicas de algumas culturas em outros Estados como foi o caso do café no Paraná. Em síntese, percebemos a busca por melhores condições de vida, melhores salários, emprego e também a saída motivada pela perda da terra, ou por condições sociais e adversidades geoclimáticas como a seca, empobrecimento dos solos e a falta de estrutura para a reprodução camponesa.

Quando indagada sobre o que a levou a sair de sua região onde morava, a Sra. Maria nos relata:

*O fracasso. A falta de chuva, a falta de estrutura, sem trabalho. Então meu marido vinha todo ano pra cá na safra e voltava. Todo ano ele vinha, fazia a safra e voltava. E a coisa cada vez mais difícil e eu acabei vindo junto. Junto não. Ele veio, mandou dinheiro e eu vim depois. E aí eu cheguei aqui e comecei o trabalho, a vida da roça. Tentei arrumar serviço na cidade, mas como a gente veio da roça, então eu ficava imaginando: Serviço na cidade? Será que eu consigo?. E quando cê fica com medo, cê não vai, né? E como na roça já era o hábito de trabalhar todo dia, eu preferi a roça. E aí na roça eu tô (grifo nosso).*

É interessante notar que as formas e garantias de reprodução desses sujeitos se

articulam às atividades nas quais estão acostumados a laborar e se reproduzir. Ademais, como a produção camponesa parecia insuficiente para garantir a sua reprodução, a Sra Maria assinala já ter experiência no corte da cana em Turmalina, sua cidade de origem, em Minas Gerais. Antes de iniciar no corte da cana na antiga destilaria Galo Bravo em Sertãozinho em 1999, destaca:

Mas lá eu já cortava cana, porque lá a gente fazia rapadura, fazia cachaça. E naquele serviço você tocava boi e burro, né? Que aqui fala jegue {risos}. A gente fazia esse trabalho. E foi chegando um certo tempo em que a situação lá complicou, né!? Não chove, cê planta não colhe, não produz a coisa. A gente acabou vindo pra cá. Então cortar cana mesmo de profissão, há doze anos eu tô cortando cana aqui em São Paulo, mas lá em Minas, eu com meus filhos mesmo já cortava muita cana.

A entrevista com dona Maria foi uma das mais interessantes e que nos emocionou bastante em virtude de sua alegria e força para continuar lutando. Além de migrar para acompanhar seu marido, já que a saudade era grande, aos 45 anos, mãe de cinco filhos não se abatia com o fato de trabalhar na roça, cuidar da casa e ainda educar os filhos. Durante toda a nossa conversa, percebemos uma mulher sorridente e alegre. Relatou-nos que desde criança, aos sete anos, sempre trabalhou na roça com seus pais e que faria de tudo para criar seus filhos. No entanto, lamentou não ter conseguido concluir os estudos do ensino médio por causa do trabalho e do cansaço que enfrenta todos os dias.

Em outro depoimento, identificamos a dupla dimensão que caracteriza a migração como fenômeno histórico, isto é, ela aparece como situação resultante de condições históricas determinadas pelo desenvolvimento da estrutura social capitalista, mas também como estratégia de reprodução camponesa.

O Sr. Gonzaga, migrante do município de Boa Viagem, Ceará, quando indagado sobre as razões que o levaram a migrar, relatou:

*Todo mundo tem um sonho, e eu vim em busca desse sonho, não é? Infelizmente a gente quando sai do seu Estado de origem pra outro Estado a gente vem com a atitude de arrumar alguma coisa e conseguir mais algo pra família e pra gente poder ir lá com o sonho e se um dia voltar, a gente poder levar uma vida melhor.*

Na sequência, relatando e interpretando – a sua maneira – as razões que levam os trabalhadores a migrarem, afirma:

Nós sabemos hoje, através de pesquisas, que o Estado do Ceará é um Estado que a pobreza lá é muito grande, até porque não tem indústria pra oferecer emprego. Então o pessoal nordestino procura mais a capital de São Paulo e o interior de São Paulo aonde tem várias indústrias e consegue emprego com mais facilidade, principalmente no corte de cana<sup>65</sup>.

Podemos assinalar, a partir desses depoimentos, que a migração como processo social responde às necessidades materiais de sobrevivência, isto é, a busca por emprego e melhores salários que possam garantir a reprodução da força de trabalho, e também às necessidades de ascensão social e projetos de vida (SILVA; MENEZES, 2006). Contudo, ela também pode estar associada aos processos de expulsão dos trabalhadores do campo seguido da dificuldade de obtenção de trabalho e de acesso à terra na própria região quanto às dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores na colocação e nos preços de seus produtos no mercado (NOVAES, 2007a).

A respeito dos processos de expulsão e o conhecimento de suas causas, vale destacar o trabalho da Pastoral do Migrante que acompanha de perto a história e trajetória dos trabalhadores migrantes há décadas. Com esse objetivo, realizamos parte do nosso trabalho de campo junto à Pastoral do Migrante a partir da qual tivemos a oportunidade não apenas de conhecer o seu trabalho histórico em Guariba, mas também sua atuação nas áreas de origem e destino de onde vêm e vão os milhares de trabalhadores migrantes auxiliados pela Pastoral<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Entrevista realizada em Cruz das Posses, Sertãozinho-SP, em 09 de outubro de 2011.

<sup>66</sup> Durante o nosso contato com a Pastoral do Migrante em Guariba, tivemos a oportunidade de acompanhar o trabalho de uma das irmãs que realiza visitas às casas e moradias dos migrantes com a finalidade de evangelizar e apresentar a Pastoral como um centro de apoio ao migrante. As visitas também tem o objetivo de levantar os problemas e dificuldades que os trabalhadores e trabalhadoras enfrentam nos lugares de destino, bem como nas frentes de trabalho do corte de cana. Em uma dessas visitas foi possível observar em três bairros algumas das dificuldades enfrentadas por homens e mulheres migrantes. Em uma das casas da periferia de Guariba encontramos alguns trabalhadores que tinham acabado de chegar do trabalho e encontravam-se com o corpo todo assado devido às queimaduras provocadas pelo excesso de calor e sol, mas também pela vestimenta que usam, pois ao entrarem em contato com o suor do corpo, começam a raspar a pele, provocando assaduras que, além de doer muito, dificultam o trabalho no dia seguinte. Reclamaram da dor e da falta de condições para remediar aquele sofrimento nefasto. Em outras duas casas, localizadas no antigo bairro João de Barro, encontramos mulheres trabalhadoras migrantes na rua, bem em frente de suas casas, amamentando seus filhos. Percebemos que haviam acabado de chegar da roça, porque sequer tinham tirado a roupa suja de carvão e estavam ali interagindo com as outras pessoas da rua ao mesmo tempo em que matavam a saudade de seus filhos. Na mesma rua, mas em outra casa, tivemos acesso ao interior de uma das moradias que, na verdade, tratava-se de um cortiço, com três grupos de migrantes que dividiam duas casas. Em uma delas, não havia cama, nem mesa nem cadeira para sentar. Os trabalhadores dormiam em colchões velhos ou redes instaladas no interior da casa. Percebemos que se tratava de uma casa bem simples, com estrutura precária e pouco confortável. Quando chegamos, por volta das 18h, três trabalhadores estavam jantando o resto da comida que sobrou da roça. Um jantava de cócoras os outros dois jantavam sentados em seus garrafões de água, pois não havia lugar para sentar. Enquanto conversávamos com os migrantes percebemos que a irmã se aproximou de uma jovem mulher que se encontrava em outros cômodos mais ao fundo daquelas moradias e que parecia estar apreensiva. A irmã entrou para um dos cômodos da casa e lá permaneceu por algum tempo, uns 30 minutos, quando saiu, a mulher estava chorando e a irmã, segurando a sua

Com essa finalidade, entrevistamos o Pe. Garcia, coordenador da Pastoral em Guariba, que não nos informou apenas sobre o trabalho da Pastoral, mas nos relatou sua própria trajetória como migrante entre os Estados de São Paulo e Paraná.

Na ocasião da entrevista, Garcia recuperou em sua memória o contexto no qual surgiu a Pastoral e a importância nesse processo do Pe. Braguetto, religioso que atuou juntamente com os trabalhadores canavieiros nos enfrentamentos da Greve de Guariba em 1984 e nos anos seguintes. Ou seja, o trabalho da Pastoral é fruto de relações e tensões sociais numa época em que a articulação e o conhecimento da comunidade era imprescindível para a organização dos trabalhadores. Esse trabalho continuou sendo muito importante após o movimento grevista de 1984 em virtude das consequências negativas daquele levante para a imagem dos migrantes na cidade. Por isso, a Pastoral teve de atuar na desconstrução das formas preconceituosas e discriminatórias com que passaram a ser tratados os que são de fora, sobretudo os migrantes nordestinos. Seguindo nesta lógica, o trabalho atual da Pastoral, de acordo com Garcia, não pode prescindir do conhecimento das regiões de origem dos trabalhadores migrantes. Para ele,

O principal não é trabalhar atrás do prejuízo, ver as consequências, analisar as consequências, trombar com as consequências da migração, mas entendê-la por dentro, entender as causas pra você poder trabalhar com as consequências. É preciso entender as causas. E as causas onde estão? Estão lá nas origens dos migrantes, lá nas comunidades rurais. Lá você vai entender que o problema não é... Como se dizia na época: o problema é a seca. Não é. Vamos perceber, indo lá nas origens, que *o problema não é a seca, é a cerca, é o latifúndio, é a ausência da política pública, é o abandono*. Abandono de populações inteiras no nordeste e no sertão, não é. Quer dizer, o nosso trabalho pastoral se inseriu aí: entender o migrante lá, pra você poder valorizá-lo aqui (*grifo nosso*).

Portanto, a visão sobre os fatores que levam os trabalhadores a migrarem para o corte da cana estão ligados sim às formas de atração dos lugares de destino desses trabalhadores, mas para Garcia eles estão fortemente ligados às condições históricas e sociais de expulsão desses trabalhadores de seus lugares de origem.

---

mão em sinal de apoio. Logo após a nossa saída da casa, a irmã nos relatou que a jovem é mulher de um dos trabalhadores migrantes, que ainda não tinha chegado da roça. Disse que a jovem estava grávida e com depressão, pois não queria estar ali naquele lugar acompanhando o marido. Afirmou que a jovem comentou que não imaginava ser tão difícil viver longe da família e que não sabia o que fazer, pois tinha medo de falar ao marido que não estava se adaptando e queria voltar à sua terra de origem. Essa observação que fizemos, apesar de ter sido uma rápida incursão na realidade das condições de vida dos migrantes, permitiu-nos verificar o drama que vivem muitos trabalhadores que deixam suas terras em busca de trabalho e melhores condições de vida nos canaviais paulistas. Ela nos permitiu analisar, de forma direta, as contradições inerentes às condições sociais e econômicas nas quais estão inseridos milhares de trabalhadores e trabalhadoras que migram atraídas pela ilusão do agronegócio canavieiro.

Então a migração é basicamente resultado, como eu falei no começo [...] *é a cerca, o coronelismo dominador... a cultura da dominação das minorias, a subjugação... o abandono governamental, não é?* E esse abandono governamental, nós percebemos, lá é muito visível nas condições da educação [...] A maioria não tem acesso, e a legislação também é consequência disso. A pessoa sai para poder aprender algo diferente na vida, não é? Sai procurando grandes centros. Depois também a saúde é outro fator que pesou muito nessa fuga, é uma verdadeira fuga, essas revoadas permanentes de migração. *São fatores que pesaram muito nessa realidade e que contribuíram para agravar mais a migração, a migração interna saindo do interior para o mundo urbano* (grifo nosso).

O depoimento desses sujeitos nos permite, portanto, contestar a tese da *migração espontânea* (MORAES et al., 2008), segundo a qual os trabalhadores migram por conta própria como se a decisão de migrar não tivesse múltiplas relações, causas e efeitos tanto para os que vão como para os que ficam. Na verdade, a migração desses trabalhadores é determinada por múltiplos fatores, mediações e condições sociais objetivas e subjetivas historicamente construídas, quer seja pela concentração fundiária que acentua os processos de expulsão desses trabalhadores de suas terras de origem, quer seja por estratégias de sobrevivência e de reprodução da força de trabalho num contexto de disparidades regionais, fomentadas pelas atrações dos lugares de destino, mas que pressupõem a circulação da mercadoria força de trabalho.

As determinações causais desse processo migratório parecem ter se alterado na última década, principalmente no que concerne às mudanças ocorridas nas áreas de destino dos trabalhadores canavieiros, pois durante os anos de 1990 desencadearam-se mudanças importantes na agroindústria canavieira. Especialmente na região de Ribeirão Preto, é possível notar um amplo processo de reestruturação produtiva que alterou não apenas o padrão tecnológico no qual operavam as usinas, mas também as formas de organização e gestão do trabalho no processo produtivo, o que impactou as relações de trabalho na lavoura canavieira e o perfil dos trabalhadores que passaram a ser contratados pelas usinas. De acordo com José Roberto Pereira Novaes,

Nos últimos anos, a realidade do trabalho nos canaviais mudou muito. As usinas passaram a exigir maior produtividade e maior disciplina no trabalho, com a introdução de novos arranjos produtivos e implantação do sistema de corte mecanizado, além de mudanças nas formas de gestão, controle e organização do trabalho agrícola. Essa expansão, que incorporou novas tecnologias, passou a exigir novo perfil de trabalhadores, visando à melhoria

de sua eficiência em suas funções. Assim, o novo padrão tecnológico determinou um novo perfil para os trabalhadores da lavoura canavieira (NOVAES, 2007a, p. 93).

Essas mudanças, que vêm ocorrendo na “composição orgânica do capital” (MARX, 1985) com a combinação e convivência entre dois sistemas de produção, o mecânico e o manual, provocam também alterações no ritmo de trabalho dos canavieiros, o que vem interferindo nas “idas e vindas dos migrantes do século XXI” (NOVAES, 2007a). Na região de Ribeirão Preto, é possível perceber uma nova configuração do trabalho, sobretudo no que se refere às formas de contratação e arregimentação dos trabalhadores. Aí encontramos trabalhadores com contrato por tempo indeterminado com residência fixa; trabalhadores migrantes que ficam por mais uma safra com diferentes tipos de contratos na safra e na entressafra; e trabalhadores migrantes safristas, em geral arregimentados por empreiteiros que prestam serviço às usinas (NOVAES, 2007a, p.96). Muitos trabalhadores da colheita manual também são aproveitados no período da entressafra para atuarem nos tratos culturais e no plantio de cana. Por essa razão, muitos permanecem mais tempo na região de destino, o que vem exigindo novas estratégias em relação à família. Muitos trabalhadores migram com suas famílias, outros levam suas mulheres, mas deixam seus filhos com parentes.

Em pesquisa que buscou identificar as razões que levam os migrantes a permanecerem mais tempo nos locais de destino, Novaes (2007a) resume as justificativas dos trabalhadores entrevistados para tal permanência da seguinte maneira:

[...] para uma parte deles, ficar na época de entressafra é uma estratégia calculada, significa aproveitar a oportunidade para trabalhar em outras atividades da cana ou em outros setores, para outros, ficar é decorrência dos ganhos insuficientes na safra da cana que não permitem acumulação mínima de recursos para melhorar as condições de vida da família que ficou no Nordeste. Para ambos, há objetivos a serem perseguidos, tais como: terminar a construção de uma casa, realizar os seus sonhos de consumo, como a compra de roupas, aparelhos de som, DVD, TV, motos etc (p. 94).

Entretanto, as condições de trabalho às quais se submetem esses trabalhadores para garantirem a satisfação de suas necessidades básicas, mas também os fetiches da mercadoria, são de extrema degradação física, pois o ritmo de trabalho frenético no corte da cana vem se intensificando desde meados dos anos 1980. Atualmente, com a mecanização em estágio avançado, os trabalhadores são obrigados a produzir uma média de cana cortada, definida pela empresa, que muitos trabalhadores não conseguem atingir. Nesse sentido, em função das novas

exigências de produtividade, um novo perfil de trabalhador tem sido buscado pelas usinas.

A busca por força de trabalho capaz de atender as exigências de 10, 12 e até 15 toneladas de cana em um único dia tem sido o objetivo das usinas, porque com o ritmo de trabalho imposto aos trabalhadores, as usinas preferem a contratação de trabalhadores com o seguinte perfil: força física, disciplina no trabalho, habilidade, destreza e disposição. Para tanto, utilizam-se de processos seletivos, isto é, a famosa “*poda*” por meio da qual seleciona os melhores trabalhadores com perfil e características prescritas e exigidas para as atividades no corte da cana, qual seja, atender as metas e médias produtivas definidas pelas usinas. Nessas avaliações a força e a resistência física são critérios eliminatórios. Dessa maneira,

[...] as usinas vão formando grupos de trabalhadores seletos, os super-homens da produção, *os campeões de produtividade*. Quando identificados, são muito valorizados pelas usinas e pelos empreiteiros. Podem ser contratados por tempo indeterminado ou, então, terão emprego garantido nos próximos anos como trabalhadores safristas (NOVAES, 2007a, p. 97).

A consequência inevitável dessas novas formas de gestão da força de trabalho e das novas médias de produtividade para o corte da cana é que a idade e o gênero passam a ter grande importância na seleção dos trabalhadores, ou seja, cada vez mais as usinas optam por contratar trabalhadores jovens, de preferência entre os 18 e 30 anos, homens, assíduos e com maior grau de escolarização (NOVAES, 2007a). São, portanto, trabalhadores bem nutridos, de preferência socializados na agricultura familiar. São alvos dos empreiteiros e chefes de turma porque estes buscam garantir a utilidade e docilidade dos migrantes no corte da cana (MENEZES; SATURNINO, 2007).

As condições físicas desses trabalhadores migrantes são muito bem avaliadas pelas usinas na hora da seleção e contratação, já que o objetivo delas é sugar e extrair ao máximo esses trabalhadores como se fossem *nós* de cana passando pela moenda que lhe extrai o melaço, restando apenas, ao final da moagem, o bagaço. Esse processo de degradação das condições físicas está articulado, por assim dizer, às condições de vida dos trabalhadores, na medida em que a sua reprodução social enquanto força de trabalho encontra limites nas condições precárias de sua existência.

No levantamento que fizemos sobre as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana nos autos de infração lavrados pelos auditores fiscais, percebemos que as condições de moradia, sobretudo nos alojamentos das regiões por onde a cana se expande rapidamente, são

deprimentes. Na região de São José do Rio Preto, mais especificamente nas imediações das fazendas localizadas próxima ao município de Monte Aprazível-SP, o grupo móvel de fiscalização rural do Ministério do Trabalho encontrou condições precárias de segurança e saúde em alojamentos e moradias mantidas por diversos empregadores por intermédio de empreiteiros que atuam na região. Assim, apenas para citar um dos casos a que tivemos acesso, na cidade de José Bonifácio-SP, em três residências localizadas na periferia, os fiscais encontraram um grupo inteiro de migrantes, mais de 40, oriundos da cidade de Codó, no Maranhão, que viviam divididos em três casas. Metade desse grupo era composto por trabalhadores sem familiares e a outra metade de trabalhadores com suas respectivas famílias, incluindo esposa e filhos.

Segundo o relatório dos fiscais,

Desse mesmo grupo, verificamos que três famílias estavam alojadas em duas casas situadas na Av. Augusto Barbosa, fundos. Numa das casas, o número X, fundo, havia dois casais, um deles com uma filha de 4 anos e o outro casal com um filho de 6 anos. A casa que ocupavam era de construção simples e inacabada, com pé direito com cerca de 2 metros e cobertura de telhas cimento amianto. Constava de três cômodos, com cerca de 2x3 metros cada um, sendo uma cozinha, sem mesa ou assentos, que também era utilizada como dormitório por um dos casais, sendo que o colchão era mantido em pé, junto à parede, quando não em uso; uma sala com sofá e janela vedada por papelão; e um dormitório com uma cama e um colchão colocado no chão. Havia um banheiro, com cerca de 1,5 metros quadrados, em más condições de conservação e limpeza, e instalações elétricas inseguras, com fiação solta. *A menos de 10 metros ficava um chiqueiro de porcos e galinheiros. O mau cheiro emanado era intenso e havia uma grande quantidade de moscas que chegavam até a casa* (RELATÓRIO DO GRUPO MÓVEL RURAL, 2011).

Portanto, a forma com a qual muitos trabalhadores migrantes são tratados por empreiteiros, “gatos” e agenciadores do agronegócio canavieiro no Estado de São Paulo é bastante ultrajante. Desta feita, assinalam os auditores em seus relatórios que:

Os trabalhadores entrevistados nas residências mencionadas, todos provenientes da cidade de Codó-MA, referem que o anúncio e convite de trabalho para o empregador GB e outros, foi feito por meio do fiscal da turma 27 da empresa, de nome E. Nos contatos dos trabalhadores com o Sr. E, *este teria prometido o trabalho com registro e alojamento, sendo que o aluguel seria por eles custeado, mas que, quando dividido por todos, o valor seria muito pequeno*. Entretanto, ao serem instalados na casa pelo Sr. E, verificaram que a promessa foi parcialmente cumprida uma vez que na casa de nº X cada trabalhador paga R\$ 120,00 a título de aluguel, e acerca de 3 meses o Sr. E. *tem cobrado também a conta de água e luz que chega a R\$ 150,00 mensais; os*

*valores referentes a essas despesas são recolhidos dos trabalhadores em dinheiro pelo Sr. E, que é quem fica responsável pela quitação dos mesmos junto ao locador e às empresas de água (RELATÓRIO DO GRUPO MÓVEL RURAL, 2011).*

Ora, não é preciso análise para entender que esses trabalhadores estavam sendo enganados com as falsas promessas de ganho fácil e boas condições de moradia e trabalho. Além de residirem em condições deploráveis, indicada pela presença próxima do chiqueiro e o mau cheiro que ele exala, esses trabalhadores estavam sendo lesados em seus rendimentos uma vez que tinham que desprender parte de seus salários para o pagamento de aluguel, água e luz. Há indícios de que esses empreiteiros, em verdade, ou são os proprietários dessas casas, ou possuem relações de parentesco com os donos, o que os permite alugar, de fato, a casa por um valor X, mas cobrar dos trabalhadores um valor X+2. Isso caracteriza a outra face do roubo a que estão submetidos os trabalhadores migrantes, pois a primeira, todos sabem, ocorre com o pagamento por produção.

Aliás, no que tange às condições de moradia e à realidade encontrada pelos fiscais do trabalho há que se dizer que o Ministério do Trabalho está muito aquém de conseguir um trabalho de fiscalização contínua dessas condições. É o que nos alega o fiscal que entrevistamos. Para ele

[...] os problemas de moradia continuam acontecendo em relação às suas casas. Acontecem muitos problemas em relação a isso, a gente percebe que o cara, o empreiteiro, que é um “gato”, ele atrai o cara para vir pra cá e fala: “ó você vai trabalhar na usina X”. O trabalhador vem, esse “gato” já alugou a casa e ele bota os trabalhadores lá de qualquer maneira, normalmente em condições ruins de moradia, e o que é pior, ele ganha em cima do trabalhador. Por exemplo: ele aluga uma casa por quinhentos, ele bota dez caras pra morar e cobra cento e cinquenta de cada um, ele ganha mil e quinhentos dos caras, cobra eletricidade abusiva normalmente quando a gente consegue apurar, depois ele cobra alimentação. Ele abre uma conta num mercadinho pra eles fazerem compras, ele deve ter algum desconto no mercadinho, ele cobra a viagem, as dívidas de volta.

Trazendo essa discussão para a região de Ribeirão Preto, todos os sujeitos que entrevistamos, sindicalistas, o coordenador da Pastoral do Migrante, Pe. Garcia, e o fiscal do trabalho afirmaram que as condições de moradia dos trabalhadores na região melhoraram muito. Afirmaram que houve uma redução significativa no número de alojamentos mantidos por empreiteiros e que isso decorre do processo de mecanização da colheita. Os que ainda existem, são alojamentos oficiais mantidos pelas usinas e fiscalizados tanto pelos sindicatos

quanto pelo Ministério do Trabalho. Porém, a condição razoável desses alojamentos ainda existentes, mesmo mantidos pelas usinas, é resultado de muita luta dos trabalhadores, resistências e denúncia contra as precárias e degradantes condições de vida e moradia. O próprio fiscal entrevistado afirma que os alojamentos feitos na região de Ribeirão Preto “[...] são muito bons, têm conforto, têm limpeza, têm tudo”. Mas destaca que são construídos na zona rural e que mesmo sendo gratuitos, muitos trabalhadores preferem arcar com os custos do aluguel nas periferias das cidades para terem privacidade e ter acesso à vida social, frequentar um barzinho etc.

Portanto, vale ressaltar que, se a moradia de trabalhadores em alojamentos construídos pelas usinas em zonas rurais próximas às unidades produtivas significa pra ela segurança com relação ao transporte, menores custos com o transporte dos trabalhadores entre cidade e campo, controle do absenteísmo dos trabalhadores, posto que estes estão sempre disponíveis para o trabalho (MENEZES, 2002, p. 152), para o trabalhador, ao contrário, significa maior dominação, vigilância e supervisão do seu cotidiano, lazer e vida social. Por essa razão, a maioria dos trabalhadores, ainda que em condições precárias, preferem custear o aluguel de casas em periferias das cidades dormitórios para garantir ao menos a liberdade de ir e vir e, assim, interagir com a sociedade além do canavial.

Neste contexto que envolve a sociabilidade dos trabalhadores migrantes dentro e fora dos canaviais, percebemos, ao longo deste capítulo, que as condições de vida, trabalho e moradia dos trabalhadores vêm passando por algumas mudanças significativas, especialmente no que concerne à área de segurança e saúde do trabalhador a partir da NR 31 e da intensificação da fiscalização. Entretanto, tais mudanças só ocorrem porque elas são resultados da luta de classes, no interior da qual, para amenizar o sofrimento e a exploração do trabalho pelo capital, a classe trabalhadora precisa se organizar, seja por meio de movimentos autônomos e espontâneos como o levante ocorrido no município de Guariba, em 1984, seja por meio do movimento sindical com sua capacidade de mobilização e combate aos anseios de acumulação incessante do capital.

Verificamos também, em termos de condições de vida, que o salário do trabalhador, isto é, aquele que garante a sua reprodução social como assalariado, continua defasado tanto em relação à expansão do setor sucroalcooleiro que nos últimos anos vem acumulando recordes de produção e exportação de açúcar e álcool, quanto ao fato de que, com as novas médias de produtividade estabelecidas pelas usinas durante o processo de reestruturação produtiva, esses

trabalhadores são obrigados a se esforçar muito mais no corte da cana para manterem tanto os mesmos níveis de rendimento, já que recebem por produção, quanto o próprio emprego, sua principal forma de sobrevivência na sociedade regida pelo capital.

É o que veremos no próximo capítulo, cujo objetivo é desvelar os mecanismos da exploração do trabalho e da degradação ambiental provocada pelas engrenagens do “moinho satânico” do agronegócio. Isto é, veremos na sequência que a expansão canavieira, agora liderada pelo capital transnacional, tem provocado consequências nefastas que atingem não só o meio ambiente, ora transformado em grandes canaviais que devastam a flora e fauna brasileiras, mas que também degrada as condições físicas e sociais do trabalhador, na medida em que tanto pela lógica do pagamento por produção, como pelas relações sociais de produção, fraudes e roubos, veem suas condições de vida subjugadas à superexploração do trabalho, impelida pelo ritmo frenético-triturador do “moinho satânico” do capital, em uma de suas versões mais destrutivas, o agronegócio canavieiro.

### CAPÍTULO 3

## O MOINHO SATÂNICO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

### 3.1. Degradação ambiental e expansão do agronegócio canavieiro

Defendida pela grande mídia e pelo próprio governo brasileiro, como o setor mais dinâmico e eficiente da economia brasileira nos últimos anos, a ponto de seus representantes e proprietários serem definidos como os verdadeiros “*heróis nacionais*”, a agroindústria canavieira é atualmente a expressão mais contraditória acerca da ideia de desenvolvimento sustentável.

Em consequência da recente crise energética do petróleo – fruto da degradação ambiental e do sociometabolismo destrutivo do capital, inerente ao que Porto-Gonçalves (2006) denominou de a “*fase fossilista do capitalismo*” – o setor sucroalcooleiro ressurgiu no cenário nacional e internacional com grande força e um discurso apologético de alternativa energética àquela “*fase fossilista*”. Porém, *supostamente* não mais como representante do atraso econômico e social a que outrora esteve associado, mas como modelo atualíssimo de desenvolvimento sustentável, no interior do qual seus líderes e representantes figuram como protagonistas de uma nova era energética, a era dos agrocombustíveis.

Não obstante o cenário econômico ser de grande vantagem para a recente expansão da agroindústria canavieira, em que pese o fato de que o Brasil reúne boas condições tecnológicas, territoriais, climáticas, econômicas e naturais para a produção extensiva de cana, não podemos afirmar que a panaceia dos agrocombustíveis, notadamente a cana-de-açúcar seja sinônimo de modernidade ou modelo de desenvolvimento econômico e sustentável. Pois, como já afirmamos anteriormente, a agroindústria canavieira reproduz, em escala ampliada, as contradições, mazelas e consequências inerentes à lógica de expansão e acumulação do capital – que intensificam a nossa “*vocação agrícola*” –, geralmente ocultadas por representantes, ideólogos e empresários do setor. Em outras palavras, ela reproduz uma nova fase do colonialismo e da moderna-colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2006) em que o mundo se torna cada vez mais interdependente, sob a ordem da mundialização do capital, baseada num sistema de relações hierárquicas de poder que intensificam o processo de valorização do

capital.

É nesse contexto, portanto, que os agrocombustíveis em geral e o etanol em particular são considerados uma alternativa de combustível vegetal, renovável e limpo, que pode ser obtido a partir da energia solar por meio da fotossíntese das plantas. O pano de fundo dessa consideração se deve, por um lado, de acordo com seus defensores, ao fato de que o etanol pode mitigar a crescente crise energética, provocada pelo aumento dos preços do barril de petróleo e, por outro, diminuir a emissão dos GEE (Gases de Efeito Estufa), contribuindo para enfrentar a problemática do aquecimento global. Contudo, as condições nas quais sua produção se desenvolve são a expressão de um modelo histórico, essencialmente destrutivo, exploratório e amplamente marcado pela degradação não só da paisagem ambiental, transformada pelo “*verde monocromático*” da cana-de-açúcar, mas também da situação social de milhares de trabalhadores canavieiros e operários metalúrgicos que atuam na cadeia produtiva do referido setor.

Dessa maneira, a expansão atual do novo ciclo canavieiro no Brasil voltada para o atendimento das demandas energéticas de países como EUA, Alemanha e Japão impõe um alto custo ambiental gerado pela lógica destrutiva de ocupação e exploração do território e dos recursos naturais, colocando em risco alguns dos principais biomas constitutivo da nossa biodiversidade. É o caso, por exemplo, de algumas regiões brasileiras especialmente a região Centro-Oeste, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, onde se localizam biomas com prioridade de preservação: trata-se do Cerrado e do Pantanal<sup>67</sup>. Essas áreas possuem características geográficas favoráveis devido à declividade baixa do solo e a presença de atividades econômicas como a agropecuária, o que explica as condições técnicas adequadas à expansão canavieira pelo planalto central. Em outras palavras, a ocupação dessa região pela cana se traduz na transformação degradante da paisagem natural do Cerrado, um dos mais importantes biomas para o equilíbrio entre os ecossistemas brasileiros, podendo acarretar impactos e efeitos irreversíveis de médio e longo prazo sobre outros biomas.

Portanto, com base no que se pode observar acerca da ocupação territorial da região Centro-Oeste isto é, sua transformação num extenso “*mar de cana*”, não há como negar que se

---

<sup>67</sup> A esse respeito, vale assinalar, conforme Fuser (2007), que o Cerrado mantinha, em 1985, cerca de 75% de sua vegetação original, mas nas duas décadas seguintes o avanço do agronegócio provocou uma devastação implacável, a tal ponto que, em 2004, restavam apenas 43%. Essa lógica é tão perversa que num primeiro momento ela foi marcada por forte concentração da propriedade num processo de monopolização. Agora, a recente expansão tem como característica principal a exigência de terras de boa qualidade, pois sua lógica está voltada, como em qualquer lugar do planeta, para o retorno rápido do capital, com um mínimo de riscos (FUSER, 2007).

trata de uma imposição de relações destrutivas do território brasileiro para garantir a reprodução ampliada do agronegócio mundial. Nesse sentido, tal imposição da monocultura e do latifúndio se traduz, por um lado, como continuidade histórica de um modelo destrutivo e desigual de desenvolvimento econômico, e por outro, como base de sustentação da moderna agricultura capitalista voltada exclusivamente para a exportação. Dessa forma, verificamos, de acordo com Porto-Gonçalves (2006) que a monocultura revela, desde o início, que é uma prática que não visa a satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que produzem.

A monocultura é uma técnica que em si mesma traz uma dimensão política, na medida em que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz. Só um raciocínio logicamente absurdo de um ponto de vista ambiental, mas que se tornou natural admite fazer a cultura de uma só coisa. A história só faz comprovar por meio da geografia o absurdo da ideia de se fazer monoculturas, seja por meio das crises econômicas e sociais derivadas de se estar mono especializado e, assim vulnerável às oscilações de mercado, seja pela fragilidade dos agroecossistemas, exatamente por serem geneticamente simplificados. Vê-se que métodos racionais podem sustentar objetivos loucos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.29).

Ao que tudo indica, principalmente por causa das características<sup>68</sup> do agronegócio canavieiro, isto é, do seu desenvolvimento histórico que se deu fundamentalmente a partir de uma monocultura extensiva e concentradora (em termos fundiários, econômicos, sociais e políticos), aspectos como a erosão e a compactação do solo, contaminação por uso de agrotóxicos e fertilizantes, degradação da paisagem, redução da biodiversidade, entre tantos outros aspectos destrutivos do meio ambiente, são intrínsecos à dinâmica do agronegócio canavieiro por onde quer que ele se expanda.

No que tange a esses impactos ambientais, podemos apontar alguns fatores como consequências nefastas desse modelo de desenvolvimento econômico fundado na expansão do agronegócio canavieiro e na lógica destrutiva da expansão capitalista. Dentre eles, destacam-se

1) a poluição dos recursos hídricos com agrotóxicos e resíduos (vinhaça) derivados do processo produtivo e que são utilizados como fertilizantes, mas que em intensa concentração no solo podem atingir os lençóis freáticos, contaminando mananciais de água subterrânea, como é

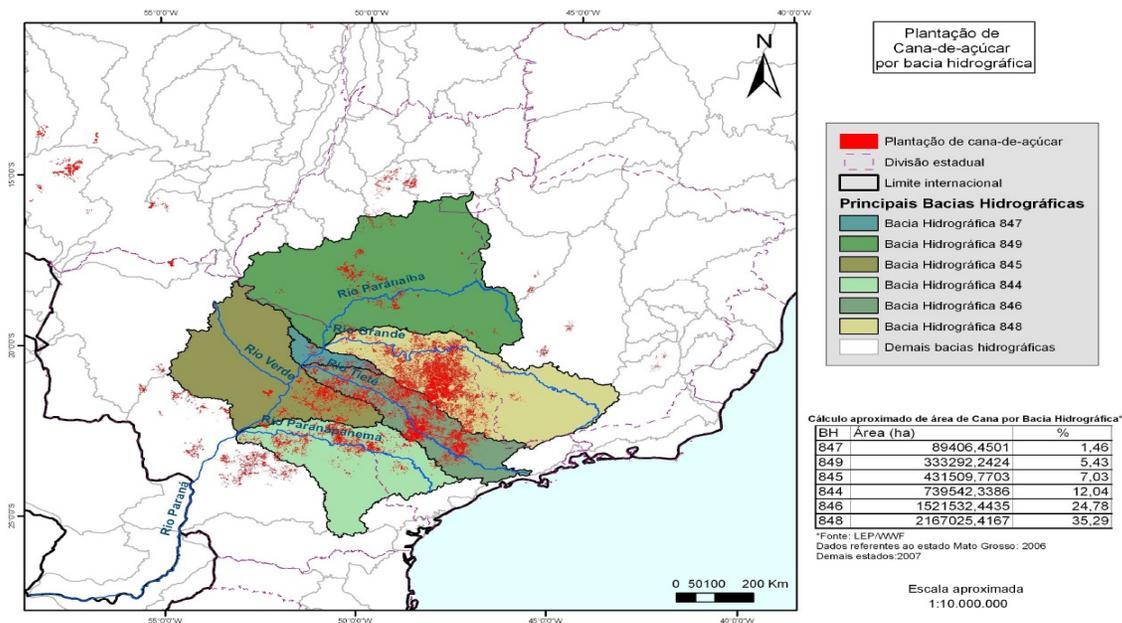
---

<sup>68</sup> Uma das características intrínsecas à cultura da cana é a perenidade da sua implantação industrial, “pois já que possui altos custos de instalação e manutenção, induz uma consolidação a longo prazo de impactos sociais, econômicos e ambientais dificilmente reversíveis na medida em que seu funcionamento exige uma oferta constante e em larga escala da matéria-prima cana-de-açúcar, dentro de um extenso raio em torno da unidade industrial” [...] Em suma, “a expansão da cultura canavieira apresenta um caráter mais agressivo de hegemonização territorial e é de muito menor reversibilidade depois de instalada” (SZMRECSANYI; RAMOS, 2008, p.99).

o risco que corre a região de Ribeirão Preto-SP, local de recarga do *Aquífero Guarani*; para se ter uma ideia, a disponibilidade da vinhaça decorrente dos processos de fermentação e destilação do álcool é proporcional à escala de sua produção, sendo que, para cada litro de álcool são derivados 12 litros de vinhaça. Ou seja, se o Brasil produziu em 2011 uma média de 28 bilhões de litros de álcool, 336 bilhões são de vinhaça que podem ser despejados em rios e lagos ou utilizados na fertirrigação. Assim, lançada nos meios hídricos, a vinhaça é de alta nocividade aos animais aquáticos, como sapos, peixes e crustáceos; ela mata a microflora, a microfauna e as plantas aquáticas submersas e flutuantes; apresenta ainda problemas de insalubridade como mau cheiro, devido à formação de gases, decorrentes da composição anaeróbica, que podem apresentar características de toxicidade; confere à água gosto, turbidez e cor; agrava o problema da malária por aumento da quantidade de pernilongos e favorece o aparecimento de endemias, como amebíase e a esquistossomose, quando lançada nas águas de rios e lagos (SZMRECSANYI; RAMOS, 2008, p. 119);

Aliás, a propósito da poluição dos recursos hídricos subterrâneos e/ou superficiais vale destacar que, estrategicamente, o setor sucroalcooleiro se desenvolve próximo às regiões por onde há abundância de água que possa ser captada para o sistema industrial da produção canavieira. Desse modo, sua localização geográfica se encaixa perfeitamente no mapa das principais bacias hidrográficas brasileiras, se considerarmos, por exemplo, o lugar das principais usinas de açúcar e álcool da região Centro-Sul.

**Figura 6:** Mapa das Áreas cultivadas com cana-de-açúcar nas principais bacias hidrográficas dos afluentes do Rio Paraná



**Fonte:** INPE e LEP (WWF-Brasil)

No caso da região de Ribeirão Preto, principal produtora de cana-de-açúcar do Brasil, estudos (GONÇALVES, 2005; RODRIGUES, 2004) apontam que a cana-de-açúcar ocupa de forma efetiva áreas de duas importantes bacias hidrográficas que banham a região, a Bacia Hidrográfica do Rio Moji-Guaçu e do Rio Pardo. De acordo com Gonçalves (2005) estima-se que cerca de 50% da produção agrícola e industrial do agronegócio canavieiro estejam assentadas na Bacia do Rio Moji-Guaçu, atravessando, por assim dizer, grande parte das microrregiões produtoras, isto é, as regiões de Campinas e Ribeirão Preto. Assim, segundo o autor, se tomarmos a delimitação geográfica da fração paulista da Bacia Hidrográfica estendida do Rio Moji-Guaçu com seus 1.584.612 ha agricultáveis, “veremos que hoje a cana-de-açúcar ocupa 629.929 ha, aproximadamente 40% da área”, na qual, além da ocupação agrícola, encontram-se instaladas também 28 usinas e destilarias (GONÇALVES, 2005, p. 68).

Em outro estudo semelhante ao de Gonçalves (2005), Isabel Cristina Rodrigues (2004) aponta, inclusive, que o aumento progressivo do cultivo da cana-de-açúcar nas áreas da Bacia do Rio Moji-Guaçu levou, em muitas regiões, à destruição da vegetação nativa e posteriormente a diminuição das reservas legais por meio de incêndios florestais, ocasionando um comprometimento dos recursos hídricos de diversas regiões. Segundo a autora, o desmatamento nas imediações das nascentes, a destruição da mata ciliar, a falta de controle com

relação à erosão do solo e assoreamento dos cursos d' água, além da disposição descontrolada no solo da vinhaça através da fertirrigação, comprometem a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos (2004, p.21).

Diante disso, podemos assinalar que, historicamente, a monocultura seja do café, seja da cana, gerou efeitos devastadores para o meio ambiente na região de Ribeirão Preto. Neste caso, em particular, a fragmentação florestal foi um fenômeno marcante, iniciado com a abertura das fronteiras agrícolas desde o século XIX, mas que se acelerou ao longo do século XX e continua até hoje. Segundo Isabel C. Rodrigues (2004), as áreas de APPs (proteção ambiental), que compreendem o conjunto das matas ciliares, matas de encostas, cabeceiras de rios e nascentes definidas pelo código florestal brasileiro, “foram extremamente devastadas pela expansão dos canaviais” (p.160).

2) poluição do ar com a emissão de partículas de CO<sub>2</sub> e ozônio, que em grande concentração a uma baixa altitude na atmosfera pode causar danos à saúde humana<sup>69</sup>;

3) e, por fim, o fato de que, além de causar a substituição de culturas produtivas, a expansão da cana pode provocar a redução das áreas de preservação, com redução das áreas de mata nativa<sup>70</sup> decorrentes também do deslocamento de culturas produtivas, impactando direta e indiretamente áreas circunvizinhas e áreas mais longínquas, como é o caso do desmatamento da Amazônia realizado pelos pecuaristas para a criação de gado, que se deslocou, em grande medida nos últimos anos, em razão da ocupação das terras na região centro-oeste pelo novo ciclo expansionista da cana-de-açúcar.

Ademais, uma decorrência desta expansão para as áreas onde sua produção se desenvolve é a intensificação de alguns problemas ambientais, como a periódica destruição e degradação de ecossistemas inteiros, por meio da prática habitual das queimadas. Segundo Tamás Szmrecsányi,

---

<sup>69</sup> A respeito dessa problemática que envolve as contradições da produção de etanol no Brasil ver reportagem especial, *Dossiê do Etanol*, da **Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente**, Ano XVI, Nº 43 – Jul/Set de 2007.

<sup>70</sup> O caso que mais chama a atenção é a ameaça que sofre o Pantanal e as áreas de Cerrado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nessas regiões onde se localiza a maior parte do Pantanal brasileiro já existem 14 usinas de açúcar e álcool, segundo os dados da ONG WWF-Brasil (Análise da expansão do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil) – Disponível em: ([www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br)). Há uma estimativa que nos próximos 10 anos, esse número suba para 28 usinas, gerando diversos problemas ambientais. A grande preocupação, entre outras, é que, além da dificuldade dos órgãos estatais fiscalizarem o setor – caso a expansão ocorra de maneira abrupta, surge também a questão referente à interligação do bioma com outros de seu entorno. O Pantanal, longe de se constituir um sistema isolado, guarda uma forte relação de interdependência com os demais biomas que o cercam, e sua pujança vital, sua sobrevivência, depende da conservação dos demais biomas locais.

[...] as queimadas provocam periodicamente a destruição e degradação de ecossistemas inteiros, tanto dentro como junto às lavouras canavieiras, além de dar origem a uma intensa poluição atmosférica, prejudicial à saúde, e que afeta não apenas as áreas rurais adjacentes, mas também os centros urbanos mais próximos (SZMRECSÁNYI, 1994, p.73).

Cabe assinalar ainda, que, além de sua ação biocida em relação à fauna, à flora e aos micro-organismos, as queimadas provocam um aumento da temperatura do solo, bem como a perda considerável de seus nutrientes, demonstrando, portanto, os limites ambientais dessa prática agrícola amplamente destrutiva.

No que tange a emissão de CO<sub>2</sub> causada pelas queimadas, muitos defendem que o próprio desenvolvimento e crescimento do canavial ameniza essa emissão, visto que a cana é consumidora de CO<sub>2</sub> e geradora de O<sub>2</sub>, porque realiza a fotossíntese. No entanto, não se pode dizer o mesmo em relação ao Ozônio (O<sub>3</sub>), um gás poluente que também é formado a partir de reações fotoquímicas e que, além de não dispersar facilmente, em grande concentração na atmosfera prejudica o crescimento das plantas e o sistema respiratório dos seres vivos em geral (SZMRECSÁNYI, 1994).

A reação em cadeia, no meio ambiente, provocada pela cultura da cana e pela lógica expansionista do capital agroindustrial não cessa, pois ela provoca danos tanto à paisagem, como a biodiversidade e o clima. Há estudos que demonstram, por exemplo, na região de Ribeirão Preto, alterações nos regimes térmicos e hídricos em escala local no período de 1969-2001, ou seja, uma tendência de brusca redução na precipitação (GALINA, apud SZMRECSANYI; RAMOS, 2008). As causas dessas alterações podem estar associadas às interferências antropogênicas, dentre as quais se destacam, por exemplo, a intensificação da urbanização e a degradação da paisagem natural, por meio da agricultura predatória canavieira que suprimiu a maior parte da cobertura florestal, conforme podemos perceber no quadro abaixo da Figura 2 que demonstra a distribuição da cobertura vegetal ainda existente nos principais municípios canavieiros que integram a região de Ribeirão Preto.

**Tabela2: Principais Municípios Canavieiros-SP**

	<b>Município</b>	<b>UGRHI</b>	<b>Moagem (t)</b>	<b>Território (ha)</b>	<b>Área de Cana (ha)</b>	<b>% de Cana</b>	<b>Vegetação Nativa (ha)</b>	<b>% Vegetação Nativa</b>
<b>1°</b>	<b>Sertãozinho</b>	09	11.744.419	40.500	29.078	71,80	<b>941,0</b>	<b>2,32</b>
<b>2°</b>	<b>Guaira</b>	08	8.671.783	124.100	41.734	33,63	<b>6.934,0</b>	<b>5,59</b>
<b>3°</b>	<b>Morro Agudo</b>	12	8.100.240	137.200	105.529	76,92	<b>7.537,0</b>	<b>5,49</b>
<b>4°</b>	<b>Ariranha</b>	15	8.325.111	13.200	9.502	71,98	<b>287,0</b>	<b>2,17</b>
<b>5°</b>	<b>Pontal</b>	09	8.254.108	38.000	28.718	75,57	<b>797,0</b>	<b>2,78</b>
<b>6°</b>	<b>Barra Bonita</b>	13	7.018.366	14.200	10.101	71,13	<b>118,0</b>	<b>1,17</b>
<b>7°</b>	<b>Pitangueiras</b>	09	6.769.690	44.000	32.863	74,69	<b>717,0</b>	<b>1,63</b>
<b>8°</b>	<b>Pradópolis</b>	09	6.735.073	17.000	10.648	62,64	<b>163,0</b>	<b>0,96</b>
<b>9°</b>	<b>Serrana</b>	04	5.480.873	12.800	8.091	63,21	<b>554,0</b>	<b>4,33</b>
<b>10°</b>	<b>Catanduva</b>	15	5.445.281	29.300	15.129	51,63	<b>433,0</b>	<b>1,48</b>

Fonte: ÚNICA, SEADE, SISFLOR e CANASAT

Portanto, não são poucos os prejuízos e danos ambientais que compõem a produção agroindustrial canavieira. Além da poluição provocada pela queima da cana antes do corte, causando a morte de diversas espécies de animais, como cobras, tatus, lagartos, capivaras, lobos, seriemas, onças, dentre outros, que habitam essas áreas ou que se encontram em extinção, a queima do bagaço para a geração de energia durante o processo de fabricação do açúcar e etanol gera o material particulado (MP), isto é, monóxido e dióxido de carbono e óxido nitrogênio, toxinas residuais de cinzas, fuligens e outros materiais que são inalados tanto pelos trabalhadores canavieiros durante o corte manual da cana, quanto pelos moradores das áreas urbanas, cercadas pelo “*mar de cana*”. A respiração dessas toxinas, ao penetrarem nos pulmões gera uma diminuição da capacidade respiratória<sup>71</sup> (SILVA, 2008a, p. 12).

Os prejuízos para a natureza e para os trabalhadores não cessam diante da expansão canavieira. As consequências nefastas dessa expansão degradante causam danos não apenas ao meio ambiente, mas também afeta indelevelmente a saúde e vida dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras que atuam no setor, sobretudo aqueles que trabalham com a colheita manual da cana.

Submetidos a uma jornada de trabalho extenuante de 12 a 14 horas de trabalho, os cortadores de cana, especialmente os migrantes, trabalhadores temporários que se deslocam de suas terras de origem, principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil, para trabalhar no corte da cana nas usinas de açúcar e álcool do interior do Estado de São Paulo, sobretudo na região de Ribeirão Preto-SP, são obrigados a cortar diariamente uma média de 10 a 12 toneladas de cana, para se manterem empregados, o que os leva a um esforço extenuante, podendo colocar em risco sua própria vida. Essa situação imposta a milhares de trabalhadores migrantes de algumas regiões do Nordeste brasileiro, que deixam as famílias no lugar de origem para trabalhar em diversas culturas do agronegócio, especialmente a da cana, é degradante, conforme já assinalamos anteriormente.

A migração desses trabalhadores (homens jovens) é forçada pelo objetivo de ganhar dinheiro para sustentar as famílias que ficaram distantes. As razões que explicam sua migração são inúmeras, porém, vale destacar, mais uma vez, que um dos fatores decisivos se deve à expulsão desses trabalhadores, quando as condições de reprodução social e econômica no local

---

<sup>71</sup> Alguns estudos (HESS, 2009) demonstram que as queimadas de biomassa resultam na formação de substâncias potencialmente tóxicas, tais como monóxido de carbono, amônia e metano. Dentre as substâncias presentes nos materiais particulados finos liberados durante a queima de biomassa (vegetação), os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs) são os mais danosos à saúde, apresentando atividades mutagênicas, carcinogênicas e como desregulamentares do sistema endócrino.

de origem encontram-se comprometidas. Nesse sentido, Francisco Alves, assinala que no Maranhão e no Piauí o processo de expulsão é ocasionado pela “impossibilidade de os trabalhadores conseguirem boas terras para o plantio de subsistência e pela impossibilidade de acesso a outras formas de renda, por meio da venda de sua força de trabalho” (ALVES, 2007, p. 47). Em outras palavras, o que leva esses trabalhadores a deixarem a terra de origem e se submeterem a uma viagem difícil, a um trabalho penoso e degradante, deixando família (mulheres e filhos) é a falta de trabalho, além do que, podemos acrescentar, a falsa ideia do consumo de mercadorias (isto é, o sonho da motocicleta do jovem migrante) como realização dos desejos e da felicidade impossível sob o conjunto das relações sociais imperantes na sociedade regida pelo capital.

Assim, ao chegar a São Paulo, lugar de destino de parte dos migrantes que vem para o corte da cana, a situação dos trabalhadores, nas usinas e fazendas paulistas, é de sujeição por dívida e de imobilização, coerção física e moral, além das exigências em torno da alta produtividade. Em outras palavras, significa dizer que essas formas arcaicas de relações de trabalho ainda persistem, sendo elas recriadas como parte integrante do processo de reprodução ampliada do capital (MARTINS, 1995), no seio de um setor considerado, atualmente, o modelo sustentável de desenvolvimento econômico.

Os efeitos deletérios tanto das condições de trabalho como das relações desenvolvidas no interior do agronegócio canavieiro têm provocado mortes e adoecimento dos trabalhadores. As 21 mortes denunciadas ao Ministério Público do Trabalho pela Pastoral do Migrante foram supostamente provocadas pelo excesso de esforço, isto é, uma verdadeira “*overdose de trabalho*”, denominada “*birola*” pelos trabalhadores. Assim, além das condições alimentares insuficientes – causadas pelos baixos salários, do calor excessivo, do elevado consumo de energia, em virtude de ser um trabalho extremamente extenuante –, a imposição da média, ou seja, da quantidade diária de cana cortada, cada vez mais crescente, “[...] tem sido o definidor do aumento da produtividade do trabalho, principalmente a partir da década de 1990, quando as máquinas colhedeiras de cana passaram a ser empregadas em número crescente” (SILVA, 2006, p. 15).

As condições de trabalho e produção, além de provocarem mortes devido ao excesso de esforço no desempenho do trabalho, provocam também o adoecimento de muitos trabalhadores que são acometidos por LER/DORTS (Lesões por Esforços Repetitivos e Doenças Osteomusculares), câncer provocado pelo uso de veneno, doenças respiratórias

alérgicas provocadas pela fuligem da cana que, aliadas a inexistência de recursos financeiros, conduzem o sujeito a uma morte física e social (SILVA, 2006), já que, lesionado e acometido por alguma doença, pode ser excluído do mercado de trabalho ao ficar inapto a qualquer outra atividade que lhe garanta condições mínimas de sobrevivência.

Segundo algumas pesquisas (ALVES, 2007; NOVAES, 2007; SILVA, 2008), há a hipótese de que um dos fatores determinantes desses efeitos deletérios produzidos pelo corte da cana sobre a vida e corpo do trabalhador é a forma de pagamento por produção, que aliada às condições degradantes de vida e trabalho e às novas exigências de produtividades das usinas tem provocado mortes, mutilação e degradação do trabalhador canavieiro. Podemos dizer, com isso, que a imposição do pagamento por produção implica em maior controle sobre o tempo de trabalho do cortador de cana e maior disciplina de seu corpo para uma atividade que se exige, em função de uma tendência da mecanização, uma maior produtividade. De acordo com E.P.Thompson, significa usar e gastar o tempo da força de trabalho e cuidar para que não seja desperdiçado (THOMPSON, 1998). É o que verificamos quando analisamos, especificamente, o próprio processo de trabalho de corte manual da cana. Este, segundo Alves (2007), consiste num processo que não se limita ao exercício da atividade de cortar cana, retirá-la do chão, usando um instrumento de corte, o facão ou podão. O trabalho no corte de cana envolve, além da atividade do corte de base, um conjunto de outras atividades, isto é, limpeza da cana, transporte e arrumação da cana, que não são remuneradas (ALVES, 2007, p. 31).

Essas atividades interferem, portanto, no próprio rendimento e capacidade de produção do trabalhador, pois são essas novas exigências das usinas que aumentam e intensificam o ritmo de trabalho, o que significa um maior dispêndio de força física, que se não reposta de maneira adequada, poderá acarretar perda de capacidade do trabalho, comprometimento da saúde do trabalhador, ou até mesmo levar à morte por exaustão física.

É evidente, portanto, que o aumento da produtividade<sup>72</sup> do corte da cana nos últimos anos pode ser levantado como um dos fatores responsáveis por essa superexploração do trabalho que tem provocado morte e adoecimento. Para se ter uma ideia da expansão da produção canavieira nos últimos anos, na década de 1980, a média (produtividade) exigida pelas usinas era de 5 a 8 toneladas de cana cortada por dia; em 1990 aumentou para 8 a 9; de 2000 a 2004 foi para 10 toneladas; e a partir de 2004 passou de 10 a 12 e 15 toneladas de cana

---

<sup>72</sup> Uma das razões levantadas por pesquisadores da área destaca que as mortes e doenças causadas pelo esgotamento físico dos trabalhadores canavieiros estão ligadas à lógica do ganho ou pagamento por produtividade, isto é, por tonelada cortada pelo trabalhador. Sobre essa questão ver Francisco Alves (2006).

cortada por dia (ALVES, 2008; SILVA, 2008a). Não é por acaso que muitos trabalhadores reclamam de dores e câimbras no corpo, pois são obrigados a cumprir a média de 10 ou 12 toneladas/dia, o que se torna condicional para a sua contratação na próxima safra, já que ficam na mira dos fiscais da usina. Além da média de produção que têm de cumprir para garantir o emprego na próxima safra, são impulsionados a se desgastar no corte da cana, porque sua condição social e econômica de migrante permanentemente temporário o exige. É o que relata um trabalhador em depoimento à Pastoral do Migrante de Guariba, quando afirma:

No sábado cortei cana pensando no dinheiro que preciso ganhar para pagar minhas contas de aluguel, mercado e para enviar pra minha família no Maranhão. Preciso chegar nos quinhentos reais por quinzena. Trabalhei tão pesado que quando cheguei em casa fui direto pra cama, não fiz janta e nem comi nada<sup>73</sup>

Outros ainda destacam a situação degradante que enfrentam cotidianamente:

Eu nunca tive sinusite e agora cortando cana e respirando direto essa fuligem da cana é que peguei essa doença. Tenho fortes dores de cabeça e às vezes sinto falta de ar<sup>74</sup>.

Este é o terceiro ano que corto cana e percebo que já não me sinto tão disposto para o trabalho. Esses dias tenho sentido muita fraqueza, transpiro muito e parece que nada me fortifica. Não sei se aguentarei até o final da safra<sup>75</sup>.

Assim, diante dessas condições de trabalho que, além de colocar em risco a integridade física dos trabalhadores visto que estão submetidos aos acidentes típicos como mutilações e ferimentos causados por corte de facão e podão (BOAS; DIAS, 2009), eles também estão suscetíveis à hipertermia, pois o cortador de cana faz um exercício intenso e prolongado exposto às baixas umidades, altas temperaturas, sem adequada hidratação, péssima transpiração por conta das vestimentas pesadas<sup>76</sup>. A situação ainda é agravada pelo estímulo

---

<sup>73</sup> FACIOLI, I. et al. Vozes do eito. Guariba: Eco das Letras, 2009.

<sup>74</sup> *Op. cit.* p.19

<sup>75</sup> *Op. cit.* p.21

<sup>76</sup> A vestimenta utilizada pelos trabalhadores, durante o corte de cana ao ar livre, sob o sol, é composta de botas com biqueira de ferro, calças de brim, perneiras de couro até o joelho contendo três barras de ferro frontais, camisa de manga comprida, chapéu, lenço no rosto e pescoço, óculos e luvas de raspa de couro (ALVES, 2008). Portando toda essa vestimenta, os equipamentos (um facão, ou podão de metal com lâmina de meio metro de comprimento, mais uma lima – instrumento para afiar o facão), os trabalhadores parecem, na verdade, samurais preparados para uma guerra pela sobrevivência.

ocasionado pelo pagamento por produção de cana cortada por dia. Segundo um grupo de pesquisadores (LAAT; et al., 2009), com o desgaste físico dos cortadores de cana e os impactos dessas condições de trabalho: surgem inicialmente sede, fadiga e câimbras intensas, na sequência o mecanismo termorregulador corporal começa a entrar em falência e surgem sinais como náuseas, vômitos, irritabilidade, confusão mental, falta de coordenação motora, delírio e desmaio.

A propósito do desgaste físico provocado pelo corte manual da cana, alguns trabalhadores denunciam os efeitos deletérios dessa atividade sobre sua saúde.

Esses dias de muita seca e calor, a gente escarra pó preto toda hora [...] Sofri um acidente no dedo indicador da mão esquerda com o podão. Isto foi na parte da tarde em que eu já me sentia bem cansado e não estava aguentando de calor. Tive que fazer cirurgia para colar o tendão e agora não sei se terei condições de voltar a cortar cana e terminar a safra.<sup>77</sup>

Já na primeira semana de safra vi um companheiro ficar estirado no chão por causa de câimbras. Tive vontade de chorar, ele ficou paralisado<sup>78</sup>.

É dessa perspectiva de adoecimento e degradação social do trabalhador que se pode olhar o desenvolvimento econômico, notadamente o setor sucroalcooleiro, defendido como modelo limpo e sustentável. Podemos verificar a situação de milhares de trabalhadores submetidos ao “*moinho satânico*” (POLANYI, 2000) do capital, que reduz seu tempo de vida útil no corte de cana abaixo dos escravos que atuavam na mesma atividade no final do século XIX, de 15 anos para 12 anos (BOAS; DIAS, 2009). Com um piso salarial de R\$ 410,00 e cortando uma média de 10 toneladas, o salário de um cortador de cana hoje pode chegar a R\$ 800,00 reais, mas quando perde o emprego por não atingir a meta de produtividade exigida pelas usinas, resta-lhe integrar as fileiras de trabalhadores itinerantes. Como não tem dinheiro para voltar para sua casa e família, reintegra o ciclo vicioso do capital, de exploração do trabalho temporário e precário.

Desse modo, o novo ciclo de expansão do agronegócio canavieiro reforça a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, articulando o arcaico e o moderno não só a partir da superexploração dos trabalhadores, mas na medida em que ocupa extensas áreas de terras que poderiam ser utilizadas para o cultivo de alimentos, intensifica uma realidade trágica da história

---

<sup>77</sup> *Op. cit.* p.30.

<sup>78</sup> *Op. cit.* p.37.

brasileira, que é a permanência da dominação e expansão do latifúndio sobre a agricultura familiar de pequena propriedade, bem como a concentração de renda e terras nas mãos dos grandes produtores rurais. Ademais, trata-se também de uma forma de produção que combina degradação, destruição e apropriação privada da natureza com degradação social das condições de trabalho dos cortadores de cana. Realidade que lembra os *Tempos Difíceis* de Charles Dickens. São tempos que demonstram para além do discurso apologético do agronegócio canavieiro, os limites da sustentabilidade no interior do desenvolvimento capitalista.

### **3.2. Trabalho degradante: saúde e adoecimento nos canaviais paulistas**

Desde a origem e consolidação da sociedade capitalista é possível constatar que o trabalho, como dimensão fundamental da existência humana não é voluntário, livre, mas forçado, é trabalho obrigatório. O que levou Marx (2006) a formular que, se o trabalhador pudesse fugiria do trabalho como quem foge de uma peste. No caso dos cortadores de cana, a sua situação social não permite que fujam do trabalho como quem foge de uma peste, mas, ao contrário, são levados pelas circunstâncias histórico-sociais a irem ao seu encontro. Dessa forma, o trabalho assume a condição de “*autosacrifício*”, adoecimento e mortificação, pois além de não se reconhecerem no próprio trabalho – dado à condição alienante (dos meios de vida e de produção) no eito do canavial – perde a própria vida, desgastando-a para produzir e reproduzir de forma ampliada a acumulação incessante do capital agroindustrial. É o que podemos perceber quando ouvimos alguns relatos que traduzem a dor e o sofrimento dos trabalhadores canavieiros.

A percepção desses trabalhadores acerca do processo de trabalho e seus efeitos sobre a saúde é a de que o trabalho na cana é duro, sofrido e prejudicial e que isso decorre das condições de trabalho, mas também do esforço que são obrigados a fazer para atingir as médias de produtividade exigidas pelas usinas. Todos os sujeitos entrevistados durante essa investigação identificaram o corte da cana como um trabalho que desgasta o trabalhador num curto intervalo de tempo, porque é uma atividade intensificada devido à forma de pagamento por produção. Essa característica de um trabalho intensificado, cujo ritmo de produção é sempre acelerado, pode trazer riscos imediatos para a saúde do trabalhador com os acidentes de trabalho, mas também pode gerar um desgaste irreversível a longo prazo, pois o esforço é

contínuo e o tempo de recuperação física e reprodução da força de trabalho é limitado e insuficiente.

Conforme nos relatou o Sr. Francisco: “*Ah! Chega um momento do dia em que a pessoa tá muito desgastada... cansada mesmo, então... o cara cai, o cara sente uma canseira, o cara perde aquele ânimo para o resto do dia*”. Ao explicar como se dá o processo de trabalho, ele identifica as razões da fadiga e do cansaço no corte da cana. Quando perguntamos se o trabalho no corte da cana é fatigante, o Sr Francisco responde que

É sim, porque *ele exige da força do corpo da pessoa*. A pessoa movimentava muito o corpo. Ele pega um feixe de 15 canas e faz muita força. Vamos supor: é cinco ruas para se jogar em cima do monte. O cara traz a cana de lá de baixo, num lugar meio em declive e extenso, 15 canas dessas para jogar lá no monte o dia inteiro, por uma extensão de 200 metros até que ele vence lá 3 horas fazendo isso... *é muito desgastante. Força muito a perna, a coluna, os braços (grifo nosso)*.

Diante de uma situação fatigante como é o trabalho na cana, os trabalhadores desenvolvem estratégias de defesa da sua saúde em relação ao ritmo alucinante do seu trabalho. Considerando que o pagamento é por produção, trabalha pressionado pelas condições de vida em que se encontra, isto é, pelos gastos que tem com a reprodução de sua força de trabalho. O seu ritmo no trabalho está, portanto, condicionado ao que tem de pagar, como o aluguel da moradia e o alimento de que necessita para recobrar as forças e se recuperar para a jornada do dia seguinte. Assim, pode-se afirmar que *o trabalhador trabalha sempre num ritmo alucinante porque seu salário é insuficiente para satisfazer todas as suas necessidades de reprodução social*, quer sejam as necessidades materiais como as de moradia, vestimenta e alimentação, quer sejam as necessidades espirituais que envolvem o lazer, sociabilidade e sua formação. Todavia, mesmo trabalhando num ritmo alucinante, em geral determinado pela situação financeira do trabalhador, quando perguntamos aos trabalhadores o que fazem para amenizar, alguns relataram que diminuem o ritmo e a produção.

Para a Sra Maria,

O que fazer? É tomar uma água, né? Tomar um cafezinho e *trabalhar menos e ir mais devagar*. Mas a gente trabalha por empreita, se você trabalha devagar *cê não ganha*. Trabalhando do seu jeito, trabalhando bem *cê já ganha pouco*. E se você ficar sossegada? É empreita, não tem jeito. Quando é de tarde você vai olhar no caderno a metragem “Ah, fulano não trabalhou. Por quê? Porque o metro dele não rendeu!”. Não é que ele não trabalhou porque o metro dele não tá legal. É que às vezes você pega uma cana que é boa, o outro pega cana

ruim. Aquele que pegou a cana boa vai e aquele que pegou aquela cana enrolada, fica<sup>79</sup>. Quando é de tarde você olha a metragem “Fulano não trabalhou!”. Não é que não trabalhou! Trabalhou até mais do que os outros dias, porem não rendeu o serviço dele (*grifo nosso*).

O depoimento da Sra Maria nos ajuda a compreender que o ritmo de trabalho dos cortadores também é determinado, além da disposição do trabalhador e das exigências das usinas, pelas condições que se encontra a cana a ser cortada. Portanto, se a cana for boa de corte, o desgaste parece ser menor e o rendimento maior, mas se a cana for ruim, como cana “enrolada” ou “caída”, além do desgaste ser maior porque o esforço é maior, o rendimento certamente será menor. Já o Sr. Francisco afirma que o esforço de cada trabalhador depende muito de sua situação financeira, mesmo assim, para amenizar o desgaste e a fadiga, afirmou que:

Isso aí... o cara cai um pouco a produção, *ele diminui o esforço, quando ele tá vendo que as pernas e os braços não tá aguentando, ele mesmo que maneira o serviço dele*. É a única situação, porque as vezes ele nem pode parar de tudo, porque ele depende da situação que tá a feira dele, *ele trabalha de acordo com a situação financeira dele*. O cortador de cana trabalha assim, porque se ele fala: eu tô devendo tanto ali, se eu parar agora, eu cortaria cem metros de cana ou oitenta e isso daria tanto em real, isso daria para eu pagar a conta de água, dava pra mim pagar a conta de luz, eu ganharia quarenta reais aqui e a conta de luz é trinta e cinco, sobraria cinco. Ele trabalha desse jeito. Ele mesmo corta ele, *trabalha com o negócio na mente*, que ele mesmo tá cortando com o braço dele aí (*grifo nosso*).

Considerando que o trabalhador conduz o seu ritmo de trabalho de acordo com a sua situação financeira, podemos concluir que ele está sempre pressionado a produzir mais e que esta é a lógica na qual o capital lança os trabalhadores ao remunerá-los por produção. É uma ilusão pensar que o trabalhador ganha mais quanto mais cana corta, pois ainda que consiga produzir o dobro de sua capacidade, o salário que ganha continua sendo insuficiente para suprir suas necessidades materiais e garantir a reprodução social de sua família. Na verdade, o pagamento por produção é uma armadilha do capital para o trabalhador, que se ilude ao pensar que é livre em seu trabalho, pois trabalha de acordo com suas forças e necessidades, ganhando

---

<sup>79</sup> A propósito, vale destacar que as condições de trabalho e de produção de alguns trabalhadores, isto é, do eito que pegam para trabalhar com cana boa ou ruim, dependem muito das relações que estabelecem com o turmeiro ou fiscal. Durante o trabalho de campo, foi possível observar em alguns depoimentos que mesmo havendo uma regra nas usinas para dividir os eitos entre os trabalhadores, as relações pessoais desenvolvidas entre trabalhadores e turmeiro ou fiscal determinam, em certa medida, as condições nas quais cada trabalhador desenvolverá seu trabalho.

de acordo com sua produção. Não sabe que ao se imaginar livre para o trabalho, mais prisioneiro do canavial ele se torna. É o caso do Sr. Souza. Cortador de cana dos bons, ele era o “campeão” de sua turma, era o cortador referência para o estabelecimento do preço da cana. Segundo ele,

[...] em cada turma tinha um ou dois que trabalhava mais ali. Tinha eu e um outro que trabalhava bem, mas ele saiu. Tinha outro lá, mas hoje ele é gordão e não aguenta trabalhar mais como ele trabalhava, já está mais de idade. *Se for pra pegar alguém pra trabalhar que nem eu trabalhava, seria difícil para alguém aguentar esse serviço*, No corte de cana, tem a cana melhor e cana ruim, a cana ruim é caída e enrolada, já a cana em pé é melhor pra trabalhar, porque aí você trabalha em pé e não abaixado. *Eu não recusava, pra mim, eu pegava qualquer uma, trabalhava mesmo, mas na cana em pé era a que eu tinha mais rendimento*<sup>80</sup> (grifo nosso).

De acordo com o Sr. Souza, sua média diária de cana cortada girava em torno de 25 toneladas. Mas para atingir essa média, seu comportamento era antissocial e individualista, já que cortava mais cana que os demais, se via sempre à frente dos outros: *“eu não gostava de ficar ali conversando, era muito difícil, porque serviço é para trabalhar mesmo, quando eu terminava um já ia e pegava outro no corte da cana, pegava outro oito pra trabalhar”*. A sua postura na turma era de um “super-cortador” de cana que só pensava em ganhar mais. *“Todo mundo fala, ele tá se matando e acontece isso ou aquilo, porque todo mundo precisa, mas se eu trabalhar mais eu ganho mais, é lógico, pra mim é bom.”* Porém, o mesmo trabalhador afirma que sempre vai correr o risco de desenvolver algum problema físico devido ao esforço. Tanto que declara seu próprio exemplo, quando disse:

Problema muscular, tendinite, bursite... são os piores tipos de problemas que dá tanto nas pernas quanto no braço, da mesma forma que aconteceu aqui ó (apontando o ombro), esse braço aqui já não é igual mais, mas não teve cirurgia. *Você vê, foi um problema que foi se agravando*. Depois que terminou a safra e começou a parada, eu trabalhei na parte da capinação com a enxada. Foi aí que a gente começou a trabalhar com o enxadão arrancando colonhão, foi aí que prejudicou mais e que me causou esse problema aqui no braço. *Eu já não tinha mais como me mexer e movimentar ele, então eu torcia ao contrário, e isso foi agravando a doença, inflamou o nervo e foi infeccionando por dentro a parte da clavícula*, essa parte do movimento que a gente tem [...] *Eu sempre fui um cara trabalhador, nunca rejeitei serviço nenhum, tanto no bom quanto no ruim, mas a gente acaba se acidentando* (grifo nosso).

---

<sup>80</sup> Entrevista realizada em Sertãozinho no dia 9 de abril de 2011.

A situação do Sr. Souza, um de nossos primeiros entrevistados, era muito difícil. Ele estava afastado com o diagnóstico de *tendinopatia crônica* no ombro direito desde 2005 com todas as dificuldades em se manter, já que o INSS não reconhece a sua lesão (LER/DORT) como acidente de trabalho, o que limitava o seu afastamento em meses, para os quais recebia uma espécie de auxílio doença. Após esse período, ficava entre a usina e o INSS, isto é, entre o apontamento da usina que afirmava sua inaptidão para o trabalho e o INSS que afirmava o contrário. O sofrimento e as dores do seu corpo se estendiam à família que encontra dificuldades para garantir sua reprodução material. Para agravar a situação, sofreu um acidente em casa ao cair de uma escada. Ao ficar internado no hospital, foi acometido por uma infecção bacteriana nas articulações do joelho que o impede de andar atualmente. Quando fizemos a entrevista, o Sr. Souza usava uma muleta para se apoiar. Já faz 6 anos que está afastado pelo INSS e tanto ele como a esposa, ao participarem da entrevista, relataram de forma emocionante a difícil situação na qual se encontram, depois que o Sr. Souza começou a apresentar sinais de desgaste físico produzido pelo esforço excessivo no corte da cana. Podemos concluir, a partir do depoimento do Sr. Souza, que a competição impelida pelos usineiros no eito da cana lhe trouxe o status de campeão entre os demais trabalhadores, mas sugou-lhe a virilidade e suas condições físicas e sociais, na medida em que seu corpo foi triturado pelas engrenagens do “*moinho satânico*”, representado pela lógica do pagamento por produção.

As situações de adoecimento e desproteção social na qual se encontram diversos trabalhadores que atuam no corte da cana, resultam tanto do fato de que a indústria canavieira figura nas estatísticas oficiais do Ministério da Previdência Social como uma das maiores causadoras de acidentes de trabalho do país (SILVA, 2008b), como da prática de subnotificação dos acidentes de trabalho por parte das usinas, que constitui mais uma forma de controle e disciplina dos trabalhadores existente no sistema de pagamento por produção<sup>81</sup>.

Aliás, a situação de abandono social desses trabalhadores que sofrem com o acometimento de doenças ocupacionais parece ser recorrente nas cidades da região. Em Guariba, Barrinha e Dobrada, os sindicalistas entrevistados relataram que não são poucos os

---

<sup>81</sup> A prática da subnotificação na verdade vem acompanhada de um conjunto de precariedades que atingem a totalidade do viver social dos trabalhadores. Como em muitos casos seus contratos são temporários, isto é, por safra, e como o pagamento é por produção, sendo-lhe exigida uma média de tonelada de cana cortada diariamente, muitos trabalham com base em medicamentos anti-inflamatórios para suportar as altas cargas de trabalho que provocam o adoecimento precoce de sua estrutura física, podendo inclusive ocasionar a perda dos movimentos, principalmente dos membros superiores, os mais utilizados durante o trabalho repetitivo do corte da cana. Portanto, para não perderem o emprego e conseguir manter a média de produtividade exigida pelas usinas de modo a garantir o trabalho nas próximas safras, muitos trabalhadores trabalham doentes, suportando o sofrimento diário, com dores e câimbras, por meio de automedicação.

trabalhadores que vivem a mesma situação do Sr. Souza. Segundo o sindicalista de Guariba, Sr. Rodrigues:

*Temos várias pessoas com tendinite que perderam praticamente quase o movimento do braço; nós temos problemas de coluna de pessoas que não trabalham, aí tem toda aquela dificuldade burocrática que existe no Brasil, infelizmente isso ainda existe, o cara se afasta por um período e depois vai o INSS que nega<sup>82</sup> e a usina também não aceita porque tem problema na coluna, aí o cara fica cinco anos passando fome. Nós temos todo conhecimento disso, porque a gente acaba socorrendo, a prefeitura acaba socorrendo, entendeu? Nós conhecemos todos esses casos, nós temos um mundo de casos em Guariba [...] E isso é produto do setor, é herança do setor. Problema de coluna, tendinite, vários problemas, entendeu? (grifo nosso).*

A atividade do cortador de cana exige força, destreza e agilidade de todos os membros do corpo, isto é, das pernas, dos braços e principalmente da coluna por causa das inúmeras flexões e movimentos que ele executa durante o período do corte e do amontoar a cana. Tais movimentos decorrem da natureza do processo de trabalho no corte da cana que, de acordo com Francisco Alves, consiste no seguinte:

[...] o trabalhador abraça um feixe de cana (contendo entre três e dez canas), curva-se e flexiona as pernas para cortar a base da cana. O corte da base tem que ser feito bem rente ao solo, posto ser aí, no pé da cana-de-açúcar o local de maior concentração de sacarose. Por outro lado, o corte rente ao chão não pode atingir a raiz para não prejudicar a rebrota, na medida em que a cana permite, em média, cinco cortes consecutivos. Isso significa que o corte rente ao chão deve ser um corte preciso, que exige do trabalhador força e destreza, porque um erro pode ocasionar um corte da cana com “toco alto”, ou pode atingir as raízes, ou ainda, um acidente grave, pois o podão pode atingir o pé, as pernas do trabalhador (2008, p. 28).

O mesmo autor destaca, entretanto, que o trabalho no corte da cana não se limita ao exercício da atividade de cortar cana, retirá-la do chão, usando um instrumento de corte, o facão ou “podão”. O trabalho no corte da cana envolve ainda um conjunto de outras atividades

---

<sup>82</sup> Na verdade, essa situação em que no INSS nega o auxílio doença ao trabalhador é provocada pela própria usina, na medida em que esta subnotifica os acidentes de trabalho mais leves, omitindo a sua responsabilidade pelo acidente de trabalho que traz desgaste e adoecimento para o trabalhador. Assim, dependendo do acidente, o funcionário recebe apenas atendimento médico, sem necessidade de afastamento do serviço, ou é afastado do serviço para recuperação. Se o funcionário é afastado por até 15 dias, a empresa é responsável pela remuneração dos dias parados. Se o afastamento for superior a 15 dias, a empresa é responsável pela remuneração dos 15 primeiros dias de afastamento, ficando a cargo da Previdência a remuneração dos dias subsequentes. De qualquer maneira, a comunicação do acidente de trabalho para a Previdência é obrigatória. Qualquer acidente de trabalho, por mais leve que seja, deve ser comunicado, estando a subnotificação sujeita a multa (SILVA, 2008b, p. 18). Entretanto, como a fiscalização das subnotificações pelo INSS é muito difícil, a usina insiste nessa prática, lançando os trabalhadores numa situação de extrema vulnerabilidade social.

que passam pela limpeza da cana, com a eliminação de seu pendão para as usinas, pois não contém sacarose; pelo transporte da cana até a linha central do eito (3ª linha); e arrumação da cana, para o carregamento mecânico (ALVES, 2007).

Nesse sentido, o trabalho no corte da cana é um trabalho extremamente penoso e desgastante porque, de acordo com Maria Ap. de Moraes Silva, ao levantar dados de outras pesquisas feitas com grupo de trabalhadores na região de Piracicaba,

[...] em 10 minutos o trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão e faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação. O trabalho é feito em temperaturas acima de 27 graus centígrados com muita fuligem no ar, e, ao final do dia, a pessoa terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto. Este fato caracteriza o trabalho como extremamente árduo e estafante, pois exige um dispêndio de força e energia que, muitas vezes, os trabalhadores não possuem, tendo em vista o fato de serem extremamente pobres, senão doentes e subnutridos (SILVA, 2008b, p.6).

Ademais, as vestimentas utilizadas pelos trabalhadores, se representam por um lado proteção e segurança em relação aos riscos que enfrentam no interior do canavial, por outro trazem um desconforto físico e térmico, desencadeando assim situações contraditórias, ou seja, ao mesmo tempo em que possibilitam maior segurança, limitam seus movimentos e dificultam sua produção. A essas dificuldades somam-se o desgaste energético e a desidratação rápida ocasionada pela elevação da temperatura do corpo num período de altas temperaturas do ambiente de trabalho, decorrentes tanto do forte calor, em determinadas épocas do ano, quanto das queimadas que antecedem o corte durante a safra. Por isso, todos os trabalhadores entrevistados reclamaram das dores e câimbras contínuas que sofrem no corte da cana. Vejamos o depoimento do Sr. Francisco quando relatou o seu sofrimento com as dores e câimbras.

P - Quando o Sr. cortou mais cana, como se sentiu no final do dia?

R - *Teve uma vez que eu vim embora pro ônibus arrastado pelas mãos dos colegas.* E eu tenho um colega aqui que mora em Pontal, juntou ele, o empreiteiro e mais dois e me colocou dentro do ônibus. Eu fiquei três dias em casa.

P - Por que? O que aconteceu?

R - Eu tive aquela chamada "*canguari*", pelotas e ânsia de vômito, eu não segurava nada no estômago, nada, nada, nada. A gente tratava isso na lavoura

de “borrado”. A gente fala ah fulano “borrou”! “Borrou”<sup>83</sup> o que... se delatou tudo. Tive que ir pra Santa Casa, ficar lá, tomar um soro, tomar injeção na veia para aliviar. *A cana é desgastante, judiante... A cana queimada e o corte de cana judia muito, muito... Ela exige da força da pessoa...*

P - O Sr. falou em pelota, o que é pelota?

R - São os nervos que fazem aquele caroço no corpo e encolhe tudo. *É câimbra que dá no corpo todo, na barriga, quando a gente faz o movimento. E a pelota dá na barriga, onde é estas partes mais moles e fazem aqueles caroços (grifo nosso)*

Ao descrever o sofrimento e as dores com as quais convivem diariamente os trabalhadores da cana, o Sr. Francisco também relatou as sensações provocadas pelo desgaste e pelo esforço estafante gerado pelo trabalho que degrada e deteriora as suas condições físicas. Assim, ao ser inquirido sobre o que sentia durante o mal-estar na roça, relatou:

*Quando aconteceu, dava uma situação de frio... gela o corpo. Gelou o corpo, aí pode parar, porque a gente se esforça muito e vai suando e vai bebendo água, tanto que a roupa fica gotejando de água. Então eu senti aquilo, que eu parei, aí já começou: câimbra, câimbra, as vistas escurecendo e tontura, já era a dita pelota começando (grifo nosso).*

Durante a pesquisa, a entrevista com o Sr. Francisco foi uma das mais interessantes, pois compartilhou conosco sua trajetória, memórias, sentimentos e o sofrimento da lida cotidiana do seu trabalho na cana, ora como cortador, ora como fiscal da usina. Aliás, a posição de fiscal na turma ocorreu, conforme nos relatou, devido ao tempo que trabalha na usina, um dos cortadores mais antigos da turma, e porque se acidentou cortando cana, o que o impediu de continuar trabalhando no corte. Mesmo ocupando um cargo de chefia e vigilância dos trabalhadores, os relatos e depoimentos do Sr. Francisco foram os mais contundentes a respeito da usina e suas condições de trabalho.

A respeito do pagamento por produção, quando o indagamos se concordava que a forma de trabalho por produção pode colocar em risco a saúde do trabalhador, o Sr. Francisco afirmou:

Concordo sim. Coloca porque colocou a minha. A minha mesmo foi isso aí. Eu tava trabalhando olhando o serviço e não olhando em cima do que que eu

---

<sup>83</sup> “Borrar” é um termo pejorativo que, segundo a interpretação de Alves (2008), significa defecar nas calças. Designa o trabalhador fraco, que não aguenta o serviço, e também a pessoa covarde, frouxa, que não expõe o corpo por medo. Essa designação é, em geral, utilizada pelos chefes de turma para os trabalhadores que não cumprem as metas estabelecidas e cortam menos que a média de corte, ou são sujeitos a desmaios, câimbras e licenças médicas para tratamento de saúde.

tava. Eu escorreguei e caí dentro de um buraco de tatu, foi por isso que eu fiquei cinco meses parado. Inclusive teve dias, noite, que eu não aguentava virar de um lado pro outro na cama, eu não aguentava virar. Cinco meses.

Como foi isso?

R- Eu cortei porque os outros cortam a cana queimada junto e assim quanto mais abraça mais rende né. No que eu juntei, que eu abracei e cortei, nem imaginava, e virei pra jogar ela na bandeira, eu virei pra jogar e um pé que tava apoiado escorregou na paia da cana e o outro pé escapuliu no buraco de tatu. Aí eu desci com o feixe de cana em cima de mim. Aquele feixe de cana, ninguém sabe quanto tinha, mas devia dar aí uns trinta quilos, e eu não aguentei. *Naquela hora eu senti que minhas pernas esfriou tudo, adormeceu e quando cacei as pernas, não achei.* As forças das pernas não achei. Aí o parceiro que tava do lado: “o que é que foi”? Eu falei: “machuquei minha coluna”. Aí eles me pegaram e levaram pro ônibus. Rapidinho o feitor ligou pra perua, e o encarregado mandou a perua rapidinho. Fui pro hospital ser internado, me aplicaram injeção, tudo. Fiquei cinco meses afastado.

P - E o que o médico falou?

R - Eu não sei o que que é, mas torceu e saiu do lugar... *e devido o corte da cana gerou um desgaste também no osso da coluna.* Eu inclusive botei esse caso na justiça pra ver o que que vira. Olha, raramente a pessoa que tem problema de coluna tem uma proteção, não aposenta, não tem um benefício, não tem nada, que é uma coisa que deveria ter [...] deveria ter alguém pra observar como é um cara travado na roça da coluna... Aconteceu comigo. *Eu não faço mais nem a metade do serviço que eu fazia, por causa da coluna.*

P - Não consegue mais cortar cana?

R - Consigo, mas é aquele ditado, não faz nada [...] *E fazer o que, se pra cortar cana depende da coluna. O cortador de cana depende da coluna demais. Eu tenho colega lá que eu posso pegar e mostrar, trabalha a base de diclofenaco [anti-inflamatório], uma injeçãozinha vermelha pra coluna. Direto! Eu tenho colegas lá cortando cana junto, que trabalha junto com eles lá, eles tem na bolsa o diclofenaco. O cara as vezes compra até sem receita, porque é aquilo ali que faz ele movimentar (grifo nosso).*

Portanto, com base nesse depoimento podemos verificar que o trabalhador está exposto às condições e ritmos de produção que trazem riscos à sua saúde e degeneram suas condições físicas. A única forma de não ter uma queda em seu rendimento, de suportar as dores, o sofrimento físico e mental no corte da cana, é automedicando-se, o que acontece em geral com os trabalhadores que são acometidos por alguma doença ou distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (DORT) oriundo dos movimentos repetitivos que executam ao cortar a cana. Embora esses problemas acometam os trabalhadores no longo prazo, independentemente do ritmo de sua produção, pois a natureza do corte da cana é em si a repetição, há outros mais graves e imediatos que colocam diretamente a vida em risco. Em recente pesquisa de doutorado, desenvolvida com 31 trabalhadores canavieiros voluntários, na Faculdade de

Medicina da USP (Universidade de São Paulo), sobre as possíveis causas das mortes que vêm ocorrendo nos canaviais paulistas e denunciadas pela Pastoral do Migrante de Guariba desde 2005, a autora Cristiane Maria Galvão Barbosa concluiu que o trabalho no corte da cana durante a safra provocou alterações cardiovasculares e respiratórios na saúde dos trabalhadores investigados.

Segundo a médica e pesquisadora,

Durante o exercício físico o organismo aumenta o consumo de oxigênio para suprir as necessidades dos músculos em movimento. Este processo leva a uma série de respostas orgânicas, no sentido de manter a homeostasia<sup>84</sup> interna. Estas respostas são reguladas tanto a nível central, como a nível periférico. O Sistema Nervoso Central induz a alterações no sistema nervoso autônomo, com estimulação da atividade simpática e diminuição da atividade parassimpática, durante o exercício, atuando assim no sistema cardiovascular levando, entre outras alterações, a aumento da frequência cardíaca e do volume sistólico, com conseqüente aumento do débito cardíaco, assegurando maior aporte de oxigênio e nutrientes aos músculos durante o exercício. Quando a carga de exercício é constante e de intensidade moderada o organismo se adapta a esta nova condição de maneira que os efeitos benéficos do exercício físico são sentidos e se associam principalmente a menor prevalência de doenças crônico-degenerativas, como eventos cardiovasculares (BARBOSA, 2010, p. 6).

Entretanto, em condições de exercício físico vigoroso por período prolongado, o organismo não consegue manter a homeostasia e um quadro patológico pode se instalar. No caso do atleta<sup>85</sup>, essa situação é denominada de “*Síndrome de Overtraining*”. Essa é compreendida por sinais e sintomas caracterizados por diminuição da performance, fadiga, alterações do sono, diminuição de peso, aumento dos níveis séricos de lactato, alterações hormonais, imunológicas hematológicas e psicológicas (BARBOSA, 2010).

Portanto, afirma a autora que

*É provável que na atividade de corte de cana devido ao ritmo de trabalho intenso, os ajustes fisiológicos que ocorrem em resposta ao exercício físico não consigam dar suporte à demanda do organismo para manter o equilíbrio interno, e com isto resposta anômala e/ou patológica passe a ocorrer,*

---

<sup>84</sup> Homeostasia é o processo de regulação pelo qual um organismo mantém constante o seu equilíbrio.

<sup>85</sup> A propósito, Francisco Alves (2006) faz uma interessante analogia entre trabalhadores e atletas quando compara o cortador de cana com um atleta corredor fundista, de longas distâncias, e não a um corredor velocista, de curtas distâncias. Para ele, “os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, tão necessária aos velocistas; para os fundistas, é necessário ter maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia entre 8 e 12 horas” (p.94).

refletindo em níveis diversos de fadiga e insuficiência dos músculos envolvidos no trabalho e de órgão alvos exigidos acima do limite e analogamente ao que ocorre com os atletas (BARBOSA, 2012, p. 7, *grifo nosso*).

Assim, esses trabalhadores podem desenvolver quadro semelhante a “*Síndrome de Overtraining*”. Em outras palavras, é possível dizer conforme Barbosa (2010) que:

As manifestações clínicas da exposição ao calor são em geral inespecíficas e de caráter progressivo. Inicialmente aparece o edema de membros inferiores, devido à vasodilatação periférica. Em seguida é comum a aparição de câimbras, que ocorre pelo desequilíbrio hidroeletrolítico, sendo este sintoma um alerta sobre a possibilidade de lesões mais graves decorrentes do calor excessivo. Se o quadro evoluir, sintomas de exaustão com a presença de bradicardia, hipotensão e síncope podem se manifestar e finalmente um quadro de hipertemia poderá se instalar podendo levar à morte, se medidas terapêuticas não forem tomadas a tempo (p. 7).

Portanto, com base nesse estudo é possível dizer que o esforço extenuante executado pelo trabalhador no corte da cana, somado ao ambiente altamente poluído pelos hidrocarbonetos e material particulado originários das queimadas da cana, são fatores determinantes do desgaste e aparecimento de doenças cardiovasculares e respiratórias dos trabalhadores canavieiros submetidos a essas terríveis condições de trabalho.

Para amenizar o desgaste e as câimbras desencadeadas pelo excesso de esforço, os trabalhadores entrevistados relataram que, além de pararem quando estão cansados, principalmente nos períodos de intervalos determinados pela NR 31, recebem das usinas envelopes de soro de reposição energética para se hidratarem. Um dos trabalhadores entrevistados, Sr. Gonzaga, que afirmou fazer uso do soro, disse:

A empresa trabalha com... um tipo de... eles fala sorinho, que eles dão pra gente tomar. Que no momento que você se acha muito cansado, então você se senta um pouco, toma esse soro e cê fica ali dez minutos, quinze minutos que aí a sua energia volta novamente. Depois de dez, quinze minutos que você tomou esse soro e descansou um pouco, então ali faz com que você tenha mais *disposição pra dar continuidade*.

Há controvérsias entre os próprios trabalhadores quanto à utilização desse soro. Em pesquisa de campo, Francisco Alves destacou que alguns trabalhadores aprovam a distribuição do soro e o considera importante para não “*borrar*”, de modo a suportarem toda a jornada de trabalho. Outros trabalhadores gostam muito do soro e acham que ele aumenta não apenas a

capacidade de trabalho como também o desempenho sexual. Outros trabalhadores, ainda, recusam-se a tomar o soro, porque não lhes faz bem, ou não o aceitam porque não sabem o que contém (ALVES, 2008). Na verdade, a administração desse soro é uma forma paliativa de amenizar a hipertermia provocada pelas condições do ambiente de trabalho como, por exemplo, as baixas umidades, altas temperaturas e a péssima transpiração por conta das vestimentas pesadas que o trabalhador tem que usar<sup>86</sup>.

A causa principal do sofrimento infringido ao trabalhador no corte de cana é o pagamento por produção. Essa forma de remuneração impõe um ritmo de trabalho alucinante no eito do canavial, provocando um conjunto de sintomas que, em verdade, são sinais da degradação da vida e do esgotamento físico do trabalhador. Esses sintomas, segundo (LAAT *et al*, 2008), surgem inicialmente com a sede, fadiga e câimbras intensas, na sequência o mecanismo termorregulador corporal começa a entrar em falência e surgem sinais como náuseas, vômitos, irritabilidade, confusão mental, falta de coordenação motora, delírio e desmaio. A pele geralmente torna-se muito quente e vermelha, às vezes com calafrios mesmo em ambientes quentes. O suor é abundante, até o momento em que surge a desidratação, quando então a pele torna-se seca. Essa é uma fase perigosa, pois a ausência de sudorese não permite adequada perda de calor, colocando em risco a vida dos trabalhadores pela hipertermia grave.

O Sr. Gonzaga, também afirma que o trabalho no corte da cana exige esforço e disposição, mas traz riscos à saúde do trabalhador, na medida em que, ao trabalhar com uma ferramenta na mão, como é o “podão”, pode sofrer um acidente gravíssimo. Segundo ele, é um serviço que exige bastante atenção:

Naquele momento que cê tá trabalhando ali, se você tirar a concentração um pouco, naquele momento você pode até cortar uma mão ou cortar a perna, entendeu? Até ficar paraplégico o resto da vida! Então, é um serviço que exige bastante cuidado, bastante cautela, e um serviço que você depois de passar de quatro ou cinco anos você vai sofrendo as consequências e as sequelas, porque é um serviço muito pesado, um serviço muito bruto, entendeu?... *hoje, sinceramente, você vê tantas pessoas com tantos problema de coluna, problema de braço, essas coisas de tendinite, e isso evolui devido ao peso que*

---

<sup>86</sup> Por outro lado também a administração desse soro é uma solução técnica adotada pelas usinas para manter a produtividade dos trabalhadores, pois esses repositores hidreletrolíticos e vitamínico, indicado para trabalhadores com intensa atividade física são usados inclusive antes de começar o corte da cana. Segundo Novaes (2007b) com esse estimulante as dores do corpo desaparecem, as câimbras diminuem e a produtividade aumenta. Os trabalhadores sentem-se confiáveis quando ingerem esse produto. Reivindicam uma dosagem maior que o permitido, pois superenergizados podem produzir mais e ganhar mais (p.173).

*you catch because, if you pass the day whole catching more or less twenty, twenty and five kilos, then this makes with that tomorrow or after you have a gravity of a greater disease. Inclusive até eu também já tive que passar por uma cirurgia, já através do trabalho do corte de cana, porque é um serviço que você tá fazendo todos os movimentos, muitas manobras que você faz, e às vezes através daquela manobra ali você pode sofrer um desgaste, você pode sofrer uma hérnia de disco, entendeu? (grifo nosso).*

Esses depoimentos nos permitem compreender as condições e os riscos aos quais estão submetidos os trabalhadores no interior dos canaviais, mas que se agravam a partir do momento em que esses trabalhadores imprimem um ritmo de produção muito forte e que pode trazer problemas invisíveis ao seu organismo, mas também provocar acidentes fatais que, por vezes mutilam e danificam irreversivelmente seus corpos. Podemos identificar, então, uma vida sustentada por anti-inflamatórios que permitem aos trabalhadores amenizarem a dor e o sofrimento desencadeados por lesões na coluna, braços e pernas que se desgastam devido à natureza da produção e do trabalho no corte da cana.

Tal situação, cabe enfatizar, é gerada pelo impulso vital que garante a existência social dos usineiros como personificações do capital. Como a alma do usineiro é a alma do capital, seu impulso vital por mais-valia é impulso vital do capital por valorizar-se de maneira incessante, isto é, absorver a maior massa de mais-valia que puder. Nesse sentido, “o capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa” (MARX, 1988, p. 180). Em outras palavras, podemos dizer, a existência vital dos usineiros depende do quanto suas caldeiras e moinhos são capazes de moer e triturar, isto é, chupar trabalho vivo, desgastar o trabalhador, para garantir o máximo de extração de mais-valia.

Diante disso, tudo leva a crer que o desgaste físico dos trabalhadores canavieiros não é causado apenas pela intensidade de seu trabalho, característico do pagamento por produção, conforme assinalamos anteriormente, mas pela combinação de diversos elementos que se articulam como um todo no processo produtivo da agroindústria canvieira. Assim, a extensão da jornada de trabalho, a remuneração por produção, isto é, “o salário por peça”, e o sistema de produção que integra o corte manual com o mecanizado, impõem ao trabalhador uma situação de autossacrifício e sofrimento permanente, gerando uma situação estrutural de desgaste e adoecimento.

Portanto, vale dizer, que essa dimensão do trabalho como autossacrifício e sofrimento do trabalhador é uma condição da sociedade capitalista e que foi objeto da análise crítica de

Marx, desde os Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. Nesse texto magistral do jovem Marx, aliás, o trabalho é compreendido dialeticamente, como uma atividade vital essencialmente humana pela qual o homem produz a sua própria existência material, criando-se e desenvolvendo-se como ser social. O trabalho é, nesse sentido, “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1985, p. 142). O trabalho, nessa perspectiva, é uma atividade produtiva geradora de vida, uma “necessidade de manutenção da existência física do homem”, ou seja, enquanto vida produtiva ele é vida genérica, “vida engendradora de vida”. É a atividade consciente livre do ser social (MARX, 2006, p. 84). O trabalho é, portanto, uma atividade que permite ao homem diferenciar-se dos outros animais, isto é, destacando-se da natureza, porque cria o seu próprio mundo, o “mundo dos homens”.

Contudo, ao mesmo tempo em que o trabalho é uma atividade livre e consciente, pela qual o homem faz e se refaz a si mesmo, ele também é sofrimento, na medida em que é *trabalho alienado*. Na sociedade produtora de mercadorias o trabalho se converte num esforço penoso que aprisiona e unilateraliza o homem, pois, na ordem do capital,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*menschenwelt*) (MARX, 2006, p.80,).

Assim, pelo processo de objetivação engendrado, sobretudo no contexto da realidade e do modo de produção capitalista, o sujeito que trabalha se estranha em relação ao objeto subjetivado, em relação à sua própria criação, portanto, em relação a si mesmo. A consequência disso é que o trabalhador se relaciona com o seu trabalho como um objeto que lhe é estranho. Desse modo: “[...] *quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio*” (MARX, 2006, p.81, *grifo nosso*).

A relação estranhada que se encontra na origem do trabalho alienado, especialmente na ordem do capital, – e podemos dizer isso para o caso do trabalhador canavieiro – submete o trabalhador e sua vida aos efeitos nefastos provocados pelo processo de produção e valorização do capital. Portanto,

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (Marx, 2006, p. 82).

As contradições decorrentes das relações sociais desencadeadas pelos processos sócio-históricos originários da sociedade capitalista imprimiram formas de dominação que são intrínsecas ao ser do trabalho alienado. Por isso, na sociedade produtora de mercadorias a condição do trabalho é que, segundo Marx, ele

[...] produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (2006, p. 82).

A característica fundamental do trabalho alienado é o sofrimento do trabalhador. Ele se concretiza no desenvolvimento da atividade produtiva, isto é, no interior do processo de trabalho a partir do qual o trabalhador se esforça e se desgasta para satisfazer as necessidades da reprodução ampliada do capital. É por essa razão que

[...] o trabalho é externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si quando fora do trabalho e fora de si quando no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. *O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório.* O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 2006, p. 82-83, *grifo nosso*).

Essa condição de trabalho externo ao trabalhador, que mortifica a sua *physis* e arruína o seu espírito é a condição do trabalho essencialmente precário do cortador de cana, sobretudo quando submetido à lógica do pagamento por produção. Aliás, no que concerne a esta forma de remuneração dos trabalhadores, veremos na sequência deste trabalho os seus desdobramentos sobre as relações de trabalho e a saúde do trabalhador. Antes, porém, convém assinalar outros

aspectos que agravam ainda mais a condição social em que se reproduz o cortador de cana, principalmente no que se refere ao tempo de venda de sua força de trabalho ao usineiro ou empreiteiro.

Já pontuamos em outros momentos deste texto o quanto o trabalho no corte da cana é degradante. Mas, uma das formas específicas de degradação que caracterizam o trabalho canavieiro é o prolongamento da jornada de trabalho. Este, na verdade, não se estende apenas ao período de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, mas ultrapassando o trabalho excedente, vai além dos limites dos canaviais, na medida em que o processo de preparação do trabalhador para o corte da cana começa quando acorda ainda de madrugada para organizar a sua boia e vai até o período imediatamente posterior ao retorno do trabalho, quando tem de lavar e preparar novamente seus instrumentos de trabalho e proteção (vestimenta, botinas, caneleiras, podão, lima, touca, marmita, etc.) para o dia seguinte. Ou seja, o tempo de trabalho e organização do trabalho parece penetrar e ocupar o tempo de reprodução do trabalhador.

Dessa forma, é possível dizer que o trabalho no corte da cana não só ultrapassa os limites físicos do trabalhador, mas também os limites morais, já que o trabalhador, em vez de buscar descansar e satisfazer suas necessidades espirituais, tem de continuar, mesmo quando conclui sua jornada, a pensar e organizar suas condições e instrumentos de trabalho para o dia seguinte. Com isso, não só o tempo de reprodução espiritual e moral ficam prejudicados, mas também o tempo de descanso e recuperação física, porque mesmo cansados precisam se preparar para a próxima jornada de trabalho no dia seguinte. Isso cria dificuldades para o trabalhador, porque sua condição no corte da cana, de tão desgastante que é, limita suas energias em relação às outras experiências de vida. Por exemplo: a oportunidade dos estudos. Segundo o Sr. Lander, ex-trabalhador rural e sindicalista:

[...] o governo não dá condições pra você estudar, *o cortador de cana pra ele estudar não é fácil, porque ele tem que produzir lá no dia-a-dia, no mínimo 11 toneladas ou 12 toneladas.* É daí pra cima, não pode ser menos. Como ele vai chegar em casa, estudar ou ir fazer qualquer curso à noite, voltar e ter condições de produzir essa quantidade? Não vai ter. Então, quando eu falo que o sofrimento continua é porque o trabalhador não tem condições. *Eu não aguentei, não consegui estudar na minha época. Tive que parar, porque eu não tinha condições. Eu não tinha lazer, não tinha tempo pra nada. Poxa, você chega cansado, tem que produzir, como você vai estudar? (grifo nosso)*

Marx já afirmara, quando analisou o processo de formação da sociedade capitalista,

que o trabalhador, durante toda sua existência, “[...] nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital” (Marx, 1988, p. 202).

Como os trabalhadores canavieiros são “*homens comuns e não ciclopes*” podemos dizer, de acordo com Marx, que há um limite na exploração da força de trabalho, uma vez que “*sua natureza específica limita o seu consumo total pelo comprador*” (MARX, 1988, p. 203). Apesar da luta da classe trabalhadora para limitar a jornada de trabalho, o que serve apenas como paliativo – dificultando a sede vampiresca do capital por sangue vivo do trabalho –, na verdade não impede a prevalência da lógica, isto é, a “desmedida e o impulso cego do capital por mais-trabalho”. Pois, nesse sentido,

[...] o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa e óleo. Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto à reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis (MARX, 1988, p. 202).

É assim, portanto, que opera o “*moinho satânico*” do agronegócio canavieiro na região de Ribeirão Preto, conforme nos relataram os trabalhadores que vivenciam cotidianamente a situação descrita acima por Marx. Ou seja, prevalecendo a lógica destrutiva inerente à reprodução do capital, algo evidente nos dias de hoje, temos, no caso dos trabalhadores canavieiros, um quadro permanente de superexploração do trabalho. A esse respeito podemos considerar, conforme afirma Marx, que:

[...] *Après moi Le déluge!* [depois de mim, o dilúvio!] é a divisa de todo capitalista e toda nação capitalista. *O capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador*, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração. À queixa sobre degradação física e mental, morte prematura, tortura do sobretrabalho, ele responde: *Deve esse tormento atormentar-nos, já que ele aumenta o nosso gozo (o lucro?)* De modo geral, porém isso também não depende da boa ou da má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe a cada capitalista individualmente, como leis externas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista (1988, p. 206, *grifo nosso*).

Desta feita, e seguindo na esteira de Marx, o capital evolui para o comando sobre o trabalho, isto é, cuida para que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau adequado de intensidade. É o que veremos a seguir.

### **3.3. As tramas da superexploração do trabalho: relações de trabalho e pagamento por produção**

Para compreender a trama de relações que caracterizam a superexploração do trabalho nos eitos dos canaviais paulistas, é preciso considerar, não apenas as condições de vida e trabalho dos trabalhadores, mas a forma como estes se inserem, enquanto cortadores de cana, na totalidade do processo produtivo da agroindústria canavieira. Assim, reconhecer que o trabalhador canavieiro é uma engrenagem fundamental na estrutura produtiva do agronegócio implica visualizar o seu lugar no sistema produtivo, ou seja, entender que, ao cortar a cana, matéria-prima processada pela usina para produzir açúcar e álcool, os trabalhadores cumprem parte de sua função no processo global de produção agroindustrial, alimentando o “vapor do diabo” (LOPES, 1978) em seu processo produtivo. Com isso, o processo de trabalho no corte da cana não é apenas parte de um processo maior que envolve indústria e agricultura numa estrutura produtiva moderna, automatizada, com processos industriais de fluxo contínuo, mas sim um elemento fundamental que tem, na forma de pagamento por produção, a origem da riqueza e da massa de mais-valia extraída dos trabalhadores rurais pelo capital.

É no interior dessa totalidade social – da agroindústria canavieira – que operam as relações de trabalho e exploração que caracterizam a expansão recente desse setor no Brasil, colocando o país como um dos maiores produtores de agrocombustíveis do mundo. As razões desse suposto “sucesso” capitalista, conforme assinalamos anteriormente, – em que pese o avanço das forças produtivas – não deixam dúvidas, se deve ao baixo custo de seus produtos. Em outras palavras, o “êxito” do agronegócio reside na degradação da força de trabalho que caracteriza a existência vital de milhares de homens e mulheres que são explorados, não sem resistência, pela desmedida cega do capital em reproduzir-se incessantemente por meio da degradação social do trabalho. Vejamos mais de perto como isso ocorre.

Desde a emergência do Proálcool na década de 1970, temos assistido a uma elevação gradativa da média de produtividade exigida pelas usinas em relação ao corte manual de cana.

Particularmente, na última década, foi possível observar os fatores que engendraram a elevação dessas médias, enquanto que as empresas brasileiras buscavam se adaptar por meio do ideário neoliberal e da reestruturação produtiva ao novo regime de acumulação global do capital, visando a garantir as novas exigências do mercado mundial. No caso do setor sucroalcooleiro, as novas médias de produtividade dos cortadores de cana decorrem de um conjunto de fatores (articulados à lógica de acumulação do capitalismo global) dentre os quais Alves (2006, p. 96) destaca:

- O aumento da quantidade de trabalhadores disponíveis para o corte de cana devido a três fatores:
  - I. O aumento da mecanização do corte de cana;
  - II. O aumento do desemprego geral, provocado por duas décadas de baixo crescimento econômico;
  - III. A expansão da fronteira agrícola para as regiões de cerrado, atingindo o sul do Piauí e a região da pré-amazônia maranhense, destruindo as formas de reprodução da pequena propriedade agrícola familiar, predominante nesses estados, disponibilizando força de trabalho.
- Seleção mais apurada pelos departamentos de recursos humanos das usinas, que levou à seleção de trabalhadores mais jovens, redução da contratação de mulheres e a possibilidade de contratação de trabalhadores oriundos de regiões mais distantes de São Paulo (norte de Minas, sul da Bahia, Maranhão e Piauí);
- A implantação de período de experiência, no qual os trabalhadores que não conseguissem atingir a nova média de produção, 10 toneladas de cana por dia, eram demitidos antes de completarem três meses de contrato.

A concretização desses fatores no desenvolvimento recente da agroindústria canavieira impactou profundamente as condições, o processo de trabalho, a produção e o rendimento dos trabalhadores. Porém, antes de verificarmos alguns dos efeitos nefastos desses fatores, convém apontar algumas das características do sistema de produção e do processo de trabalho no corte da cana que, em verdade, na sua organização e forma de pagamento, já é em si prejudicial ao trabalhador.

O sistema de produção na parte agrícola da agroindústria canavieira consiste no plantio, corte, colheita, carregamento e transporte da cana até a usina. Na etapa do corte, lócus

da investigação desse trabalho, o pagamento dos trabalhadores que realizam a colheita manual é por produção. O processo de trabalho aí envolve a luta entre capital e trabalho para determinar o ritmo da produção, as condições e a forma com que se executa a atividade do corte. Assim se desenvolveu historicamente, na região de Ribeirão Preto, a luta dos trabalhadores para resistir às condições precárias de trabalho bem como às formas nefastas de exploração com as 7 ruas imposta pelos usineiros no início dos anos 1980. A greve de Guariba (1984) que foi uma reação explosiva dos trabalhadores contra esse sistema de exploração e intensificação do trabalho, buscou também garantir condições mínimas de segurança e saúde no ambiente de trabalho. No entanto, uma das batalhas mais duras travadas pelos trabalhadores organizados pelos sindicatos ou em seu cotidiano com os turmeiros e fiscais é a luta pelo controle e transparência da produção, já que sua remuneração depende do quanto produziu ao final de um dia de trabalho.

É importante compreender as formas de controle da produção exercidas pelo capital para que possamos caracterizar em que medida o pagamento por produção não só é perverso, porque degrada o trabalhador, mas porque, associado às fraudes praticadas pelas usinas, empreiteiros e turmeiros, instaura sobre suas condições de vida e trabalho um grau elevadíssimo de exploração.

Na década de 1980, o processo de trabalho no corte da cana, segundo Alves (2006), consistia em cortar retângulos com 6 metros de largura, em 5 ruas (linhas em que são plantadas a cana), por um comprimento que variava por trabalhador, que era determinado pelo que ele conseguia cortar em um dia de trabalho, ou seja, o eito, assim denominado pelos trabalhadores, varia para cada trabalhador conforme sua capacidade de trabalho e resistência física. Para medir o que cada trabalhador produziu ao final de uma jornada de trabalho havia, duas formas: “pelo comprimento do eito, ou pela quantidade de cana cortada” (ALVES, 2006, p. 92). Se a opção for pelo comprimento, a medida do que ele produziu é o metro linear, ou o metro quadrado, caso a opção seja o metro linear, ou o metro quadrado. Caso a opção seja pela quantidade de cana cortada no eito, só é possível medir o trabalho pesando-se a cana (ALVES, 2006).

A propósito da verificação e medição da produção os trabalhadores, além de preferirem que seu trabalho seja medido de forma que eles possam ter o controle, sempre destacaram a preferência pela medição do metro e não pelo peso (ALVES, 2006). A esse respeito, um dos sindicalistas entrevistado, o Sr. Ignácio, afirmou:

É por isso que nós estamos brigando para pôr um piso salarial no corte da

cana, que é um piso fixo... ou então, no mínimo, *fazer com que ele tenha um metro linear, porque ele vai lidar com a capacidade do corpo físico de cada um. Se eu ponho o metro linear eu já sei quanto que eu vou ganhar. Ah! Eu vou cortar 60 metros, então tá bom! Quer dizer, se a diária é tanto eu vou ganhar tanto, então ele sabe quanto ele vai ganhar. Então é por isso que a gente briga ou pelo piso salarial fixo na parte da cana ou o metro linear pra quando ele tiver trabalhando saber quanto ele tá produzindo e quanto ele vai ganhar*<sup>87</sup> (*grifo nosso*).

De acordo com o nosso depoente, com o metro linear da cana tendo um preço previamente estabelecido, o trabalhador já sabe o quanto ganhará ao final da jornada de trabalho, ou seja, ainda que o pagamento seja por produção, poderá controlar seu ritmo e desgaste físico porque sabe das suas condições e necessidades financeiras. Todavia, as usinas, com seu intento de controlar a produção e subordinar o trabalhador às suas exigências argumentam que é impossível adotar o pagamento por metro, uma vez que a medida utilizada em todas as etapas do processo produtivo é a tonelada de cana. Segundo Alves (2006), esse argumento oculta o verdadeiro interesse das usinas em manter a medição da cana em peso, qual seja, evitar que os trabalhadores tenham o controle sobre sua produção, pois assim as usinas perderiam o principal meio de pressão para aumentar a produtividade do trabalho. Em outras palavras, significa que, se o trabalhador detém o controle sobre sua produção, então poderá trabalhar no seu ritmo, sabendo o quanto pode ganhar e quando estão no limite de sua resistência física, isto é, parar de produzir.

Sabemos, portanto, que a forma e o conteúdo mais concreto da superexploração e do controle do capital sobre o trabalho no eito do canavial, além das condições degradantes de trabalho, é o pagamento por produção. Este, na verdade enquanto modalidade do “salário por peça” discutido por Marx (1985) é a forma mais adequada para o modo de produção capitalista, a partir da qual o capital não só exerce o controle sobre o processo de trabalho dos cortadores de cana, regulando e intensificando o trabalho, mas fazendo com que os trabalhadores acreditem que seu salário é pago por sua capacidade produtiva e não pela função de sua força de trabalho, mas por trabalho objetivado no produto. Por isso, essa forma de salário é mais vantajosa ao capitalista porque a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. “É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles” (SILVA, 1999, p. 86). Portanto, é uma competição que estimula o aumento da intensidade do trabalho e,

---

<sup>87</sup> Entrevista realizada em Barrinha-SP, em 26 de fevereiro de 2011.

consequentemente, da produtividade<sup>88</sup> (SILVA, 1999).

Nesse contexto, e abstraindo a aparência do “salário por peça”, enquanto uma modalidade do pagamento por produção, Marx nos alerta de que, “não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela incorporado, mas, ao contrário, de *medir o trabalho despendido pelo trabalho pelo número de peças que produziu*”. Assim, como o valor do trabalho de um dia é igual ao valor diário da força de trabalho, “logo o salário por peça é, portanto, apenas *uma forma modificada do salário por tempo*” (MARX, 1985, p. 140, *grifo nosso*). Ou seja, não altera em nada a relação de exploração entre capital e trabalho, o que significa dizer que a concorrência estabelecida entre os trabalhadores por meio do pagamento por produção é fruto das relações sociais de produção erigidas pelo próprio capital<sup>89</sup>.

A diferença entre o salário por tempo e por produção reside no fato de que, no “salário por peça”, “a qualidade do trabalho é controlada mediante o próprio produto”. Desse modo, “o salário por peça se torna fonte mais fecunda de descontos salariais e de fraudes capitalistas” afirma Marx (1985, p.140).

No setor sucroalcooleiro, a prática de descontos salariais e fraudes capitalistas são constantes porque o pagamento dos trabalhadores que cortam cana nas usinas é por produção. Quando indagamos os trabalhadores a respeito dessas fraudes e roubos praticados pelas usinas

---

<sup>88</sup> Existem usinas que se utilizam de estratégias que criam entre os trabalhadores um verdadeiro campeonato no qual cada trabalhador corre para alcançar a vitória. São colocadas metas (de produtividade) que deverão ser atingidas pelos trabalhadores, sendo estes, ao final, premiados pelas usinas. Para Iamamoto, “as estratégias de premiar os melhores trabalhadores, isto é, aqueles que cortam mais cana, é uma forma de estimular com bugigangas a maior produtividade dos trabalhadores”. Assim, “a necessidade de intensificação do trabalho é passada ao trabalhador como se fosse um interesse e vantagem para ele próprio e não um requisito para a obtenção de maior lucratividade para a empresa. A premiação, além de ser uma estratégia para ampliar a produtividade do trabalho, é um recurso para mobilizar o consentimento e adesão dos operários às metas empresariais. Ao mesmo tempo, procura fragilizar os interesses comuns dos trabalhadores. Aciona a autoestima de alguns e a competitividade frente aos companheiros, através do fornecimento de prêmios de consolação por intensificarem o trabalho” (2008, p.212).

<sup>89</sup> Segundo Iamamoto, “o trabalho pago por produção é medido pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante determinado período de tempo. *O salário por produção é um tipo de medida do salário, uma forma metamorfoseada do salário por tempo. A mudança da forma de pagamento não altera a determinação do salário.* Entretanto, o salário por produção aparece como se o preço do trabalho fosse determinado pela capacidade do produtor e não pela relação entre o valor diário médio da força de trabalho e o número de horas da jornada média, visto que a variação da capacidade de produção do trabalhador provoca alterações no montante de salário recebido. Essa forma de cálculo do salário permite levar em conta as variações na intensidade do trabalho e tem por base o rendimento médio, definido pela experiência, para realização de uma determinada tarefa. A partir dele se determina o número de unidades que é possível produzir em condições normais de trabalho – a força de trabalho com uma intensidade média requerida pela atividade desempenhada ao longo da jornada de trabalho de duração determinada. Assim, *o salário por produção apoia-se no salário-base por hora, multiplicado pela norma de rendimento da tarefa desempenhada.* Amplia as possibilidades de diferenciação dos salários individuais, tendo sido largamente impulsionado pelo taylorismo, como meio de incentivo a competição entre os trabalhadores” (2008, p. 231, *grifo nosso*).

durante a medição do corte da cana, um dos sujeitos entrevistados que exerce atualmente a função de fiscal de turma, o Sr. Francisco, ao ser inquirido se havia alguma diferença entre a remuneração do trabalhador e o que ele produz ao longo de uma jornada de trabalho, relatou-nos:

R - Existe. É isso que eu falava direto. Existe sim e muito. Muito, mas muito mesmo, porque isso lá na balança já tem desconto. Lá é eles quem vai fazer o preço. Não poderia ser assim, e isso tá na cara e é o que mais tem. *O ganho e a judiação do trabalhador está em cima disso aí. O foco tá todinho ali, todinho...*

P - Há um roubo?

R - *Com certeza de cem por cento.*

P - É isso que a usina faz?

R - E é todos e todos anos, o foco tá todo em cima disso aí. *Tudo o que quiser achar, não precisa correr atrás de outras coisas. Só em cima disso aí tá o erro do ganho, do salário, tá tudo ali. Corta uma cana boa, eles vão dar um jeito de... Mas quando chega lá quem vai provar... porque eu vi e ouvi falando, já vai e o encarregado já faz, eles descontam uma porcentagem por sujeira, tudo aí, depois eles veem a sacarose, qual que dá mais açúcar e dá mais álcool, tudo por trás ali.*

P - O Sr. pode explicar um pouco melhor, por favor, como funciona isso?

R - É o seguinte: cortou a cana num talhão de cana, eles tiram uma metragem ali, com uma viagem, que é uma base, chamada de base que vai pra usina. Aquele caminhão vai pesar, e vai ver, ele tem a metragem daquele talhão, aí eles vão ver quantas toneladas deu aquele talhão. Aí eles pesam. Lá eles vão fazer o crime, já vai descontar aquela sujeira, aquele quilo que vai descontar a sujeira do talhão inteiro, aí eles vão dar um preço, resumir e transformar de metro pra quilo e aí distribui... *Essa cana vai ser paga de 30 centavos, mas já descontando tudo. Talvez ela poderia ser uma cana de 40 centavos, 45 centavos ou até 50 centavos, mas a empresa quer tirar do trabalhador.*

P - O trabalhador corta sem saber quanto ele vai ganhar?

R - Isso. Ele não sabe, enquanto não tira aquela viagem. Mede ela, vai prá lá, pesam e voltam a dividir em metro, mas depois de tudo líquido.

P - Só vai saber do preço no final do dia?

R - Amanhã.

O roubo da produção dos trabalhadores, como se vê, pode ser realizado na hora da pesagem do “campeão”<sup>90</sup> para se definir o preço da cana, mas pode ocorrer também na forma como o metro de cana cortada é medido pelo fiscal ou feitor da turma. É uma situação que

---

<sup>90</sup> De acordo com Alves (2006, p. 95), o “campeão” é o caminhão que vai ao local de corte logo cedo para ser carregado com cana colhida em três pontos diferentes do talhão, para realizar a amostra representativa da qualidade e especificidades da cana naquele talhão. Nesse processo, os trabalhadores podem participar da escolha dos três pontos. Depois de carregado, com a cana colhida nos três pontos do talhão e medida em metros lineares, vai para a usina para ser pesado. Após a pesagem é realizada a conversão de tonelada de cana para metro, já atribuindo o valor do metro, na medida em que a tonelada de cana paga aos trabalhadores já tem seu valor definido pelo acordo coletivo. Nesse processo de pesagem na balança, os trabalhadores podem acompanhar, mas como ganham por produção, além de serem prejudicados, pois ficam sem receber durante o tempo que acompanharam a pesagem, ficam também marcados por empreiteiros e turmeiros, o que os levam ao medo de perderem o emprego.

contribui para o roubo da produção dos trabalhadores. Segundo nosso depoente, Sr. Francisco, o roubo do metro de cana pode ocorrer na medição por meio do compasso utilizado pelo fiscal.

É uma coisa que deveria muito bem ser corrigida. O sindicato deveria dar um toque, porque [...] o cara tá ali louco pra poder sair daquilo e ir sentar numa sombra, então ele passa o pé naquilo de qualquer maneira, ele roda, é muito fácil fazer. Eu sei porque eu vi fazendo, eu tenho as explicações de como é que é, fazer dez metros virar treze metros, e tem como fazer quinze metros virar nove. Fácil!

P - Como?

R - Ali roda o compasso num metro, ali um compasso de dois metros, *ele rodado no ar engole quarenta centímetros, se quiser fazer engolir, engole quarenta centímetros. É só rodar ele no ar. Na malandragem.* Então existe e é tanto que existem muitos espertos que falam: “Ah! eu quero conferir o meu”. Tem que ir lá e conferir. É direito do trabalhador, mas a maioria não exige. Mas tem uns mais racento que diz: “eu quero conferir”. Não quer nem saber, eu medi lá e deu tanto, e aí cê vai lá e confere. Às vezes acontece de ter mais ou menos. Às vezes dá menos e é um cara que não dá problema, aí o feitor vai e dá uns metros, porque tem aqueles talhões que têm umas sobras, que sobra devido a isso, pulando... (*grifo nosso*)

Outro depoente, sindicalista, o Sr. Antônio nos relatou que o roubo existe nos dois processos, o que significa dizer que o trabalhador canavieiro é lesado pelo menos duas vezes em sua produção, tanto no eito, durante a medição pelos fiscais da usina, quanto na própria usina durante o carregamento e pesagem da cana cortada. Relatou sobre a confissão de um fiscal que fora demitido da usina e que decidiu falar sobre as práticas de roubo que lesavam o trabalhador em sua produção.

Em conversa informal com antigo fiscal que também fez base, ele falou o seguinte (na época ele era fiscal, ele era o puxa da empresa, o puxa saco da empresa): quando eu ia lá, tudo certinho tudo ok, claro, porque eu estou presente. Tô conferindo, beleza. Aí ele me falou que nos dias que eu não ia, que ele mesmo falou pra mim aqui: “*rapaz, tô arrependido porque me mandaram embora, tô na mão e porque eu na maioria das vezes aumentei a metragem dos caminhões*”, conseqüentemente, dá menos quilos por metro né. Ainda falei pra ele, “*se for pra nós entrar na justiça, você faz o depoimento*”. Ele falou: “*você tá louco, se eu fizer isso eles me matam*”. Ele declarou que ele roubava o trabalhador pra favorecer a empresa (*grifo nosso*).

Portanto, o roubo da produção do trabalhador pela usina, na roça e na indústria, isto é, no eito e na balança da usina, são práticas antigas que caracterizam as relações de trabalho na agroindústria canavieira<sup>91</sup>. Elas são, em geral, responsáveis também pelos conflitos existentes

---

<sup>91</sup> Entretanto, há experiências de alternativas e resistências inventadas pelos próprios trabalhadores organizados

entre os trabalhadores e os fiscais que, em nome da usina, prejudicam os trabalhadores ao diminuírem seus ganhos durante a medição da produção. Dentre as razões levantadas pelos próprios trabalhadores e sindicalistas a respeito dos conflitos, podemos destacar: as dificuldades de relacionamento entre trabalhadores e fiscais; as exigências das usinas que levam fiscais e turmeiros a cobrar o ritmo e a qualidade do corte da cana no eito do canavial; as desavenças oriundas das formas de tratamento diferenciado dos turmeiros e fiscais em relação aos trabalhadores; a pressão gerada pela usina para ampliar a produtividade, o que provoca irritação entre trabalhadores, na medida em que são cobrados pelos fiscais de turma.

As relações de trabalho na agroindústria canavieira, principalmente no seu setor agrícola, podem ser tensas a ponto de provocarem frequentemente brigas, perseguições e até mortes. A esse respeito, Silva (1999) destaca que essas tensões, bem como a “interiorização da dominação”, sob o regime de trabalho livre “exige do capital uma organização hierárquica do trabalho que produza e reproduza mecanismos de disciplina”. Contudo, tais mecanismos não são unilaterais. “Eles são produzidos no seio das contradições entre as duas forças – a dos

---

pelo Sindicato, que inibem o roubo da usina praticado na hora da mediação e pesagem da cana cortada pelos trabalhadores. É o caso da experiência inédita do sistema alternativo de aferição da quantidade de cana cortada numa jornada de trabalho denominado de “*Quadra fechada*”, desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, no interior de São Paulo. Em um estudo crítico acerca do pagamento por produção, das estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis, Juliana Guanais (2010) descreve a emergência desse sistema alternativo como uma forma de resistência às práticas fraudulentas de medição da produção realizadas pelas usinas. Segundo a autora, “no ano de 1998 os trabalhadores rurais ligados à Usina Ester mostravam-se muito descontentes com o baixo preço que estava sendo pago pela tonelada de cana pelo sistema Campeão, quando decidiram entrar em greve. Naquele momento, pensando em resolver o impasse, um trabalhador rural sugeriu uma simples e notável mudança: ao invés de serem pesadas somente as canas das amostras dos três pontos selecionados da quadra – como ocorre no Campeão – toda cana de uma quadra inteira deveria ser carregada e pesada. A partir dessa mudança, depois de refeita a pesagem, verificou-se que o peso da cana mensurado pelo novo método era superior ao peso fornecido através do Campeão. Foi deste campo de lutas entre forças sociais desiguais que emergiu o *Quadra fechada*, implantado no Brasil na Usina Ester naquele mesmo ano” (p.87). O *Quadra fechada*, de acordo com a pesquisa de Guanais (2010), funciona da seguinte forma: “antes de iniciar o trabalho, a cana de uma quadra inteira (de um talhão inteiro) é medida para se saber quantos metros lineares de cana existem nela. Depois disso, inicia-se o trabalho e os trabalhadores passam a cortar toda a cana existente naquela quadra. Terminado o corte, toda cana cortada é colocada num caminhão e levada para a balança da usina. Depois de ser realizada a pesagem, encontra-se a quantidade de toneladas de cana por metro linear existente naquela quadra, através da divisão do peso da cana pela quantidade de metros lineares da quadra. Após encontrar a relação tonelada/metro (ou quilo/metro), insere-se nela o valor do preço da tonelada (o qual já foi definido no Acordo Coletivo de Trabalho), para se descobrir o preço do metro linear de cana” [...] “diferentemente do sistema Campeão, com o *Quadra fechada* o preço é estipulado a partir do peso da cana de toda a quadra, e essa é a grande diferença desse sistema alternativo com relação aos demais sistemas de aferição. Desta forma, evita-se que sejam pesados apenas pontos em que a cana tem baixo peso. Além desse primeiro controle, o *Quadra fechada* também permite que os trabalhadores fiquem sabendo exatamente a quantidade de cana que cortaram no dia, e isso porque, desde 1998, junto à balança da Usina Ester foi implantado um computador controlado por um fiscal do sindicato, impedindo, portanto, que haja roubos no momento de pesagem da cana. Dessa forma, os trabalhadores podem receber o equivalente à quantidade de cana cortada, o que não acontecia no sistema Campeão, pois era no momento da pesagem, que não era acompanhado pelos trabalhadores, que estes eram fraudados, recebendo, portanto, menos do que deveriam” (GUANAIS, 2010, p.87-88).

patrões e a dos trabalhadores”. (SILVA, 1999, p. 135). Mas a tensão dessas relações às vezes ultrapassa os limites do próprio canavial, adquirindo contornos institucionais, enquanto o Sindicato desempenha o papel de fiscalizador dessas relações de trabalho em defesa dos trabalhadores. Um dos sindicalistas entrevistados nos relatou que já sofreu ameaças de morte porque denunciou relações e contratos de trabalho irregulares praticados por sitiantes, empreiteiros e fornecedores de cana. O Sr. Antônio afirmou que já teve duas ameaças de morte desde que se tornou sindicalista.

Uma foi um sitiante que na época veio um trabalhador pra fazer uma recisão de contrato né e aí eu disse que não tava correto, *cobrei, e ele me mandou o recado que ia me matar*, só que ele pagou, só que ele falou que ia me matar. Pagou, só que mandou o recado que ia me dar um tiro. O outro era um empreiteiro que devido a minha denúncia, ele perdeu o serviço, e aí ele veio. Veio aqui, aqui nessa sala mesmo, veio e falou pra mim: *"você não tem medo de morrer?"* Eu falei: “eu morro uma vez”. *"Mas e se eu mandar te quebrar?"* Eu falei: “você que sabe”. Recebi a denúncia, comentei faça o que você quiser.

Portanto, as relações de trabalho que envolve a atuação dos sindicatos, fiscalizando e denunciando as irregularidades trabalhistas, podem ser tensas e conflituosas com empreiteiros, “gatos” e as próprias usinas. Foi o que nos relatou um dos sindicalistas. E isso fica evidente quando se aprofundam os conflitos durante os movimentos grevistas em que os sindicatos são acionados pelos trabalhadores para defenderem seus direitos e interesses. Assim, os trabalhadores que se veem lesados em algum de seus direitos pelas usinas e procuram os sindicatos para reivindicá-los, são marcados e terão dificuldades para se empregarem nas próximas safras. Afirma o Sr. Antônio que *“a usina Santo Antônio, por exemplo, não contrata mais gente de Pontal, porque eles falam que o nosso pessoal é mais agressivo, qualquer coisa procuram o sindicato, procuram a justiça”*. Em outras palavras, significa dizer que as usinas buscam conhecer o histórico de cada trabalhador antes de contratá-lo. Isso ocorre no escritório da usina<sup>92</sup>, lugar onde os trabalhadores são fichados e selecionados. Segundo Maria Ap. Moraes

---

<sup>92</sup> Esses escritórios responsáveis pela contratação e gestão dos assalariados rurais passaram por mudanças no contexto da reestruturação produtiva processada pelas usinas com o objetivo de racionalizar a gestão dos recursos humanos, bem como ampliar o controle e a vigilância do trabalho pelo capital. Segundo Scopinho, a pedagogia empresarial de controle dos trabalhadores iniciava-se por meio desses escritórios. “Os programas técnicos que envolvem o assalariado rural são, basicamente, de recrutamento e seleção de pessoal, de treinamento, de segurança e medicina do trabalho e de serviço social. *Tais programas desenvolvem-se organicamente articulados e orientam-se por um sistema informatizado de dados relativos aos trabalhadores, que permite aos gestores pesquisar e controlar permanentemente o comportamento da mão-de-obra no que se refere ao rendimento, absenteísmo, ocorrências disciplinares frequência aos serviços médicos e motivos da procura, requerimento de benefícios assistenciais, etc.* A informatização das atividades de gestão, por um lado, possibilita o aperfeiçoamento contínuo

Silva, aí consta o prontuário do trabalhador, ou seja, é aí que

[...] contém a história passada e se nada o desabonar, nem do ponto de vista médico, nem do seu comportamento, ele será empregado. A continuidade ou não na entressafra dependerá do comportamento na safra: manter a média de produtividade e não ter feito desordem são elementos positivos para continuar trabalhando na entressafra. (SILVA, 1999, p.141).

Em Pontal, cidade vizinha a Sertãozinho, próxima a Ribeirão Preto, há três usinas cuja produção sustenta a economia daquele município. Segundo o depoimento de um dos sindicalistas daquela cidade, as três estão cumprindo o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público do Trabalho de Ribeirão Preto e precisam cumprir na íntegra as normas da NR31, pois foram multadas em vários itens referentes à saúde e segurança do trabalho, sendo lavrados diversos autos de infração.

As empresas localizadas nas imediações do município de Pontal, além de infrações cometidas sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana, também são acusadas por sindicalistas e trabalhadores, pois há denúncias de que perseguem os trabalhadores que reivindicam os seus direitos ou que, na linguagem dos turmeiros, apresentam algum tipo de “problema”. Isto é, parece haver uma lista suja<sup>93</sup> na qual os fiscais, empreiteiros e turmeiros registram os nomes de trabalhadores que não deverão ser contratados na próxima safra. Segundo o Sr. Antônio,

[...] o cara entrega a carteira, daí vai pro escritório. Chega lá vai pegar a pasta

---

do sistema e, por outro, é um importante *instrumento de seleção controlada de mão-de-obra*. O programa de recrutamento e seleção tem por finalidade selecionar mão-de-obra *produtiva, disciplinada e hígida*. Em um primeiro momento, os critérios que o fundamentam são produtividade e disciplina e os agentes da seleção são aqueles que diretamente controlam a quantidade e a qualidade do trabalho na lavoura (feitores, fiscais e administradores). Em um segundo momento, o critério básico é hígidez suficiente para o desempenho do trabalho árduo na lavoura e o agente da seleção é o médico do trabalho que, em última instância, exclui aqueles trabalhadores que apresentam possibilidade de desenvolver patologias impeditivas da realização do trabalho em questão (hipertensão, doenças cardíacas, respiratórias e alérgicas, hérneas, comprometimentos na coluna vertebral e defeitos físicos exuberantes)” (SCOPINHO, 1996, p.76-77, *grifo nosso*).

<sup>93</sup> Essas listas parecem ser “os antídotos mais eficazes na correção das condutas, dos comportamentos dos trabalhadores”. Segundo Silva (1999) “elas são produzidas pelo escritório, mediante a centralização do controle, e distribuídas aos empreiteiros. Acompanhando as listas, há advertência aos empreiteiros: não levar, sob hipótese alguma, aqueles marcados para não trabalharem. O meio para a efetivação dessa ordem é a imposição do registro. Cria-se, aqui, o paradoxo, no qual a lei, os direitos existentes para os favorecerem impingem-lhes a marca da exclusão. Pelo controle do registro, eles são impedidos de trabalhar. Esta penalidade tem a duração de três anos. O trabalhador condenado pelos juízes do escritório (os moços), o foi em virtude de ter cometido o crime máximo: ter feito sujeira. A sujeira significa ter reclamado seus direitos na Junta Trabalhista, ter liderado ou, até mesmo, participado de greves, ter feito encrencas no caminhão, no talhão, ter reclamado seus direitos no escritório” (p. 141-142).

porque tem um histórico do trabalhador, aí chega lá, a pasta já tá no escritório. *O feitor, o fiscal ou o cara da turma lá que dividia o ônibus mandou falar que não era pra pegar o cara porque o cara deu algum tipo de problema*, às vezes por ninharia, o feitor ou o cara da turma vai lá e diz que não é pra contratar esse cara, nem põe motivo. Você vai lá ver e o trabalhador nem vem mais. Eu chego lá, o trabalhador fala que mostrou e na ficha lá tá escrito o código tal, código 7. Aí eu fui lá e perguntei: “o que é esse código 7”? Aí eles falam: “não, isso aqui não é nada não. Isso é porque teve algum problema, ou discutiu ou ele deixou um serviço ruim, toco alto”. Então lá você não consegue achar nada (*grifo nosso*).

Segundo esse mesmo depoente, a perseguição dos trabalhadores por turmeiros e fiscais ocorre porque o trabalhador não fez o serviço direito conforme lhe foi passado, atendendo às exigências da usina. Destaca o Sr. Antônio que isso se deve ao fato de que os trabalhadores migrantes oriundos do Nordeste que vêm pra trabalhar na região de Ribeirão Preto estão acostumados com outra forma de cortar cana, ou seja, com outras normas das usinas de lá e quando chegam aqui têm de executar o trabalho do jeito que as usinas querem, sendo as exigências garantidas pela fiscalização no canavial. Daí surgem muitos conflitos entre trabalhadores, migrantes temporários e fiscais.

Portanto, além de produzir para atingir a média de cana cortada exigida pelas usinas, os trabalhadores são constantemente cobrados e pressionados por fiscais e turmeiros para fazer o serviço de acordo com o padrão de qualidade<sup>94</sup> da usina, o que gera constantemente conflitos e tensões. Como o trabalhador já se encontra irritado e nervoso pelas dificuldades das condições de seu trabalho, ao ser provocado por fiscais quando afirmam que seu serviço está ruim, ocorrem explosões de ira e descontrole, contra o fiscal. Segundo o Sr. Antônio:

Teve um dia que eu fui à base ver a situação, eu era secretário, e tinha um trabalhador lá terminando o talhão, tava se lavando, e tô lá conversando e escuto um grito: “socorro”, “socorro”, “ele vai me matar”! No que eu virei assim, o feitor correndo na frente e o cara com o podão atrás. Aí o gerente

---

<sup>94</sup> Em um interessante estudo sobre as políticas de gestão da força de trabalho e do Programa de Qualidade Total adotado pelas usinas, Scopinho (2003) afirma que o objetivo específico desses programas é diminuir os índices de absenteísmo, uma vez que esse é um dos principais fatores que influem no rendimento da força de trabalho rural. Portanto, embora essas políticas de gestão, embasadas na Qualidade Total, inspirem-se em princípios humanistas, na prática, não significa o abandono dos tradicionais princípios e técnicas tayloristas de organização e gestão da força de trabalho. Pelo contrário, o método taylorista está cada vez mais revigorado na agricultura canavieira. “Apesar do discurso humanista e participativo dos empresários e gerentes, a política de gestão dos recursos humanos, na prática, utiliza métodos arcaicos, coercitivos e punitivos. Combinam-se os mecanismos de incentivo (prêmios aos campeões de produtividade, gratificação diferencial, contratação permanente, benefícios sociais) com os de punição (advertências, demissões, cortes de benefícios) para assegurar o controle sobre os trabalhadores. A política não significa uma melhoria real na qualidade de vida dos trabalhadores porque procura, essencialmente, criar junto à opinião pública as condições favoráveis que legitimem a reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que procura garantir aos trabalhadores condições mínimas de reprodução, de modo a elevar o rendimento e a qualidade do trabalho” (SCOPINHO, 2003, p. 57).

chegou lá com a caminhonete e botou assim na frente do cara, acalmou o cara, até que foi mandado embora, dispensaram ele por causa disso daí. Aí ele tava falando pra mim que o cara pegava muito no pé dele e tem dia que o cara não aguenta né.

Como diz o nosso entrevistado, o cara não aguenta. Para aguentar, afirma o Sr. Lander, sindicalista de Pitangueiras, “tem de rezar a cartilha da usina<sup>95</sup> e dos turmeiros”. Ou seja, o trabalhador, segundo Lander, que corta uma média de 15 ou 16 toneladas de cana por dia é bem sucedido com o turmeiro. Para Lander,

*Rezar a cartilha é você fazer tudo do jeito que eles querem. Então, você pode estar doente e não levar atestado. Você não pode ficar doente, enquanto você tá produzindo você é bom pra eles. Ah! mas se você ficou doente da coluna um ano com o mesmo problema, no próximo ano eles já te cortam. É... não pode. Começou a levar atestado já era. Não tem condições e vai embora (grifo nosso).*

De acordo com o mesmo sindicalista, os trabalhadores que resolvem “*não rezar a cartilha*” dos turmeiros e empreiteiros são perseguidos apenas por reivindicar equipamentos de proteção individual, que lhe é de direito, como um par de botinas, instrumento indispensável para o exercício do seu trabalho. Por exemplo, quando perguntamos se havia algum tipo de perseguição aos trabalhadores por parte dos turmeiros, o Sr. Lander nos relatou:

Por exemplo: há quinze ou vinte dias atrás tinha um trabalhador que estava com problema no sapatão que estava tudo estourado e como ele tava trabalhando com muita umidade no sapato, começou a dar um problema no pé dele. Ele foi no turmeiro, mas como o turmeiro não gostava muito dele, ele não trocava o equipamento dele. E aí com o problema no pé, ele foi falar para o turmeiro e o turmeiro ainda ameaçava ele. Então, o que ele fez: ele veio aqui, ele teve que vir ao Sindicato.

Como se vê, o trabalhador é coagido pelo turmeiro que, além de desrespeitar os

---

<sup>95</sup> Rezar a cartilha pode ser entendido como executar o trabalho de acordo com as exigências de qualidade da empresa, ou seja, cortar a cana conforme as determinações da usina. A esse respeito, afirma Francisco Alves que “em algumas unidades produtivas, o desponte dos pendões pode ser realizado na fileira central, mas a cana não pode ser deixada esteirada, é obrigatório que os trabalhadores deixem a cana disposta em montes que distam um metro um do outro, chamado bandeiras. É necessário perceber que a realização dos montes é uma atividade adicional imposta ao trabalhador, que exige um dispêndio maior de energia e consome-lhe tempo de trabalho. Nas usinas onde a disposição da cana é esteirada e a realização do corte da ponteira pode ser feita no chão, estima-se que os trabalhadores tenham sua produtividade acrescida em 30% em relação aos trabalhadores que são obrigados a realizarem os montes e tenham de cortar a ponteira no ar. A disposição da cana em montes evita que as carregadeiras utilizem o rastelo mecânico rotativo para amontoar a cana e isso reduz a quantidade de terra levada do campo para a usina, reduz o gasto com combustível das carregadeiras e dispensa a lavagem de cana nas usinas. Portanto, *algumas usinas, para reduzir esses gastos, repassa-os aos trabalhadores, aumentando a quantidade de atividades realizadas sem aumentar o pagamento por essa atividade adicional*” (2008, p.29, grifo nosso).

direitos do trabalhador, o ameaça de demissão. Segundo nosso depoente ele não só ameaçava, mas dizia:

“[...] *eu não vou trocar o seu equipamento*”. Mas para os outros ele trocava e o dele não. Ele veio aqui com aquela condição, tiramos foto e pedimos a fiscalização pra ver, mas se é um trabalhador que quer um emprego, se ele fizer isso, ele vai ser dispensado, e foi o que aconteceu com o trabalhador, entendeu. *A gente tirou foto do pé dele, todo machucado*. Como que ele vai tocar a família dele? Quer dizer, o que acabou acontecendo? Nós pedimos a fiscalização e daí depois de três dias trocaram o equipamento dele... Mas daí passou uns três ou quatro dias, o fiscal perguntou: “*como é que tá a situação do rapaz?*” E nós dissemos: “regularizou a situação, só que nós queremos que mesmo assim se faça a fiscalização e que se vá ouvir, ouvir ele e os companheiros que estavam em volta dele para ver a situação”, mas não deu tempo não. Mandou ele embora (*grifo nosso*).

Diante desse contexto, podemos verificar que o ideário da qualidade total das empresas é renovado e moderno apenas no discurso, e mesmo assim, quando lhes interessa para garantir a ampliação do mercado. No que concerne à saúde e aos direitos dos trabalhadores, observamos que são tratados apenas como fatores essenciais de produção<sup>96</sup>, cujo desgaste para o capital exige apenas a simples troca ou o descarte, mas para o trabalhador pode ser o fim de sua vida útil para o trabalho.

Nesse processo que envolve a política de qualidade total adotada pelas empresas para garantir a ampliação de sua participação no mercado internacional, identificamos algumas consequências para os trabalhadores canavieiros na medida em que tais políticas aprofundam não só o modelo de desenvolvimento desigual vigente no país, mas também e, sobretudo, porque tais políticas, além de privilegiarem a redução dos custos das empresas para concorrerem no mercado externo, enxugando ainda mais sua estrutura produtiva, intensificam o grau de exploração no corte da cana, elevando não só a produtividade do trabalhador, mas exigindo também maior qualidade do processo de trabalho da colheita manual de cana.

Aliás, no que concerne às novas médias de produtividade exigidas pelas usinas em função não só da mecanização que passou a pressionar os trabalhadores para aumentarem sua

---

<sup>96</sup> Nesse sentido, afirma Scopinho (2004) que “a política empresarial nessa área está voltada para o marketing social e para as práticas que se restringem, quando muito, ao cumprimento da legislação. A saúde do trabalhador ganha importância na medida em que a ocorrência de acidentes ou de doenças, além de representar uma diminuição da produtividade e custos adicionais de produção, pode também prejudicar a imagem da empresa no mercado. Ocorre que o cuidado com a saúde e com a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental constitui um dos requisitos básicos para a obtenção dos selos, das certificações e para a elaboração dos pactos sociais, hoje tão necessários para romper as medidas protecionistas e para facilitar a colocação dos produtos no mercado, principalmente o internacional” (p. 21).

produção, mas em relação ao próprio processo de trabalho, prescrito e vigiado pelos fiscais para garantir as exigências de qualidade das usinas, um dos nossos entrevistados afirma que não houve um aumento na média da produtividade dos trabalhadores, mas sim maior exigência no trabalho. Para o Sr. Rodrigues a média de produtividade

[...] não aumentou, porque naquele período *lá atrás*, logo antes do início da mecanização, *não havia exigência com relação ao corte*, então aí nós tínhamos um rendimento maior até *porque tinha mais cana, tinha mais gente trabalhando*. Hoje eu acho que o que aumentou foi a exigência, *querem que a cana fique limpinha, bem cortadinha*. Tem toda uma situação que é contrária à condição lá atrás. Então há um esforço físico maior nesse sentido, mas o rendimento não acho que aumentou muito. Lá atrás eu acho que era muito maior, eu conheço histórias de quarenta e cinco toneladas de cana, trinta, vinte e cinco, lá atrás. *Hoje, quem conseguir cortar dezoito toneladas de cana hoje em dia, na exigência em que está no campo hoje, do jeito que os caras estão exigindo, pode ter certeza que ele roubou*, é complicado. Então *houve um aumento nas exigências do serviço*. Antigamente você derrubava a cana, ponteira de um lado pro outro. Quem corta a cana sabe do que eu estou falando! Então havia um rendimento maior. *Hoje não, hoje você andou um pedacinho você tem que tirar uma ponteira, muitos exigem que você corte no alto. Então aumentou, dificultou o trabalho rural*, dificultou ainda mais. Então há um esforço até maior se você for ver, o cara acaba se esforçando muito para render porque a empresa segura ele exigindo, exigindo qualidade. Enquanto ela exige qualidade, ela atrapalha o rendimento dele, ele acaba se esforçando mais (*grifo nosso*).

Esse depoimento é revelador de um aspecto que em geral poucos se dão conta, isto é, as usinas, ao exigirem do trabalhador canavieiro qualidade e um maior ritmo no corte da cana, prescrevendo o trabalho, vigiando e controlando-o, transfere a lógica perversa da competitividade e do discurso da qualidade total vigente no mercado para os trabalhadores e seu ambiente de trabalho. Assim, os treinamentos de trabalhadores (recém-contratados) que integram os programas de qualidade total das usinas têm a finalidade de motivá-los, envolvendo-os na perseguição dos objetivos estratégicos da empresa: maior produtividade e qualidade, do trabalho, serviços e produtos (SCOPINHO, 1996).

Segundo o nosso depoente, o aumento das exigências das usinas em relação ao processo de trabalho tem sido uma das razões de muitas doenças que acometem o trabalhador, pois o ritmo de produção da agroindústria se impõe ao ritmo de produção do trabalhador, da mesma forma que a ideologia do mercado se impõe aos trabalhadores, quando concorrem entre si para aumentar a produção. Entretanto, o trabalho no corte da cana apresenta algumas características específicas, por vezes contraditórias. Trata-se, na verdade, da natureza coletiva e

individual do trabalho na cana. Ou seja, este tipo de trabalho se desenvolve a partir da reunião de grande quantidade de trabalhadores ao mesmo tempo e no mesmo espaço de trabalho (canavial) que atuam de forma organizada, no mesmo processo de produção (agroindustrial), voltado para a produção do mesmo tipo de mercadoria (açúcar e álcool), sob o comando do mesmo capital. Isso permite colocar em movimento, segundo Yamamoto (2008), o *trabalho social médio*, de modo que as operações individuais tornam-se parte contínua de uma operação total, qual seja, o *trabalho coletivo agroindustrial*.

Desse modo, o caráter social e coletivo do trabalho cria a possibilidade da convivência e de partilhar um empreendimento comum. Essa dimensão é capturada pelos sujeitos que trabalham como uma oportunidade de viver em coletividade com os companheiros de jornada. Segundo Yamamoto, “*é a dimensão coletiva do trabalho*” a fonte da alegria e satisfação com o trabalho por parte dos indivíduos que o realizam. O convívio com os colegas “[...] estimula o desenvolvimento da sociabilidade e do espírito vital, permitindo fruir o caráter social do trabalho como motivo de prazer e antídoto ao máximo esforço despendido” (YAMAMOTO, 2008, p. 207).

Num ambiente de trabalho em que predomina o cansaço, a irritação e o desgaste, contraditoriamente, os trabalhadores encontram mecanismos de sustentação da amizade como forma de sociabilidade e resistência ao sofrimento coletivo que os afligem cotidianamente, apesar das iniciativas do capital em fragmentar a força de trabalho e sua consciência de classe por meio da terceirização, das subcontratações e contratos temporários. Quando buscamos compreender como os trabalhadores percebem o seu trabalho (como dimensão coletiva) e as relações no eito do canavial, um dos nossos entrevistados, o Sr. Gonzaga, relatou:

[...] a gente pega no trabalho e... é os amigos que a gente tem dentro daquele ônibus. Normalmente quando a gente sai de casa, quando entramos no ônibus, ali *dentro daquele ônibus é uma família* pra nós trabalhadores. *Todo mundo ali é como se fosse irmão*, entendeu? *Todo mundo ali é uma família*. Todo mundo respeita um ao outro, entendeu? [...] até porque quando chega no final do ano, em que há essa separação entre o companheiro lá que todo dia tá dentro daquele ônibus lá, *a gente, trabalhador, sente falta um do outro*. *Então a gente sente saudade um do outro porque existe aquele definitivo e existe aquele trabalhador que é contrato*. *Quando esse contrato vence pra um companheiro, quando ele vai embora pro seu Estado de origem, nós que estamos definitivo, a gente sente aquela falta, é como que um pedaço da gente indo embora*, entendeu, de tanto costume que a gente tem ali, entendeu? É como se fosse embora um pedaço seu. *A gente fica pensando “será que um dia eu vou reencontrar o meu colega”*, entendeu? (grifo nosso)

Todavia, essa dimensão coletiva é ambígua, posto que ela aparece como concorrência entre os trabalhadores, em função da forma capitalista assumida pela cooperação<sup>97</sup>. Como se fosse outra face da mesma moeda, o trabalhador coletivo é reduzido a mero acionador dos instrumentos de trabalho, mera força de trabalho mercantilizada, fazendo submergir os indivíduos em favor das coisas que parecem adquirir vida própria (IAMAMOTO, 2008, p. 207).

O pagamento por produção ao criar a ilusão na consciência do trabalhador que o seu ganho depende da sua capacidade de produzir, (isto é, de sua força física, habilidade e destreza) desperta – de forma natural – o interesse do trabalhador em aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, facilitando ao capitalista elevar não apenas o grau normal de intensidade, mas também o prolongamento da jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal (MARX, 1985).

É valioso o relato captado de um dos trabalhadores que entrevistamos quando afirma que, às vezes, a irritação e o nervosismo que o trabalhador tem durante o corte da cana funcionam como combustível para alimentar a capacidade de produção do trabalhador. Ademais, o Sr. Francisco nos explica que a concorrência não só existe em função das hierarquias estabelecidas pelos próprios turmeiros e fiscais de turma quando prescrevem o trabalho, isto é, o eito de cana que cada trabalhador será responsável por cortar, mas também por causa da própria natureza do salário por empreita. Assim, destaca que o rendimento do trabalho depende do esforço físico e da “disposição do corpo” (DAWSEY, 1997), além, é claro, das condições da cana que cada trabalhador vai pegar. Destaca ainda, que as condições da cana e do eito que cada trabalhador pega, é a causa de muitos conflitos entre trabalhadores e turmeiros. Segundo nosso depoente, o trabalho na cana:

[...] é muito cansativo. Ele depende da força da pessoa, depende do interesse. Da *disposição do corpo*. Se não tiver agilidade, se não quiser mesmo, não vira nada. Porque, vamos supor, solta 150 metros para aquela pessoa, vai soltando por pessoa. Uma turma de 40 pessoas faz três escalas e depende dos eitos de cana que pegar. *Aquela turma melhor pega mais cana e a turma mais ruim*

---

<sup>97</sup> A contradição da cooperação capitalista é analisada por Dawsey (1997), quando esse autor identificou em sua pesquisa sobre a percepção do tempo e espaço dos trabalhadores canavieiros na região de Piracicaba, que “as turmas se constituíam geralmente em torno de redes de reciprocidade envolvendo vizinhos, amigos e parentes. Os pontos de parada que constituíam a trajetória do turmeiro eram determinados pela configuração destas redes. No entanto, o trabalho nos canaviais também podia ser altamente competitivo. Geralmente, turmeiros determinavam que trabalhadores avançassem nos eitos a partir de extremos opostos. Numa situação em que trabalhadores são pagos por produção, as rivalidades se intensificavam. Quando a produção era registrada por metro de cana cortada, a colocação da estaca demarcando o ponto de encontro entre trabalhadores vindo de direções opostas suscitava tensões, às vezes brigas” (p.207).

*pega menos cana. Então, aquela cana... vai fazer... tipo uns cortes. Então aquele pedaço que o cara demorar tirar os outros que vão acabando vem comer o dele. Come o dele de lá e vem comer o dele cá também. Então tem que correr o dele para poder tirar o do outro lá (grifo nosso).*

A concorrência entre os trabalhadores no canavial é incentivada pelos turmeiros e encarregados da usina responsáveis por repassar o serviço. Como já sabem a média de produtividade de cada turma e trabalhador, os turmeiros usam das diferenças de produtividade para estabelecer diferenças e hierarquias entre os trabalhadores, envolvendo aqueles que cortam mais e são os “campeões” da turma e aqueles que cortam menos e se esforçam ao máximo para alcançar os mais produtivos. Assim, a lógica da competição incorporada pelos trabalhadores é o que rege o comportamento dos indivíduos que se veem como concorrentes em virtude da hierarquia estabelecida. Os mais produtivos são levados a ampliarem ainda mais sua produção para não serem alcançados pelos demais e assim correr o risco de perder seu posto de “campeão”; já os menos produtivos sofrem pressão dos fiscais para ampliarem sua produção e também do coletivo, isto é, da turma que, por meio de brincadeiras e zoeiras, mexem com a autoestima de cada um.

Quando indagamos ao Sr. Francisco sobre como funciona essa concorrência entre os trabalhadores. Ele nos relatou que: *“É isso que mata, é isso que dá o desgaste e a canseira, porque o cara trabalha forçando aqui, mas olhando lá na frente o do outro. A gente sempre trabalhou desse jeito. Sempre trabalha e sempre vai trabalhar na cana assim”*. Contudo, se essa é a percepção de que o pagamento por produção é prejudicial à saúde do trabalhador, conforme o Sr. Francisco nos relatou, há outros trabalhadores que defendem essa forma de pagamento. É o caso do Sr. Roberto, migrante paranaense, ex-colono e trabalhador da cana há quase trinta anos que, além de transferir a responsabilidade dos acidentes e adoecimento no corte da cana para os trabalhadores, culpabilizando os indivíduos e defendendo as normas da usina, fez a defesa do pagamento por produção como uma forma justa de remuneração. Segundo ele,

O corte de cana precisa ser por produção. Precisa ser por produção porque uma diária cortando cana não tem condições. Eu não aceito, outros não aceitam. Precisa ter uma empreita. A gente fala empreita. Hoje se fala produção. Que nem, uma comparação, hoje, a gente vai carpir, arrancar colonhão... Acho que a diária tá hoje o que? Vinte e cinco reais! Então chega e falam assim: “Ó gente, vai pagar a diária hoje trinta e dois real”, certo? Aí, em comparação, eu fiz cinco, seis pés a mais. Então quer dizer que eu posso atingir quarenta real. É isso aí.

Outro trabalhador ao ser inquirido sobre o que pensa sobre o pagamento no corte da cana ser por produção afirmou que acha justo, *“porque é um incentivo a mais ganhar um pouco a mais no seu salário lá no início do mês”*. Assim, afirma o Sr. Gonzaga que *“por produção é melhor porque, no final do ano, quando a gente pega férias, então as nossas férias já vêm um pouco a mais também”*. Entretanto, apesar de defender o pagamento por produção como uma forma de pagamento que permite, supostamente, ao trabalhador um rendimento maior porque depende da sua capacidade de produzir, o mesmo trabalhador reconhece que essa forma de pagamento é a responsável pelo desgaste e sofrimento do trabalhador no corte da cana e cita o próprio exemplo, quando desenvolveu problemas de saúde na coluna relacionados ao trabalho. Ou seja, o que percebemos durante as entrevistas em que alguns trabalhadores se posicionaram contra ou a favor do pagamento por produção, é que, para aqueles que se posicionaram a favor, havia pouco esclarecimento em relação a outras formas de remuneração, como o salário fixo, bem como demonstraram desconhecer as fraudes praticadas pelas usinas durante a medição da produção. Esses trabalhadores sempre que se declararam favoráveis ao pagamento por produção, enfatizaram o baixo valor dos seus salários e que a única forma de ganharem um pouco melhor seria por meio do pagamento por produção.

Portanto, podemos delinear a partir de Marx que o pagamento por produção se constitui, no contexto atual da expansão internacional do agronegócio canavieiro, como mais um mecanismo de superexploração do trabalho, no interior do qual operam não apenas a intensificação do trabalho por meio do aumento das médias de produção, das exigências do processo de trabalho articuladas às políticas de gestão e controle do trabalho praticado pelas empresas, mas que, ao gerar desgaste, adoecimento e até morte, liquida com o trabalhador à medida que debilita as suas forças físicas e mentais.

Assim, se a remuneração dos trabalhadores no corte da cana se dá por meio da produção, podemos afirmar, de acordo com Marx (1985), que o salário diário ou semanal varia com a diferenciação individual dos trabalhadores de acordo com a capacidade produtiva de cada um, ou seja, conforme a habilidade, força, energia e persistência dos trabalhadores individuais. Para Marx, isso não altera a relação entre capital e trabalho assalariado. Mas por que não altera essa relação? Segundo Marx, isso ocorre porque:

- 1) As diferenças individuais se compensam na oficina em seu conjunto, de modo que, em determinado tempo de trabalho, ela fornece o produto médio e o salário global pago será o salário médio do ramo de atividade;
- 2) A proporção entre salário e mais-valia permanece inalterada, pois ao salário individual do trabalhador isolado corresponde à massa de mais-valia individualmente fornecida por ele (MARX, 1985, p. 142).

Todavia, se por um lado o salário por peça oferece ao trabalhador uma maior individualidade e com ela o sentimento de liberdade<sup>98</sup>, a independência e autocontrole, por outro gera a concorrência entre eles e de uns contra os outros. Por isso, “o salário por peça tem a tendência, com a elevação de salários individuais acima do nível médio, de baixar esse mesmo nível” (MARX, 1985, p. 142).

Acreditamos, portanto, que o fato da região de Ribeirão Preto ter se tornado ou despontar atualmente – no contexto atual da expansão internacional do agronegócio canavieiro – como um modelo de desenvolvimento econômico se deve à superexploração do trabalhador e ao rebaixamento constante de seu salário como forma de expandir a acumulação do capital agroindustrial. Enfatizamos, por conseguinte, que um dos elementos centrais dessa acelerada expansão do agronegócio canavieiro no Brasil pode ser encontrado na forma de pagamento adotada nesse setor como sendo de ampla vantagem para o capital, mas de penúria, desgaste, liquidação e morte para os trabalhadores.

Isso porque, se consideramos o pagamento por produção como uma modalidade do “salário por peça”, então, de acordo com Marx (1985), quanto mais o trabalhador produz, menos tempo de trabalho emprega para produzir a mesma peça; ou seja, quanto mais o trabalhador cortar a cana, menos tempo de trabalho será necessário para cortar a mesma quantidade de cana, o que significa, em outras palavras, que menor será o tempo de trabalho

---

<sup>98</sup> Entretanto, cabe destacar, de acordo com Yamamoto que, “a autonomia que o cortador de cana detém no desempenho de suas funções é relativa, porque subordinada aos códigos técnicos e disciplinares da empresa, que norteiam a realização de suas atividades. Em outros termos, os cortadores de cana não detêm o controle sobre o conteúdo de seu trabalho, visto que quando começam a trabalhar já são partes de um mecanismo global da produção que lhe é extremo. Ora, o que o usineiros comprou foi exatamente o direito de consumo da força de trabalho durante um certo período. Logo, quando o trabalhador aciona sua atividade, ela já não lhe pertence, passando a ser um modo de existência do capital. Dessa forma, a força produtiva derivada do trabalho combinado aparece como força produtiva do capital. Converte os trabalhadores individuais e as turmas em órgãos particulares de um mecanismo global, do qual participam como fornecedores de sua energia vital, que só lhes pertence como esforço, que exige mobilizar sua vontade, atenção, versatilidade e rapidez de movimentos, além de força física no trabalho repetitivo e fragmentado” (2008, p. 215).

necessário para garantir a reprodução do trabalhador. Portanto, menor será o seu salário e maior o trabalho excedente; logo, maior a massa de mais-valia extraída pelo capital.

Eis aí a característica da superexploração do trabalho na agroindústria canavieira.

Como esse setor é parte constitutiva do histórico intercâmbio desigual praticado pela economia brasileira, a única forma de compensar a perda de mais-valia com a venda de *commodities* no mercado externo é a compensação dessa perda no âmbito da produção, o que leva as empresas do setor sucroalcooleiro a adotarem estratégias econômicas que buscam aumentar a massa de mais-valia extraída. Para tanto, utilizam-se de estratégias que articulam o prolongamento da jornada de trabalho com o aumento da intensidade do trabalho. Esses dois elementos mesclam-se com um terceiro, isto é, a extração de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho, configurando, no âmbito da economia dependente, um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2000).

Verificamos, portanto, que na agroindústria canavieira além do trabalhador ter a sua jornada de trabalho estendida e o seu processo de trabalho intensificado pelas medidas de gestão e qualidade implementadas pelas empresas, a adoção do pagamento por produção não só se converte em grande vantagem para o capital, mas, gerando um desgaste prematuro da força de trabalho, impede que esta, pelo rebaixamento de seu salário, consuma o estritamente indispensável para conservar sua força em estado normal. Eis aí a natureza do “*moinho satânico*” do capital.

### **3.4. Mecanização e intensificação do trabalho: as engrenagens do *moinho satânico***

Já discutimos em capítulos anteriores deste trabalho que a mecanização é parte integrante do processo de modernização que se iniciou na agricultura brasileira em meados dos anos 1970. No caso do agronegócio canavieiro, a utilização de máquinas para o corte da cana data do final dos anos 1970, tendo se desenvolvido durante os anos de 1980, mas ganhou força mesmo com as transformações econômicas geradas pelo processo de reestruturação produtiva na década de 1990, quando o setor sucroalcooleiro enfrentou uma de suas piores crises econômicas.

Nos anos de 1980 e 1990 alguns fatores corroboraram com os interesses das empresas

em mecanizar a colheita da cana-de-açúcar. Dentre os principais se destacam:

- 1) As greves dos anos 1980 e as lutas dos trabalhadores canavieiros por melhores condições de trabalho e reajustes de salários;
- 2) O poder de negociação e mobilização dos trabalhadores organizados pelos sindicatos e federações;
- 3) As condições degradantes do trabalho na colheita manual;
- 4) Problemas ambientais causados pela produção da cana-de-açúcar, do álcool e do açúcar;
- 5) Exigências do mercado e pressão dos movimentos sociais e ambientais contra as queimadas, dentre outros.

Além desses fatores que obviamente influenciaram direta ou indiretamente as empresas a adotarem a mecanização, existem outros muito mais significativos do ponto de vista do capital agroindustrial. Podemos dizer que a vantagem da mecanização do corte para os usineiros consiste tanto no fato de que ela se converte num dos principais meios de aumentar a produtividade e qualidade da matéria-prima, como na possibilidade de diminuir os custos da produção agrícola, desde que respeitadas algumas condições físicas e de produtividade da área agrícola com viabilidade técnica para a mecanização (SCOPINHO, et al, 1999).

Portanto, para os usineiros viabilizarem a introdução da mecanização na colheita da cana como forma de “subordinação real do trabalho ao capital” (MARX, 1985), algumas condições são necessárias. Por exemplo, no que se refere ao aspecto fundiário, Alves (2002) destaca que o corte mecanizado exige para sua escala operacional glebas de no mínimo 500 hectares dispostas em longos talhões para o aumento da produtividade operacional. No aspecto social, o desemprego se torna uma ameaça imediata aos trabalhadores, posto que cada máquina pode substituir um grupo que varia de 80 a 200 trabalhadores. As consequências evidentemente são inevitáveis, gerando ao mesmo tempo o aumento da concentração das propriedades ligadas ao agronegócio canavieiro e a perda de milhares de postos de trabalho na colheita manual da cana.

Por conseguinte, para ser implantada na colheita da cana, em que pese a heterogeneidade das unidades produtivas, a mecanização exige um conjunto de transformações na parte agrícola. Essas transformações perpassam todo o processo de plantio, tratos culturais, corte, colheita, carregamento, transporte e recepção da cana, e vai até a indústria onde ela é processada. Para tanto, deve haver toda uma estrutura de apoio composta normalmente por um

caminhão-oficina, um comboio de lubrificação, sistema de rádio-comunicação e um carro-tanque de lavagem dos equipamentos para cada frente de trabalho, em rigoroso planejamento operacional que dê conta da otimização do trabalho (VEIGA FILHO, *et al*, 1994, p. 48).

Com isso, na medida em que a mecanização amplia a capacidade produtiva no trabalho agrícola, ela aperfeiçoa o processo de valorização do capital, causando prejuízos aos cortadores de cana, que vão desde a perda do emprego até a precarização das condições de trabalho, pois a cana que sobra para os cortadores no talhão é a pior cana para se cortar, o que, além de exigir maior esforço e desgaste físico de seu corpo, diminui consideravelmente a sua produção. Essas são as condições nas quais a mecanização da colheita da cana tende a lançar os trabalhadores canavieiros, porque para mecanizar o corte outra logística de produção e um novo modo de organização do trabalho se instauram no eito do canavial. Portanto, é diante desse contexto que buscamos compreender de que maneira os sujeitos da pesquisa (trabalhadores, sindicalistas, fiscal do trabalho e agente pastoral) percebem o processo de mecanização em curso na região de Ribeirão Preto e seus impactos sobre o trabalho.

A percepção geral dos sujeitos que entrevistamos é uma só: a mecanização é um processo inevitável e encontra-se em estágio bastante avançado na região de Ribeirão Preto. Dentre os principais problemas e consequências identificadas, com as quais trabalhadores e sindicalistas têm de lidar, está o desemprego que atinge milhares de trabalhadores, pois uma única máquina pode substituir em média até 100 cortadores de cana. Vale destacar ainda, que além de uma alta produtividade, se comparada ao corte manual, a colheita mecânica realizada por máquinas pode ser feita de maneira ininterrupta, de dia e de noite. Com o avanço da colheita mecânica, a qualificação dos trabalhadores tem sido uma forma dos sindicatos amenizarem o impacto do desemprego em massa na região de Ribeirão Preto<sup>99</sup>.

Os depoimentos dos sindicalistas sinalizam uma preocupação dessas instituições com

---

<sup>99</sup> O desemprego provocado pela mecanização da colheita da cana já é uma realidade para os cortadores de cana no Estado de São Paulo. Em levantamento acerca do nível de emprego e desemprego no setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo de 2006 a 2009 (BACARIN; GEBARA; BARA, 2011) concluíram que, se por um lado com a expansão canavieira houve um crescimento no número de pessoas empregadas nas atividades industriais e administrativas do setor, por outro isso não se repetiu com os trabalhadores das atividades agrícolas. Nesse caso, afirmam os autores, “enquanto aumentou o número de trabalhadores da mecanização agrícola diminuiu, em valor absoluto muito mais significativo, o número de trabalhadores canavieiros não especializados”. Assim, destacam: “o que vinha se observando, pelo menos desde os meados da década de 1990, ganhou maior intensidade a partir de 2006, que é a substituição da colheita manual de cana queimada pela colheita mecânica de cana crua, motivada pela necessidade empresarial de se reforçar a imagem do etanol como um combustível renovável e com poucos efeitos negativos ao meio ambiente. Isso, mais as modificações que estão ocorrendo na operação de plantio da cana-de-açúcar, tem alcançado tal intensidade, que mesmo a expansão significativa da área e da produção canavieira não tem sido suficiente para compensar as mudanças tecnológicas, de forma que o resultado líquido é uma diminuição no número de trabalhadores não especializados ocupados na lavoura canavieira” (p. 92).

a qualificação dos trabalhadores que poderão ou não ser absorvidos pelas usinas no processo de mecanização da colheita da cana ou mesmo nos processos industriais internos da empresa.

Questionado sobre como o sindicato tem enfrentado a questão da mecanização na cidade de Guariba, um dos sindicalistas, Sr. Rodrigues, destacou:

Tem enfrentado até de uma maneira normal porque eu acho que essa mecanização é inevitável devido a essa competição do mercado [...] principalmente os americanos que são os maiores produtores de álcool de milho. Mas *a mecanização é inevitável*, isso aí é um processo que ia acontecer mesmo de qualquer forma como aconteceu com outras culturas no passado. Nós temos hoje o café. Quem imaginava que o café seria mecanizado? Ou que o algodão seria mecanizado? Então, com certeza, a gente já esperava por isso. *É por isso que hoje nós até contribuímos com a qualificação das pessoas para que essa mão-de-obra seja substituída para outros setores ou para outra atividade*. Mas é normal, não tem muito o que... Isso já era esperado (*grifo nosso*).

Outro sindicalista, o Sr. Ignácio, da cidade de Barrinha, corroborando a fala anterior assinalou sobre o impacto da mecanização:

Bom, o impacto é total porque o trabalho realmente vai ficar sem a mão-de-obra mais dia ou menos dia, e sabemos que a mecanização é inevitável, e não adianta esbravejar, pular e já brigamos muito contra isso, mas a gente sabe que é um esforço muito grande pro trabalhador também. *A mecanização, ela vai tomar conta do setor daqui a dois ou três anos, aí praticamente a mão-de-obra vai desaparecer* e é justamente nesse sentido que a gente tá trabalhando junto à Oscip, junto com as parcerias do SESI e SENAI, o SEBRAE e com as Universidades Federais pra fazer parcerias no sentido de formar essa mão-de-obra especializada, *formar esse trabalhador para o mercado de trabalho para que não haja um caos social no futuro*. Porque a mecanização não vai deixar de acontecer e a gente briga e fala: se a gente luta pro Brasil ser um país de ponta, ser um país de tecnologia avançada, ser um país de primeiro mundo, a gente não pode ser contra a tecnologia, os avanços tecnológicos. Nós temos que trabalhar e o nosso pessoal tem que tá preparado pra isso. É isso que nós temos que fazer. E eles sabem que isso mais dia ou menos dia vai acontecer e não tem como evitar (*grifo nosso*).

Seguindo nessa mesma direção, o Sr. Lander afirma que *“a mecanização não tem volta mais”*:

Ela está aí e veio pra ficar. Agora, volto a dizer: os trabalhadores que não estão preparados vão ficar desempregados. E sobre essa situação não foi feito nenhum trabalho para esses trabalhadores saírem do corte da cana. Pra onde eles vão? Hoje eles estão conseguindo um pouco, porque ainda estão montando novas usinas em outros estados, então se está conseguindo ainda

dispersar esses trabalhadores daqui pra esses outros locais, que não estão mecanizados como aqui, mas é muito mais longe. Agora! Tem alguém discutindo isso? Não tem, e ninguém quer ver, porque essa discussão pega os usineiros, e mexer com usineiros ninguém quer mexer e aí eu tenho uma crítica política, que o nosso companheiro Lula não discutia com os trabalhadores, discutia com os usineiros.

Considerando, portanto, que a mecanização é um processo inevitável<sup>100</sup>, outro sindicalista de Pontal afirma que ela “*é uma faca de dois gumes: de um lado ela desemprega, de outro, deixando de existir a mão-de-obra rural, vai preservar o trabalhador, porque ele vai trabalhar em outra área*”. Ora, a análise que podemos fazer desses depoimentos é que a maioria dos sindicalistas entrevistados na região de Ribeirão Preto parece compreender a mecanização como um fenômeno natural e não decorrente da luta de classes entre capital e trabalho. Preocupam-se apenas com o impacto que a mecanização da colheita da cana produz sobre o nível de emprego e de desemprego que ela gera para os trabalhadores e não fazem uma análise mais profunda e crítica sobre as razões econômicas, históricas e sociais de seu avançado processo de implementação na região. Tal preocupação, porém, aparece nas falas quando destacam a mecanização inevitável e o processo que se encontra em estágio avançado, que a saída é a qualificação dos trabalhadores como uma demanda necessária das próprias usinas, visto que os trabalhadores desempregados no corte manual poderão ser absorvidos pelas empresas no próprio processo de mecanização das atividades de colheita da cana. Apesar da crítica feita ao governo Lula que priorizou os usineiros em termos de investimentos, esquecendo-se dos trabalhadores, como nos apontou o Sr. Lander, nenhum dos sindicalistas defendeu a reforma agrária como um componente fundamental de sua luta e preocupações para este momento em que a redução dos postos de trabalho na colheita manual da cana caminha a passos largos, ampliando ainda mais a vulnerabilidade social, sobretudo dos trabalhadores migrantes.

---

<sup>100</sup> Sobre as perspectivas de crescimento da mecanização convém destacar as estimativas realizadas em um estudo recente sobre os trabalhadores rurais nas empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo, que aponta um ritmo avançado de incorporação de colhedoras mecânicas em relação ao observado entre 1997 e 2006. A propósito da intensificação da utilização de máquinas na colheita mecânica da cana, o estudo destaca que em 2003 foram vendidas no Brasil 40 dessas máquinas, saltando para 254, em 2006, e com perspectivas de que sejam comercializadas entre 950 e 1000 unidades, em 2010. Citando pesquisas de outros autores Bacarin; Gebara; e Bara (2011, p. 81) assinalam algumas estimativas, com base na tendência à mecanização do corte da cana, que 80% da área de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil serão colhidos mecanicamente, em 2015. “Com isso, embora se preveja ampliação de 69,5% na área colhida e de 77,6% na produção de cana-de-açúcar, o emprego de canavieiros cairia em 63,9%, entre 2006 e 2015, no Centro-Sul. Seria uma diminuição significativa no emprego setorial e que poderia trazer impactos sociais consideráveis, se não houver perspectivas de emprego em outros setores e não se implantarem programas específicos de requalificação profissional”.

Os trabalhadores que entrevistamos, principalmente aqueles que migraram de outros estados (Ceará, Bahia, Pernambuco e Minas-Gerais) para trabalharem no corte da cana na região de Ribeirão Preto, também percebem que a mecanização é um processo inevitável e já observam uma redução no número de trabalhadores contratados nas usinas onde são empregados. A maioria manifestou a preocupação com o futuro caso sejam demitidos em função da mecanização. Nesse caso, afirmaram que teriam dificuldades em arrumar outro emprego por causa do baixo grau de escolaridade e das dificuldades de adaptação a outros trabalhos. No que se refere às dificuldades, a Sra. Maria nos relata, quando perguntamos o que vai fazer diante do avanço da mecanização e da possibilidade de perder o emprego:

Aí é que tá, né?! O que eu vou fazer? Eu tenho que procurar outro trabalho, porque sem trabalhar, como é que fica meus filhos? E aí fico aqui pensando, ainda tô pensando: o que eu vou fazer? Eu vou fazer alguma coisa. Eu não sou, assim, aquela pessoa pra casa de família. Eu tenho medo de não dá conta do serviço, né? Mas eu tenho que partir pra alguma coisa. Uma casa de família, uma empresa, qualquer coisa, então por isso que eu fui para a escola, fiz esse curso, essa aula. Agora eu tenho que fazer algum curso. Eu tô treinando ainda na costura. Que Deus abençoe que apareça alguma costura pra mim fazer, alguma coisinha, que eu não fique em vão, e esse curso que eu fiz até hoje. E, parada só com o serviço de casa também não tem saída, tem que fazer alguma coisa.

Além das dificuldades encontradas em relação ao que fazer caso percam o emprego, outros trabalhadores afirmaram não haver alternativa senão o retorno à sua terra de origem. O Sr. Silva nos disse: “se acabar a cana mesmo, eu acho que pra mim não tem jeito não. Tem que ir embora”. “Se o corte da cana acabar em 2014 eu arrumo as minhas malas e vou embora pra Bahia, porque a gente volta pro lugar onde a gente nasceu né, tá acostumado, então vou capinar”.

Não obstante as dificuldades de qualificação e recolocação enquanto força de trabalho no mercado de trabalho, um dos trabalhadores entrevistados manifestou uma posição diferente dos demais (trabalhadores e sindicalistas) ao destacar a Reforma Agrária e o acesso à terra como uma das formas dos trabalhadores se manterem diante do desemprego gerado pela mecanização do corte da cana.

Afirmou o Sr. Francisco que é com a reforma agrária que o próprio trabalhador vai

fazer o seu futuro<sup>101</sup>.

Ele tem por onde correr, mas hoje o cara não tem por onde correr. A gente conversa sempre. Se eu chegar numa situação que eu não aguento mais trabalhar eu volto para a minha região. Eu tenho um pedacinho de terra lá e lá eu vou me virar, a gente salvando o almoço e a janta, porque não tem nada pra deixar pra ninguém né [...] *Dá pro cara sobreviver, tendo um pedaço de terra que ele possa trabalhar, ele se mantém tranquilo.* Eu comecei a ter essa experiência nesse ano. *Eu plantei umas coisas que eu estava vendendo e o meu pagamento está sobrando livre, já dá pra fazer alguma coisinha.* Não dá aquela coisona que a gente pensa e tem vontade tá! *Mas o pobre se conforma com qualquer coisa.* Se ele almoçou e jantou e sobrou um pão pra ele comer amanhã cedo para o café com um punhado de farinha, ele já tá contente, e é isso que tinha que ser pra nós. Ganhar uma prioridade pra ele ganhar lá, pra ele por no fundo da casa dele, pelo menos um pedacinho de terra lá pra onde mora muitos tem um pedacinho de terra, ele dá uma prioridade naquele pedacinho que tem, porque *se ele conseguir tocar aquilo ali, ele não vem mais pra cá trabalhar na cana. Aquele cara já não vai vindo e vai acomodando (grifo nosso).*

O Sr. Francisco, mesmo morando em Pontal há quase vinte anos, trabalhando no corte da cana não deixou de garantir a sua reprodução camponesa na terra de origem. Embora distante, mantém em Salinas-MG, sua cidade de origem, um pedaço de terra cuidado em parceria com o irmão que lá vive. Relatou-nos que lá em sua terra planta mandioca, feijão, arroz, de tudo, e que ter acesso à terra seria uma saída ao desemprego. Perguntamos se isso ajudaria em relação ao desemprego gerado pela mecanização, ele respondeu:

Ajudaria principalmente esses que não têm estudo. *Os que não têm estudo só sabe mexer mesmo é com a terra.* Ele vai ser um mecânico? Ele não vai. Ele vai ser um motorista? Não vai. Não tem como. Como ele vai ser um operador de uma colhedeira de cana? Sem que mal sabe pegar numa enxada ou num enxadão, um facão, uma foice, não é? Como é que ele vai guiar uma máquina? Não vai ter estudo, uma formatura pra todos os cortadores de cana serem operadores de máquina, de transbordo, de caminhão, não tem, jamais vai ter. Se ele tá perdendo o corte que é o mais... né, fácil. Pior será ser um operador de máquina. Pra isso já tem gente estudado na equipe, para chegar nela, com grau de escola... Eu vou ainda um dia trabalhar com uma máquina dessas. Eu acredito. Quando chegar esse ponto que der pra eu trabalhar com uma dessas, não vai ter espaço pra mim porque vai tá tudo cheio.

---

<sup>101</sup> Durante as entrevistas indagamos os trabalhadores e sindicalistas sobre a possibilidade de a Reforma Agrária ser uma saída para os trabalhadores que são desempregados pela mecanização da colheita da cana, e a maioria afirmou que seria uma saída, mas apenas o Sr. Francisco discorreu, com mais detalhes em seu depoimento, sobre as vantagens da Reforma Agrária para os trabalhadores rurais, de modo que a sua fala é a mais contundente, pois participou de um movimento de ocupação de terras na cidade de Pontal, onde reside. Isto é, sua fala está permeada pela sua ação política e consciência da importância da terra para o trabalhador rural.

Nesse depoimento podemos perceber a consciência desse trabalhador em relação à realidade e o risco do desemprego que enfrenta com a mecanização, mas também a sua visão crítica no que concerne à importância da terra para a reprodução social dos camponeses e trabalhadores. Indagado sobre as condições que o levaram a sair de sua terra de origem para trabalhar no corte da cana na região de Ribeirão Preto, o Sr. Francisco destacou:

Se eu tivesse uma boa terra lá, nunca teria saído. Porque as terras que o meu pai tinha eram terras meio fraca né, e não tem uma ajuda do governo pra ele beneficiar também aquilo ali. Quando chega alguém que tem aquele benefício, um apoio do banco, o cara não precisa sair. Não tem necessidade de sair. Eu tenho um colega que estudamos juntos e ele conseguiu comprar parece que dez alqueires de terra e hoje ele tem caminhão, tem casa de pesca, porque conseguiu entrar no banco e fez um financiamento, e hoje é um cara que entrega no Ceasa e tem tudo, é um cara da roça, da terra mesmo, do mato. Então se tem um apoio, com certeza, aquele que sabe aproveitar daquele apoio que tem, chega a algum lugar né, porque tem muitos que não chegam a lugar nenhum. Mas têm uns que sabem aproveitar. As pessoas que ganham um pedaço de terra, eu não sei se é em Dumont, um acampamento que fez aí, chega lá você precisa de ver, quanta gente que foi vindo da cidade, que tava lá, sem emprego, sem casa sem nada e hoje tão lá que fornece coisa pro Ceasa. É maracujá, é abóbora, leite... *Se fizessem isso com essas terras abandonadas, sem projeto sem nada, talvez iria... com certeza. Pergunta pra eles que tão lá se eles querem vim pro corte? Se eles querem vim pra cidade de volta? Ninguém quer. Várias coisas faltam. Não é dá o prato pro cara comer, é dar as ferramentas pro cara trabalhar e aprender a comer (grifo nosso).*

O indicativo do trabalhador não deixa dúvidas, a Reforma Agrária deve ser um horizonte de luta da classe trabalhadora, principalmente dos trabalhadores rurais que atuam no setor sucroalcooleiro, pois suas condições materiais de existência no futuro dependem da luta que travam no presente. O acelerado processo de mecanização do corte de cana e o desemprego em massa anunciado têm gerado novas demandas de lutas sociais, principalmente por causa dos efeitos deletérios, sociais e ambientais que a agroindústria canavieira produz em escala local, regional e nacional. Todavia, por mais que as usinas disponham de sofisticados aparatos tecnológicos que impulsionam o processo de mecanização e automação industrial na agricultura e na indústria, elas ainda não prescindem do trabalho vivo. Por isso, podemos dizer que, apesar da mecanização do corte de cana, as estratégias de gestão de recursos humanos praticadas pelas empresas visam, na verdade, a adequar – de maneira articulada – a força de trabalho às atuais exigências de acumulação do capital. O que se explica pelo aumento da produtividade exigida dos trabalhadores e pelo maior controle das usinas sobre o processo de trabalho, justificado pelas políticas de qualidade às quais os trabalhadores precisam se adaptar

para não perderem o emprego, apesar da mecanização.

Em outras palavras, significa dizer que, embora inevitável, a mecanização não ocorrerá em cem por cento da área agrícola, por causa dos obstáculos técnicos e topográficos dos terrenos. Nesse caso, os cortadores de cana continuarão existindo em condições muito mais degradantes de trabalho.

Segundo o Sr. Rodrigues, a mecanização não será:

Cem por cento não. Nós temos empresas em que a mecanização vai ser impossível. Então você vai ter aí uma empresa que emprega hoje, vamos supor que empregaria hoje mil pessoas – São Martinho, por exemplo, deve ser mil e poucas pessoas e a usina tá precisando de máquinas –, então você poderá ter uma empresa dessas amanhã com duzentas pessoas. Somente naquela beiradinha de brejo, aonde tem pedreira, onde a máquina não entra. Então vai um grupo muito pequeno, mas vai ser uma atividade... Vai ser quase cem por cento sim, pode chegar a quase cem por cento. Mas vai sobrar alguém, mas é pouca coisa.

Portanto, de acordo com o apontamento do sindicalista de que a mecanização não será total e irá sobrar um grupo pequeno de trabalhadores<sup>102</sup> responsáveis por cortar a cana aonde a máquina não chega, há o depoimento do fiscal do trabalho que entrevistamos que corrobora essa interpretação. Segundo ele,

*Eu acho que o corte manual vai piorar para o trabalhador porque vai ficar só as "buchas" pra ele. Vai ficar em lugar onde a topografia a máquina não corta, vai ficar nos bicos onde não justifica a presença de uma colheitadeira porque ela não consegue virar, o caminhão que acompanha não consegue trabalhar, então aí é o corte manual com as carregadeiras, os lugares onde tem pedras. Então tudo o que é porcaria que não consegue cortar com máquinas vai sobrar pro trabalhador manual. Eu acho que vai piorar, vai diminuir muito a quantidade de trabalhadores, mas o que sobrar... Olha o que vai acontecer, você vai lembrar de mim quando você ver isso aí. Vai acontecer o seguinte: numa fazenda, ele tem um bico aqui, outro bico lá, vamos supor uma área grande, não vamos nem pensar numa fazenda, vamos lá hoje cortar aqui, aqui corta até as 11 horas da manhã. Ele ganha por produção não ganha? Aí ele vai ser transportado pra cá, demora 1 hora, vamos supor, ele vai ficar uma hora sem ganhar nada. Fora do horário de almoço, fora da pausa. Vamos cortar aquele bico lá em baixo. Daqui ele vai pra lá, de repente faz três cortes por dia em três bicos, porque só vai sobrar essa "bucha" pra ele, e aí... ele vai perder*

---

<sup>102</sup>A respeito desses grupos de trabalhadores, Scopinho *et. al* (1999) afirma que nas frentes de trabalho que atuam na colheita mecânica da cana, “além da presença de bituqueiros (trabalhador cuja função é dar o acabamento no talhão, cortando, amontoando e recolhendo os pés de cana que a colhedeira não conseguiu cortar, bem como os toletes que escapam da caçamba) pode haver também a presença de cortadores manuais nos talhões, que trabalham onde a máquina não consegue cortar por causa dos acidentes topográficos (p. 150).

todo esse tempo de transporte que não vai entrar na hora, entendeu? Porque ele está sendo transportado para cortar cana, mas como ele ganha por produção... (*grifo nosso*).

Considerando as dificuldades de execução do trabalho dos cortadores e a redução do seu ganho em função dos deslocamentos constantes apontados pelo fiscal, alguns sindicalistas sinalizam algumas preocupações, nesse sentido, defendendo inclusive o fim do pagamento por produção. É o caso do Sr. Rodrigues que afirmou

*Aí sim vem a discussão do piso. Aí sim vem o fim da produção.* Porque é um grupo pequeno e não vai ter muito o que escolher porque não tem como discriminar porque não precisa de muita gente. *Então aí sim é válida a discussão do trabalho por hora, com o salário fixo, entendeu?* Eu tenho, por exemplo, a usina que mói três milhões de toneladas de cana e emprega cinquenta pessoas no corte com aquela beirinha de brejo, porque a beira de brejo não vai ter produção mesmo, então aí tem que ter um piso fixo. Aí sim é válida essa discussão, até porque se o cara trabalhar ele vai tá cortando cana nos lugares mais ruins que tiver, ele não vai render tanto. Vai estar ali mesmo pra não deixar perder aquela ponta. Então você poderá ter sim esse grupinho, vamos dizer assim, em cada usina permanente ainda (*grifo nosso*).

A redução no nível de emprego do corte manual da cana na região de Ribeirão Preto devido ao avançado processo de mecanização, mas também à expansão canavieira para o oeste paulista, tem levado a uma reconfiguração do deslocamento e migração dos trabalhadores, oriundos da região nordeste, atraídos pelo corte da cana. No levantamento de dados que fizemos junto ao Ministério do Trabalho, foi possível perceber nos autos de infração lavrados uma presença muito forte de migrantes temporários, oriundos principalmente do Maranhão, Bahia e Minas Gerais, nas regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente. A mesma observação pode ser confirmada com o depoimento do Pe. Garcia, coordenador da Pastoral do Migrante em Guariba, quando ele afirma que os trabalhadores que não conseguem trabalho em outros setores, vão procurar regiões aonde a máquina ainda não chegou com força.

Guariba se transformou num entreposto de mão-de-obra migrante temporária que vem pra cá. Alguns ficam por aqui porque tem alguma garantia de serviço. A maioria dos ônibus vai pra Rio Preto. E lá se distribui. Antigamente, mas não tão antigamente assim, Ribeirão Preto era a principal referência dos migrantes que vinham. “Onde é que você vai trabalhar?”. “Vou pra Ribeirão! Pra Ribeirão!”. Não é verdade? “Ribeirão” é uma referência. É igual a Pradópolis, Sertãozinho, entendeu? Hoje se escuta Rio Preto. Guariba virou, para muitos que passaram por aqui nas usinas, virou uma referência local, apenas um entreposto, uma passagem até Rio Preto. Então essa mão-de-obra desempregada pelas máquinas está buscando outras frentes. Mato Grosso, essa

região aqui de divisa São Paulo e Mato Grosso do Sul...

Os trabalhadores que ficam e conseguem se empregar na colheita mecanizada continuam sofrendo com a exploração do capital e o trabalho intensificado. Mas não seria a mecanização, na opinião dos empresários e alguns sindicalistas, o fim do sofrimento do trabalhador com o trabalho degradante no eito do canavial?

Tudo leva a crer que não, pois é verdade que o trabalho no corte mecanizado apresenta grandes modificações em relação ao corte manual, no que se refere às jornadas e às formas de contratação e de remuneração. Em geral, no corte manual da cana, a contratação é do tipo temporária; a jornada é exclusivamente diurna, de segunda a sábado, com oito horas diárias, e a forma de remuneração é por produção (SCOPINHO, *et al*, 1999). No corte manual, há um limite físico do corpo e energia do trabalhador que não consegue acompanhar o ritmo intenso de funcionamento das moendas industriais durante a safra; já no corte mecanizado, as usinas não reconhecem esse limite e a grande alteração que provocaram na organização do trabalho dos operadores das máquinas é que agora ela pode explorá-los tanto de dia quanto de noite, pois as jornadas de trabalho são organizadas em turnos noturnos e alternados.

Esse modo de organização do trabalho baseia-se na implantação de um esquema de rodízio entre os trabalhadores, de tal forma que garanta o funcionamento ininterrupto da produção para além do expediente convencional, inclusive à noite e aos sábados, domingos e feriados, pressupondo o trabalho em horários irregulares e a sujeição dos trabalhadores a uma escala de plantões. Do ponto de vista da empresa, essa é uma estratégia que permite maximizar o uso dos meios e instrumento de trabalho, porque diminui em grande escala os seus períodos de ociosidade. Esse modo de organizar a produção tem como consequência maior a intensificação do ritmo de trabalho (SCOPINHO, *et al*, 1999, p. 153).

Ora, se por um lado a mecanização do corte permite a usina ampliar a capacidade produtiva da agricultura sintonizando-a com o ritmo da indústria, isto é, das moendas e caldeiras em funcionamento constante, por outro, ela traz efeitos nocivos para a saúde do trabalhador, porque intensifica o seu ritmo de trabalho, não mais ditado por suas forças físicas, mas pelo “grande autômato” (MARX, 1985) que opera. A forma de organizar o trabalho desses operadores em turnos noturnos e alternados pode gerar distúrbios diversos no nível do sono, da ordem temporal interna do organismo e da vida social do trabalhador. Conforme Scopinho *et. al* (1999, p. 153), isso pode afetar o chamado ritmo circadiano, provocando, entre outros males, o agravamento de doenças em geral, o estresse, o sofrimento psíquico, o envelhecimento precoce,

as alterações orgânicas de diversas ordens, principalmente nos sistemas cardiovasculares e gastrointestinal.

Portanto, o “*moinho satânico*” do agronegócio canavieiro parece ter se automatizado, tornando sua capacidade de exploração e extração de mais-valia duplamente qualificada. Ele conseguiu articular em sua evolução histórica, formas modernas e arcaicas de organização do trabalho que extraem mais-valia absoluta e relativa no mesmo processo produtivo. A consequência disso é a liquidação das forças físicas e mentais do trabalhador, de tal forma que sua autonomia e liberdade encontram-se totalmente subordinadas ao tempo e ritmo de produção e acumulação do capital. Portanto, podemos afirmar com base no exposto acima que, se para os capitalistas, a intensificação do ritmo de trabalho na lavoura canavieira significa aumento da produtividade do trabalho com melhoria da qualidade da matéria-prima, diminuição de custos de produção e maior agilidade na amortização do capital investido em inovações tecnológicas, para os trabalhadores rurais, a intensificação do ritmo de trabalho pode significar a deterioração da saúde e da segurança no trabalho (SCOPINHO, *et al*, 1999, p. 157).

O objetivo deste capítulo consistiu na demonstração de como a exploração do trabalho, tendo em vista as condições precárias de sua execução, se realiza de forma intensificada, levando não só à exaustão física milhares de trabalhadores e trabalhadoras que atuam no processo de corte manual da cana, mas colocando em risco suas vidas e debilitando seus corpos em benefício do regime de acumulação e expansão do capital agroindustrial.

As condições já precárias de trabalho no eito da cana se agravam ainda mais, na medida em que a elas se associam relações de trabalho, marcadas por fraudes e roubos da produção dos trabalhadores, praticados pelos agentes de controle e fiscalização do capital. Tudo isso, sejam as condições precárias de trabalho, o trabalho intensificado dos operadores das máquinas colhedoras, a lógica do pagamento por produção e suas consequências à saúde dos trabalhadores ou até mesmo os baixos salários pagos a eles, constituem os elementos fundamentais que permitem ao Brasil lançar-se como um dos maiores produtores de agrocombustíveis no mercado mundial de *commodities*. O custo de produção de açúcar e álcool, sendo um dos mais baixos do mundo devido à presença de terras abundantes, força de trabalho e recursos naturais a serem explorados, trouxe ao país uma presença acentuada do capital estrangeiro para o interior do agronegócio canavieiro que, se por um lado, alavancou a expansão do setor para o mercado mundial, por outro reproduziu as “estruturas históricas da dependência”, subordinando o Brasil mais uma vez aos interesses nefastos do capital

estrangeiro.

Daí o Brasil ser, na atualidade, um “*mundo de oportunidades*” para o capital garantir sua reprodução em escala mundializada. Entretanto, ao mesmo tempo em que o agronegócio canavieiro, agora com a participação do capital estrangeiro, é defendido como modelo de desenvolvimento econômico e sustentável, ele manifesta alguns dilemas e contradições que reproduzem formas deletérias de exploração, como é o caso da permanência do trabalho escravo e degradante que se associam às formas de organização da produção e do trabalho inteiramente sintonizadas com as novas exigências de produtividade do mercado mundial. O próximo e último capítulo deste trabalho visa desvelar alguns desses dilemas e contradições que caracterizam a ideologia do desenvolvimento econômico do agronegócio na atualidade.

## CAPÍTULO 4

### DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO BRASIL: INTERNACIONALIZAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

#### 4.1. “Um mundo de oportunidades” no Brasil: expansão e internacionalização do agronegócio canavieiro

Já destacamos anteriormente que a recente dinâmica da agroindústria canavieira tem-se caracterizado nos últimos anos por um conjunto de transformações e fatores favoráveis à sua mais nova expansão. Na verdade, trata-se de algumas razões do porquê muitos usineiros, políticos, empresários e intelectuais ligados ao setor sucroalcooleiro vêm defendendo que a conjuntura atual é a oportunidade do Brasil no mercado mundial de agrocombustíveis, por ser um dos maiores produtores de energia renovável do planeta a partir da cana-de-açúcar. A oportunidade brasileira, no entendimento de muitos integrantes do setor, representa – mais uma vez – a ascensão de um novo ciclo da cana na história do país. Isso se deve, segundo os argumentos, principalmente dos usineiros e empresários agroindustriais, a alta capacidade produtiva das usinas brasileiras, desenvolvimento tecnológico e competitividade do setor no mercado internacional, primeiro, por causa do seu baixo custo de produção se comparado ao etanol produzido pelos EUA a partir do milho, e segundo, pelo seu “incomparável desempenho ambiental” (CARVALHO, 2005).

Além dessas condições favoráveis à trajetória de expansão do setor, destaca-se também que, em função das novas perspectivas, a tendência de crescimento é notável principalmente no que se refere à capacidade produtiva instalada, com ampliação em mais de 50% das unidades produtivas durante as safras de 2010 e 2011. Assim, o momento de expansão do setor parece ser positivo na concepção de seus muitos representantes, pois acredita-se que o setor sucroalcooleiro pode tornar-se *histórico* em vista da convergência de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos no que se refere aos combustíveis renováveis (CARVALHO, 2005)<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> Em 23 de dezembro de 2011, a *Única*, por meio dos principais canais de comunicação da imprensa brasileira noticiou que as barreiras econômicas estadunidenses impostas ao etanol brasileiro haviam sido derrubadas e que a partir de janeiro de 2012 o Brasil passará a competir no mercado mais importante do mundo com a exportação de etanol. É o passo que faltava para a realização do sonho usineiro, qual seja, transformar o etanol numa commodity. Segundo a nota divulgada pela *Única*, “*este é o momento em que Brasil e Estados Unidos, que juntos respondem*

Diante disso, parece que o Brasil tem a oportunidade de viver um “milagre” no setor sucroalcooleiro após anos de decadência (1981-2002). Assim, vive-se atualmente um novo ciclo estruturador do desenvolvimento nacional fundado num conjunto de investimentos que tem no agronegócio, cada vez mais, um dos seus principais vetores do avanço da produção primário exportadora do Brasil. É o que enfatiza Márcio Pochmann ao afirmar que desde a década de 1990 “somente o agronegócio destaca-se como um dos sustentáculos dos êxitos obtidos na balança comercial, para além dos benefícios advindos da fase de elevação dos preços internacionais das chamadas *commodities*” (2009, p.8).

Na verdade,

[...] atualmente, o setor sucroalcooleiro no Brasil gera, por ano, um faturamento equivalente a 2% de todo o PIB nacional. Por intermédio de quase 400 empresas produtoras agregadas em duas centenas de grupos econômicos, o setor sucroalcooleiro encontra-se organizado posicionando-se entre os cinco maiores exportadores do país (6 bilhões de dólares por ano)” (POCHMANN, 2009, p.10).

Além disso, seguindo as trilhas dos dados apresentados por Pochmann acerca das tendências, dinâmica e participação do agronegócio na economia brasileira, é certo que este setor

[...] mobiliza cerca de 850 mil trabalhadores diretamente ocupados e mais de 70 mil fornecedores. *Até 2020, possivelmente o setor sucroalcooleiro deverá representar de 5 a 8% do PIB (quase duas vezes mais o peso do setor automobilístico), com não mais de 50 empresas operadoras, que poderão estar consorciadas em menos de uma dezena de grupos econômicos, com forte predominância do capital estrangeiro e significativa determinação nos rumos da economia nacional.* Para isso, a produção de cana-de-açúcar deverá ser ampliada substancialmente, visando atender à demanda de açúcar e etanol. Enquanto a demanda por açúcar desacelera-se nos países desenvolvidos, as nações asiáticas elevam fortemente o consumo cada vez mais ocidentalizados, com importante presença do açúcar no padrão alimentar” (2009, p.10, *grifo nosso*).

---

*por mais de 80% do etanol produzido no mundo, devem mostrar liderança e trabalhar juntos para criar um verdadeiro mercado global para o etanol, livre de barreiras tarifárias, a exemplo do que já acontece com o petróleo. Os dois países devem dar o exemplo e incentivar o resto do mundo para que produza e utilize mais etanol,”* afirmou Marcos Jank. Assim, segundo o porta-voz da Única, “a vitória para o etanol brasileiro em Washington vem em um momento de transição para o setor sucroenergético brasileiro, que se esforça para voltar a crescer e atender à demanda por seus produtos, que aumenta fortemente dentro e fora do Brasil. Hoje a prioridade é atender o mercado doméstico, mas com o fim da tarifa americana, é possível visualizar a consolidação do etanol como commodity internacional, como já acontece com o açúcar. É um objetivo que o presidente Lula perseguiu durante oito anos, que pode começar a acontecer e ajudar a incentivar um novo ciclo de crescimento no setor sucroenergético brasileiro,” (Disponível em [www.unica.com.br](http://www.unica.com.br). Acesso em 12 de janeiro de 2012).

Dessa perspectiva, podemos observar que o agronegócio canavieiro, no início do século XXI, participa ativamente das exportações da economia brasileira – principalmente após a década de 1990, quando se desenvolveu um amplo processo de reestruturação produtiva do setor para atender às novas exigências do mercado, – buscando colocar seus principais produtos (açúcar e álcool) como *commodities* no mercado internacional.

Entretanto, um dado bastante interessante sobre esse novo ciclo de expansão do capital agroindustrial no começo do século XXI é que cada vez mais se faz necessária uma reorganização do setor a partir das interfaces com as *megacorporações*, principalmente porque assistimos recentemente a uma crescente desnacionalização das empresas rurais que passam a ter maior participação do capital estrangeiro, ou são incorporadas totalmente pelo regime global de acumulação do capital<sup>104</sup>. Nesse sentido, são inevitáveis: *a internacionalização do território, haja vista o que acontece com a Amazônia; reconcentração fundiária e a intensificação no grau de exploração da força de trabalho.*

As razões do processo contemporâneo de internacionalização do território brasileiro, aliada à exploração e degradação dos recursos naturais, bem como à intensificação da exploração do trabalho no Brasil, especialmente dos trabalhadores rurais atuantes na produção do agronegócio canavieiro, decorrem de uma tendência inerente à lógica expansiva de acumulação do capital, isto é, do processo de concentração e centralização do capital. Como o Brasil é um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo cujos custos de produção também estão entre os mais baixos praticados no mercado mundial, muitos grupos econômicos de capital estrangeiro inclusive, ligados ao setor financeiro, têm ampliado sua participação nos processos de fusões entre as usinas e esses capitais, bem como na aquisição de novas unidades

---

<sup>104</sup> A esse respeito, aliás, vale destacar, segundo reportagem interessante da *Caros Amigos (ANO XIV, nº 157)*, de abril de 2010, que desde o início deste ano novas fusões têm se efetivado, confirmando a tendência anunciada por muitos pesquisadores quanto à concentração de capital. “*Em janeiro, a multinacional agrícola Bunge anunciou a compra de quatro usinas do Grupo Moema, incluindo a usina Itapagipe, que tinha participação acionária de 43,75% da empresa norte-americana Cargil. Em fevereiro, foi anunciada a fusão da ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), que pretende se tornar a maior empresa de etanol do Brasil, com capacidade para produzir três bilhões de litros por ano*”. Para explicitar a tendência à conglomeração de empresas estrangeiras que, cada vez mais participa do setor, Maria Luisa Mendonça, autora da reportagem, ainda destaca que “alguns dos acionistas da Brenco são Vinod Khosla (fundador da Sun Microsystems), James Wolfensohn (ex-presidente do Banco Mundial, Henri Philippe Reichstul (ex-presidente da Petrobrás), além da participação do BNDES. Já a Odebrecht tem sociedade com a empresa japonesa Sojitz. O novo grupo irá controlar cinco usinas: Alcídia (SP), Conquista do Pontal (SP), Rio Claro (GO), Eldorado (MS) e Santa Luzia (MS)”. Ora, isso representa uma nova característica da indústria do etanol, se comparada ao Proálcool da década de 1970, em que o setor era regulamentado pelo Estado. Assiste-se, atualmente, a alianças entre setores do agronegócio com empresas petroleiras, automotivas, de biotecnologias, mineração, infra-estrutura e fundos de investimentos. Entretanto, conforme Mendonça, nesse cenário, não existe nenhuma contradição desses setores com a Oligarquia latifundiária, que se beneficia da expansão do capital no campo.

produtivas, previstas para esse novo ciclo de expansão do agronegócio canavieiro.

Contudo, vale destacar que a presença do capital estrangeiro no interior do setor sucroalcooleiro é recorrente na história do Brasil e nos remete às origens dos primeiros ciclos econômicos desde os tempos da colonização portuguesa que contou com a participação do capital financeiro holandês na construção dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar. Mas é algo que se intensificou especialmente no período de crise e desregulamentação do setor durante a década de 1990 com a abertura da economia brasileira e a prática das políticas neoliberais.

Nesse período de reestruturação do capitalismo mundial em que se observa a integração internacional dos mercados financeiros como resultado da liberação e desregulamentação, levando à abertura dos mercados nacionais (CHESNAIS, 1996) sob a égide das novas formas flexíveis de organização da produção e do trabalho, verificamos diversos processos de fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro como parte do processo de centralização e expansão do capital com a finalidade de adequação de sua estrutura produtiva e organizacional às novas determinações da mundialização do capital. No caso do setor sucroalcooleiro, os prováveis motivos das fusões e aquisições que vêm ocorrendo desde o início dos anos 2000, segundo (PASIN; NEVES, 2007, p. 7), são os altos índices de endividamento, a fragmentação e estagnação do setor, o aumento dos preços do açúcar nas safras de 2000 e 2001 e a extrema competitividade no país que contribuíram para a ocorrência de processos de fusão e aquisição. Fora isso, “os ganhos de escala, a redução dos custos e despesas através da integração de estruturas administrativas”, a consolidação do setor, “a profissionalização da administração das usinas”, as “vantagens fiscais”, a “capitalização, a obtenção de financiamento para investimentos em expansão e modernização” são os principais benefícios almejados pelas empresas envolvidas em tais processos.

Uma das características da participação do capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro é o risco dos investimentos e a forma como esse processo tem-se desenvolvido nos últimos anos. Segundo Mundo Neto (2010, p. 44), esses capitais participam da estruturação dos negócios, mas fundamentalmente de sua estrutura organizacional e da forma de administrá-la. Após ingressar nos negócios, trabalham para valorizar o capital da empresa, particularmente por meio da “alavancagem financeira”. Depois disso, preparam-se para o desinvestimento, ou saída dos negócios, preferencialmente via abertura de capital das empresas. Assim, de acordo com o autor, “os novos investidores, particularmente os ligados à indústria de capital de risco,

seriam importantes fontes de força que estariam contribuindo para as transformações na indústria canavieira” nos últimos anos (MUNDO NETO, 2010, p.44).

Portanto, podemos afirmar que o agronegócio canavieiro, em função da conjuntura econômica e ambiental da atualidade, encontra-se num amplo processo de transformações que vem alterando algumas de suas principais características, ou seja, elementos de uma nova processualidade contraditória emergem nesse novo ciclo de expansão do capital agroindustrial. É o caso da presença cada vez maior do capital financeiro no controle das principais usinas e grupos agroindustriais do Brasil. Os personagens desse novo ciclo de expansão, apontados pelos analistas do setor são o húngaro George Soros, o indiano Vinod Khosla, a administradora americana de ativos Wellington Management, os fundos de investimentos Kidd & Company, Stark e Och Ziff Management e o banco Merrill Lynch, entre outros. Ademais, com as perspectivas futuras do etanol se tornar uma *commodity* de alta lucratividade, principalmente no Brasil e nos demais países produtores de cana-de-açúcar, a corrida por investimentos no agronegócio canavieiro brasileiro despertou o interesse não apenas do grande capital financeiro que busca lucro rápido e fácil, mas também de mega-empresários como Bill Gates e grandes corporações do agronegócio mundial como a Cargil, Bunge, Monsanto, Cosan, dentre outras.

O caso mais emblemático do processo de internacionalização e centralização do agronegócio canavieiro que ora observamos em andamento no Brasil é o do grupo Cosan, porque, com a aquisição de 6 empresas de 1997 a 2001, o grupo firmou-se como o grande produtor de açúcar e álcool do mundo com capacidade para moer mais de 18 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Essas aquisições da Cosan serviram para o aumento do porte do grupo, para a adequação das estruturas organizacionais da empresa ao mercado e à conjuntura econômica mundial (PASIN, NEVES, 2007).

É nessa perspectiva de adequação das estruturas organizacionais para atender ao mercado externo que o agronegócio brasileiro vem se redesenhando na nova dinâmica do capitalismo mundializado. A propósito da motivação que levam as empresas do agronegócio a adotarem estratégias financeiras, como a abertura do capital, e a busca por novos investimentos financeiros, é possível observar alguns aspectos que fazem parte da expansão recente do capital estrangeiro na definição de suas novas estratégias de acumulação e expansão. Dentre os principais aspectos, destacam-se: a aquisição e alianças estratégicas; a diversificação da produção e a expansão da capacidade produtiva. Seguindo esses aspectos que compõem as ações dos grupos econômicos com o objetivo de se inserirem na dinâmica global do capital,

encontramos os principais grupos que são destaques no cenário nacional e internacional do agronegócio canavieiro na atualidade. Trata-se, evidentemente, do grupo Cosan, do grupo São Martinho e do grupo Guarani. Esses conglomerados empresariais são os principais agentes que aderiram – na última década – ao mercado de capitais de ações negociadas na bolsa desde 2005 (VERDI; AOUN; TORQUATO, 2012).

O maior e principal deles é o grupo Cosan que, desde 1986, já vinha incorporando outras unidades produtivas numa tendência clara de concentração de capital e monopolização do setor. Tal processo iniciado em plena fase de desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil ganhou força durante os anos 2000, na retomada do crescimento e expansão do setor. Assim, desde 2005, com uma gestão mais complexa, o grupo Cosan intensificou seu projeto de expansão da capacidade produtiva e da logística de distribuição e comercialização em várias frentes. A partir de novas aquisições agroindustriais e do deslocamento do controle de gestão das atividades produtivas, construindo, portanto, uma plataforma global, o grupo Cosan se lançou numa estratégia de expansão, incorporando total ou parcialmente unidades agroindustriais em regiões próximas às unidades já existentes, “a fim de usufruir as sinergias decorrentes das relações de proximidade de maneira a configurar espaços de especialização produtiva em torno da cana-de-açúcar” (VERDI; AOUN; TORQUATO, 2012, p. 32).

Segundo esses autores, com a abertura de capitais, a internacionalização e as alianças estratégicas que buscam superar as limitações do antigo modelo das usinas, o objetivo do grupo Cosan:

[...] é transformar-se em um *player* global no setor de etanol e açúcar, aproveitar oportunidades de crescimento em diferentes mercados e regiões, melhorar a posição do grupo em relação à dinâmica competitiva do setor de energia renovável mundial bem como buscar a redução dos custos de capital (VERDI; AOUN; TORQUATO, 2012, p. 33).

Portanto, seguindo o raciocínio dos autores, convém assinalar que no processo de internacionalização do capital agroindustrial, algumas ações foram desenvolvidas pelo grupo Cosan, o que deu a ele o status de um dos maiores grupos econômicos do agronegócio canavieiro mundial. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- a) A *abertura de capital* e a consequente inserção no mercado financeiro para a captação de recursos voltados para a realização dos projetos de expansão do grupo Cosan. Tal estratégia foi fundamental para a globalização da empresa, pois

possibilitou a ampliação das opções de captação e investimento do mercado de capitais além das mudanças das práticas de gestão e organização da produção;

- b) A *expansão* é caracterizada por uma *reorganização da estrutura* decorrente da complexidade de relações para gestão das atividades produtivas agrícolas e agroindustriais, de distribuição e comercialização, decorrentes de *fusões e aquisições*, parcerias, estratégias, associações e participação acionária, além do acordo de união com outros grupos;
- c) A agressividade de utilização dessas estratégias financeiras para aquisição de recursos voltados à expansão do grupo conduziu a *diluição do controle exercido pela família Ometto* em prol do crescimento da participação dos acionistas nas tomadas de decisão, além do *deslocamento entre as atividades de controle de gestão e as atividades produtivas*. Este processo constituiu mais uma característica da expansão capitalista sob a gestão do capital financeiro (VERDI; AOUN; TORQUATO, 2012, p. 37).

Tais ações do grupo Cosan não deixam dúvidas quanto à tendência do agronegócio canavieiro no contexto da mundialização do capital. Isto é, o setor busca operar transformações em sua dinâmica com a abertura de capital e a participação do capital estrangeiro, o que viabiliza, por um lado, a centralização com expansão de capital e controle do setor no mercado interno e, por outro, garante e amplia sua participação no mercado internacional, com a venda de commodities que vai desde a produção de alimentos à comercialização de recursos energéticos, como os agrocombustíveis.

Segundo Pedro Isamu Mizutani, vice-presidente de operações da Cosan

[...] o posicionamento estratégico da empresa no mercado é o de fornecedor de energia limpa e renovável, seja no etanol que abastece os veículos, seja na eletricidade de bagaço de cana utilizada nas residências. “*Queremos ser a grande referência global nessa área*” (TEMAS EMPRESARIAIS, 2010, p.35).

Assim, a invasão estrangeira sobre o setor sucroalcooleiro e as tendências de concentração e centralização de capital são tendências protagonizadas no Brasil pelo grupo Cosan que tem como foco a produção de açúcar e álcool, mas aposta, segundo Pedro Isamu Mizutani, na “diversificação”, “incluindo aí as áreas de energia, distribuição, terras, logística e alimentos”. A “diversificação”, segundo ele, “reduz o risco de exposição aos ciclos de altas e baixas das *commodities*” (TEMAS EMPRESARIAIS, 2010, p.35). Por isso, o grupo

reorganizou as suas estratégias de atuação, incorporando, além da produção de etanol como combustível renovável, a produção e distribuição de combustíveis não renováveis, conforme podemos verificar em seu processo recente de fusão com a petroleira Shell.

Em novembro de 2010, o grupo Cosan se fundiu com a Shell criando a *Raízen*, uma *joint ventures* que se constituiu como a maior produtora de etanol do Brasil e tendo sob o seu controle um grupo de 25 usinas de açúcar e álcool com a capacidade de produção de 2,2 bilhões de litros por ano. A finalidade das transações operadas por essas empresas no Brasil tem como objetivo principal a busca pela transformação do etanol numa commodity, o que permitiria uma produção ampliada, sob o controle do capital monopolista, mas voltada exclusivamente para atender às demandas externas, uma vez que os preços – assim como ocorre com o açúcar – são regulados pelo mercado mundial de *commodities*.

Portanto, a lógica do controle e exploração das riquezas naturais pelo capital em escala global também pode ser apontada como uma das razões das transformações operadas pelo grupo Cosan. De acordo com Lúcia Rodrigues (2011) em sua reportagem sobre a expropriação do etanol brasileiro, “o reinado do hidrocarboneto está cada vez mais próximo do fim” e, por isso, a Shell busca alternativas viáveis para evitar a derrocada dos lucros. “Controlar o setor de energia renovável é imperioso para continuar garantindo ganhos estratosféricos”<sup>105</sup>. Nesse sentido, a busca da nova empresa (*Raízen*), resultante da fusão entre Cosan e Shell, pelo monopólio do mercado mundial de etanol é declarada, pois seus interesses expansionistas articulam-se em duas frentes. Segundo o canal de notícias BrasilAgro, - um dos porta-vozes do agronegócio canavieiro no Brasil – “a primeira é ter mais capacidade instalada com a expansão das atuais usinas e a abertura de novas unidades. A segunda é realizar aquisições. Com a escassez de crédito para as pequenas usinas, a tendência do setor é de concentração” (BRASILAGRO, 2011).

A voracidade do capital estrangeiro em controlar o setor sucroalcooleiro para garantir suas bases de acumulação global, explorando de forma intensa o trabalho e degradando a natureza é tão grande que, segundo uma analista de investimentos da *Raízen*, entrevistada pelo canal de notícias BrasilAgro,

[...] a empresa tem planos de investir R\$ 2 bilhões no ano safra de 2012 e elevar sua produção de 62 milhões de toneladas para 70 milhões de toneladas.

---

<sup>105</sup> Ver *Desnacionalização do Etanol põe em risco soberania energética*, reportagem de Lúcia Rodrigues. In: Caros Amigos, ano XV, nº 172/2011.

Para isso, um diferencial é sua integração de toda a cadeia produtiva. A companhia atua em todos os níveis: moagem, logística e distribuição no varejo. Em operação desde junho, a *joint-venture* da Shell e Cosan uniu empresas com necessidades complementares. De um lado, a Shell quer aumentar as operações em energias com baixa emissão de carbono. De outro, a Cosan precisa ganhar escala [...] "A integração está em processo de execução, mas eu diria que as sinergias estão superando as expectativas" (BRASILAGRO, 2011)<sup>106</sup>.

De acordo com Altamiro Borges,

O boom é tão violento que já existem sites na internet fazendo propaganda do agronegócio no país. Elas oferecem pacotes de viagens para os interessados em visitar fazendas no país. O endereço de um desses serviços, o da consultoria AgBrazil, contém na primeira página a mensagem: "Welcome to a world of opportunities" (*bem-vindo a um mundo de oportunidades*). Segundo Philip Warnken, dono da AgBrazil, sediada em Columbia, no Missouri (EUA), "*as oportunidades do agronegócio brasileiro superam a imaginação*" (BORGES, 2007, *grifo nosso*).

Assim, com a participação crescente do capital estrangeiro num "mundo de oportunidades" que caracteriza o atual ciclo de expansão da cana no Brasil, Pasin e Neves (2007, p.7), estudiosos e defensores do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio canavieiro, afirmam que para os agentes internacionais, "o maior controle do destino das exportações", a "participação no elo de produção do sistema agroindustrial canavieiro", as "expectativas de crescimento", a "profissionalização da gestão das usinas e a capitalização das empresas" foram os principais benefícios obtidos com as fusões e aquisições ocorridas nos últimos anos.

Os interesses dos grupos estrangeiros se confirmam no período recente da expansão atual do agronegócio canavieiro; porém, no início da década de 2000 surgem algumas especificidades em relação à década anterior que fora marcada exclusivamente pela crise e desregulamentação do setor. Segundo Guedes e Gianotti (2009), as especificidades desse novo ciclo de expansão canavieira, acompanhado da participação do capital estrangeiro-financeiro, desenvolvem-se num cenário interno bastante diferente, no qual existe um imenso mercado interno tanto para a produção de açúcar quanto de álcool; além disso, o processo de industrialização brasileiro encarregou-se de internalizar a produção dos meios de produção (instalações e máquinas) necessários para a instalação e operação das suas unidades fabris,

---

<sup>106</sup> Com Raizen, Cosan e Shell, pisam fundo no Etanol. Disponível em <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

tornando a importação desses itens desnecessária; por fim, o investimento, principalmente público, em pesquisas agrícolas tem feito avançar a produtividade agrícola e também industrial. Em outras palavras, o processo de modernização e atualização tecnológica do setor canavieiro no Brasil está endogeneizado e é ditado pela própria dinâmica competitiva interna desse setor (GUEDES; GIANOTTI, 2009, p. 55).

Nesse sentido, cabe destacar ainda, que a participação estrangeira recente no setor sucroalcooleiro se desenvolve por meio de um fenômeno intrínseco à fase atual de mundialização do capital, ou seja, ela se dá por meio do investimento externo direto (IED). Ou seja, trata-se de uma nova etapa da acumulação capitalista em que as multinacionais beneficiam-se, simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção (CHESNAIS, 1996). De acordo com François Chesnais, o componente mais importante e estratégico na decisão de uma companhia ou empresa multinacional ao realizar investimentos diretos está associado à ideia de penetração, seja para depois esvaziar os concorrentes locais, seja para sugar as tecnologias locais (1996, p. 55). Portanto, é seguindo essas estratégias de espoliação e sucção, – de mais-valia – que o investimento externo direto tem se dado no Complexo Agroindustrial Canavieiro.

Segundo Guedes e Gianotti,

Os atuais investimentos (IED) entrantes na agroindústria canvieira encontram modernizada e bastante competitiva. Seu ingresso segue uma lógica puramente financista, centrada nos ganhos potenciais da conversão do etanol em *commodity* internacional e na exigência de formas de gestão que permitam aos investidores estrangeiros o controle sobre os espaços industriais (2009, p.56).

Portanto, se a agroindústria canvieira encontra-se modernizada e bastante competitiva, aí reside uma das razões do capital internacional, por meio das megacorporações, impor sua lógica de acumulação, concentração e centralização mundializada. Os autores destacam ainda que, dentre os fatores que atraem os investimentos externos diretos para o agronegócio canvieiro na atualidade, encontram-se:

- 1) O mercado desregulamentado;
- 2) A disponibilidade de terras para a expansão do cultivo de matéria-prima;
- 3) O menor custo mundial de produção (no Brasil é US\$ 180 por tonelada; na Austrália é de 335 e na união europeia a partir da beterraba, é de US\$ 710 por tonelada);
- 4) Mão-de-obra barata;

- 5) Custo zero de energia pela co-geração;
- 6) Menores obrigações ambientais e sociais;
- 7) Ampliação recente do mercado interno que absorve aproximadamente 75% da produção (GUEDES; GIANOTTI, 2009, p. 56).

Diante disso, podemos constatar que o Brasil e o setor sucroalcooleiro são partes consideráveis do palco em que se desenvolve a expansão do capital estrangeiro na atualidade. De um lado, os usineiros acumulam capitais individualmente aumentando sua escala de produção e concentrando em suas mãos grandes extensões de terra e volumes de riquezas. De outro, mas na mesma dinâmica de concentração ocorre, de forma simultânea, a centralização do capital com fusões e incorporações de capitais existentes por grupos econômicos e grandes oligopólios transnacionais com sede em diversos países, mas que atuam em rede por todos os cantos do planeta.

A exposição que fizemos até este momento buscou apreender e compreender as características atuais do agronegócio canavieiro e suas contradições como modelo de desenvolvimento econômico, na medida em que é possível identificar em seu interior não apenas a existência de processos produtivos ultramodernos que combinam aplicação tecnológica da ciência, automação industrial e engenharia genética com formas degradantes de exploração do trabalho e da natureza que ainda se perpetuam, mas também a reprodução das estruturas históricas da dependência e as características da “economia colonial”, cuja produção gerada pelo setor encontra-se voltada exclusivamente para atender ao mercado externo. Já que essa é uma característica da economia brasileira desde os tempos coloniais, busca-se ainda apontar alguns fatores que possibilitam ao agronegócio canavieiro expandir-se e colocar-se como um dos setores mais competitivos no mercado mundial na produção de *commodities* e dos chamados agrocombustíveis. Cumpre-se ainda analisar em que medida a superexploração do trabalho discutida em capítulos anteriores se articula à reprodução ampliada do capital e de suas estruturas históricas da dependência no interior do agronegócio canavieiro no Brasil.

#### **4.2. Superexploração do trabalho e ideologia do agronegócio canavieiro**

No capítulo primeiro deste trabalho assinalamos alguns dos principais fatores que desencadearam o processo de expansão recente do agronegócio canavieiro. Vimos que a “*febre dos agrocombustíveis*” (SCHLESINGER, 2008) que atingiu o Brasil na última década decorre

não apenas das exigências assinadas e confirmadas pelos países no Protocolo de Kyoto, mas também é resultado de transformações radicais na agricultura mundial, na qual o Brasil se insere como um grande produtor de *commodities*. Isso porque vem assimilando, nas últimas décadas, o modelo euro-americano de modernização da agricultura, que se fundamenta, exclusivamente, na trajetória tecnológica da chamada Revolução Verde, caracterizada como um sistema de produção intensiva, combinada com a utilização de fertilizantes químicos, controle químico de pragas, organismos geneticamente modificados e sementes de alta capacidade de resposta, além do uso de processos mecânicos de reestruturação e condicionamento de solos degradados pela monocultura (SILVA; MARTINS, 2006). Portanto, no contexto de expansão atual para o mercado mundial, conforme o modelo euro-americano de agricultura, o Brasil vem se destacando com o agronegócio canavieiro como um grande produtor de *commodities* e energia a partir dos chamados agrocombustíveis. É com esse propósito que o etanol tem sido defendido como uma oportunidade para o país ampliar suas exportações, gerando divisas que podem ajudar tanto no equilíbrio da balança comercial, atingindo o chamado superávit comercial exigido pelos credores estrangeiros, quanto na geração de empregos e renda.

Nessa perspectiva, a região de Ribeirão Preto-SP é apresentada pelos representantes do agronegócio canavieiro como o exemplo de desenvolvimento a ser seguido por outras regiões e Estados. Talvez por essa razão a cidade possui, desde 2001, uma filial da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), o que representa na região a institucionalização do poder ideológico em defesa e valorização do setor como modelo de desenvolvimento econômico e sustentável.

As metas e objetivos institucionais da ABAG na região de Ribeirão Preto estão organizados em dois princípios orientadores: 1) conscientizar os segmentos decisórios do país, os políticos, os empresários, os trabalhadores organizados, os acadêmicos, os líderes de comunicação para a importância e complexidade da cadeia produtiva do agribusiness, a relevância de seu papel no desenvolvimento econômico e social e a necessidade de tratá-lo sistematicamente, sem o que se torna impossível otimizá-lo; 2) tornar o agribusiness ciente e entendido, para que a falta de conhecimento mais elementar de seu funcionamento e dos seus elementos mais importantes não prejudiquem a visão de conjunto e as importantes informações que ocorrem dentro do sistema<sup>107</sup>.

Trata-se, portanto, de uma poderosa instituição que aglutina o setor com um amplo

---

<sup>107</sup> Ver *ABAG: uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. Disponível em <http://www.abagr.com.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

poder de influência econômica, política, social, cultural e ideológica. Dentre as suas estratégias de ações, envolvendo a imagem e a comunicação do agronegócio com a opinião pública, a própria ABAGRP informa que são múltiplas e simultâneas as suas atividades de valorização do agronegócio. Empenhada na articulação institucional dos interesses do capital agroindustrial face às novas oportunidades de mercados surgidas com a conjuntura atual que envolve por um lado a crise ecológica, e por outro, a retomada de um novo ciclo da expansão canavieira e da produção de etanol como combustível limpo, renovável e sustentável na opinião de diversos setores da sociedade, a ABAG de Ribeirão Preto tem lançado, desde o início dos anos 2000, diversas campanhas de valorização do agronegócio frente à opinião pública.

São campanhas que supervalorizam a imagem do agronegócio, enfatizando sua suposta importância na vida das pessoas e para o desenvolvimento econômico e social das cidades, da região e do país. Assim, em Ribeirão Preto, é possível verificar que, a suposta potência econômica do setor sucroalcooleiro imprimiu a marca de que a cidade produz grãos brancos de uma riqueza que adoça e que não polui, que enriquece a região de forma homogênea garantindo a empregabilidade de muitos trabalhadores e o elo forte entre o campo e a cidade, fazendo Ribeirão Preto despontar no cenário nacional como centro exportador de produtos caros ao mercado exterior, centro aglutinador de riqueza e centro de desenvolvimento e prosperidade (ROMÃO, 2011). Por isso, a campanha de valorização do agronegócio tem como slogan: “*Agronegócio, sua vida depende dele*”.

Para identificar alguns dos principais mecanismos de dominação ideológica que surgiram com o objetivo de produzir o consenso em torno da imagem do agronegócio, instaurando formas de controle social construídas pelas elites locais organizadas em torno de suas principais instituições, como a UNICA e a ABAGRP, apresentaremos a seguir o discurso hegemônico do agronegócio (*Agronegócio, sua vida depende dele; Agronegócio: todos fazem parte; Agronegócio: você também faz parte*) na região de Ribeirão Preto, cuja veiculação se dá por meio da mídia local, as emissoras de rádio e televisão que integram o modo de dominação social do capital. Para tanto, ouvimos e transcrevemos algumas das propagandas, veiculadas pela mídia local, para apresentar a ideologia do agronegócio na região de Ribeirão Preto. Apesar de não ser o nosso objetivo principal aqui, julgamos importante e necessário apresentar sumariamente o discurso do agronegócio para em seguida poder refutá-lo com a investigação sociológica até aqui desenvolvida.

No discurso produzido pelas elites locais, é possível encontrar uma ampla e histórica

valorização do agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico; como modelo de produção sustentável que cuida do meio ambiente; como setor econômico que se preocupa e valoriza a educação, integrando-a aos seus projetos apologéticos; e, por fim, a apresentação do setor como modelo de sucesso e que investe nos sonhos das pessoas que acreditam no setor. Em um dos discursos veiculados na forma de propaganda pela TV, encontramos:

*Agronegócio, sua vida depende dele.*

*Em nenhuma outra região do país, o setor do agronegócio é tão desenvolvido como na região de Ribeirão Preto. Aqui, como em nenhum outro lugar estão organizadas algumas das principais atividades rurais, desde a produção de sementes até a chegada dos produtos ao supermercado, ou seja, temos fazendas produtivas de grãos, de cana-de-açúcar, laranja, café, leite, carnes e outros produtos. Temos indústrias, grandes ofertas de serviços, mão de obra qualificada, localização estratégica e várias outras vantagens e tudo isso significa empregos pra toda região de Ribeirão e investimentos sociais com a arrecadação de impostos, ou seja, agronegócio pra gente é assim, uma ótima combinação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social (grifo nosso).*

Nas comunicações que analisamos é possível perceber, além das relações de dependência, aproximação e subordinação das pessoas ao agronegócio suscitadas pela mensagem veiculada (ROMÃO, 2011), a valorização do setor em todas as suas dimensões e perspectivas. Na comunicação citada acima, o sujeito interlocutor da mensagem é o ex-ministro da fazenda, o petista e ribeirão-pretano, Antônio Palocci. Nesse caso, é possível verificar que, desde o início em 2002, a candidatura de Lula esteve apoiada e articulada por seus partidários ao agronegócio. O que não deixa dúvidas quanto à ressonância de seu discurso recente, quando afirmou que os usineiros seriam os heróis nacionais, pois o setor sucroalcooleiro é o que há de mais moderno no Brasil. Dessa forma, na comunicação veiculada à época pela ABAGRP, o discurso forte de um ministro do governo Lula, Antônio Palocci, reforçou e legitimou a região de Ribeirão Preto não apenas como uma das regiões mais desenvolvidas do agronegócio, mas como uma região onde a articulação entre indústria, mão-de-obra qualificada e agronegócio, significa uma combinação perfeita e modelar de desenvolvimento econômico e social. Ou seja, o apoio de um ministro e liderança política regional legitimando o agronegócio significou, em outras palavras, quais seriam as orientações políticas e econômicas do governo para o agronegócio, confirmando, historicamente, que este seria o modelo de desenvolvimento econômico e social adotado pelo Brasil durante a era Lula.

Portanto, é possível destacar que diante da promoção de uma falsa consciência acerca

da realidade do agronegócio concretizada pela ABAG em Ribeirão Preto e região, há, assim, um banimento das relações que regem o mundo dos trabalhadores, abolindo outros sentidos que não aqueles dados pela voz do capital. O valor da agricultura camponesa, o perigo da poluição ambiental, a monocultura excludente de outras formas de cultivo, os saberes camponeses que engendram outros olhares sobre a terra como patrimônio e não apenas como propriedade, a concentração da riqueza e a ampliação das redes da exclusão não são nomeadas, ficam silenciadas sob o efeito de que são inexistentes ou pouco importantes (ROMÃO, 2011, p.2).

Assim, ocultam-se as contradições mais fundamentais do desenvolvimento do agronegócio na região de Ribeirão Preto, pois sua ideologia se configura numa prática discursiva e coercitiva por meio da qual os indivíduos são cooptados e levados a se identificarem e se inscrevem em processos de identificação entre sujeitos. São atraídos e levados a tornarem suas vozes unas para reforçar os objetivos do agronegócio. Trata-se, segundo Romão (2011, p. 12), do “engolfar de muitos sentidos inscritos por sujeitos” em lugares como a arte, o esporte, o mundo do trabalho, a política, a economia, “para orquestrar um único dizer, cujo efeito é a valorização do agronegócio”. Desta feita, podemos afirmar que tal ideologia

[...] costura uma imagem poderosa para/do agronegócio, engendrando efeitos de (oni)potência e poder, vinculando o cotidiano do homem comum a práticas da agricultura monopolista e silenciando os sentidos indesejáveis, que possam inscrever rachaduras e equívocos no lugar dessa suposta pujança. Ao apropriar-se de dizeres da música, da política, do esporte e do campo da informação, o sujeito desse discurso faz uma tessitura de sentidos muito amarrados e empresta êxito e sucesso aos novos sentidos que instala. Melhor dizendo, o empréstimo de elementos tidos como marginais, que estão fora do eixo da produção agrícola ou que são alternativos, serve aqui para emoldurá-los em um novo quadro, agora estabilizados como efeitos positivos de valorização do agronegócio (ROMÃO, 2011, p.12).

Não obstante a construção ideológica e poderosa da imagem do agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico pelas instituições do capital, a realidade não deixa de ser contraditória. Em nossa pesquisa, buscamos verificar em que medida esse discurso ideológico é válido para os sujeitos (trabalhadores, sindicalistas) que se encontram no interior do processo produtivo e que conhecem historicamente a realidade social do agronegócio na região (agentes pastorais e fiscais do trabalho). Portanto, buscamos captar, nas entrevistas com os sujeitos da pesquisa, quais as impressões sobre a ideia – veiculada pela ABAG e pela ÚNICA – de que o agronegócio é um modelo de desenvolvimento econômico e social que deu

certo na região de Ribeirão Preto.

Indagados sobre essa questão, os sujeitos entrevistados consideraram a importância econômica e histórica do setor na região, mas apontaram, em sua maioria, os dilemas, as contradições e desigualdades surgidas de seu próprio desenvolvimento histórico. Assim, quando perguntamos ao Sr. Rodrigues se o agronegócio canavieiro de Ribeirão Preto pode ser considerado um modelo de desenvolvimento econômico a ser seguido por outras cidades e regiões, ele discordou, dizendo:

[...] porque todo esse sucesso, todo esse avanço econômico como é colocado nessa região, por exemplo, não é distribuído na sociedade, entre as pessoas [...] porque você pega uma área muito grande de terra e de concentração mesmo de terras e de riquezas na mão de meia dúzia. Ninguém está se beneficiando com isso, é meia dúzia de pessoas que está se beneficiando com isto. Então quer dizer, desse desenvolvimento só participa meia dúzia de famílias. Isso não é só no setor canavieiro, acho que em tudo nesse país tem que começar a se discutir uma melhor distribuição de renda. E esse setor tem tudo a ver com isso porque é o setor sucroalcooleiro que ocupa uma expansão maior de terra, praticamente é o setor sucroalcooleiro no Brasil.

Analisando, portanto, as contradições desse suposto modelo de desenvolvimento econômico, o Sr. Rodrigues ainda destaca que discorda da distribuição dessa economia,

[...] porque, infelizmente, principalmente nessa região que é chamada de Califórnia Brasileira, é onde se concentra algumas das cidades mais pobres do Brasil [...] devido à precarização do setor. Se você pegar hoje as cidades vizinhas nossas – Morro Agudo, Pontal, Barrinha, Cruz das Posses – é fome, miséria, aumento de prostituição, é aumento de criminalidade por causa do desemprego. Cidades com vinte mil pessoas já com favelas em volta parecendo metrópoles. O culpado disso é a distribuição de renda, é o poder econômico do setor sucroalcooleiro, é a má divisão da riqueza. Então é isso o que eu acho de tudo isso que tá acontecendo. Eu acho que, é importante para o Brasil? É importante, mas para meia dúzia de pessoas e infelizmente isso está acontecendo não só nessa região como em todas as regiões do Brasil. Quer dizer, é muita terra concentrada nas mãos das pessoas, então essa concentração de terra e de riquezas, isso acaba com qualquer país. Eu acho que a gente devia ter uma melhor distribuição de riquezas, principalmente de terras, o Governo tinha que ter mais atenção na reforma agrária e fazer um Governo diferente.

A análise feita pelo Sr. Rodrigues é de um sujeito que viveu, na condição de trabalhador, e ainda vive, na condição de sindicalista, a realidade social e política desencadeada pelas contradições inerentes ao desenvolvimento histórico do agronegócio na região. A luta histórica pela Reforma Agrária, em sua fala, aparece como algo necessário e que precisa ser

realizada, apontando a concentração de terras e a não distribuição de riqueza como os principais fatores da desigualdade social existente na região, sobretudo nas pequenas cidades, locais de concentração de trabalhadores migrantes que atuam na cadeia produtiva da agroindústria canavieira.

Nesse sentido, atesta o nosso entrevistado,

É a volta da colônia, você entendeu? Mais uma vez estamos sendo explorados. Então não é o agente que está envolvido no setor que está sendo explorado mais. Antigamente era. Mas toda a sociedade paga. Vê os preços dos produtos que tá hoje, o álcool, o etanol, é vergonhoso o valor que tá hoje. Quando o açúcar está bom no mercado eles fabricam mais açúcar e elevam o preço do álcool. Quando o açúcar cai no mercado eles fabricam mais álcool. Há uma especulação nesse sentido. Quem paga é a sociedade. Então é isso o que eu coloquei para você, o que tá faltando é uma participação maior do Governo coibindo esse tipo de coisa e procurando projetos de distribuição de renda melhores nesse setor do Brasil porque se continuar do jeito que tá infelizmente...

A percepção crítica de alguns dos sujeitos entrevistados nos revela que a ideologia do agronegócio canavieiro encontra resistência na consciência dos trabalhadores e sindicalistas que vivem a realidade das condições sociais de trabalho praticadas por este setor. É o que podemos verificar no depoimento do Sr. Ignácio, quando recusa a falsa ideia de que a região de Ribeirão Preto é considerada a Califórnia Brasileira, pois o poder econômico, segundo ele, está nas mãos dos usineiros e latifundiários e não nas mãos dos trabalhadores.

[...] eu discordo totalmente, quando se diz que naquela época a Globo fez aquela reportagem que diz que na região de Ribeirão Preto corre ouro nos canaviais e que os trabalhadores rurais ganhavam tanto que chegavam a pagar imposto de renda, que a região de Ribeirão Preto era considerada a Califórnia Brasileira [...] Nós fizemos o inverso do que eles disseram. Colocamos *Califórnia à Brasileira*, mostrando que o trabalhador vivia numa situação subumana naquela época, que o ganho do trabalhador não era aquilo, que ele vivia numa situação de escravidão, vivia na base do chicote, pressão patronal, pressão policial, sem nenhuma estrutura naquele momento e que o ganho dele não era nada daquilo. O trabalhador não ganhava nada disso. Então eu sou totalmente contrário a essa posição da Globo quando ela disse isso na época.

Na mesma esteira de Rodrigues e Ignácio, o Sr. Antônio também discorda da ideia de que a região de Ribeirão Preto é um modelo de desenvolvimento econômico assentado no agronegócio.

[...] porque na questão social eu não vejo melhora nenhuma com esse modelo.

Pra mim, o modelo adequado é aquele que faz a expansão econômica, mas... não só na questão do setor sucroalcooleiro que tá bem. O trabalhador não tá lucrando com isso né. Pelo menos aqui em Pontal eu não vejo... o bairro tá do mesmo jeito, saúde não tem remédio, não tem consultas médicas. Com especialistas é agendada para não sei quantos meses. O que tem é o clínico geral e as vezes nem é o clínico geral, passa pelo plantonista, que é o convênio da Santa Casa, que são os residentes do HC, e isso pra mim não seria o modelo. O modelo adequado seria aquele que distribui e esse, na minha opinião, não distribui a renda, que prega que o Brasil vive o momento da euforia, mas é aquilo né, tem dinheiro pra construir estádio mas não tem dinheiro pra melhorar a saúde. O Brasil é isso daí.

Portanto, no que tange à ideia do modelo de desenvolvimento do agronegócio canavieiro verificamos, na realidade, que apesar da ideologia, existem percepções que contrariam o domínio absoluto da visão apologética transmitida pelos agentes sociais do capital. E que se faz necessário demonstrar, ao contrário dessas representações ideológicas, que se trata, na verdade, dos interesses burgueses em perpetuar as “estruturas históricas da dependência”, reproduzidas pelo discurso do agronegócio como modelo de desenvolvimento. Assim, o que se representa na ideologia do agronegócio como desenvolvimento, na verdade, é a perpetuação do subdesenvolvimento por meio das bases reprodutivas que caracterizam a economia dependente e a subordinação do Brasil aos interesses do capital externo. Observa-se, pois, na atualidade um processo avançado de reversão neocolonial (SAMPAIO JR., 2007) a partir da qual o país amplia, por um lado, sua participação no mercado externo, atendendo aos interesses das elites agrárias, mas por outro, torna maior e crescente tanto a concentração de renda, como as desigualdades sociais.

No que se refere às elites agrárias no Brasil, é possível observar que seus interesses, articulados na atualidade ao capital estrangeiro, estão se realizando amplamente quando se verifica a participação crescente da produção agrícola brasileira no comércio mundial. Segundo os dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011), a participação agrícola total do Brasil no comércio mundial salta de US\$ 59,29 bilhões em 2001 para US\$ 152,99 bilhões em 2009. O salto é impressionante quando se observa a evolução das exportações agrícolas brasileiras, passando de US\$ 14,1 bilhões em 1999 para US\$ 63,8 bilhões em 2010. No período de 1997 a 2010, os preços das *commodities* no mercado internacional alcançaram um recorde desde que começaram a ser medidos pelo governo brasileiro. Quando se analisa a participação do agronegócio nesse processo, verificamos o peso que o setor tem na economia brasileira, o que nos permite dizer que o agronegócio tem pautado as políticas econômicas e as exportações brasileiras na última década. De acordo com o Ministério da

Os três principais setores em termos de montante exportado em 2010 (complexo soja, complexo sucroalcooleiro e carnes) foram responsáveis por quase 70% das exportações agrícolas brasileiras. Esse percentual vem se mantendo praticamente estável desde 2004, quando alcançou 68,6%. Os três setores também foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações agrícolas do país entre 2004 e 2010: complexo sucroalcooleiro (30,1%); carnes (20,8%); complexo soja (20%). Outros que também apresentaram contribuição significativa foram: café (10,5%); cereais, farinha e preparações (5,1%); fumo e seus produtos (3,8%); sucos de fruta (2,2%); animais vivos, exceto pescados (1,9%); demais produtos de origem animal (1,4%); e fibras, lã (1,2%) (MAPA, 2011).

Isso significa que nas últimas décadas, a participação do setor agrícola (agronegócio) nas exportações brasileiras é ampla e notória. A julgar pela marcante presença do complexo sucroalcooleiro que se tornou um dos principais componentes exportadores do comércio agrícola em razão da conjuntura mundial, isto é, da crise energética e da busca por fontes renováveis de energia. O que se explica, segundo os dados do MAPA (2011), o aumento de mais de 300% das exportações do chamado complexo sucroalcooleiro, saindo de US\$ 3,14 em 2004 para US\$ 13,78 bilhões em 2010.

No caso brasileiro, nos três últimos anos (2008, 2009 e 2010), somente o complexo sucroalcooleiro foi responsável por mais de 100% do aumento das exportações em valor. As exportações brasileiras entre 2008 e 2010 subiram de US\$ 58,361 bilhões em 2008 para US\$ 63,750 bilhões, ou seja, tiveram incremento de US\$ 5,388 bilhões no período. As exportações do complexo sucroalcooleiro aumentaram de US\$ 7,873 bilhões para US\$ 13,775 bilhões, o que significou um aumento de US\$ 5,802 bilhões. Dessa forma, excluindo-se a elevação das vendas do complexo sucroalcooleiro no mercado mundial, as exportações agrícolas brasileiras teriam apresentado uma pequena queda no valor exportado. O setor sucroalcooleiro foi responsável por toda elevação do valor de aumento das exportações brasileiras entre 2008 e 2010 (MAPA, 2011).

Os dados do MAPA (2011) não deixam dúvidas sobre as características da economia brasileira na atualidade. Assim, podemos dizer que a participação do Brasil no mercado mundial segue a mesma lógica da “economia colonial”, ou seja, de uma economia agroexportadora, tal qual a definiu Caio Prado Jr. (2000) em sua obra “Formação do Brasil Contemporâneo”. O sentido da colonização parece ser no contexto atual da mundialização do capital uma exceção permanente. Nesse sentido, a contemporaneidade do desenvolvimento

capitalista incorpora novos elementos às “estruturas históricas da dependência” que atravessam a história do nosso país. Nas últimas décadas, o Brasil se tornou também um dos maiores produtores de energia e combustível renovável do planeta. O país inaugurou a era dos agrocombustíveis, tornando-se, na atualidade, um dos maiores produtores e exportadores do mercado mundial, cuja matriz produtiva é a agricultura.

Portanto, no mesmo palco onde se estruturou historicamente a lógica da “economia colonial” e dependente, erigiu-se um novo cenário (mais amplo e mundializado) com a participação de um novo elenco constituído por velhos e novos atores sociais. Esse novo cenário ganhou contornos de sustentabilidade na medida em que o próprio desenvolvimento capitalista, e seu impulso destrutivo deu origem a uma crise ecológica sem precedentes na história da humanidade. A partir daí, os agrocombustíveis e, em especial, o etanol subiu ao palco como uma alternativa supostamente sustentável de desenvolvimento econômico na medida em que se pretende um combustível limpo, ecológico e renovável.

Com o debate internacional em torno do desenvolvimento sustentável, o agronegócio canavieiro assumiu uma posição de destaque no mercado, colocando um dos seus principais produtos, o etanol, como uma alternativa econômica e energética ao desenvolvimento dos países. Assim, a demanda, sobretudo externa, inaugurou, na última década, uma nova conjuntura a partir da qual emergiu um novo ciclo da expansão canavieira no Brasil, o que justifica – como já assinalamos anteriormente – o crescimento da participação do complexo sucroalcooleiro nas exportações brasileiras e, portanto, no mercado mundial.

A partir daí é possível observar um movimento das empresas sucroalcooleiras em adotarem práticas sustentáveis de produção, visto que elas tem sido uma das exigências dos países importadores do açúcar e álcool brasileiros. Considerando apenas as demandas da União Europeia que, por meio de uma normativa (Diretiva 2009/28/CE) determina que até 2020 o bloco alcance uma cota de 20% de energias renováveis no consumo final bruto de energia e cada país membro atinja a meta mínima de uso de 10% de energia renovável no setor de transportes, é possível perceber uma tendência crescente e significativa para a exportação do etanol brasileiro. Essa normativa da União Europeia prevê ainda critérios de sustentabilidade para dirimir possíveis problemas socioambientais que estejam ligados à origem da produção dos recursos energéticos importados, daí a corrida das empresas sucroalcooleiras pelas práticas e certificações socioambientais.

Para viabilizar essa perspectiva de crescimento e visando à ampliação de sua

participação no mercado internacional de *commodities* e agrocombustíveis, o agronegócio canavieiro vem-se mobilizando institucionalmente no âmbito político para garantir o apoio do Estado, principalmente de São Paulo, maior produtor canavieiro do país. Dessa forma, a UNICA conseguiu firmar, em 4 de junho de 2007, um protocolo de cooperação agroambiental do setor sucroalcooleiro paulista assinado pela Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e pelo governo do Estado.

O protocolo é resultado de três considerações feitas pelos agentes e instituições que assinaram a cooperação para a consolidação do desenvolvimento sustentável da agroindústria canavieira paulista: 1) a importância da atividade sucroalcooleira para a economia paulista e seu desenvolvimento econômico e social; 2) as mudanças climáticas globais exigem cada vez mais dos agentes públicos e privados maior responsabilidade com o meio ambiente; 3) o planejamento da agricultura energética e sua expansão no Estado de São Paulo para o ordenamento de um crescimento sustentável da produção.

Portanto, partindo desses três elementos que compõem a parceria entre o agronegócio e o Estado paulista, é preciso tecer outras considerações mais contundentes a respeito do verdadeiro sentido desse protocolo. Na verdade, trata-se não só de viabilizar o desenvolvimento e expansão do agronegócio para atender às exigências do mercado externo, isto é, dos países demandantes de etanol, com apoio institucional do Estado e utilização dos recursos públicos via BNDES, mas impor também um modelo de desenvolvimento dependente que traz em si as formas da concentração da riqueza e as sementes da destruição ambiental e da superexploração do trabalho. Em outras palavras, significa dizer que se trata da ampliação das bases produtivas e reprodutivas de acumulação do capital em escala mundial, mantendo sob seu controle os recursos naturais e subordinando aos ditames do mercado e sua organização produtiva milhares de trabalhadores e trabalhadoras que se veem expelidos do sistema como resultado da força expurgadora do “moinho satânico” do agronegócio.

As contradições manifestas entre o discurso da sustentabilidade social e ambiental do agronegócio e as práticas realmente existentes vão além das condições degradantes de trabalho que encontramos na região de Ribeirão Preto, de modo que, a um giro do nosso “*caleidoscópio de épocas*”, podemos encontrar formas de exploração do trabalho que lembram as origens dos tempos coloniais, como é o caso crescente do número de trabalhadores libertados das condições de trabalho escravo do setor sucroalcooleiro nos últimos anos. Segundo os dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra), de 2003 a 2010 foram libertados mais de 10 mil trabalhadores

encontrados sob a condição de trabalho análoga à escravidão em operações de fiscalização realizadas pelo Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e pela Polícia Federal em unidades produtivas de açúcar e álcool do agronegócio canavieiro. Vale destacar que algumas dessas fiscalizações libertaram trabalhadores que atuavam na colheita da cana não apenas de latifundiários e fornecedores de cana, cujas práticas nos remetem ao período da escravidão na era colonial, mas em grandes corporações transnacionais, como é o caso do grupo COSAN.

A propósito do grupo COSAN, o relatório de monitoramento dos agrocombustíveis no Brasil<sup>108</sup>, realizado pela ONG Repórter Brasil (2009), destaca que, em 31 de dezembro de 2009, a maior companhia sucroenergética do mundo teve seu nome incluído na “*lista suja*” do trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho. Conforme aponta o relatório, a fiscalização que resultou da inclusão da COSAN na “*lista suja*” ocorreu em junho de 2007, na usina Junqueira em Igarapava (SP). Na ocasião, 42 trabalhadores foram libertados nessa planta da companhia que é também dona de outras 22 unidades produtivas no país.

A violação da liberdade e dos direitos humanos pela ordem do capital agroindustrial no Brasil não cessa. Ela se estende também, e mais uma vez, àqueles que já tiveram sua estrutura social e cultural dilaceradas pela dominação do branco português. Com a expansão canavieira para a região Centro-Oeste, sobretudo para os Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, os indígenas passaram a ser o alvo da voracidade do “moinho satânico” do agronegócio canavieiro. Historicamente expropriados de suas terras e sem condições de produzir a sua própria existência material, muitos índios da tribo Guarani Kaiowá, sem alternativas, foram obrigados a trabalhar no corte da cana, submetendo-se a condições degradantes de trabalho impostas por usinas e destilarias que se instalaram no Mato Grosso do Sul<sup>109</sup>. A expansão do agronegócio naquele Estado, além de instaurar as condições do trabalho escravo ao indígena,

---

<sup>108</sup> Ver *O Brasil dos Agrocombustíveis: cana – impactos das lavouras sobre a terra, o meio ambiente e a sociedade* (2009). Disponível em [www.agrocombustiveis.org.br](http://www.agrocombustiveis.org.br).

<sup>109</sup> De acordo com o relatório de missão produzido pela ONG FIAN (FoodFirst Information & Action Network) “na raiz desta situação está a falta de terra e acesso a alimentos, que é consequência do roubo e da destruição dos territórios tradicionais dos povos indígenas. Ao longo da história houve um processo de violência contra a forma de vida das populações indígenas Guarani Kaiowá, o que faz com que os indígenas não possam mais viver conforme sua cultura. Esta situação será agravada com a implantação de todas as usinas de cana de açúcar previstas para aquele Estado nos próximos três anos. Certamente o processo de identificação das terras indígenas será atrasado pelo interesse dos proprietários de terras já que uma área de 200 mil hectares está sendo prevista para produção de cana”. A produção de cana de açúcar aparece claramente pressionando o processo legal e político de demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul e, portanto, limita o acesso à terra e aos recursos naturais da população Guarani Kaiowá. Ver *Os agrocombustíveis no Brasil*. Disponível em: [www.observatoriodoagronegocio.com.br](http://www.observatoriodoagronegocio.com.br). Acesso em 29 de janeiro de 2013.

cria uma estrutura de exploração e expropriação da terra dos povos Guarani Kaiowá, que não só gera dificuldades às lutas pelas demarcações das terras, mas inviabiliza o seu modo de organização social e cultural, pois sem a terra o índio perde sua identidade e tem suas relações com o lugar prejudicadas. Eis aí a modernidade capitalista do agronegócio canavieiro.

A respeito dessas contradições que marcam a história brasileira, José de Souza Martins assinalou que no âmago do moderno as coisas se combinam de modo estranho. As fazendas em que tem sido encontrado maior número de trabalhadores escravizados pertencem justamente a grandes conglomerados econômicos – vide o caso COSAN. A escravidão, portanto, não parece ser persistência do passado em fazendas de propriedade de empedernidos latifundiários ainda apegados às tradições da dominação pessoal. Ao contrário, são em fazendas e empresas transnacionais, com concepções e as possibilidades mais modernas do grande capital, onde ela não só persiste, mas se reproduz (MARTINS, 2010).

É assim que o crescente número de trabalhadores libertados da condição de trabalho escravo (ou análogo) presente no interior do “moderno” agronegócio canavieiro parece revelar que a escravidão contemporânea se constituiu num elemento através do qual o modo de produção capitalista se reproduz. Podemos, pois, dizer que no Brasil, múltiplas determinações contribuem para a reprodução ampliada do capital e do desenvolvimento dependente. Em outras palavras, vale dizer que:

[...] o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as recria, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada (MARTINS, 1995, p. 6).

Conforme essa formulação, podemos identificar algumas das determinações que permeiam o desenvolvimento (desigual) recente do agronegócio, pois em seu interior combinam-se amplo desenvolvimento tecnológico, incluindo aí os avanços científicos da engenharia genética, com formas sociais distintas de extração do excedente econômico e da exploração do trabalhador que atua nas diversas etapas do processo produtivo, do trabalho com a terra à produção industrial automatizada.

As formas sociais distintas de extração da mais-valia presente nos processos de trabalho da agroindústria canavieira vêm se combinando, nos últimos anos, com o aumento da

composição orgânica do capital, especialmente no caso da colheita mecânica. O que significa, por um lado, o aumento da produtividade desencadeada pela incorporação da máquina à colheita da cana, mas por outro, um aumento da produtividade, da intensidade e da exploração do trabalho do cortador de cana.

Em verdade, na medida em que se estrutura o desenvolvimento dependente por meio de padrões de acumulação cujas determinações são múltiplas e distintas, já que o capital se alimenta pela simbiose entre o arcaico e o moderno na lógica do desenvolvimento dependente, instauram-se também formas de exploração diversas e confluentes que combinam relações de trabalho, formais e informais, trabalho assalariado e escravo na mesma realidade, portanto, com o mesmo objetivo, qual seja, garantir a reprodução ampliada do capital em suas múltiplas dimensões, nacional e internacional, local e global.

No interior desse processo, a expropriação das condições materiais de existência parece ser contínua, o que lança no mercado de trabalho milhões de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho para sobreviverem. Desse modo, expropriados dos meios de vida, instaura-se e se prolonga a superexploração do trabalho,

[...] quando o trabalhador compromete a sua própria sobrevivência, ou de sua família, quando é expropriado da possibilidade de viver, trabalhando mais do que a jornada normal de trabalho, acima do trabalho excedente extorquido sob a máscara do salário e da contratualidade da relação entre patrão e empregado (MARTINS, 1995, p. 9).

No Brasil, em diversos setores produtivos, especialmente no agronegócio, a superexploração do trabalho fica evidente quando, ao final de meses de trabalho, o trabalhador nada tem a receber, ao contrário, ainda tem que pagar algo a quem o empregou (MARTINS, 1995). Essas condições podem levar muitos trabalhadores à escravidão por dívida, posto que foram privados dos meios de produção de sua existência, como terra e ferramentas. A partir daí, a superexploração introduz em suas vidas dificuldades (como doenças e endividamento) que lentamente poderão incorporar os trabalhadores e suas famílias ao exército industrial de reserva, como força de trabalho à disposição do capital.

O caso dos trabalhadores (migrantes) que atuam na colheita manual da cana é emblemático desse violento processo social descrito por José de Souza Martins, na medida em que, apesar da capacidade produtiva, do desenvolvimento e da geração de riqueza pelo agronegócio,

[...] se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...] porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; [...] porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2000, p. 126).

Em termos capitalistas, significa que o usineiro extrai mais-valia além do limite determinado pela reprodução da força de trabalho, pagando aos trabalhadores salários insuficientes para a recomposição de suas forças físicas após a jornada de trabalho.

Em nossa pesquisa com os trabalhadores canavieiros da região de Ribeirão Preto, onde é possível verificar a superexploração naquela que é considerada a mais desenvolvida do agronegócio, identificamos que a possibilidade do rebaixamento dos salários dos trabalhadores, isto é, uma remuneração muito aquém das garantias e necessidades mínimas de reprodução da força de trabalho, deve-se tanto ao aumento da composição orgânica do capital, com a mecanização da colheita, quanto ao desemprego dela decorrente. A possibilidade de descarte e substituição da força de trabalho por máquinas desencadeia, assim, um aumento do exército industrial de reserva, engendrando conseqüentemente um rebaixamento do valor de sua força de trabalho. Por isso, além de trabalhar pressionado pelo processo de mecanização, isto é, pela ameaça constante do desemprego, para se manter vivo, o trabalhador é levado – em função da concorrência com a máquina, do pagamento por produção e das exigências da usina – a despender um maior esforço, aumentando seu ritmo e produtividade. O que não deixa de ser contraditório, pois a condição para viver na sociedade regida pelo capital, vendendo sua força de trabalho ao agronegócio, em verdade, pode representar a morte, na medida em que as engrenagens do “moinho satânico”, se não trituram definitivamente sua condição de vida, ao menos a desgastam lentamente, limitando o tempo de vida útil da força de trabalho e sua reprodução como trabalhador.

Se isso é verdade, portanto, tudo leva a crer que a superexploração do trabalho<sup>110</sup>, se constitui na engrenagem fundamental do “moinho satânico” do agronegócio canavieiro. Ela se combina com a lógica da economia dependente; uma parte da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas

---

<sup>110</sup> Em outras palavras, significa que o capital se apropria da totalidade da vida do trabalhador, conforme usa e explora sua força de trabalho não apenas no presente, mas se apropriando, inclusive, do seu tempo de vida futuro. De acordo com Jaime Osório (2009), “um salário insuficiente ou um processo de trabalho com superdesgaste (seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho), que encurte o tempo de vida útil total e de vida total, constitui um caso no qual o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida” (OSÓRIO, 2009, p. 177).

práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção (MARINI, 2012). Assim, as classes dominantes, sobretudo as elites agrárias compostas por usineiros, fornecedores de cana e latifundiários em geral, buscam se ressarcir dessa perda para as economias centrais, aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas (canavieiros), os quais são submetidos a um processo de superexploração. Esta constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, o que implica em baixos salários, desemprego, controle e precarização das condições de trabalho. Tal princípio se intensificou nas últimas décadas em decorrência do amplo processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira, visando a atender as novas necessidades e exigências do capital estrangeiro e do mercado mundial de *commodities*.

No caso dos dilemas que caracterizam a economia brasileira recente, permeada pela contraditória relação entre modernização da produção e superexploração do trabalho, é possível dizer que o desenvolvimento do agronegócio canavieiro desde o início da década de 1990 passou a ser permeado pela lógica da grande empresa capitalista, cuja finalidade – a partir da desregulamentação do setor e da reestruturação produtiva – passou a ser a diminuição de seus custos produtivos, elevando o valor agregado de seus produtos, principalmente com base nos investimentos em irrigação, mecanização da colheita e cultivos adensados, para ampliar e expandir indefinidamente suas margens de lucro (POCHMANN, 2009). A vantagem desse processo para o agronegócio é que, nas últimas décadas, o crescimento sai de um nível onde a participação do setor na economia era em 1985 de 2,8% para quase 5% em 2005. Todavia, esse crescente movimento de expansão não deixou de gerar vulnerabilidade, desemprego em massa, superexploração e precarização sobre as condições de trabalho. No que concerne ao desemprego, os dados apresentados por Marcio Pochmann são esclarecedores:

[...] entre 1989 e 2005, por exemplo, a população rural perdeu quase 660 mil pessoas, fazendo com que representasse somente 5,8% do total da população paulista em 2005. A queda estimada em 21,9% na população absoluta no campo transcorreu acompanhada de menor redução da População Economicamente Ativa (10,5%) durante o mesmo período [...] Mas a diminuição na população ocupada atingiu quase 267 mil pessoas, equivalendo a 18,5% dos postos de trabalho no campo. Por conta disso, o desemprego no meio rural aumentou significativamente, pois passou de 20,8 mil trabalhadores, em 1989, para quase 125 mil trabalhadores em 2005 (POCHMANN, 2009, p.100).

Portanto, é evidente que os impactos nefastos desse processo de reestruturação capitalista atingem diretamente as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora em todos

os setores por onde ele se desenvolveu. No caso do agronegócio brasileiro, podemos destacar a emergência de efeitos desprezíveis no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. Ou seja, em função da expansão canavieira, desenvolvem-se novas formas de exploração e intensificação do trabalho que, associadas à introdução de novas formas de remuneração e pagamento dos trabalhadores, precarizam, superexploram e degradam ainda mais a totalidade do viver desses sujeitos sociais.

Considerando que a dimensão da reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro envolve três eixos estruturantes que se destacam em: 1) avanço genético; 2) ampliação da mecanização; 3) modernização nas culturas industriais e renovação do perfil dos trabalhadores; temos no interior e ao final desse processo, conforme Pochmann (2009), uma *desconexão entre a evolução do rendimento da produção das culturas industriais e a remuneração dos trabalhadores*. Assim, pode-se afirmar que, à medida que o setor sucroalcooleiro desenvolve novas tecnologias e práticas gerenciais de organização do trabalho, descola-se das relações quantitativas de trabalho a ampliação da produção, isto é, com o aumento da capacidade produtiva e do rendimento gerado por essa capacidade, verifica-se maior vulnerabilidade e precariedade das condições e relações de trabalho (POCHMANN, 2009, p.106).

Dessa perspectiva, visualizamos a validade das teses de Marx acerca do movimento incessante do capital em extorquir mais-valia do trabalhador. Assim, se “*o aumento da produtividade do trabalho reduz o valor da força de trabalho e com isso aumenta a mais-valia*” (MARX, 1985, p.114), então, na medida em que a agroindústria canavieira se moderniza, mecanizando a colheita da cana e ampliando sua capacidade produtiva, ela impõe sobre a força de trabalho novas determinações. Desse modo, os trabalhadores – para manterem seus empregos – além de multiplicarem sua produção, intensificando sua produtividade, tem o valor de sua força de trabalho diminuído. Além, é claro, das práticas recorrentes de roubo declarado exercido pelos agentes e personificações do capital agroindustrial contra o trabalhador canavieiro, conforme denuncia um cortador de cana de Guariba-SP, na região de Ribeirão Preto.

A usina para qual trabalho, não está respeitando o horário de parada às 15h30. O fiscal passa antes para a gente assinalar o ponto e depois o turmeiro vem exigir que o trabalhador termine o talhão e não pagam nada deste horário extra. É bem nesta hora que a gente está estourado de tanto trabalhar e tem que ficar aumentando o lucro dos patrões<sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> FACIOLI, I. et al. Vozes do eito. Guariba: Eco das Letras, 2009.

Como o objetivo de todo capitalista é, segundo Marx (1985), aumentar a produtividade do trabalho para aumentar a mais-valia, pois o valor da força de trabalho e a mais-valia variam em sentido oposto, na agroindústria, com a mecanização da colheita de cana, o objetivo não é outro senão o aumento da mais-valia. Portanto, se na lógica do capital o aumento ou diminuição da mais-valia é sempre consequência do aumento ou diminuição do valor da força de trabalho (MARX, 1985), então, os cortadores de cana, na medida em que passaram a sofrer a concorrência das máquinas, tiveram não só que aumentar sua capacidade produtiva, mas também a diminuição do valor de sua força de trabalho. É o que relata um dos trabalhadores entrevistados pela Pastoral do Migrante de Guariba, em abril de 2008.

Este início de safra está bem complicado. A usina está exigindo demais da gente. Até o momento estamos cortando cana crua e pelo preço que pagam vamos ganhar bem menos que no ano passado. Tem cana de R\$ 0,18, R\$ 0,23 e as de pé de rolo R\$ 0,50. É o pagamento que vai dizer onde vamos chegar<sup>112</sup>.

Outro também denuncia a redução do rendimento e o aumento das exigências de produtividade, reclamando do roubo das usinas, quando afirma: “o trabalho e o salário desta usina está acabando com a gente. Tenho cortado muita cana e o preço que pagam não representa nada. Um grupo de trabalhadores já foi reclamar no sindicato, vamos ver o que vão resolver”<sup>113</sup>.

As condições de trabalho são terríveis e se associam ao atraso no pagamento dos salários, seus baixos preços e a superexploração do trabalho no corte manual da cana. É o que relatou um trabalhador em junho de 2008.

É meu primeiro ano no corte de cana e eu não estou gostando nenhum pouco. Eu e meus colegas estamos todos gripados por causa do pó da cana; além do mais estamos trabalhando muito e os pagamentos estão fracos [...] Se eu soubesse que seria explorado desse tanto aqui, teria ficado na Paraíba. Lá eu sofro, mas estou perto da minha família e não sou explorado [...] Na sexta-feira, dia 06, peguei cana ruim pra cortar; toda deitada, pé de rolo como dizem. Passei o dia todo trabalhando e consegui cortar apenas 50 metros. Sabe quanto ganhei? Apenas R\$ 11,00. Tirei menos que a diária, que é de R\$ 17,00. Desse jeito não dá pra continuar no corte de cana<sup>114</sup>.

Trata-se evidentemente de um processo de dominação e controle sobre a força de

---

<sup>112</sup> *Op. cit.* p.37.

<sup>113</sup> *Op. cit.* p.40.

<sup>114</sup> *Op. cit.* p.41.

trabalho que se traduz, em certa medida, na intensificação e superexploração do trabalho nos canaviais. Não há dúvidas, portanto, de que as raízes da gloriosa competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional encontram-se, como destacamos ao longo deste trabalho, na forma de organização, exploração e intensificação do trabalho a que estão submetidos milhares de trabalhadores canavieiros nas usinas de açúcar e álcool do Estado de São Paulo.

Nos capítulos anteriores, ao descrever, em partes, o processo de trabalho de um cortador de cana, apresentamos alguns traços e características do seu tipo de trabalho, o que nos permitiu verificar também que, além de cortar a cana, sendo remunerado por isso, o trabalhador também exerce outras atividades não remuneradas, mas que durante o processo de trabalho deve executar.

Considerando que há uma relação direta e proporcional entre intensidade do trabalho e gasto de energia, podemos assinalar que o cortador de cana – que recebe para cortar, mas gasta sua energia limpando, carregando e organizando montes de cana – realiza mais trabalho, resultando num maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador. Ao aumentar as forças de sua produção, o capital agroindustrial engendra com ela não apenas uma maior capacidade produtiva da força de trabalho, intensificando suas atividades, com maior dispêndio de energia, mas diminui também o seu valor. Eis aí o segredo da expansão alarmante do novo padrão de acumulação do capital agroindustrial e do agronegócio canavieiro no mercado internacional. Ela está baseada na dominação, controle e sofrimento dos trabalhadores canavieiros tanto dentro como fora do trabalho que tem a ver com o modelo desigual de desenvolvimento característico da formação brasileira como país de economia dependente. É nesse sentido que se enquadra a situação dos milhares de trabalhadores canavieiros migrantes subordinados à lógica estrutural-degradante imposta pelo capital.

Tenho dez filhos lá no Maranhão e só agora no início deste mês é que consegui mandar dinheiro para minha família, desde que saí de casa em abril. E mandei apenas uns trocados. Penso assim, se eu saí de casa para trabalhar, eu tenho que continuar sustentando minha família [...] O dinheiro de nosso pagamento está ficando tudo por aqui. Dos R\$ 700,00 que tirei neste mês, tenho que pagar aluguel, água, luz e mercado. Nem dá para comprar uma blusa de frio ou cobertor. Ficar aqui só para trabalhar e comer <sup>115</sup>.

Outro trabalhador desolado sobre sua realidade indaga-se sobre as condições e

---

<sup>115</sup> *Op. cit.* p.42.

exigências do seu trabalho.

Estou trabalhando na mesma usina do ano passado e até agora não recebi o fundo de garantia da safra de 2007. O que devo fazer? A quem a gente deve recorrer? Não sou somente eu, são várias turmas que estão nessa situação. E o pagamento vem com atraso todos os meses. Nós não podemos perder dia, perder hora, fazer trabalho mal feito, discutir e nem deixar de trabalhar. Será que estamos trabalhando de favor<sup>116</sup>.

Podemos identificar a origem dessas novas demandas sobre os trabalhadores no processo (contraditório) de reestruturação produtiva e modernização pela qual vem passando a agroindústria canavieira, desde os anos de 1990. Porque, com a emergência das novas formas de gestão e organização do trabalho no mundo contemporâneo, o capital passou a exigir um novo tipo de trabalhador, capaz de realizar “trabalhos”<sup>117</sup> a partir da introdução de um sistema de polivalência em substituição aos cargos com funções especificadas. Com isso, o grau de exigência oriundo das novas determinações do mercado pela qualidade dos produtos passou a exercer também sobre os trabalhadores um conjunto de cobranças que vão além da mera atividade do trabalho.

Segundo Dal Rosso,

A polivalência faz com que o trabalhador se desdobre em várias tarefas sucessivamente, de tal forma que lhe seja praticamente impossível trabalhar de maneira a usufruir pequenos intervalos de descanso. Em outros termos, ela seria o meio pelo qual o trabalho passaria a ganhar em intensidade, a exigir maior empenho, a consumir mais energias pessoais, físicas, emocionais e cognitivas (2008, p. 14).

Cumprido destacar, portanto, que a intensidade – na medida em que se define como maior dispêndio de trabalho no mesmo espaço de tempo (MARX, 1985) – mais do que esforço

---

<sup>116</sup> *Op. cit.* p.43.

<sup>117</sup> A esse respeito é interessante destacar uma das teses de Dal Rosso (2008) acerca da intensificação do trabalho no mundo contemporâneo. Segundo o autor, “no futuro não existirão mais ‘empregos’; apenas ‘trabalhos’ nos quais algumas características centrais da primeira categoria não mais estariam presentes. Em seu lugar, outras condições de trabalho fariam parte dos ‘trabalhos’. Os novos ‘trabalhos’, comparados aos antigos, não seriam atividades permanentes para os trabalhadores, ou poderiam ser permanentes, desde que desprovidas dos ‘excessos’ que as lutas sociais foram introduzindo no contrato de assalariamento [...] No mundo dos ‘trabalhos’, a remuneração dependeria diretamente das tarefas concretas exercidas, não de um salário contratado, mas de um trabalho realizado. Os ‘empregos’ garantem um posto de trabalho e atividades a ele ligadas. Os ‘trabalhos’ não mais vinculam atividades a postos. No seu mundo, os ‘operadores’, como passam a ser denominados os trabalhadores que aí operam, devem deslocar-se continuamente entre as funções que lhe são exigidas [...] os novos ‘trabalhos’ contêm graus superiores de intensidade. Eles não têm a jornada definida permanente, mas horários flexíveis conforme a necessidade da empresa. Os trabalhos não terão o luxo das contribuições sociais, um excesso inconcebível no mundo dos auto-empresendedores, auto-agenciadores dos próprios negócios” (p.12-13).

físico, ela envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as do corpo, a acuidade da mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização (DAL ROSSO, 2008).

Vimos no caso da agroindústria canavieira, que o aumento do grau de intensidade do trabalho dos cortadores de cana se deve a dois fatores que se combinam na forma de controle e subordinação do trabalho ao capital, quais sejam, as transformações tecnológicas que possibilitam a mecanização de parte dos processos produtivos, senão a sua totalidade, e os novos modelos de gestão da força de trabalho e organização do trabalho nas atividades produtivas.

Junto a esse processo que amplia a exploração do trabalho nos canaviais paulistas, onde a mecanização encontra-se em ritmo acelerado, verifica-se, ao mesmo tempo em que se exige maior produtividade dos cortadores de cana, uma redução de salários e formas precárias de remuneração. Evidencia-se tal processo, principalmente a partir da década de 1990, quando a produtividade média de um cortador de cana por dia saltou de 6 toneladas/dia nos anos 1980 para 12 toneladas/dia no final daquele período. Porém, em relação ao salário, percebe-se uma redução no valor da força de trabalho explorada nos canaviais paulistas.

Para se ter uma ideia, desde as lutas históricas dos trabalhadores canavieiros em 1984 com as greves de Guariba, quando a classe conquistou a fixação de um piso salarial de *dois salários mínimos e meio*, que cobrisse os dias em que os trabalhadores não trabalham por produção, pode-se verificar uma redução de salários e perda da capacidade dos trabalhadores reproduzirem-se enquanto assalariados nos dias atuais. Desta forma, segundo as análises de Alves (2007)

Um piso salarial de dois salários mínimos e meio seria equivalente nos dias de hoje a R\$ 875,00 (considerando o salário mínimo de abril de 2006, de R\$ 350,00). Porém, em março de 2007 o piso salarial da categoria, na região de Ribeirão Preto, era aproximadamente R\$ 420,00, o que significa que os salários praticados atualmente são duas vezes menores que os praticados na década de 1980. Hoje um trabalhador cortando um mínimo de dez toneladas de cana por dia recebe um salário de R\$ 653,00 (ALVES, 2007, p. 39)

Se fôssemos seguir o mesmo raciocínio hoje, após quatro anos das conclusões de Alves (2007), teríamos um piso salarial em São Paulo de R\$ 1.275,00 para os cortadores de cana. No entanto, não é isso o que acontece. Ao contrário, percebe-se que:

[...] mesmo cortando quase o dobro de cana que cortava na década de 1980

[...] atualmente o trabalhador tem salário inferior ao piso salarial pago naquela época. Portanto, fica absolutamente claro que houve, entre as décadas de 1980 e 2000, forte aperto salarial na categoria dos cortadores de cana. Apenas os trabalhadores que cortam mais de 12 toneladas de cana por dia conseguem ter um salário próximo ao piso praticado na década de 1980, e é necessário perceber que 12 toneladas de cana correspondem exatamente ao dobro da produtividade média na década de 1980 (ALVES, 2007, p. 39-40).

Portanto, não há dúvidas de que, se o objetivo do complexo agroindustrial canavieiro é reduzir os custos produtivos para ampliar sua competitividade no mercado internacional de agrocombustíveis e *commodities*, então a única certeza que se tem é que, no cenário atual da Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil reproduz uma posição de dependência econômica, pois, ao invés de aumentar sua capacidade produtiva frente às novas perspectivas do setor, recupera e reintroduz formas arcaicas e deletérias de exploração do trabalho, oriundas de um período histórico passado, marcado pela escravidão e pela degradação intensa do trabalho. Daí, a natureza da expansão canavieira ser permeada, desde o início, pelos dilemas e contradições que caracterizam o desenvolvimento econômico brasileiro neste início do século XXI.

Assim, podemos constatar uma nova realidade para o trabalho na sociedade contemporânea. Trata-se de uma “*nova morfologia do trabalho*” (ANTUNES, 2005) que é resultado de um amplo processo de transformação do *metabolismo social do capital* (MÉSZÁROS, 2002) que fragmentou e diversificou a classe trabalhadora, tornando-a mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, e mais desqualificada e precarizada em outros, como na indústria automobilística (ANTUNES, 2005). Essa nova morfologia do trabalho apresenta, portanto, um caráter multifacetado, pois compreende o conjunto de seres que vivem da venda de sua força de trabalho, mas cada vez mais marcados pela perda dos direitos e garantias sociais, pela precarização estrutural das condições de trabalho, pela incerteza, pela descentralização produtiva e pela flexibilização das relações de trabalho e de produção. Tal processo intensificando-se, ampliam-se com ele os ritmos e os encargos dos trabalhadores, mas sem o incremento de salários reais ou redução da jornada de trabalho (VASAPOLLO, 2005).

No que concerne ao objeto desta investigação, alguns autores já destacaram os efeitos deletérios dessa contradição no setor sucroalcooleiro (ALESSI; NAVARRO, 1997; VEIGA FILHO, et al. 1994; SILVA, 2004) que combina ampla aplicação tecnológica da ciência aos processos produtivos com a superexploração do trabalho no corte da cana. Porque, além de haver o desemprego em massa decorrente da incorporação das máquinas à colheita da cana, que

substituiu cinquenta mil trabalhadores conforme as pesquisas de Maria Ap. Moraes Silva (2004), desenvolvem-se também algumas forças antagônicas que impõem ao trabalho: exclusão de boa parte dos trabalhadores (MARTINS, 2002); superexploração da força de trabalho aliada ao processo despótico de seu controle; acumulação primitiva através da tomada de terras para novas plantações de cana; utilização das diversas áreas da ciência, como a química, biologia, física, mecânica, além da informática e das modernas formas de gestão e organização produtiva do trabalho (SILVA, 2004).

Com isso, institui-se no interior da nova lógica de acumulação e expansão do agronegócio canavieiro o que Silva (2004) denominou de a “*precariedade dos precários*”, pois no processo de proletarização dos trabalhadores e trabalhadoras canavieiros, eles já nascem precarizados na condição de trabalhador volante, contingente, eventual e inconsistente que sequer foram beneficiados pela legislação trabalhista. Portanto, é nesse contexto de extrema vulnerabilidade social e econômica para os trabalhadores migrantes do corte da cana que se desenvolve a recente expansão do capital agroindustrial canavieiro.



## **Considerações Finais:**

O objetivo fundamental que nos moveu nessa pesquisa foi apreender as formas, relações e condições de trabalho no corte da cana, as características do agronegócio canavieiro e suas contradições como modelo de desenvolvimento econômico que vem sendo adotado na região de Ribeirão Preto. A propósito dos dilemas e contradições que entendemos ser o fundamento do agronegócio, e buscando problematizar sua expansão na atualidade, elencamos como foco principal de análise dessa pesquisa, o trabalho dos cortadores de cana.

Assim, tomando as questões apresentadas no início deste trabalho como orientadoras da investigação acerca de uma realidade social que é dinâmica e exige uma ampla reflexão sociológica crítica, podemos dizer que, ao final desse percurso, chegamos a algumas conclusões que não são definitivas. Considerando, portanto, que a realidade está em constante movimento no qual se encontram diversas forças em contradição que atuam, direta ou indiretamente para o seu desenvolvimento, reconhecemos que o presente estudo não se esgota nas análises que buscou fazer, mas propõe ao menos perguntar-se: É o agronegócio o caminho que o Brasil deve trilhar na busca por sua autonomia e desenvolvimento econômico? Com base nas observações e análises que fizemos, sobretudo, acerca das condições e relações de trabalho encontradas, concluímos que não.

São várias as razões que nos permitem negar o agronegócio em geral e o agronegócio canavieiro, em particular, como plataforma de desenvolvimento econômico.

1) É verdade que diante da expansão alarmante do agronegócio canavieiro no Brasil, algumas mudanças nas condições de trabalho e moradia dos trabalhadores podem ser observadas, notadamente quando se compara a situação atual com períodos anteriores. A partir das entrevistas e dados coletados na região de Ribeirão Preto verificamos que houve alguns avanços, especialmente nas áreas de saúde e segurança do trabalho, resultado – evidentemente – da luta dos trabalhadores, Sindicatos, Pastoral do Migrante, e das fiscalizações e autuações praticadas pelo Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. No entanto, mesmo na região onde o agronegócio é considerado modelo de desenvolvimento, encontramos tanto em nossas incursões de campo, como na análise dos relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho, que a precariedade das condições de trabalho dos cortadores de cana não só permanece, mas se reproduz com o processo avançado de mecanização da colheita. Pois, ela está atingindo também os operadores de máquinas e colhedoras de cana. Muitos destes

trabalhadores têm sido encontrados em condições precárias de trabalho que vai desde a subcontratação por empresas terceirizadas, atrasos constantes de salários, discriminação em relação aos trabalhadores registrados diretamente pelas empresas, até o não fornecimento dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual). No que se refere aos usineiros e fornecedores de cana, concluímos que, na maioria dos casos, onde essa situação é encontrada, os empresários preferem arcar com as multas geradas pelos autos de infração e fiscalizações do Ministério do Trabalho do que garantir melhores condições aos seus empregados. Isso porque, no Brasil, parece ser mais barato – e por isso altamente lucrativo – manter a precariedade das condições e relações de trabalho do que garantir os direitos sociais aos trabalhadores.

2) Outra conclusão possível que se pode extrair das análises desenvolvidas nesta pesquisa é que com o processo de mecanização avançado na região de Ribeirão Preto, verifica-se uma tendência irreversível ao desemprego de milhares de trabalhadores canavieiros, já que uma única máquina pode substituir em média um grupo de 100 a 200 trabalhadores. Diante disso, muitos acreditam que o trabalho do cortador de cana na agroindústria será extinto e está com os dias contados. Contudo, por meio da análise de outros estudos acerca das consequências da mecanização, mas também com as entrevistas realizadas, identificamos que o trabalho no corte da cana não desaparecerá, porque há um limite técnico no processo de mecanização da colheita, visto que em algumas áreas a máquina não consegue executar o trabalho devido à topografia desfavorável. São áreas de difícil acesso e com terreno acidentado. Essas áreas, segundo nossos estudos, ficarão sob a responsabilidade dos cortadores de cana, o que significa dizer que aí o trabalho tende a ser ainda mais difícil e desgastante, na medida em que o trabalhador terá que despender mais energia e força para cortar a mesma quantidade de cana. Desnecessário dizer que as pontas de eito que sobrarão para os trabalhadores, em decorrência da mecanização, são áreas pequenas, com muitos desníveis, buracos e muitos riscos à saúde do trabalhador. Como o seu salário é pago mediante a produção, os trabalhadores que permanecerem empregados no corte da cana terão ainda mais dificuldades, pois, além de pegarem as “*buchas*”, isto é, as áreas mais difíceis para o corte, terão de se deslocarem constantemente entre uma ponta de eito e outra, perdendo assim – na lógica do pagamento por produção – tempo de trabalho (e de produção), o que implicará em um rebaixamento ainda maior de seu salário. Tudo indica, portanto, que o tempo de deslocamento de uma ponta de eito a outra do canavial não é e não será pago. Como os sindicatos enfrentarão essas questões? É uma questão que permanece para os estudos posteriores.

Aliás, no que se refere à atuação dos Sindicatos, embora não tenha sido possível tratar dessa questão ao longo deste trabalho, verificamos que, em função da fragmentação da classe e da categoria trabalhador rural em duas federações, isto é, a disputa entre a FETAESP e a FERAESP, há um sentimento entre os trabalhadores entrevistados de que o Sindicato é uma instituição ausente e que deveria estar mais próximo do trabalhador, acompanhando suas condições de trabalho e fiscalizando a usina. Muitos afirmaram que os diferentes pisos salariais em cada região, se deve ao fato de que onde o Sindicato é fraco o salário é menor e onde o Sindicato é atuante (forte e organizado) a luta por melhores condições de trabalho e salários tende a obter melhores resultados. Portanto, apesar das disputas entre as federações no Estado de São Paulo, os trabalhadores e sindicatos rurais precisam se reorganizar, dentro e fora dos canaviais, para enfrentarem a precarização estrutural imposta pelo capital como forma estratégica de subordinação do trabalho à sua lógica de acumulação e expansão. O desafio, portanto, consiste em ir além das próprias disputas internas para fazer frente à capacidade de organização institucional e política dos usineiros no Estado de São Paulo. Em outras palavras, trata-se de dizer que os Sindicatos precisam se preocupar menos com as suas políticas de requalificação profissional dos cortadores de cana, uma ilusão diante da tendência do capital ao desemprego estrutural do trabalho, e mais com a luta estratégica, de necessidade histórica, pela terra e pela Reforma Agrária. Isto é, significa dizer que uma das únicas possibilidades de superação das catástrofes e mazelas sociais historicamente geradas pelo agronegócio no Brasil é garantir aos trabalhadores (do campo e da cidade) o acesso a terra e às condições de sua produção e reprodução social.

A justificativa dessa luta que deve envolver os Sindicatos, de maneira geral, encontra-se no fato de que o Brasil possui uma das maiores concentrações fundiárias do planeta, em que menos de 50 mil proprietários rurais detém áreas superiores a mil hectares e controlam 50% das terras do país. Na região de Ribeirão Preto essa realidade parece ser ainda mais grave, pois apenas 5% dos estabelecimentos e imóveis rurais ocupam mais de 53 % da área agrícola na região, revelando uma das piores concentrações de terra do mundo.

Com a expansão canavieira e a internacionalização do agronegócio esse quadro se agravou ainda mais, porque, de acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o chamado processo de modernização da agricultura não se operou pela transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, o que se viu foi a transformação dos capitalistas industriais e urbanos, sobretudo no Centro Sul do país em proprietários de terra, em

latifundiários. Por essa razão, as grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos, porque no Brasil, tais extensões funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamento bancário, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais (A. OLIVEIRA, 2001), o que viabiliza, historicamente, a “sociedade e economia do agronegócio no Brasil” (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Daí a necessidade e atualidade da luta histórica pela terra como uma luta contra o agronegócio, ou seja, uma luta da classe trabalhadora e dos trabalhadores sem terra contra o agronegócio deve ser a luta contra o capitalista e contra os grandes proprietários de terra no Brasil (A. OLIVEIRA, 2001).

3) Tendo em vista essas perspectivas de luta, a crítica empreendida neste trabalho buscou desmistificar a ideia segundo a qual o agronegócio canavieiro é um modelo sustentável de desenvolvimento econômico que deve ser estendido a outras regiões do país. Embora tenhamos assinalado algumas questões nessa direção, chegamos à conclusão de que, em especial na região de Ribeirão Preto, a realidade social que envolve a ideologia dominante do agronegócio e seus discursos apologéticos reclama uma análise profundamente crítica da maneira pela qual o setor e todas as suas estruturas se mobilizam para produzirem o consenso de que o agronegócio é a única via para o desenvolvimento. Este indicativo de pesquisa permanece em nosso horizonte para o desenvolvimento de estudos futuros, na medida em que não foi possível aprofundá-lo aqui. Apenas indicamos e problematizamos a sua existência para estudos ulteriores.

4) Entretanto, mesmo diante da ideologia dominante na região de Ribeirão Preto, foi possível demonstrar os verdadeiros dilemas e contradições do agronegócio canavieiro no Brasil. Por exemplo: ao mesmo tempo em que identificamos o desenvolvimento pela via da aplicação tecnológica da ciência, da engenharia genética e da automação industrial dos processos produtivos com a participação do capital estrangeiro e apoio do Estado brasileiro, que financia sua expansão na atualidade, foi possível notar que o agronegócio canavieiro também se reproduz, no interior dessa “suposta” modernidade, por meio de formas arcaicas de exploração do trabalho que caracterizam uma economia de tipo colonial, isto é, uma economia assentada na lógica expansiva do latifúndio, na monocultura devastadora da cana-de-açúcar, na concentração de renda e reprodução das desigualdades sociais, na degradação da natureza e na superexploração do trabalho.

No que se refere à superexploração do trabalho percebemos que a reestruturação produtiva, operada pelo setor para atender as exigências do mercado externo, buscou instaurar novas bases produtivas de acumulação de capital, de modo a garantir a expansão canavieira atual. A consequência desse processo sobre os trabalhadores é que ele gerou uma massa de desempregados, permitindo ao agronegócio – e sua lógica reprodutiva – impor aos trabalhadores canavieiros novas formas de controle e subordinação por meio de políticas de gestão da qualidade que objetivam, na verdade, cooptá-los para o terreno movediço da colaboração. Assim, por meio do avanço da mecanização da colheita, do pagamento por produção, das novas médias de produtividade exigidas pelas usinas e da intensificação do trabalho, o agronegócio canavieiro lançou os trabalhadores numa corrida nefasta, de luta pela sobrevivência e manutenção do emprego, em que a concorrência entre eles, não só fragmenta a classe, colocando-os uns contra os outros, mas cria as condições que permitem ao capital subordinar o trabalho às suas determinações mais destrutivas (MESZÁROS, 2002). O resultado desse processo, como se sabe, é a liquidação do trabalhador pelo “*moinho satânico*” do agronegócio que ao extrair-lhe a força vital, triturando não apenas os seus músculos e nervos, mas toda a sua existência social cria as condições sobre as quais o agronegócio se expande e se reproduz em escala global na atualidade. É dessa forma que o Brasil se insere no mercado internacional de agrocombustíveis, como um dos maiores produtores de açúcar e álcool: triturando suas forças de trabalho e reproduzindo as “estruturas históricas da dependência” (QUIJANO, 2005).

No que concerne à defesa do agronegócio como modelo e possibilidade de desenvolvimento sustentável, ainda é preciso tecer algumas considerações mais gerais que não puderam ser aprofundadas nesse trabalho, mas que constituem um ponto de partida para pesquisas futuras que poderão se desenvolver no escopo de um programa de pesquisa para a sequência de nossos estudos.

Entendemos que a problemática e o discurso do desenvolvimento sustentável, associado às novas formas de dominação e exploração do trabalho, surge num novo patamar da acumulação capitalista. Tal discurso tem a ver com a própria desarticulação do mundo do capital que conduz cada vez mais ao estranhamento, à coisificação e à intensificação da exploração tanto dos trabalhadores como da natureza. Desse modo, a dimensão denominada *crise civilizatória* (LEFF, 2006) não se restringe apenas à dimensão reprodutiva da ordem social vigente, enquanto crise estrutural do sistema metabólico do capital (MESZÁROS, 2002),

mas envolve – na medida em que sua lógica destrutiva se intensifica, ativando seus limites absolutos – em caráter integral, a própria sobrevivência da civilização humana. Isso porque a proporção da crise inclui fatores e aspectos ambientais, climáticos, energéticos, hídricos e alimentícios, ou seja, as formas e garantias da reprodução humana na natureza e na sociedade (CANTOR, 2009).

Diante disso, assiste-se atualmente – na ordem do metabolismo social do capital (MESZÁROS, 2002) – o nascimento e busca de alternativas economicamente viáveis de se manter o desenvolvimento capitalista, sem degradar tanto a natureza ou pôr em risco a vida humana e sua reprodução no planeta. Daí a origem de dois campos de atuação concernentes à problemática ambiental. Um, de caráter mais científico, envolve a Ecologia como ciência que estuda a relação triangular entre indivíduo, enquanto espécie, atividade e meio ambiente. E o outro, de caráter mais prático e político, que visa à criação de um modelo de desenvolvimento, articulado em princípios de responsabilidade, solidariedade e autonomia. Trata-se da proposta defendida – no âmbito da ONU – da possibilidade de um “*capitalismo sustentável*”, ou seja, do desenvolvimento sustentável, que permite *satisfazer as necessidades das gerações atuais, começando pelos mais carentes, sem comprometer as possibilidades de que gerações futuras também possam satisfazer suas necessidades* (LIPIETZ, 2002, grifo nosso).

Assim, diante da emergência de uma crise ambiental em escala mundial surgiram estudos encomendados que deram origem, por exemplo, ao relatório Brundtland ou as pesquisas sobre os limites do crescimento econômico feitas pelo Clube de Roma, principalmente as conclusões de Dennis Meadows que apontaram para a necessidade de políticas e práticas sociais de desenvolvimento sustentável, combinando num tripé: *eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica*.

Nessa perspectiva, o relatório *Brundtland* se constituiu como parte de uma visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Segundo Brüseke (1996, p. 107), o relatório sublinha a “interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política” e chama também atenção para uma “*nova postura ética*, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual”. No entanto, cabe enfatizar, nenhum dos estudos (relatórios) ou convenções realizadas sobre o meio ambiente colocou em questão o modo de produção, organização e relações de produção da sociedade regida pelo capital. Ao contrário, defendeu – como questão ideológica e política – a possibilidade de um desenvolvimento

capitalista sustentável.

Nesse sentido, criticando de forma demolidora as conclusões dos “Limites do Crescimento”, desenvolvidas pelo Clube de Roma, Mészáros assinala que os teóricos que desenvolveram o relatório recomendam esta solução sem submeter a uma crítica séria o próprio sistema socioeconômico culpado de produzir os sintomas quixotesicamente criticados por eles. Ao contrário dos membros do Clube de Roma, o filósofo húngaro destaca que em vez da falsa dicotomia crescer ou não crescer, o desafio histórico de ter de lutar contra as catastróficas implicações dos limites absolutos do capital consiste justamente na necessidade de encontrar soluções viáveis para cada uma das contradições nele manifestas. Assim, para além da fetichista maneira quantitativa de tratar dos problemas do desenvolvimento utilizada pelo sistema do capital, é preciso buscar uma redefinição qualitativa, envolvendo toda a humanidade em termos de substantiva igualdade, em vez de continuar excluindo a avassaladora maioria dos seres humanos dos frutos do avanço produtivo, como aconteceu durante o longo período de “ascendência histórica do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

Mas, considerando a lógica de acumulação do capital e os anseios de expansão do agronegócio canavieiro no Brasil, seria possível – na perspectiva desse setor – o desenvolvimento econômico sustentável? Tendo em vista a lógica de expansão destrutiva do capital, seria possível o capitalismo sustentável?

Os resultados de nossa investigação nos autorizam a dizer, com toda tranquilidade, que o atual modelo de expansão do capital agroindustrial canavieiro, calcado na moderníssima agricultura dos euros-americanos com a “Revolução Verde”, não só reproduz os efeitos deletérios de sua produção sobre os trabalhadores e a terra, como também intensifica o grau de exploração de ambos. O que nos permite dizer ainda, que a sua expansão não só leva aos limites absolutos a existência do próprio capital, mas – na medida em que esgota os recursos naturais, degradando os biomas e ecossistemas – coloca em xeque também a relação metabólica entre homem e natureza.

A respeito da problemática ambiental, muitos defensores do desenvolvimento sustentável acreditam que ela aparece apenas como manifestação das relações entre homens e natureza, mas nunca como resultado das relações (historicamente determinadas) que os homens estabelecem entre si. Aliás, são exatamente as relações sociais estabelecidas pelo capitalismo em que predomina a propriedade privada que produzem os principais desgastes ecológicos sobre o planeta. São relações produzidas a partir do estranhamento entre indivíduos sociais e

natureza, entre trabalho e mundo sensível (existência), em última instância, entre sujeito e objeto. É aí que reside a causa profunda dos problemas ambientais e que na ordem do capitalismo são insuperáveis, pois, o homem encontra-se aí indiferente, hostil e cego em relação a ele mesmo, despido de sua própria realidade natural, portanto, fora de si.

Com isso, podemos afirmar, de acordo com Foladori (2001), que são as leis econômicas, reguladoras da sociedade capitalista, que condicionam a relação entre homem e natureza. Tais relações se estabelecem a partir de três características fundantes do modo de produção capitalista: 1) a existência e predomínio da propriedade privada; 2) o fato de que as coisas se produzem como mercadorias; 3) e de que a produção se realiza com o objetivo do lucro, ou seja, a produção do valor de troca (FOLADORI, 2001). Todas elas estão, por assim dizer, articuladas ao fenômeno da racionalização inerente às sociedades industriais.

Dessa perspectiva, para Michael Löwy (2000), o processo de racionalização do mundo capitalista alcançou a etapa da globalização planetária e de domínio sobre o trabalho e a natureza, graças a três aspectos que envolvem seu desenvolvimento: 1) a racionalidade como finalidade, como burocracia e racionalidade instrumental<sup>118</sup>; 2) a diferenciação e autonomização das esferas como resultado da separação entre o econômico, o social, o político e o cultural, sendo a economia de mercado uma esfera auto-regulada e que escapa a qualquer controle social, moral ou político; 3) e o espírito de cálculo racional, ou seja, a tendência à quantificação que encontra sua expressão na dominação total do valor de troca das mercadorias e na monetarização das relações sociais (LÖWY, 2000, p. 227-228).

Cabe destacar, por conseguinte, que a racionalização da vida e das relações humanas estabelecidas no processo histórico de desenvolvimento do capital vem intensificando ainda mais a apropriação dos recursos naturais para atender aos objetivos do mercado em escala global e reproduzindo as divisões hierárquicas entre os países no interior do sistema do capital. Isso tem gerado, no atual contexto de esgotamento dos recursos naturais, novas formas de espoliação que caracterizam a fase atual do “imperialismo ecológico” – cuja versão atual tem

---

<sup>118</sup> A propósito do desenvolvimento da técnica e da razão instrumental, convém ressaltar que ela é um dos fundamentos da dominação, reificação e fragmentação da relação metabólica entre homem e natureza, na medida em que intensifica o processo de alienação ao longo da constituição da sociedade moderna. Assim, de acordo com Galafassi (2009), “métodos de producción baseados em um predomínio tal de la técnica, que tiene como resultado la instrumentalización universal del mundo, tanto de los hombres como de la naturaleza desechando de él todo lo que se vincule com algún fin último y que se origine em uma particular comprensión de la razón que la define como um esquema pragmático de carácter instrumental. Esta sociedade industrial, al convertir los médios em fines, lo que hace es transferir el centro de gravedad de todo valor desde el acto a la potencia, de la forma a la matéria, del valor añadido ao material” ( p.73).

no agronegócio um destacado representante – baseado no saque de recursos de certos países por outros e pela conseqüente transformação de ecossistemas inteiros dos quais estados e nações dependem; movimentos massivos de trabalho e população vinculados à extração e transferência de recursos; a exploração das vulnerabilidades ecológicas de certas sociedades para promover um maior controle imperialista; a descarga de dejetos ecológicos que amplia a fenda entre centro e periferia; e, em conjunto, a criação de uma descontinuidade metabólica global que caracteriza a relação do capitalismo com o meio ambiente ao mesmo tempo em que limita o desenvolvimento capitalista (FOSTER; CLARK, 2006, p. 226).

Nesse sentido, vale dizer ainda, conforme os autores assinalaram sobre o “imperialismo ecológico”, que as relações de dominação entre os países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos repõem outro tipo de dívida no mundo contemporâneo, isto é, a *dívida ecológica*. Esta possui duas dimensões: 1) a destruição e exploração sócio-ecológica que ocorre nas nações que estão sob influência do imperialismo ecológico; 2) e a apropriação imperialista dos patrimônios globais e o uso desigual (exploração) da capacidade de absorção destes patrimônios (FOSTER; CLARK, 2006, p. 234). No que se refere à primeira dimensão destaca-se a influência do “imperialismo ecológico”, que se dá por meio da expansão geográfica do capitalismo, uma vez que ela é intrinsecamente imperialista e que, exatamente por isso, tem como princípio fazer com que todos os territórios sejam subordinados à lógica do capital, buscando a exploração de matérias-primas e força de trabalho, bem como a abertura de todos os mercados às grandes corporações capitalistas (HARVEY, 2010). Assim, com a utilização privada da natureza em escala global há, em consequência disso, por um lado, a garantia das bases reprodutivas do capital, mas, por outro, a privação, depredação e contaminação da natureza, pois, quando a depredação e/ou poluição constituem uma vantagem econômica na ordem do capital, ela se constitui na racionalidade hegemônica (FOLADORI, 2001).

Dessa forma, a lógica da racionalização econômica e da apropriação privada da natureza leva ao extremo outra lógica que perpassa a existência do capital, qual seja: a redução dos custos de produção. Isto é, como o preço de custo de uma determinada mercadoria é resultado do montante de investimentos do capital em matéria-prima, máquinas e equipamentos, infraestrutura, salários, etc; uma das formas de aumentar o lucro é reduzindo o preço do custo de produção<sup>119</sup>. Nesse sentido, além da exploração do trabalho – *objetivo*

---

<sup>119</sup> No caso dos trabalhadores canavieiros, verificamos que com a reestruturação produtiva impulsionada pela mecanização do corte da cana, houve um aumento considerável na composição orgânica do capital, isto é, uma elevação de capital constante em relação ao capital variável, o que, em certa medida, além das estratégias de

*primeiro da acumulação* – e como as matérias-primas exercem um papel destacado no final do preço do produto, tanto a força de trabalho como a natureza serão objetos de controle do capital. Porque é daí que certas empresas ou países – ao incorporar não apenas força de trabalho mais barata, mas também matéria-prima de origem natural (sem preço) – retiram suas vantagens competitivas para obter lucros extraordinários no mercado. O resultado disso, não resta dúvidas, é uma tendência à pilhagem dos recursos naturais (sem preço) em todo o planeta (FOLADORI, 2001, p. 173) Eis aí a essência da expansão atual do agronegócio canavieiro.

Portanto, o desenvolvimento do capital aumentou o nível de demandas impostas ao mundo inteiro, porque, além dos ciclos das dívidas e das intervenções militares manterem as desigualdades sociais globais na medida em que o sul continua subsidiando o norte em termos de trabalho, bens e recursos naturais, a extração de matérias-primas para a produção de mercadorias está organizada em função de dar satisfação às demandas dos países do norte, onde vivem aproximadamente 25% da população mundial, mas que consome 75% dos recursos globais (FOSTER; CLARK, 2006, p. 234).

Todavia, a solução do problema não reside apenas, como querem alguns ecologistas, na limitação do crescimento por meio de medidas reformistas a título de um desenvolvimento sustentável que tem como exemplo o agronegócio canavieiro. Eis aí a questão: optar pelos remédios reformistas, para ajudar a acumulação capitalista a prosseguir na manutenção de sua lógica destrutiva, colocando em xeque a existência humana no Planeta, ou ir às raízes do problema, às relações sociais de produção historicamente determinadas que as originou, para as transformar radicalmente por meio de processos revolucionários? (THOMAS, 1994).

A questão final sobre as causas da recente crise ambiental não gira apenas em torno da contradição existente entre desenvolvimento ilimitado e mundo material finito, mas sim nas relações sociais historicamente determinadas e no modo como os homens produzem a sua existência material (LUKÁCS, 2007; SCHIMIDT, 1983; THOMAS, 1994).

Sabe-se, na verdade, que sob o capitalismo o acesso dos homens à natureza não acontece da mesma forma, visto que, além das condições materiais de existência estarem sob o domínio privado, a sociedade em que tal domínio se desenvolve, encontra-se dividida (e estratificada) como resultado mesmo da separação entre o sujeito que trabalha para produzir

---

exploração e intensificação adotadas pelo capital contra o trabalho, explica também o rebaixamento dos salários daqueles que continuam empregados no interior das usinas, pois além de serem obrigados a executarem atividades não remuneradas, tem de produzir mais para obter uma mesma quantidade de dinheiro, ou seja, o mesmo rendimento em forma de salário.

sua própria existência material e os meios para fazê-lo. Por isso, o estranhamento do homem no trabalho significa não apenas a sua condição miserável na sociedade regida pelo capital, mas também o não reconhecimento de si como ser natural pertencente ao mundo que ele mesmo produz. Tanto é verdade que a distribuição dos meios de produção determina a forma de acesso diferenciado ao meio ambiente, isto é, são graus de intervenção e decisão distintos sobre o uso da natureza e as leis que governam o ritmo, a forma e o tipo de relação a ser estabelecida com ela (FOLADORI, 2001).

Portanto, para ir além da crise ambiental, da degradação e destruição da natureza, provocadas – em escala global – pelo modo de produção do capital, e para ir além da sustentabilidade e do reformismo ecológico, é preciso ir além das condições e relações sociais capitalistas que produzem o homem degradado e estranhado de si mesmo. A restauração da natureza depende da restauração plena da vida humana (THOMAS, 1994). Para promover a relação efetiva do homem com a natureza é preciso promover a reintegração ou retorno do homem a si (MARX, 2004). Assim, para que uma vida realmente sustentável seja possível é preciso romper com a desigualdade e o estranhamento entre os homens. A hostilidade e a degradação que se cometem contra a natureza só cessarão à medida que não houver mais hostilidade e degradação à vida humana. Em outras palavras, os homens só podem efetivamente estabelecer laços responsáveis com a natureza pelo que os ligam a ela, se novas relações sociais de produção da existência material humana forem capazes de gerar não apenas um novo tipo de homem e o seu retorno a si, mas também e, conseqüentemente, novas formações sociais que lhes permitam desenvolver todas as potencialidades humanas em profunda e ativa relação com a natureza.

Considerando essa perspectiva, portanto, é que o presente estudo buscou apontar algumas conseqüências inevitavelmente nefastas ao trabalhador, produzidas pelo agronegócio, quando este é adotado como modelo de desenvolvimento econômico de uma determinada região. Mas a questão que fica é: o que faremos diante da consciência e das evidências incontestáveis da degradação ambiental e da precarização estrutural imposta pela expansão do capital, se sua lógica essencialmente destrutiva ocupar a totalidade do território nacional? Como os movimentos sociais e as instituições representativas dos trabalhadores podem enfrentar os dilemas e contradições desencadeados pelo desenvolvimento atual do capitalismo brasileiro? Que instrumentos de luta ainda é possível construir para opor resistência à ofensiva expansionista do capital sobre o trabalho e a natureza? Estas são algumas questões que ficam

como um desdobramento necessário do presente estudo, pois instigam não só a criatividade intelectual dos cientistas sociais na atualidade, mas exigem, sobretudo, engajamento político com as causas que buscam transformar a ordem social vigente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAG. **Em defesa do desenvolvimento do país.** Disponível em: [www.abag.com.br/pdf/Abag\\_10\\_anos.pdf](http://www.abag.com.br/pdf/Abag_10_anos.pdf). Acesso em 15 de agosto de 2011.
- \_\_\_\_\_. **Uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro.** Disponível em: [www.abag.com.br/pdf/Abag\\_15\\_anos.pdf](http://www.abag.com.br/pdf/Abag_15_anos.pdf). Acesso em 15 de agosto de 2011.
- ABRAMOVAY, R.(Org.). **Biocombustíveis – a energia da controvérsia.** São Paulo: Editora Senac, 2009.
- AGUIAR, D. A. et al. Expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: safras 2003/2004 a 2008/2009. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14, 2009, Natal. **Anais...** Natal: INPE, p. 9-16, 25-30abril 2009.
- ALESSI, N; NAVARRO, V. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio Janeiro, v.13 (Supl.2), p.111-121, 1997.
- ALIMONDA, H. (Org.) **Ecologia Política: natureza, sociedade y utopia.** Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- ALVES, F. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região de Ribeirão Preto.** 1991. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- \_\_\_\_\_. Diagnóstico e proposta de políticas públicas para o complexo agroindustrial canavieiro na macrorregião de Ribeirão Preto. In: MORAES, M.A.D.; SHIKIDA, P.F.A. (Orgs). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios.** São Paulo: Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_.; ASSUMPÇÃO, M. Reestruturação e desregulamentação do complexo sucroalcooleiro: disfunções e propostas de políticas públicas. In: \_\_\_\_\_; PAULILLO, L. **Reestruturação Agroindustrial – políticas públicas e segurança alimentar regional.** São Carlos: Edufscar, 2002.
- \_\_\_\_\_. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.15, n.3, p.90-98, set-dez 2006.
- \_\_\_\_\_. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro?. In: NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro).** São Carlos: EdUFSCAR, 2007.
- \_\_\_\_\_.; FERRAZ, J.M.G.; PINTO, L.F.G.; SZMRECSZÁNYI, T.(Orgs.). **Certificação socioambiental para a agricultura: desafios para o setor sucroalcooleiro.** Piracicaba-SP: Imaflora; São Carlos, Edufscar, 2008.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as morte por excesso de trabalho. In: BISON, N.; PEREIRA, J.C.A. (Orgs). **Agrocombustíveis, solução? A vida por um fio no eito dos canaviais.** São Paulo: CCJ, 2008.
- \_\_\_\_\_.; NOVAES, J.R. Trabalho intensivo e pagamento por produção no complexo agroindustrial canavieiro. In: Encontro de redes de estudos rurais, 4., 2010, Curitiba, **Mundo**

- rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político.** Curitiba: UFPR, 2010.
- ANDRADE, A.F. **Cana e crack: sintoma ou problema?** Um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e o consumo de crack. 2003. 185f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.
- ANDRADE, J. M.; DINIZ, K. M. **Impactos Ambientais da agroindústria da cana-de-açúcar: subsídios para a gestão.** 2007.131f. Monografia de especialização – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), Universidade de São Paulo, Piracicaba-SP, 2007.
- ANDRADE, M. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento econômico.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997.
- BACCARIN, J.G.; GEBARA, J.J.; BARA, J.G. Trabalhadores rurais nas empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo – evolução recente. **Cadernos CERU.** São Paulo, s.2, v.22, n.1, junho/2011.
- BALTAR, P. H; DEDECCA, C. S; HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B; MATTOSO, J.E.L. **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1997.
- BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento.** São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Os Economistas).
- \_\_\_\_\_.; SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BARBOSA, C.M.G. **Avaliação cardiovascular e respiratória em um grupo de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar queimada no estado de São Paulo.** 2010. 128f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2010.
- BELIK, W.; VIAN, C.E.F. Desregulamentação estatal e novas estratégias competitivas da agroindústria canavieira em São Paulo. In: MORAES, M.A.F; SHIKIDA, P.F (Orgs). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento, desafios.** São Paulo: Atlas, 2002.
- BELIK, W. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, Pedro (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas.** Brasília, MDA, 2007, 360p. (Nead Estudos 15).
- BETTELHEIM, C. A problemática do subdesenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- BIO. Dossiê do Etanol. **Revista Brasileira de Saneamento Básico e Meio Ambiente,** São Paulo, Ano XVI, n.43, jul/set 2007.
- BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil.** Disponível em [www.plataformabndes.org.br](http://www.plataformabndes.org.br). Acessado em 20 de março de 2009.

BOAS, S.W.V. Contribuição para a discussão sobre as políticas no setor sucro-alcooleiro e as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores. In: BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. Disponível em [www.plataformabndes.org.br](http://www.plataformabndes.org.br). Acessado em 20 de março de 2009.

BORGES, A. **O etanol e a invasão estrangeira**. 2007. Disponível em [www.adital.com.br](http://www.adital.com.br). (Acesso em 15 de janeiro de 2010).

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Balço nacional de cana-de-açúcar e agroenergia** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento . Secretaria de Produção e Agroenergia – Brasília, : MAPA/SPA, 2007. 139 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **O etanol como novo combustível universal. Análise estatística e projeção do consumo doméstico e exportação de álcool etílico brasileiro no período de 2006 a 2011**. CONAB, agosto, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino/MAPA**. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – Brasília: MAPA/ACS, 2011.

BRASIL. Norma Regulamentadora de segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura (NR31). **Portaria n.86**, 03 de março de 2005. Diário Oficial da União de 04 de março de 2005.

BRÜSEKE, F, J. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, L, C; VIOLA, E. (ORG.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas-SP: Editora da Unicamp,1996.

BUAINAIN, A,M; DEDECCA,C.S. **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília: IICA, 2008 - (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.9).

CANTOR, R, V. Crisis civilizatória. In: **Herramienta: revista de debate y critica marxista**. Buenos Aires-Argentina: Nº 42, Ano XIV, Out, 2009.

CARCANHOLO, M. Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C.E.; VALENCIA, A.S.(Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização** – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CARVALHO, E.P. Entre o petróleo e o hidrogênio, o etanol detona uma revolução no começo do século XXI. In: MACEDO, I.C. **A energia da cana-de-açúcar: doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar e a sua sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Berlendis & Vertech, 2005.

CAVALCANTI, C.(Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHILDE, G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO). **Perfil do Setor do Açúcar e do Álcool no Brasil, Situação Observada em Novembro de 2007, abril/2008** / Companhia Nacional de Abastecimento. - Brasília: Conab, 2008.

COSTA, C.; NEVES, C.S. Relatoria nacional para o direito humano ao trabalho. In: RODRIGUES, M.H. (Org). **Relatorias nacionais em direitos humanos, econômicos, sociais,**

**culturais e ambientais** – Informe 2006 – Rio de Janeiro: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, 184p. 2007.

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho! a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAWSEY, J.C. Caindo na cana com Marilyn Monroe: tempo, espaço e boias-frias. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.40, n.1, p.183-226, 1997.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos e Pesquisas**, ano 3, nº 30, fevereiro, 2007.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil. **Relatório Técnico**, 2007. Disponível em [www.portal.mte.gov.br/data/files/.../prod03\\_2007.pdf](http://www.portal.mte.gov.br/data/files/.../prod03_2007.pdf).

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

DOWBOR, L. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cadernos CRH**. Salvador, v.24, n.spe 01, p.35-57, 2001.

DUARTE, R. A. P. **Marx e a natureza em O Capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

DUPAS, G (Org.). **Meio ambiente e crescimento econômico – tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

D'INCAO, M.C.; BOTELHO, M.R. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no estado de São Paulo. In: SADER, E. (Org.) **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ERENO, D. Sertãozinho: usina de inovações. **Pesquisa/Fapesp**, São Paulo, n. 128, out. 2006.

FACIOLI, Ir. I. (Org.). **Vozes do eito**. Guariba-SP: Eco Das Letras, 2009 (coletânea de depoimentos sobre a vivência cotidiana de migrantes temporários rurais).

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Mudanças Sociais no Brasil – aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. Global, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Ed. Global, 2008b.

FERRANTE, V.L.S.B. Caminhos e descompasso do sindicalismo rural paulista. **Perspectiva**, São Paulo, 12/13, p.73-102,1990.

\_\_\_\_\_. O herdeiros da modernização – grillhões e lutas dos boias-frias. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 8 (3), p.93-104, 1994.

- FERRY, L. **A nova ordem ecológica – a árvore, o animal e o homem**. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FIGUEIRA, R. R. A escravidão por dívida: novidades e persistências. In: MENDONÇA, M.L.; SYDOW, E. (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil 2006: relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_.; CLARK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Orgs.). **Socialist Register 2004: o novo desafio imperial**. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- \_\_\_\_\_. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. In: **Margem Esquerda – ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 14, maio, 2010, pp.21-29.
- FRONZAGLIA, T. Cana-de-açúcar: expansão alarmante. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. v.1, n.3, mar. 2007.
- \_\_\_\_\_. Cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. v.1, n.3, mar. 2007.
- FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Raízes do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- FUSER, I. O etanol e o verde enganador. **Le monde Diplomatique**. São Paulo, dez. 2007, ano 1, n.5.
- GALAFASSI, G. La depredación de La naturaleza y el territorio como acumulación. In: **Herramienta: revista de debate y critica marxista**. Buenos Aires-Argentina: Nº 42, Ano XIV, Out, 2009.
- GARCIA, G.F.B. Relações de trabalho no setor canavieiro na era do etanol e da bioenergia. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n.30, p.101-118, 2007.
- GARCIA J.R. A.R. **O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Universidade de Brasília; MCT: CNPQ, 1989.
- GUEDES, S.N.R.; GIANOTTI, L.E. A presença recente e algumas consequências do investimento estrangeiro direto (IED) na agroindústria canavieira brasileira. **Informações Econômicas**, SP, V.39, nº 5, maio, pp.51-61, 2009.
- GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GONÇALVES, D.B. **Mar de cana, deserto verde? Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista**. (Tese de Doutorado). São Carlos: Ufscar, 2005, 256p.
- GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. (1991). **Refashioning nature: food, ecology and culture**.

London/New York: Routledge.

GUANAIS, J.B. **No eito da cana, a quadra é fechada**: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP. 2010. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 4ª edição, 2010.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)**. São Paulo: Edições Loyola, vol I (A ciência da lógica), 1995.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.74, outubro/2010.

HESS, S. Impactos da queima da cana-de-açúcar sobre a saúde. In: BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. Disponível em [www.plataformabndes.org.br](http://www.plataformabndes.org.br). Acessado em 20 de março de 2009.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2.ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IAMAMOTO, M.V. **Trabalho e indivíduo social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JANK, M.S.; NAPPO, M. Etanol de cana-de-açúcar: uma solução energética global. In: ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Biocombustíveis – a energia da controvérsia**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

KURZ, R. O desenvolvimento insustentável da natureza. **Folha de São Paulo**, Outubro de 2002. Disponível também em [www.antivalor.vilabol.uol.com.br](http://www.antivalor.vilabol.uol.com.br). Acesso em 15 de dez. 2011.

LAAT, E.F. et al. Impacto sobre as condições de trabalho: o desgaste físico dos cortadores de cana-de-açúcar. In: BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. Disponível em [www.plataformabndes.org.br](http://www.plataformabndes.org.br). Acessado em 20 de março de 2009.

LANG, A.B.S.G.(Org). **Desafios da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: CERU, 2001. – (Textos. Série 2; n.8).

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenal: Ed da Furb, 2000.

LIPIETZ, A. A Ecologia política, solução para a crise da instância política. In: ALIMONDA, H.

(Org.) **Ecologia Política: natureza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

LOPES, J.S.L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. – (Coleção Estudos Brasileiros, v.10).

LOWY, M. De Marx ao ecossocialismo. In: LOWY, M; BENSAID, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: COUTINHO, C.N; NETO, J.P (Org.). **O jovem Marx e outros escritos filosóficos**. RJ: Ed. UFRJ, 2007 (Pensamento Crítico, v.9).

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Abril cultural, 1984

MACEDO, I.C. **A energia da cana-de-açúcar: doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar e a sua sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Berlendis & Vertech, 2005.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas)

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, C.E.; VALENCIA, A.S.(Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARTINS, J.S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social – Rev. Soc. USP**, São Paulo, 6(1-2), p.1-25, 1994 (ed. junho 1995).

\_\_\_\_\_. A escravidão na sociedade contemporânea – a reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho. Brasília. **Revista do Ministério do Trabalho** (Procuradoria Geral do Trabalho), ano XI, n.21, março 2001.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo – novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I, Livro I, Tomo I e II São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MENEZES, M.A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002.

\_\_\_\_\_.; SATURNINO, M. As migrações sazonais do sertão paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos:

EdUFSCAR, 2007.

MESZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. “Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda”. In: (Org.) ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. SP: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MISUTANI, Pedro Isamu. A agenda estratégica para a expansão do setor canavieiro. In: **Temas Empresariais**. Ano 2, nº 2, 2010, pp. 33-43.

MORAES, M.A.D.; SHIKIDA, P.F.A.(Orgs). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, M.A.D.F. et al. Migração espontânea de trabalhadores no setor sucroalcooleiro. In: Congresso de Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46. Disponível em [www.sober.org.br/palestra/9/303.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/9/303.pdf). Acesso em 28/06/2012.

MUNDO NETO, M. Atores na construção do mercado do etanol: as organizações de representação de interesses como foco da análise. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.7, n.13, 2010.

NEADE. **Pólos de produção de energia, alimento e cidadania: conceito e aplicação em políticas públicas**. Piracicaba-SP: GAJ Editora e Comunicação, 2009.

NEVES, M.F. **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2007.

NOVAES, J. R. P. Idas e vindas, disparidades e conexões regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007a.

\_\_\_\_\_. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados**, São Paulo, n.21, (59), 2007b.

\_\_\_\_\_.; ALVES, F. J. C (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

O’CONNOR, J. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (Org.) **Ecologia Política: natureza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, 15 (43), p.185-205, 2001.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. RJ: Edições do Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, M; VASCONCELLOS, Y. Agroindústria: uma história de sucesso e polêmica. In: **PESQUISA-FAPESP**. São Paulo, nº 122, Abr. 2006

O MONOCULTIVO da cana causa mortes e destruição. **Brasil de Fato**, São Paulo, fev. 2008. Ano 6, n.259.

OPPENHEIMER, C. et al. (2004) NO2 Emissions from Agricultural Burning in São Paulo,

Brazil.. **Environ. Sci. Technol.** V. 38, p. 4557-4561.

OSÓRIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, A.S.(Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização** – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PASIN, R.M.; NEVES, M.F. **Fusões, aquisições e internacionalização da agroindústria sucroalcooleira**. 2007. Disponível em: [www.fearp.usp.br/egna/resumos/pasin.pdf](http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/pasin.pdf) (Acesso em 30 de outubro de 2009).

PHOOLCHUND, H. N. Aspects of occupational health in the sugar cane industry. **Occupational medicine**. V. 41, p.133-136, 1991.

PIRES, J.M. O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. In: HASSE, G. **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: um espelho de 100 anos**. Ribeirão Preto-SP: Gráfica São Francisco, p.179-191, 2004.

POCHMANN, M. Novas configurações do trabalho não urbano no Brasil. In: BUAINAIN, A,M; DEDECCA,C.S. **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. Brasília: IICA, 2008 - (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.9).

POCHMANN, M. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão de história com foco atual na produção de cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação**. RJ: Campos, 1980.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. – (Biblioteca básica de Ciências Sociais, v.7).

QUEIROZ, M.A. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, A.B.G (Org.) **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1999 (Col. Textos. Série 2, nº3)

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: **Estudos Avançados**, 19 (55), 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, R; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, P; VEIGA FILHO, A. Proálcool e evidências de concentração na produção e processo de cana. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.36, n.7, Jul. 2006.

RAMOS, P.(Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília, MDA, 2007, 360p. (Nead Estudos 15).

\_\_\_\_\_.; SZMREZÁNYI, T. Evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista. In: **História econômica & história das empresas**, v.1, 2002, PP. 85-115.

\_\_\_\_\_.; SZMREZÁNYI, T.; RAMOS FILHO, L.O.; VEIGA FILHO, A.A. **Dimensões, riscos**

**e desafios da atual expansão canavieira.** Brasília-DF: Embrapa Informações Tecnológicas, 2008, 150p. (Textos para Discussão 32).

REZENDE, José; PIERANTONI, Alexandre. Alimentos e agronegócios lideram ranking de fusões e aquisições. In: **Temas Empresariais**. Ano 2, nº 2, 2010, pp. 48-52.

\_\_\_\_\_.; LINKEVIEIUS, Carlo. O desafio de ser sustentável. In: **Temas Empresariais**. Ano 2, nº 2, 2010, pp. 10-15.

*REPORTER BRASIL. O Brasil dos agrocombustíveis: impacto das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade - cana 2009. Ong Reporter Brasil, Janeiro, 2010. ISBN: 978-85-61252-15-1. Disponível em: [www.agrombustiveis.org.br](http://www.agrombustiveis.org.br). Acesso em 15 de março de 2011.*

RIBEIRO, H. Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória. **Revista Saúde Pública**, nº 42 (2), 2008, pp. 370-376.

\_\_\_\_\_.; PESQUERO, C. Queimadas de cana-de-açúcar: avaliação de efeitos na qualidade do ar e na saúde respiratória de crianças. **Estudos Avançados**, 24 (68), 2010.

ROCHA, G. O.; RANCO, A. (2003). Sources of atmospheric acidity in a agricultural-industrial region of São Paulo State, Brazil. **Journal of Geophysical Research**. V. 108, N. D7, 4207.

RODRIGUES, I.C. **Certificação ambiental e desenvolvimento sustentável: avaliação para o setor sucroalcooleiro localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu-SP.** (Tese de Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2004, 297p.

RODRIGUES, L. **O processo de terceirização e a presença de arranjos institucionais distintos na colheita da cana-de-açúcar.** 2006. 120f. Dissertação (Mestrado). ESALQ. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.

RODRIGUES, L. Desnacionalização do Etanol põe em risco soberania energética. **Caros Amigos**, ano XV, nº 172, 2011.

ROMÃO, L.M.S. **O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único.** 2011. Disponível em: [www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/odiscursodoagronegocio.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/odiscursodoagronegocio.pdf) . Acesso em 5 de dezembro de 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. **Rumo a ecossocioeconomia.** São Paulo: Cortez, 2007.

SAFATLE, F. N. **A economia política do etanol – a democratização da agroenergia e o impacto na mudança do modelo econômico.** São Paulo: Alameda, 2011.

SAMPAIO JR., P.A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Globalização e reversão neocolonial: impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, G. (Org.) **Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopia.** Buenos Aires: Clacso, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/grupos/hoyos/11sampaio.pdf>.

SANTOS, A.P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho – reestruturação produtiva nos anos 1990: o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP.** 2007. 214f. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SANTOS, A.P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho – reestruturação produtiva nos anos 1990: o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- SCHLESINGER, S.. **Lenha nova para a velha fornalha** – a febre dos agrocombustíveis. Rio de Janeiro: Fase, 2008.
- SCHIMIDT, A. **El concepto de naturaleza em Marx**. Espanha: Siglo XXI Editores, 1983.
- SCOPINHO, R.A. Pedagogia empresarial de controle do trabalho e saúde do trabalhador. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.1, n.1, p.73-79, 1996.
- \_\_\_\_\_.; VALARELLI, L.(Orgs.). **Modernização e impactos sociais** – o caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto-SP. Rio de Janeiro: Fase, 1995.
- \_\_\_\_\_.; EID, E; VIAN, C; CORREIA DA SILVA, P. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.147-161, jan-mar. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Vigiando a vigilância** – saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.
- \_\_\_\_\_. Controle social do trabalho no setor sucroalcooleiro: reflexões sobre o comportamento das empresas, do Estado e dos movimentos sociais organizados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.7, p.11-29, 2004.
- SEADE (SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS). **Região Administrativa de Ribeirão Preto**. CPA.UAE. São Paulo, janeiro de 2007. Disponível em [www.planejamento.sp.gov.br](http://www.planejamento.sp.gov.br) . (Acesso em janeiro de 2008).
- SEM, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.
- SHIKIDA, P.F.A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel: Edunioeste, 1998.
- \_\_\_\_\_. Evolução e fases do Proálcool: 1975-2000. In: CALZAVARA, O.; LIMA, R.O. (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo** – estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão. Londrina, Eduel, 2004.
- SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo : Duas Cidades, 1979
- SILVA, L.A. Sindicalismo, assalariados rurais e a luta pela cidadania. In: SCOPINHO, R.A; VALARELLI, L.(Orgs.). **Modernização e impactos sociais** – o caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão Preto-SP. Rio de Janeiro: Fase, 1995.
- SILVA, M.A.M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R; SILVA, M.A.M (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores na região do ‘mar de cana e do rio de álcool’. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n.17, 2005.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas. In: MENDONÇA, M.L; SYDOW, E. (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil 2006: relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006.
- \_\_\_\_\_.; MARTINS, R.C. A modernidade da economia Junker à moda contemporânea do rural paulista: a degradação social do trabalho e da natureza. **Revista Lutas e Resistência**. Londrina,

n.1, p. 91-106, set. 2006.

\_\_\_\_\_.; MENEZES, M.A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **Revista Eletrônica NEADE**, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Agronegócio: a reinvenção da colônia. In: SILVA, M. A. M. **Agrocombustíveis solução?: a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, 2008a.

\_\_\_\_\_. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. In: **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.2, artigo 1, abril/agosto 2008b. Disponível em [www.interfaces.sp.senac.br](http://www.interfaces.sp.senac.br).

\_\_\_\_\_. Produção de etanol e impactos sobre os recursos hídricos. In: BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. Disponível em [www.plataformabndes.org.br](http://www.plataformabndes.org.br). Acessado em 20 de março de 2009.

SILVA, M.G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável** – um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

STAHTEL, A.W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas. In: CAVALCANTI, C.(Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

STEDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUAREZ, S.M. et al. **Os agrocombustíveis no Brasil** - Informe da Missão de Investigação sobre os impactos das políticas públicas de incentivo aos agrocombustíveis sobre o desfrute dos direitos humanos à alimentação, ao trabalho e ao meio ambiente, das comunidades camponesas e indígenas e dos trabalhadores rurais no Brasil. Fian Internacional, julho, 2008.

SZMRECZÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. In: **Estudos Avançados**, 11 (5), 1991.

\_\_\_\_\_.; RAMOS, P.; RAMOS FILHO, L.O.; VEIGA FILHO, A.A. **Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 150p, 2008. – (Texto para discussão).

\_\_\_\_\_. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In: **Informações Econômicas**, SP, v.24, n.10, out. 1994.

\_\_\_\_\_. Efeitos e desafios das novas tecnologias na agroindústria canavieira. In: MORAES, M.A.F; SHIKIDA, P.F (Orgs). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento, desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

TAVARES, M.A.; LIMA, R.O.T. A liberdade do trabalho e as armadilhas do salário por peça. **Revista Katál** . Florianópolis, v.12, n.2, p.170-177, jul-dez 2009.

TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. **(Des)Ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

TEMAS EMPRESARIAIS. **Publicação quadrimestral da PricewaterhouseCoopers**, ano 2, n.2, 2001.

- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez – autores associados, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1981.
- THOMAS, T. **A ecologia do absurdo**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.
- THOMAZ Jr., A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana (a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- VALÊNCIA, A.S. **A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho**. Uberlândia-MG, Edufu, 2009.
- VASAPOLLO, L. **Trabalho atípico e precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- VEIGA FILHO, A; SOUZA SANTOS, Z; RODRIGUES VEIGA, J; OTANI, M; YOSHII, R. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n.10, out. 1994.
- VERDI, A.R.; AOUN, S.; TORQUATO, S.A. Globalização do agronegócio brasileiro: estratégias do grupo Cosan. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.42, n.1, p.27-40, jan/fev.2012.
- WWF-BRASIL. **Análise da expansão do complexo agroindustrial no Brasil**. WWF-Brasil, Maio, 2008, 46p. Disponível em [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br).
- WEID, J.M.V. Agrocombustíveis: solução ou problema? In: ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Biocombustíveis – a energia da controvérsia**. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C.A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M.N. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol.1. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

#### **Sites, jornais e informativos pesquisados:**

- AGRONEGÓCIO. Informativo. Ano 2, nº 10, setembro, 2001. Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInformativo.php>. Acesso em 20 de outubro de 2011.
- \_\_\_\_\_. Informativo. Ano 3, nº 16, abril, 2002. Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInformativo.php>. Acesso em 20 de outubro de 2011.
- \_\_\_\_\_. Informativo. Ano 3, nº 21, setembro, 2002. Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInformativo.php>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Informativo. Ano 5, nº 44, outubro, 2004. Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInformativo.php>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Informativo. Ano 7, nº 68, dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInformativo.php>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Informativo. Ano 9, nº 80, março/abril, 2008. Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInformativo.php>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

JORNAL DA CANA. Canaviais invadem região de tradição na pecuária. Edição 203, novembro, 2010, p. 48.

\_\_\_\_\_. Chegada de grandes grupos fomenta a economia regional. Edição 203, novembro, 2010, p. 49.

[WWW.UNICA.COM.BR](http://WWW.UNICA.COM.BR)

[WWW.ABAGRP.COM.BR](http://WWW.ABAGRP.COM.BR)

[WWW.BRASILAGRO.COM.BR](http://WWW.BRASILAGRO.COM.BR)

[WWW.BNDES.GOV.BR](http://WWW.BNDES.GOV.BR)

# **ANEXOS**

# ANEXO 1:

## Roteiro de Entrevista com Trabalhadores Canavieiros Empregados em Usinas e/ou Destilarias

Local e Endereço: \_\_\_\_\_.

Data e hora da Entrevista: \_\_\_\_\_.

- **Dados Pessoais:**

Nome: \_\_\_\_\_.

Idade: \_\_\_\_\_.

Sexo: Masculino ( ) ou Feminino ( )

Profissão: \_\_\_\_\_.

Ocupação Atual: \_\_\_\_\_.

Ocupação já exercida: \_\_\_\_\_.

É aposentado? Sim ( ) Não ( )

Ano da aposentadoria: Tempo de Serviço ( ) Idade ( ) Invalidez ( )

Escolaridade: 1-Analfabeto ( ), 2-Primeiro Grau incompleto ( ), 3-Primeiro Grau completo ( ),  
4-Segundo Grau incompleto ( ), 5-Segundo Grau completo.

Estado civil: Solteiro ( ), Casado ( ), Divorciado ( ), Separado ( ), Viúvo ( )

Número de filhos: \_\_\_\_\_.

Mora em : Casa própria ( ) Casa alugada ( )

- **História de vida e trabalho**

1. Em que cidade e estado o Sr. Nasceu? (ver se nasceu na área rural ou urbana). Desde quando está aqui? (no caso de ser trabalhador migrante)
2. O que o levou a sair de sua região de origem?
3. Quando e onde começou a trabalhar? Quantos anos o Sr(a) tinha?
4. Quando começou a trabalhar no corte da cana? Onde e como foi no começo?
5. Onde você mora quando vem trabalhar no corte da cana? (no caso de ser trabalhador migrante)
6. Como é trabalhar no corte de cana?
7. Em quantas usinas de açúcar e álcool já trabalhou? Por que saiu?
8. Quantas horas você trabalha por dia? Quantas vezes por semana?
9. Qual a rotina do seu trabalho? O que acha do seu trabalho?
10. Você gostaria de mudar algo em sua atividade? O que você mudaria?

11. Quais as principais dificuldades e riscos que enfrenta no seu trabalho?
12. Você considera o seu trabalho fatigante? Se sim, o que faz para amenizá-lo?
13. Quantos metros ou toneladas você corta por dia?
14. As condições de trabalho são boas? Por quê?
15. O que você acha da usina em que trabalha? Ela é muito diferente das outras onde já trabalhou?
16. A empresa oferece Equipamentos de Proteção Individual? Você os usa? Por quê?
17. Como é o comportamento dos trabalhadores durante o trabalho?
18. Existem problemas de desentendimento entre os trabalhadores?
19. Como é o relacionamento entre os trabalhadores e os fiscais de turma? Existem conflitos entre eles? Por que?
20. No corte da cana ganha mais quem corta a maior quantidade de cana por dia. O que você acha dessa forma de pagamento por produção?
21. Algumas pessoas acham que essa forma de pagamento leva o cortador a trabalhar além da conta, colocando em risco a sua saúde. Você concorda com isso? Por que?
22. Já sofreu algum acidente, teve ou tem alguma doença provocada pelo trabalho no corte da cana? Por quê?
23. Conhece alguém que já teve ou tem algum problema de saúde por causa do corte de cana?
24. Já presenciou no canavial alguém passando mal por causa do trabalho?
25. Na empresa onde trabalha os salários são pagos em dia? Já houve algum atraso?
26. Nas usinas onde você já trabalhou havia tempo para descanso, café e almoço? E hoje como é?
27. Há quanto tempo trabalha cortando cana? Já pensou em mudar de emprego? Por quê?
28. Com o fim das queimadas e com a mecanização do corte, provavelmente os cortadores irão perder seu trabalho. O que você fará, se isso acontecer?
29. O Sr(a) já participou de alguma greve dos cortadores de cana? Por quê? Como foi a experiência?
30. O Sr(a) conhece o Sindicato dos Trabalhadores Rurais? O que acha dele? Em sua opinião qual deve ser a atuação do Sindicato?

## ANEXO 2:

### Roteiro de Entrevista com Sindicalistas

Local e Endereço: \_\_\_\_\_.

Data e hora da Entrevista: \_\_\_\_\_.

- **Dados Pessoais:**

Nome: \_\_\_\_\_.

Idade: \_\_\_\_\_.

Sexo: Masculino ( ) ou Feminino ( )

Profissão: \_\_\_\_\_.

Ocupação Atual: \_\_\_\_\_.

Ocupação já exercida: \_\_\_\_\_.

É aposentado? Sim ( ) Não ( )

Ano da aposentadoria: Tempo de Serviço ( ) Idade ( ) Invalidez ( )

Escolaridade: 1-Analfabeto ( ), 2-Primeiro Grau incompleto ( ), 3-Primeiro Grau completo ( ), 4-Segundo Grau incompleto ( ), 5-Segundo Grau completo.

Estado civil: Solteiro ( ), Casado ( ), Divorciado ( ), Separado ( ), Viúvo ( )

Número de filhos: \_\_\_\_\_.

Mora em : Casa própria ( ) Casa alugada ( )

- **História, Trabalho e Sindicalismo**

1. Em que cidade e estado você nasceu? (ver se nasceu na área rural ou urbana). Desde quando está aqui? (no caso de ser trabalhador migrante)

2. Quando e onde começou a trabalhar? Quantos anos você tinha? Como foi o começo?

3. Já trabalhou no corte da cana? Se sim, onde e como foi a experiência como cortador de cana?

4. Quando e por que começou a participar do Sindicato? Como foi o início como líder sindical?

5. Quando foi e como se deu a criação do Sindicato dos Empregados Rurais? Ele é filiado a alguma Federação? Qual e por quê? Poderia comentar um pouco dessa história?

6. Como é a relação dos trabalhadores com o Sindicato?

7. Há assembleias? Como elas funcionam?

8. Até hoje se comenta sobre a greve de Guariba em 1984. Você participou?

9. Por que a greve de Guariba aconteceu? Como foi a participação do Sindicato e dos trabalhadores naquele momento? Como as usinas reagiram?

10. Em sua opinião, o que mudou para o Sindicato e trabalhadores depois da greve de Guariba em 1984?

11. Em sua opinião, as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana melhoraram nos últimos anos? Por que?

12. Os salários dos cortadores de cana melhoraram? Por quê?

13. Em sua opinião, o que o trabalhador ganha atualmente cortando cana é suficiente para sustentar uma família? Por quê?

14. Como tem sido a atuação do Sindicato na luta pelas melhorias das condições de vida e trabalho dos cortadores de cana?

15. Em sua opinião, quais as maiores dificuldades que o Sindicato tem enfrentado atualmente e quais seus principais desafios diante da nova expansão da agroindústria canavieira?

16. Na região existem muitas usinas que se utilizam da subcontratação (terceirização), cooperativas, gatos e empreiteiras de mão-de-obra? Por que isso acontece? Como o Sindicato tem enfrentado essa situação?

17. Como é a relação do Sindicato com as usinas da região? Existe algum conflito?

18. Como você define a sua postura como líder sindical diante das usinas da região?

19. Na região, as usinas cumprem com os direitos dos trabalhadores canavieiros?

20. Na região, existem alojamentos de trabalhadores canavieiros migrantes, mantidos por usinas e/ou empreiteiras?

21. Como é a relação das usinas com os trabalhadores?

22. Como é o relacionamento entre os trabalhadores e os fiscais de turma? Existem conflitos entre eles? Por quê?

23. No corte da cana ganha mais quem corta a maior quantidade de cana por dia. O que você acha dessa forma de pagamento por produção?

24. Algumas pessoas acham que essa forma de pagamento leva o cortador a trabalhar além da conta, colocando em risco a sua saúde. Você concorda com isso? Por quê?

25. Nas últimas décadas observamos um aumento na média de produtividade dos trabalhadores cortadores de cana exigida pelas empresas? O que você pensa sobre esse aumento e qual a posição do Sindicato diante desse novo contexto?

26. Qual a sua opinião sobre a mecanização da colheita de cana? Quais os principais impactos que a mecanização gera sobre os trabalhadores e Sindicato? Como o Sindicato tem enfrentado esse processo?

27. Muitas pessoas defendem que o setor sucroalcooleiro é um modelo de desenvolvimento econômico que deu certo na região de Ribeirão Preto. Você concorda com isso? Por quê?

## ANEXO 3:

### Roteiro de Entrevista com Agentes e Fiscais do Trabalho

Local e Endereço: \_\_\_\_\_

Data e hora da Entrevista: \_\_\_\_\_

- **Dados Pessoais:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: Masculino ( ) ou Feminino ( )

Profissão: \_\_\_\_\_

Ocupação Atual: \_\_\_\_\_

#### Questões:

- 1) Considerando a história dos trabalhadores e a expansão atual da agroindústria canavieira na região de Ribeirão Preto, em sua opinião as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana melhoraram nas últimas décadas? Por quê? A que isso se deve?
- 2) Existem muitas denúncias de superexploração e degradação do trabalho na região de Ribeirão Preto? Em quais setores das atividades industriais e agrícolas elas são mais freqüentes?
- 3) Qual é a situação das condições de trabalho e moradia dos cortadores de cana e operários das usinas de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto na atualidade? Existem situações de ilegalidade (irregularidades) e não adequação das empresas à CLT e às Normas Regulamentadoras do trabalho?
- 4) Quais são as principais infrações cometidas pelas empresas contra os trabalhadores canavieiros e seus direitos na região de Ribeirão Preto?
- 5) É possível afirmar que exista escravidão por dívida na região? Como e por que isso acontece? De que maneira o Ministério do Trabalho tem atuado para combater essa prática na região?
- 6) Em sua opinião, o trabalho no corte da cana pode ser considerado um trabalho degradante? Por quê?

- 7) Em sua opinião quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas que atuam no combate ao trabalho escravo e degradante no Brasil hoje?
- 8) Em sua opinião, quais as maiores dificuldades que os trabalhadores e sindicalistas tem enfrentado diante da recente expansão da agroindústria canavieira de Ribeirão Preto?
- 9) Na região, as usinas cumprem com os direitos dos trabalhadores canavieiros?
- 10) Na região, existem alojamentos de trabalhadores canavieiros migrantes, mantidos por usinas e/ou empreiteiras? Quais as condições desses alojamentos?
- 11) Existem muitas usinas na região que se utilizam da subcontratação (terceirização), cooperativas, gatos e empreiteiras de mão-de-obra? Por que isso acontece? Como o Ministério do Trabalho tem enfrentado essa situação?
- 12) No corte da cana ganha mais quem corta a maior quantidade de cana por dia. O que você acha dessa forma de pagamento por produção?
- 13) Algumas pessoas acham que essa forma de pagamento leva o cortador a trabalhar além da conta, colocando em risco a sua saúde. Você concorda com isso? Por quê?
- 14) Qual a diferença entre trabalho escravo, trabalho degradante e trabalho forçado?
- 15) Como o Ministério do Trabalho por meio da fiscalização tem combatido a superexploração e a degradação do trabalho na região?
- 16) Por que ainda encontramos trabalho escravo no Brasil? Em que a aprovação da PEC do *Trabalho Escravo* ajuda no combate a essa forma de exploração do trabalho no Brasil?

## ANEXO 4:

### Roteiro de Entrevista com agente da Pastoral do Migrante de Guariba

Local e Endereço:

Data e hora da Entrevista:

- ***Dados Pessoais:***

Nome:

Idade:

Sexo: Masculino ( ) ou Feminino ( )

Profissão:

Ocupação Atual:

- ***História e trabalho***

1. Em que cidade e estado o Sr. Nasceu?
2. Por que decidiu participar da pastoral do Migrante? Há quanto tempo participa? Fale um pouco de sua história.
3. O Sr. acompanhou o movimento grevista de Guariba em 1984? Como foi? Qual a participação da pastoral e da igreja naquele momento?
4. Em sua opinião, o que mudou para os trabalhadores migrantes depois da greve de Guariba em 1984?
5. Em sua opinião, as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana melhoraram nos últimos anos? Por que?
6. Como tem sido a atuação da Pastoral do Migrante na luta pelas melhorias das condições de vida e trabalho dos cortadores de cana?
7. Em sua opinião, quais as maiores dificuldades que os trabalhadores e sindicalistas tem enfrentado diante da recente expansão da agroindústria canavieira de Ribeirão Preto?
8. Na região, as usinas cumprem com os direitos dos trabalhadores canavieiros?
9. Na região, existem alojamentos de trabalhadores canavieiros migrantes, mantidos por usinas e/ou empreiteiras?

10. Na região existem muitas usinas que se utilizam da subcontratação (terceirização), cooperativas, gatos e empreiteiras de mão-de-obra? Por que isso acontece? Como o Sindicato tem enfrentado essa situação?

11. O Sr. conhece alguém que já teve ou tem algum problema de saúde por causa do corte de cana?

12. No corte da cana ganha mais quem corta a maior quantidade de cana por dia. O que o Sr. acha dessa forma de pagamento por produção?

13. Algumas pessoas acham que essa forma de pagamento leva o cortador a trabalhar além da conta, colocando em risco a sua saúde. O Sr. concorda com isso? Por quê?

14. Nas últimas décadas observamos um aumento na média de produtividade dos trabalhadores cortadores de cana exigida pelas empresas? O que o Sr. pensa sobre esse aumento diante desse novo contexto de expansão canavieira?

15. Qual a sua opinião sobre a mecanização da colheita de cana? Quais os principais impactos que a mecanização pode gerar sobre os trabalhadores e Sindicato?

16. Muitas pessoas defendem que o setor sucroalcooleiro é um modelo de desenvolvimento econômico que deu certo na região de Ribeirão Preto. O Sr. concorda com isso? Por quê?